



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

William Dias de Andrade

A ideia de Deus na obra de Mário Ferreira dos Santos

Rio de Janeiro

2024

William Dias de Andrade

A ideia de Deus na obra de Mário Ferreira dos Santos

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Rogério Soares da Costa

Rio de Janeiro

2024

William dias de Andrade

A ideia de Deus na obra de Mário Ferreira dos Santos

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Filosofia da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro para obtenção do
Título de Mestre em Filosofia

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me ter concedido a dádiva de ser sua criatura e de poder desfrutar deste mundo de desafios e maravilhas que, em sua eterna bondade, Ele criou.

A meus pais Sandra Sueli e Gildésio por todo o imprescindível apoio que me concederam ao longo da vida e em especial pelo incondicional amor de seus corações.

Às minhas filhas Sofia, Stella e Alina, por serem as luzes que iluminam minha vida e o calor que aquece meu coração.

Aos meus amigos Thiago Cardoso Paulo, Volnei Ramos Martins e Victor Cunha pelo interesse no trabalho e apoio moral.

Finalmente, aos membros da banca, os professores Rogério Soares da Costa, Raphael de Paola e Pedro Thyago, a quem agradeço pela disponibilidade e pela boa vontade em fazerem parte desta banca. E especialmente ao Orientador e amigo, Rogério da Costa Soares, pela oportunidade de escrever este trabalho.

RESUMO

ANDRADE, William Dias de. **A Ideia de Deus na Obra de Mário Ferreira dos Santos**. 2025. 181 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

A presente dissertação tem por objetivo investigar a vida e a obra do grande filósofo Mário Ferreira dos Santos, de modo a aprofundar o conhecimento dos feitos e da produção intelectual deste profícuo pensador brasileiro, cuja obra é repleta de contribuições apodíticas à Filosofia, as quais, bem compreendidas, revelam-se com frequência contribuições perenes, imunes à barreira do tempo, tendo em vista o seu valor ontológico incontornável. Porém, o que se investiga especialmente neste trabalho é a situação da Ideia de Deus na obra deste autor, ou seja, como ela é abordada ao longo de seus muito livros publicados e quais as implicações apodíticas que tira ele de tão fundamental noção. Desta feita, procede-se à investigação do que é a Teologia e qual o seu objeto, na visão apodítica de Ferreira dos Santos; quais são os modos pelos quais pode o ser humano conhecer a Deus; a importância, para a Filosofia, das provas racionais da existência da Divindade. Discute-se, na sequência, a própria possibilidade de se provar a existência de Deus; analisam-se várias das mais importantes provas da existência Divina encetadas ao longo da História da Filosofia e o aparente dilema proposto pelo entendimento de certos filósofos, de que a existência de Deus seria algo evidente; investiga-se a própria noção de prova, suas modalidades, limites e alcance, bem como o modo pelo qual isto tudo se aplica a Deus; analisam-se as mais fundamentais modalidades de provas da existência divina – a priori e a posteriori; apontam-se as divisões classicamente aceitas das provas da existência de Deus; perquirem-se, depois, pontualmente e de maneira aprofundada, algumas das provas da existência de Deus mais importantes já propostas ao longo da História, quase todas as quais, bem compreendidas, podem considerar-se apodíticas, tais como o argumento ontológico de Santo Anselmo; as cinco vias de Sto. Tomás de Aquino; a prova de Duns Scot; as provas de Descartes; a prova de São Boaventura; a prova de Jaime Balme; e a Prova dos Neoescolásticos. Ao tratar-se do argumento de Sto. Anselmo, aborda-se também, em comparação a este, o modo como o próprio Ferreira Santos aplica sua Dialética Ontológica à prova da existência de Deus, de modo a demonstrar Sua existência de maneira apodítica. Passa-se então a investigar qual seria a essência ou “natureza” de Deus. E logo dedica-se o trabalho a investigar detalhadamente cada um dos oito atributos metafísicos clássicos da Divindade estabelecidos por Santo Tomás de Aquino, nomeadamente: Perfeição; Eternidade; Infinitude; Unidade; Absoluta Simplicidade; Onipresença; Imutabilidade; e Bondade. Ante tudo isto, chega-se finalmente à conclusão do trabalho.

Palavras-chave: Mario Ferreira dos Santos; Filosofia Brasileira; Metafísica; Filosofia Escolástica; Pitagorismo; Neoescolástica; Filosofia da Religião; Deus; provas da existência de Deus; atributos divinos; natureza divina; Filosofia Concreta; Dialética Concreta; Lógica; Dialética Ontológica.

Abstract

Andrade, William Dias de. **The Idea of God in the Work of Mário Ferreira dos Santos**. 2025. 181 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

The present dissertation aims to investigate the life and work of the great philosopher Mário Ferreira dos Santos, in order to deepen our understanding of the achievements and intellectual output of this prolific Brazilian thinker, whose work is replete with apodictic contributions to Philosophy. These contributions, properly understood, prove themselves to be perennial contributions, immune to the passage of time, given their inescapable ontological value. However, what is specifically investigated in this work is the situation of the idea of God in this author's work, that is, how it is approached throughout his many published books and what apodictic implications he draws from such a fundamental notion. Thus, we proceed to investigate what Theology is and what its object is, in Ferreira dos Santos' apodictic view; what are the ways by which human beings can know God; and the importance, for Philosophy, of rational proofs of the existence of the Divinity. The very possibility of proving the existence of God is then discussed; several of the most important proofs of Divine existence undertaken throughout the History of Philosophy are analyzed as well as the apparent dilemma posed by the understanding of certain philosophers that God's existence is self-evident; the very notion of proof, its modalities, limits and scope, as well as how old this applies to God, is investigated; the most fundamental modalities of *a priori* and *a posteriori* proofs of Divine existence are analyzed; the classically accepted divisions of proofs of God's existence are pointed out; and then, specifically and in depth, some of the most important proofs of God's existence ever proposed throughout History are investigated, almost all of which, properly understood, can be considered apodictic, such as: Anselm's ontological argument; the five ways of Saint Thomas Aquinas; Duns Scotus' proof; Descartes' proofs; Saint Bonaventure's proof; Jaime Balmes' proof; and the Neo scholastics proof. When dealing with Saint Anselm's argument, it is also examined, in comparison to it, how Ferreira dos Santos himself applies his Ontological Dialectics to the proof of God's existence, demonstrating His existence apodictically. It is then investigated what the essence, or "nature", of God might be. After that, there is the detailed investigation on each of the eight classical metaphysical attributes of Divinity established by Saint Thomas Aquinas, namely: Perfection; Eternity Infinity; Unity; Absolute; Simplicity; Omnipresence; Immutability; and Goodness. With all this in mind, the work finally concludes.

Key-words: Mario Ferreira dos Santos; Brazilian Philosophy; Metaphysics; Scholastics Philosophy; Pythagoreanism; Neo scholasticism; Philosophy of Religion; God; proofs of God's Existence; divine attributes; divine nature; Concrete Philosophy; Logics; Ontological Dialectics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Meu primeiro contato com a obra de Mario – Um Relato Pessoal	11
Justificação deste Trabalho	12
1 PRIMEIRA PARTE – ASPECTOS BIOBIBLIOGRÁFICOS	13
1.1 Biografia de Mario Ferreira Dos Santos	13
1.1.1 <u>Início da vida</u>	13
1.1.2 <u>Vida Adulta</u>	15
1.1.3 <u>A vida nos anos 40 e primeira metade dos anos 50</u>	19
1.1.4 <u>Últimos anos</u>	29
1.2 Problemas e Dificuldades na investigação da obra de Mario dos Santos	34
1.3 As Obras de Mário dos Santos	39
2 SEGUNDA PARTE – DEUS	80
2.1 Introdução	80
2.1.1 <u>A Teologia e seu objeto</u>	80
2.2 Do conhecimento de Deus pelo ser humano	84
2.3 Da NECESSIDADE Das provas racionais da existência de Deus	87
2.4 Da Possibilidade de provar a Existência de Deus	88
2.4.1 <u>O Dilema da evidência</u>	94
2.4.2 <u>Sobre o “apriorismo” e o “aposteriorismo” nas provas da existência de Deus</u>	96
2.5 Provas da existência de Deus – Discussão Preliminar	97
2.6 Divisão das provas da existência de Deus	102
2.7 Principais Provas da existência de Deus	103
2.7.1 <u>O argumento ontológico de Santo Anselmo</u>	103
2.7.2 <u>Provas da existência de Deus por Santo Tomás de Aquino</u>	111
2.7.2.1 <u>As Vias de Sto. Tomás</u>	113
2.7.2.2 <u>A Primeira Via</u>	114
2.7.2.3 <u>A Segunda Via</u>	115
2.7.2.4 <u>A Terceira Via</u>	116
2.7.2.5 <u>A Quarta Via</u>	118
2.7.2.6 <u>A Quinta Via</u>	118
2.7.2.7 <u>Conclusão sobre a Vias de Tomás de Aquino</u>	119

2.7.3	<u>Prova de Duns Scot</u>	120
2.7.4	<u>As provas de Descartes</u>	126
2.7.5	<u>Prova de São Boaventura</u>	130
2.7.6	<u>A Prova de Jaime Balmes</u>	134
2.7.7	<u>A Prova dos Neoescolásticos</u>	137
2.8	Da natureza ou Essência de Deus	139
2.9	Dos Atributos de Deus	142
2.9.1	<u>Atributo da perfeição</u>	145
2.9.2	<u>Atributo da eternidade</u>	149
2.9.3	<u>Do atributo da Infinitude de Deus</u>	153
2.9.4	<u>Do atributo da Unidade de Deus</u>	155
2.9.5	<u>Do atributo da absoluta Simplicidade de Deus</u>	158
2.9.6	<u>Do atributo da onipresença de Deus</u>	161
2.9.7	<u>Do atributo da imutabilidade de Deus</u>	165
2.9.8	<u>Do atributo da bondade de Deus</u>	167
	DISCURSO FINAL SOBRE DEUS (CONCLUSÃO)	171
	REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

O Presente trabalho visa dar a conhecer ao público em geral e, sobretudo, ao público acadêmico, a obra de Mário Ferreira dos Santos, filósofo brasileiro de primeiríssimo plano, pouco conhecido e pouco estudado, porém, como aliás costuma acontecer aos filósofos nacionais. Vale notar que se pretende aqui oferecer um delineamento geral de sua obra, apresentar as dificuldades nela encontradas e, ademais, tratar de como a ideia de Deus é nela abordada pelo autor.

Apresenta este trabalho, portanto, dupla temática. De um lado, trata-se de investigar e fazer conhecer a vida e a obra de Mário dos Santos, difundindo publicamente este grande filósofo brasileiro que, a despeito de suas valiosas contribuições, restou esquecido. De outro, trata-se de investigar a fundo o mais importante de todos os temas já tratados na obra de tal autor e também em toda a Filosofia — Deus.

Quanto ao primeiro objetivo, abordamos a própria vida de Ferreira dos Santos, cada um dos seus vários livros publicados (ao menos os que conseguimos encontrar em nossas buscas e consultar suficientemente), em especial aqueles que compõem sua Enciclopédia das Ciências Filosóficas e Sociais. Apontamos ainda as dificuldades de investigar-se o conjunto de sua obra, a fim de estimular e orientar outros estudiosos interessados em aprofundar-se nos escritos deste autor.

Quanto ao segundo objetivo deste trabalho, realiza-se um profundo estudo da noção de Deus, conforme a linha proposta por Mario dos Santos em sua Filosofia. Desta feita, devota-se também a presente Dissertação a investigar, sob seus vários aspectos principais, o modo pelo qual Ferreira dos Santos tratou tão profundo tema, que também para ele era o mais relevante de todos.

Antes de tudo, é imprescindível indicar, em linhas gerais, como se procede a respeito, neste trabalho. Para tal, aborda-se brevemente o que é a Teologia e qual o seu objeto. Investiga-se, então, quais são os modos pelos quais pode o ser humano conhecer a Deus. E estuda-se em seguida a importância, para a Filosofia, das provas racionais da existência Divina. Na sequência, é discutida, filosoficamente, a possibilidade mesma de se provar a existência de Deus.

Destrincha-se posteriormente o aparente dilema que nos é proposto pelo entendimento de certos filósofos de que a existência de Deus seria, na verdade, algo evidente. Discutem-se, na sequência, as duas categorias de provas mais fundamentais da existência de Deus — *a priori*

e *a posteriori*. Procura-se, então, dentro desta linha, o verdadeiro valor e alcance da aparente dicotomia entre tais provas. E, preliminarmente à discussão pontual das provas da existência de Deus faz-se uma discussão ampla a respeito da noção mesma de prova, suas modalidades, alcance e limites, e como isto se aplica a nosso objeto precípua de investigação, que é Deus.

Indicam-se então as divisões que classicamente são feitas das provas da existência de Deus. E investigam-se, depois, pontualmente, algumas das provas mais importantes já propostas ao longo da História neste sentido, a maioria das quais podemos considerar apodíticas. Ao fazê-lo, o que se procura, sobretudo, é clarificá-las, torná-las compreensíveis para o leitor contemporâneo e ressaltar os nexos de apoditicidade nelas presentes, fazendo notar o seu verdadeiro valor probatório e demonstrativo.

Assim, seguem-se a isto capítulos específicos sobre: o argumento ontológico de Santo Anselmo; as cinco vias de Sto. Tomás de Aquino; a prova de Duns Scot; as provas de Descartes; a prova de São Boaventura; a prova de Jaime Balmes (sendo essa a única que não é realmente apodítica, mas que ainda assim é relevante por utilizar-se do *modus ratiocinandi* da própria Ciência moderna, aproveitando-se da Matemática e da Teoria das Probabilidades para realizar a defesa de sua posição); e, finalmente, a assim chamada “Prova dos Neoescolásticos”.

Passa-se então a investigar qual seria a verdadeira natureza de Deus, a sua essência, tanto do ponto de vista ontológico como do ponto de vista ôntico (trata-se aqui da natureza metafísica e física de Deus, conforme a linguagem escolástica). E procura-se, então, penetrar as características de Deus, especialmente naquelas mais marcantes e fundamentais, a fim de melhor compreendermos a Divindade, dentro, naturalmente, das possibilidades humanas.

E logo se investiga detalhadamente cada um dos oito atributos metafísicos clássicos da Divindade estabelecidos por Santo Tomás de Aquino: perfeição; eternidade; infinitude; unidade; simplicidade; onipresença; imutabilidade; e bondade. Finalmente, apresenta-se um discurso final que, à guisa de conclusão, resume as principais ideias sobre a Divindade conforme se pôde concluir através das reflexões apresentadas neste trabalho.

Meu primeiro contato com a obra de Mario dos Santos – Um relato pessoal

Meu interesse por Mario Ferreira dos Santos teve início, quando, ainda na Faculdade, buscava eu uma obra que pudesse ampliar meus conhecimentos de Lógica. Desejava então encontrar ali, algo que me ajudasse a conduzir a inteligência com segurança, em meio a todas as dificuldades que a realidade nos impõe.

Caminhando por entre as estantes da biblioteca daquela Faculdade, circulando por entre aqueles muitos livros que por todos os lados me cercavam, esperava eu encontrar entre eles um que ajudasse a iluminar com maior força a minha inteligência e, com chama firme, permitisse guiá-la seguramente pelos caminhos da razão entre os escombros das dúvidas e dos problemas racionais.

Como não encontrasse nada capaz de me satisfazer entre as obras classificadas como de Lógica, resolvi procurar algo entre as de Dialética. Assim, retornando pelo corredor da biblioteca em direção à porta de entrada, penetrei uma das fileiras de livros de modo a buscar mais uma vez o que procurava. Deslizei os olhos pelas várias obras e encontrei uma “Dialética” do célebre jurista Caio Prado Junior. Conquanto muito interessante, este livro ainda não era o que eu buscava. Não satisfazia as minhas necessidades e assim eu logo troquei uma Dialética por outra, passando de um tomo negro para outro marrom, sem encontrar ali luz nenhuma que avivasse a da minha inteligência.

Eis que olhei para baixo e, fitando uma das prateleiras cheias de livros, vi ali três tomos vermelhos como o sangue, onde se podia ler: “Métodos Lógicos e Dialéticos”. Tomei o primeiro deles em minhas mãos e eis que fiquei encantado com o que li!

É verdade que não eram encantadores os aspectos mais externos do livro. Os parágrafos desalinhados e os erros tipográficos não eram realmente nada convidativos. Mas isso não me interessava. Depois de passar por vários títulos de Lógica Matemática, tão rigorosos no seu formalismo quanto vazios no seu conteúdo, não poderia eu me deixar seduzir ou repelir por meros traços acidentais que nada poderiam revelar sobre a substancialidade da obra.

Fui mergulhando assim no texto de Mario. E em cada linha torta e a cada letra fora de lugar só conseguia enxergar o gênio do autor que a cada parágrafo dizia verdades profundas, trazia argumentos irretorquíveis e ainda corrigia os maiores luminares do pensamento!

Não tinha eu, sem dúvida, uma obra qualquer entre as mãos. Era obra de gênio. E não posso negar o quanto ela estimulava esta inteligência ao iluminar questões fundamentais de diversos tipos. Assim se iniciou meu contato com a obra de Mario, que não foi linear nem

desprovido de contratempos, mas foi sem dúvida uma das experiências intelectuais mais relevantes que eu poderia ter.

Justificação deste Trabalho

O presente trabalho pretende resgatar e dar a conhecer ao público em geral e, sobretudo, ao público acadêmico a obra de um filósofo brasileiro de vasta produção e grande valor intelectual.

É costumeiro no Brasil o desprezo quase total às criações nacionais. Devido a um mesquinho e auto infligido espírito de colonialismo já bem caracterizado, em termos mais populares, como “complexo de vira-latas”, o Brasil como nação tende a revolver em torno de criações estrangeiras absorvidas de última hora e descurar das contribuições autóctones, por mais ricas, valorosas e universais que elas sejam.

O esquecimento da obra de Ferreira dos Santos é apenas o mais infeliz dos exemplos desta vergonhosa marca. Mas felizmente, o pêndulo da História sempre retorna e os raios de Sol mais uma vez despontam por entre os obstáculos. Assim, vê-se nos últimos tempos uma progressiva redescoberta das obras deste autor, embora lenta, e para cujo avanço pretendemos colaborar.

Desta maneira, tenciona oferecer, o presente trabalho, uma ideia geral do pensamento deste autor, apresentar estratégias para abordar sua obra, apontar as dificuldades e contratempos que o pesquisador pode enfrentar ao compulsá-la – no que nos baseamos amplamente em nossa própria experiência – e, ainda, apresentar de que modo é tratado, nesta obra, o mais fundamental de todos os temas, o que implica todas as demais questões: a ideia de Deus.

1 PRIMEIRA PARTE – ASPECTOS BIBLIOGRÁFICOS

1.1 Biografia de Mário Dias Ferreira dos Santos

1.1.1 Início da vida

Lugar improvável para o nascimento de um grande filósofo seria um país sem tradição filosófica. Pois bem, quis o destino que nascesse aqui, no Brasil, considerado por muitos países desprovido de filosofia relevante, uma das maiores mentes filosóficas que já existiram. Em pleno verão de 1907, nasceu Mário Dias Ferreira dos Santos¹, numa quinta-feira à tarde, na cidade de Tietê (SP), no dia 3 de janeiro.

No mesmo ano brilharia Rui Barbosa na defesa dos interesses brasileiros na Holanda. Defendendo a tese da igualdade entre as nações soberanas, sairia de lá vitorioso, conseguindo imprimi-la ao documento do projeto da 2ª Conferência de Paz de Haia, que mais tarde serviria de base para a elaboração do estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional. Marcado pelo sucesso, voltaria de lá com o epíteto de “Águia de Haia”.

No ano seguinte, por sua vez, morreria no Rio de Janeiro Machado de Assis, a quem Rui Barbosa substituiria na presidência da Academia Brasileira de Letras. Após quatro anos de depressão desde o falecimento de sua esposa fazia-se noite na vida de Machado, que finalmente partiria para encontrá-la... Portanto em 1908 o Brasil perderia no Rio de Janeiro o seu maior gênio literário, mas ganhava já em 1907 o seu maior gênio filosófico, pois nascia Mário Ferreira dos Santos no Estado de São Paulo.

Nascido de pai português e mãe brasileira, Mario dos Santos era filho de Francisco Dias Ferreira dos Santos e Maria do Carmo Santos, casados em Fortaleza, no Ceará. Sua mãe era natural do Amazonas, com ascendência cearense. Seu pai era da cidade do Porto e chegara ao Brasil em 1903, com a Companhia do Teatro do Príncipe Real, na condição de ator. Seus pais casaram-se em 1904.

¹ Nome completo de Mario dos Santos que, em dado momento de sua vida, passou a assinar suas obras apenas como Mario Ferreira dos Santos.

Francisco dos Santos era afilhado do famoso escritor português Camilo Castelo Branco, tendo sido um dos pioneiros do cinema nacional. Em 1913, construiu em Pelotas a Fábrica Guarany – mais tarde conhecida como Guarany filmes – onde se produziam jornais de tela, comédias e, até mesmo, o 1ª longa-metragem de ficção do cinema brasileiro de que se tem notícia. Filme, aliás, do qual Mario Ferreira participou aos 6 anos de idade, como ator mirim. Assim é que, de maneira inusitada, também ele faz parte da história de nosso cinema.

Os pais de Mario dos Santos - primogênito de três filhos - decidiram se mudar para o Sul do país, quando este tinha ainda quatro anos. Estabeleceram-se em Pelotas. Francisco, seu pai, construiria pelo Sul do Brasil várias casas de espetáculo² (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Francisco Santos era ateu, comunista e de tendência marcadamente anticlerical. Porém considerava os jesuítas os melhores educadores. E tendo notado em seu filho aptidão para temas filosóficos, decidiu entregá-lo à sua orientação, matriculando-o no Ginásio Gonzaga³. De fato, desde cedo demonstrara Mario dos Santos interesse pela Filosofia. Tão logo aprendeu a ler, revelou desde já curiosidade pelo universo dos problemas filosóficos, um indício precoce da vocação que Ferreira dos Santos iria seguir. (GALVÃO; SANTOS, 2001)

A respeito de sua decisão, Francisco Santos teria dito a seu filho: “Meu filho, para teu bem vou fazer uma coisa que vai escandalizar os meus amigos: tu vais estudar com os jesuítas” (LADUSÃNS, 1976, v.1 p. 411). De fato, Ferreira foi aceito. E seu pai passou a ser mal compreendido pelos companheiros. Consideravam estes a atitude de Francisco verdadeira deserção de suas ideias. Com isso, Francisco Santos afastou-se por completo das atividades anticlericais e ateístas.

Sobre sua tendência e vocação para a Filosofia, o próprio Mario dos Santos (LADUSÃNS, 1976, v. 1.p. 411) chegou a dizer: “...a consciência que tenho de mim mesmo nasceu de colocação de um problema filosófico que tentei resolver...”. Não surpreende, portanto, que desde seus primeiros escritos, ainda marcadamente literários, estivesse presente a

² Francisco Santos, pai de Mario dos Santos, nasceu na cidade de Porto, Portugal, em 16/01/1873, sendo filho do jurista José Dias Ferreira e de Urbana dos Santos, bem como afilhado do famoso escritor Camilo Castelo Branco. Chegando ao Brasil em 1903, viaja por todo o país com a Grande Cia. Dramática Francisco Santos, que eventualmente fundou. Sobre Francisco Santos e seu pioneirismo no cinema há um livro escrito por Yolanda Lhullier dos Santos (uma das filhas de Mario) e Pedro Henrique Caldas: “Francisco Santos. Pioneiro no cinema do Brasil”. Ed. Semeador, Pelotas, 1995.

³ Ginásio Gonzaga, colégio tradicional fundado em 1895, pelo jesuíta baiano José Anselmo de Souza, sob o nome de Escola São Luiz Gonzaga. O colégio equiparava-se ao Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro, e passou a chamar-se Ginásio São Luiz Gonzaga em 1902. Situa-se o Colégio Gonzaga na rua XV de Novembro (Praça José Bonifácio), em Pelotas. Desde a década de 1920 havia de fato uma verdadeira e acirrada disputa entre maçons e católicos em Pelotas. E Francisco Santos era maçom. (cf. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3641> e <http://wp.clicrbs.com.br/pelotas/2010/08/04/colégio-gonzaga-sob-nova-administracao/>)

temática filosófica. A abordagem desses temas foi sendo desenvolvida ao longo de sua vida produtiva de tal modo que veio a se estruturar na Filosofia Concreta. E, eventualmente, atingiria o ápice em suas obras de Matese⁴.

1.1.2 Vida Adulta

Já adulto, inicia Mario dos Santos seus estudos superiores ao ingressar na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1925, aos 18 anos. No entanto, ainda antes de se formar faz sua estreia no Direito em 1928, em um caso criminal ocorrido em Pelotas. Trabalhava como advogado ao mesmo tempo em que auxiliava seu pai na empresa Xavier & Santos, atuante nos ramos cinematográfico e teatral. Fora nomeado para o cargo de 2º suplente do juiz municipal do termo de Pelotas, naquele mesmo ano, pelo Palácio do Governo de Porto Alegre. Neste ano movimentado de sua vida, Ferreira dos Santos começa ainda a colaborar com a imprensa, escrevendo seu primeiro artigo: “O poeta da luz e da cor”, publicado em 20/07/1928, no jornal “Diário Popular” de Pelotas (GALVÃO; SANTOS, 2001).

No ano seguinte casou-se com Yolanda Duro Lhullier, com quem teria duas filhas: Yolanda e Nadiejda⁵. Bacharelou-se com lauda em Direito e Ciências Sociais no ano de 1930. As filhas de Ferreira dos Santos tornar-se-iam professoras. Yolanda Lhullier dos Santos licenciou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tornando-se professora titular da Escola de Comunicações e Artes da mesma Universidade e Nadiejda Santos Nunes Galvão licenciou-se em História e Geografia pela Faculdade de Letras *Sedes Sapientae*, seguindo também carreira no ensino (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Já em 1929 Mario dos Santos tornou-se diretor do jornal “A Opinião Pública”, cargo em que permaneceu até o final do ano seguinte. Ferrenho defensor da dignidade do ser humano, pretendeu ele fazer deste jornal “a tribuna do povo de Pelotas”. Tencionava com isso dar voz a toda a população, “do mais humilde ao mais ilustre”, sem partidarismos, mas acolhendo

⁴ Conhecimento de tipo sapiencial - ou, em outras palavras, Sabedoria - que se refere aos *arithmoi arkhai*: as finalidades transcendentais, as formas superiores ou essências inteligíveis que sustentam e dão subsistência às coisas, em última análise.

⁵ Os nomes completos das filhas de Mario dos Santos são, respectivamente: Yolanda Lhullier dos Santos e Nadiejda Santos Nunes Galvão

especialmente as classes populares, mais necessitadas do auxílio da imprensa. Neste período escreveu diversas crônicas, comentários e notícias, e realizou também várias campanhas propondo a criação de centros de ensino para operários, de modo a erradicar o analfabetismo. Com sua visão sempre construtiva dizia: “A situação atual exige construtores. Construamos.” (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Durante o agitado período da Revolução de 1930, teve Mario dos Santos intensa participação política. Apoiou ativamente a revolução que teve lugar neste período, mas logo pôs-se a criticar atos do novo governo, razão pela qual foi preso em dezembro do mesmo ano. Saído da detenção mediante a ajuda de amigos, pouco tempo depois foi obrigado a afastar-se da direção do jornal em que trabalhava, após publicar o artigo “Porque fui detido”, em que pretendia esclarecer os motivos de sua detenção. (GALVÃO; SANTOS, 2001)

Já por volta de 1935, um curioso episódio fez surgir o interesse de Ferreira dos Santos pelas obras de Friedrich Nietzsche e contribuiu de modo importante para a formação da personalidade intelectual do filósofo brasileiro. Durante uma discussão, um interlocutor citou o filósofo prussiano, a quem Ferreira referiu-se como louco, desmerecendo-o. Prontamente foi interpelado pelo admirado interlocutor, que lhe perguntou se já havia lido alguma das obras deste pensador. A negativa de Ferreira dos Santos foi logo acompanhada pela recomendação de não se precipitar na crítica do autor, antes de lê-lo. Depois disso ele nunca mais voltou a referir-se a qualquer escritor sem antes ler sua obra, de preferência no original.

Passou a notar, também, que a intenção original dos autores perdia-se, muitas vezes, nas traduções; e que os críticos com frequência deturpavam-na. Tal percepção foi tomando corpo na medida em que Ferreira passou a dedicar-se ao ofício de tradutor. Seu conselho a todos passou a ser o de dedicar-se preferencialmente à leitura direta dos autores, sobretudo das obras originais, e não se deter apenas nas considerações dos comentadores destas obras (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.11).

Preocupado com a difusão do erro pela falta de verificação de fontes primárias, Ferreira dos Santos já dizia:

É um dos aspectos mais dolorosos da cultura verificar-se como as mentiras conseguem impor-se e perdurar por tanto tempo. Valeria a pena selecionar todas as mentiras históricas sobre o pensamento humano, repetidas nas escolas, nas universidades e nos livros, em conseqüência de muitos não se dedicarem mais aos estudos dos textos do que as obras de exegese. (sic) (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 11)

Mais tarde traduziria ele várias obras de Nietzsche, de quem se tornou um admirador.

No mesmo ano em que Getúlio Vargas realiza um golpe de Estado⁶, morre seu pai que tanto o incentivara aos estudos superiores. A morte deste, em 1937, abalou-o muito. Nessas circunstâncias a empresa Xavier & Santos, então dona da maior rede de cinemas do sul do país, ficou sob sua direção. Mas teve de fechar em 1941, em razão de uma série de negócios malsucedidos (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Por volta de 1939 torna a colaborar com a imprensa. E assim publicaria, no Jornal Clímax, doze artigos de cunho literário e especulativo. Neste jornal, analisaria ele a neurose de guerra que então se espalhava pelo mundo, com o início da II Guerra Mundial, em 1º de setembro daquele ano, mediante a invasão da Polônia pelas forças nazistas.⁷

Em 1940 escrevia para o jornal “Movimento”, de Porto Alegre, e em fins do mesmo ano para o “Diário de Notícias”, da mesma cidade. Neste período surge Pitágoras de Melo, personagem fictício criado por Ferreira dos Santos que, inesperadamente, muito influenciou sua vida. Este personagem constituiu-se numa espécie de alter-ego do autor e antecipou muitas ideias e concepções que mais tarde ele iria adotar para si. Tão simbiótica foi a relação entre ambos que, anos depois, Ferreira escreveria o seguinte, a respeito deste intrigante personagem:

“... Pitágoras de Melo. Nasceu-nos logo às primeiras páginas de ‘Homem da Tarde.’... teve ele um papel mais criador de mim mesmo que eu dele. Pautou a minha vida pela dele. Muitas das peripécias da minha existência foram antecedidas por ele. Respeito-o, venero-o. As idéias que a personagem expunha não eram então as minhas. Hoje, em grande parte, são.” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.6)

Sobre a II Guerra Mundial pôs na boca de Pitágoras muitas opiniões, publicadas sobretudo em artigos escritos durante o ano de 1941. E escrevera (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 7): “A Humanidade vai ganhar alguma coisa. Ela será a maior derrotada e será a maior vitoriosa. Ela sairá da luta lavada em sangue, mas mais decidida e mais corajosa. Essa luta é um meio de equilíbrio. [...] Mas algo vai vencer... o homem de amanhã. E, só ele.”

A respeito da Grande Guerra, Ferreira escreveu quase uma centena de artigos, analisando com grande presença de espírito cada situação. Por exemplo, em “A paradoxal amizade germano-russa” (GALVÃO; SANTOS, 2001), publicado em 1941, chegou mesmo a vaticinar, de maneira profética, no ápice mesmo da conquista alemã, que esta perderia a guerra. E que a amizade russo-alemã de então escondia já a futura inimiga, que viria, mascarada de novas facetas, derrotar a potência germânica com que estava em conluio. Ao passo que em “A

⁶ Surge então o período do “Estado Novo” no Brasil.

⁷ A Segunda Guerra Mundial teve início em 1º de setembro de 1939, quando as forças da Alemanha nazista de Adolf Hitler invadiram a Polônia. O ataque foi prontamente respondido pelo Reino Unido, França e pela Comunidade das Nações, que declararam guerra a Hitler.

guerra dos erros” (GALVÃO; SANTOS, 2001), também de 41, comenta os grandes erros cometidos na guerra, enumerando-os vários.

O Nazismo era para ele a última etapa do pangermanismo, e Hitler um porta-voz deste movimento, deve-se notar. Dissera, também, que: “O nazismo não pode ser vencido apenas materialmente, precisa ser aniquilado, porque não se vence uma fatalidade ao deixá-la prosseguir o seu destino. O nazismo não é apenas uma ideologia. Toda a simbologia é fanática. Há em todo o nazismo uma preparação para a morte” (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 9). E ainda sobre os perigos da doutrina nazista, por ele descrita como autoritária e dominadora, faz o seguinte comentário: “... o nazismo mesmo vencido reaparecerá com outros ‘ismos’. A hidra tem mais de uma cabeça e conhece também diversas metamorfoses. A guerra contra essa hidra não é apenas no campo de batalha, mas também dentro de nós” (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 10). Bem como: “Esta guerra está provando que não basta podar as árvores, porque brotam depois galhos mais fortes e mais potentes, nem basta cerrá-la pela base para que nos libertemos dela. É preciso ir além, ir às raízes, revolver a terra para que nada fique” (sic) (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 10).

Ferreira dos Santos, que muito admirava Nietzsche, escreveu diversos artigos a seu respeito, muitos deles defendendo-o da imputação dos nazistas de que este seria o pai de sua doutrina. Contra isto, diz ele:

É costume dos líderes nazistas asseverarem que Nietzsche foi o precursor da filosofia nacionalista que se polarizou no Terceiro Reich. Através da leitura atenta da obra nietzscheana não se pode admitir que seja precursora do nazismo senão como consequência de uma má interpretação, demasiadamente prussiana e estreita do seu verdadeiro sentido. (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 10)

Prossegue então apresentando testemunhos extraídos das próprias obras de Nietzsche para mostrar nunca ter este acreditado na “superioridade racial germânica”, exaltada então pelos nazistas e um dos postulados fundamentais de sua filosofia (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Alguns destes artigos sobre a Segunda Guerra foram mais tarde editados nos livros “Páginas Várias”, “Certas sutilezas humanas”, “A luta dos contrários” e “Assim Deus falou aos homens”. E o total de artigos de Mario dos Santos publicados em jornais ao longo da vida chegou à aproximada soma de 177. De fato, como jornalista, muito esclareceu as pessoas através das páginas dos jornais (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 10).

1.1.3 A vida nos anos 40 e primeira metade dos anos 50

Já no início da década de 40, Mario dos Santos se muda para a cidade de Porto Alegre, iniciando uma nova etapa de sua vida. Conheceu neste período vários intelectuais gaúchos, entre eles Athos Damasceno Ferreira, Mario Quintana, Manoelito de Ornelas e Érico Veríssimo, através do poeta Eliezer Demenezes, seu amigo, que também o apresentou aos diretores da Livraria Globo (GALVÃO; SANTOS, 2001). Foi então contratado durante os anos de 1943 e 1944 por esta livraria, para traduzir obras diversas: “Vontade de Potência” de Friedrich Nietzsche; “Les Pensées” e “Lettres Provinciales”, de Blaise Pascal; “Journal Intime”, de Henri-Frédéric Amiel; e “La Physiologie du Mariage”, de Honoré de Balzac estavam entre elas. Mas seu grande sonho era mesmo redigir um dicionário de Filosofia, que só viria a publicar após muito trabalho, em torno de 20 anos mais tarde (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.11).

Nesta época, a tradução das obras de Nietzsche impôs sérias dificuldades a Mario dos Santos. Dizia ele: “A tradução das obras de Nietzsche é sempre um esforço, um dispêndio de energias que só o podem compreender aqueles que a realizam” (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 10). De início, Mario dos Santos considerou insuficientes seus conhecimentos de alemão, aprendido no ginásio, para a realização desta tarefa. Diante disso contratou um professor particular para aprofundar-se no domínio da língua germânica. De fato, transpor para outro idioma os elementos mais característicos do estilo de Nietzsche era mesmo um grande desafio, senão uma impossibilidade, já que com as peculiaridades da língua alemã, só mesmo esta permitiria expressá-los. Ademais, Mario dos Santos queria ser o mais fiel possível ao ritmo, estilo e modalidades da expressão nietzschiana (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Um dos primeiros tradutores de Nietzsche no Brasil, Mario dos Santos acrescentou à tradução de “Vontade de Potência” um ensaio, “O Homem que foi um Campo de Batalha”, onde mediante profunda análise do pensamento nietzschiano procura visualizar este autor sob novo ângulo. Na esteira deste renovado enfoque, Mario dos Santos dá preferência a uma tradução não literal do título da obra - “Der Wille zur Macht” - que literalmente seria “A Vontade para Poder”, por “Vontade de Potência”. Como isto acarretasse comentários críticos, explicou no prefácio da obra o motivo de sua escolha. Sua tradução, por sua vez, fundamentou-se na primeira edição das “Obras Completas” deste autor, publicada em novembro de 1901 por C. G. Neumann, em Leipzig (quinze volumes). Mario dos Santos traduziria também “Aurora”, “Além do Bem e do Mal” e “Assim Falava Zaratustra” de Friedrich Nietzsche. Esta última contendo notas explicativas sobre o emprego dos símbolos na obra nietzschiana. Sobre seu amor

à obra de Nietzsche, que junto com a de muitos de seus comentadores ele compulsara inteira ao longo dos anos, ele disse: “O meu amor à obra desse grande poeta e a minha lealdade para com o seu pensamento não me permitiram que procedesse de outro modo...” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 11).

Durante toda a sua existência, Mario dos Santos desejou levar uma vida de meditação, de solidão e de realização espiritual, porém as condições lhe foram adversas. De fato, os afazeres do mundo, com suas atribulações, estiveram sempre presentes em sua vida. Teve de conciliar sua vocação de filósofo com trabalhos vários ao longo desta, porém foi grandiosa sua realização intelectual. Segundo suas filhas, foi no ano de 1940 que Mario dos Santos escreveu sua primeira obra filosófica, o ensaio “Homem, animal que interroga”. Mas, para editá-lo, a Livraria Globo exigira sua avaliação por uma junta de intelectuais e para um destes “o livro seria um fracasso, pois brasileiro não lê filosofia” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 12). Anos mais tarde, publicou-o sob o título “Se a Esfinge falasse”, com o pseudônimo Dan Andersen, decidido a provar a improcedência desta afirmativa. Percebendo que na capital gaúcha não teria possibilidade de realizar seu verdadeiro objetivo, publicar suas obras filosóficas, decidiu então ir para São Paulo.

Assim, iniciava nova vida no mesmo ano em que a 2ª Guerra Mundial findava. Neste ano de 1945, em que Getúlio Vargas seria deposto, pondo fim ao Estado Novo, Mario dos Santos fixava-se na capital paulista. Em São Paulo pôs-se a trabalhar na Editora Flama. E traduziu obras famosas. “Saudação do Mundo” de Walt Whitmann, “Adolphe” de Benjamin Constant, “Hermann e Dorotéia” de Goethe, e “Histórias de Natal” - numa antologia de contos célebres -, vieram a lume por esta editora. Contudo, pouco tempo trabalhou nesta empresa. Passou logo a dirigir a seção editorial de uma outra, a Editora e Distribuidora Sagitário Ltda., firma em que publicou diversos livros, a maioria de sua autoria, porém, assinados sob diferentes pseudônimos (GALVÃO; SANTOS, 2001).

As dificuldades econômicas de Mario dos Santos, então, eram grandes e não conseguia ele sequer o suficiente para manter sua família. Neste período de intenso labor intelectual aceitou trabalhar na livraria Ritz da Rua Barão de Itapetininga⁸ como gerente na seção de livros raros. Mario dos Santos já tinha interesse em atuar neste ramo desde que vivera em Pelotas. Em carta sobre este período deixou registrado que sua situação era “desesperadora” e estava às portas de escravizar-se para o resto da vida e sob contrato a um comerciante calculista, que se aproveitando de sua situação, impunha-lhe escrever, com pseudônimos vários, livros medíocres

8 Depois situada na Av. São João.

para que ele os editasse, o que ia contra o seu ideal de cultura. Nesta época recebe de firma cinematográfica norte-americana uma proposta tentadora: trabalhar em roteiros de filmes. Porém este não era seu ideal. Ao longo da vida muitas vezes dissera: “...Sei que no mundo dos negócios poderia eu ter um destino melhor. Mas sou daqueles poucos raros que valorizam o ser e não o ter” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 13).

Mario dos Santos jamais desejou ter vínculos nem subordinar-se a partidos, facções ou grupos. Não queria ver tolhida sua independência e liberdade de pensamento pelos comprometimentos que a associação e a subordinação a terceiros muitas vezes implicam. Sem dúvida, esta radical independência e o relativo isolamento gerado por ela constituem uma das razões pelas quais a sua obra permaneceu olvidada, quase perdida em nosso país, já que sua obra, personalíssima, restou atomizada em meio à sociedade brasileira. Desde meados da década de 40, Mario dos Santos frequentava o Centro de Cultura Social e o Centro Republicano Espanhol, situados respectivamente na rua Libero Badaró e na rua do Gasômetro (GALVÃO; SANTOS, 2001). Nestas ruas históricas da região central de São Paulo, Mario dos Santos participou de inúmeros encontros, palestras, reuniões e debates. Se no século XIX inaugurou o serviço de iluminação a gás em São Paulo e a outra viu morrer assassinado por motivos políticos o ilustre residente que lhe dá o nome, já nos anos 40 do século XX elas foram palco do brilhantismo de Mario dos Santos, na forma de palestras e debates acalorados⁹. Um de seus debates mais emblemáticos foi aquele havido com o famoso jurista Caio Prado Junior, em que Mario dos Santos refez toda a exposição deste, corrigindo-lhe os erros teóricos¹⁰. Em outra ocasião, com medo de sua defesa do Socialismo Libertário os radicais comunistas denunciaram o local da palestra à Polícia como sendo uma célula comunista! Em 1946, Mario dos Santos lança novas traduções de obras de Nietzsche. As traduções de “Aurora” e “Além do Bem e do Mal” foram publicadas neste ano pela Editora e Distribuidora Sagitário (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 11).

No mesmo ano, Mario dos Santos inicia suas atividades de professor particular, que manteve até os últimos dias de sua vida. Gostava de ensinar e suas aulas sempre despertaram entusiasmo. Era das ideias surgidas em suas aulas que em geral costumavam provir seus livros (VIANA, 2014). Ministrou também cursos no Colégio Livre de Estudos Superiores, onde se destacam os de Lógica e Filosofia proferidos por ele a convite de Vicente Ferreira da Silva, que dirigia a entidade. Ali proferiu ainda grande número palestras, após as quais os estudantes

9 A Líbero Badaró é atribuída a frase “Morre um liberal, mas não morre a liberdade.”, proferida na ocasião de sua morte por assassinato.

10 <http://www.dicta.com.br/edicoes/edicao-3/mario-ferreira-dos-santos-e-o-nosso-futuro/>

costumavam dirigir-se à sua residência, para dedicarem-se a livres debates sobre temas políticos, econômicos e sociais. Em 1947, fundou o “Instituto Cultural Logos”, onde mantinha cursos presenciais e por correspondência. Estes eram novidade na época. E os que existiam eram poucos e vinham diretamente dos Estados Unidos ou da Europa, não sendo concebidos com vistas às características e necessidades do cidadão brasileiro. Caso alguém desejasse cursá-los teria de entrar em contato com os países de origem, de onde viriam as correspondências de maneira direta (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Aos seus cursos por correspondência, Mario dos Santos dava o título genérico de “Cultura e Filosofia Geral”. Eram cursos bastante solicitados e abrangiam uma ampla gama de áreas do conhecimento: Língua Portuguesa e Cosmovisão, História e Geografia (Geral e do Brasil), Ciências Físicas e Naturais, Matemática, Cultura, Higiene, Psicologia (Teórica e Prática), Filosofia Geral, Lógica Geral e Dialética, eram matérias de seus programas de ensino. A preocupação maior de Mario dos Santos com estes cursos era a de “expor a matéria de forma acessível sem rebaixar o conteúdo” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 16). Em grande parte, estes cursos foram editados em livros que vieram a constituir a Enciclopédia de Ciências Filosóficas e Sociais. A divulgação dos cursos era feita sobretudo através do “boca a boca” pelos próprios alunos, e as apostilas eram entregues em todo o território nacional.

Mais que um Mestre, era amigo. Por isso, muitos alunos mantiveram com ele um contato constante através de correspondências. “Todos [os] meus alunos encontram em mim não apenas um professor, mas um amigo ...”, disse ele (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 16). A motivação de seus cursos, explicou-a também nestas cartas: “Quando criei o curso de Filosofia por correspondência, fi-lo a pedido de muitos alunos que haviam cursado cursos orais comigo...” – disse em uma delas (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.16). “E quero em troca, apenas, que as minhas lições despertem um grande amor ao saber e à cultura, ...” (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 16) – asseverou ele em outra. Mario dos Santos recebeu também grande incentivo de seus alunos, que tão bem o acolheram quanto acolheram seus cursos. As cartas que Mario e seus alunos trocavam trazem a prova. Disse um deles:

Em meu poder sua prezada carta de 3 de maio, cujas palavras se revestem de uma espécie de humanidade e aprofundamento no estudo da alma humana que demonstram nitidamente uma superioridade de pensamento... uma coisa que não vi nas minhas relações anteriores com os homens e a qual tanto me impressionou anteriormente, a ponto de escrever-lhe....

Dirigiu-lhe outro as seguintes palavras: “Devo informar que estou bastante entusiasmado com o curso dirigido por V.S.; minha impressão é de que o mesmo vai prestar

inestimável contribuição para que muitos patrícios nossos, sem recursos para cursar academias, como é o meu caso, possam adquirir uma cultura geral –...” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 17) E ainda: “... Quanto à nova resolução tomada por V.S. a fim de facilitar-me, quero agradecer-lhe, pois vejo que V.S. procura mesmo ajudar-me, não pelo interesse do dinheiro, mas pela vontade que tem em ensinar os outros, para que não enveredem no caminho da perdição, ...” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 17) - expressava outro aluno, que expunha a boa vontade de Mario em educar e ajudar. Noutra carta, Mario arrematava:

Realmente não sou comerciante nem desejo ser. Devoto a minha vida, e para tanto não temo os prejuízos e as consequências, em bem servir os outros, já que tão poucos se lembram que os outros existem senão para deles se utilizarem. ... Satisfaço-me como vivo, embora com poucas coisas, mas com muitas outras que o dinheiro não dá. (sic) (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 17)

Se em 1947 iniciara o seu curso de Cultura Geral - que se tratava de um curso de extensão cultural com participação média de vinte alunos e que abrangia temas de várias áreas, como História, Estética, Filosofia, Psicologia, Sociologia, entre outros -, dez anos depois, em 1957, Mario dos Santos passa a ministrar apenas aulas noturnas para uma turma selecionada, pois os afazeres de sua editora tomavam a maior parte do seu dia. Mario dos Santos proferiu ainda diversos cursos de Oratória, sobretudo para alunos de Direito, deixando gravado inclusive um “Curso de Oratória” em 20 aulas, desenvolvido segundo um método próprio, por ele criado (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 17).

Mario dos Santos, que desejava sempre despertar no aluno o espírito criador, deixou sua marca de educador em muitas mentes, ao longo de sua vida. Ofereceu também amparo e auxílio a muitas pessoas. Era procurado com frequência por gente dotada de grande sofrimento. Gente aflita, angustiada, sem esperanças. Com a finalidade de ajudá-las desenvolveu um método pelo qual pretendia restabelecer a condição de harmonia e autodomínio destas pessoas. E como obtivesse vários resultados positivos, decidiu então torná-lo público. Para isto escreveu dois livros: “Curso de Integração Pessoal” e “Convite à Psicologia Prática” - obras que ensinam o autoconhecimento e o estímulo das próprias possibilidades. Pelo aproveitamento da Caracterologia, Mario dos Santos orienta o leitor a conhecer melhor seu próprio temperamento e caráter, bem como a encontrar e estimular em si as suas próprias forças¹¹. Grande orador, inúmeras foram as palestras e discursos proferidos por Mario dos Santos ao longo da vida. E

11 O primeiro, publicado em 54, o segundo apenas em 61.

por sua habilidade oratória, muitas vezes foi convidado a candidatar-se a cargos políticos, porém sempre rejeitara tais solicitações (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 18).

Dentre as muitas palestras proferidas, eis algumas: “A filosofia de Max Scheller”, no Colégio Livre de Estudos Superiores, em 1946; “Proudhon e o socialismo no século XX”, Centro de Cultura social, 1947, São Paulo; “Que es el existencialismo”, Centro Gallegó, 1950, São Paulo; “São Lucas e sua significação”, na Sociedade Médica São Lucas, 18/10/1952, São Paulo; “O Método Dialético e sua aplicação”, no Instituto Sampaio Fonseca, 29/04/1954, São Paulo; “Mauá, o Grande Homem de Empresa”, no Instituto Sampaio Fonseca, 28/12/1954, São Paulo; “O pensamento Pitagórico e sua atualidade”, no Centro de Debates e Estudos Culturais CEDEC, 16/10/1955, São Paulo; “Realidade Brasileira”, no Centro Acadêmico 3 de março, 02/10/1962, São Paulo; “Os ciclos culturais”, no Centro de Cultura, 14/11/1965, São Paulo; “Conceito Ontológico da História”, no Centro de Cultura e Livraria e Editora Logos, 16/01/1962, São Paulo; “Integração e Desintegração da História”, na Faculdade de Filosofia, Ciências e s de Santos, 1963; “A Crise no Mundo Moderno”, na Associação Brasileira de Imprensa, 1965, Rio de Janeiro; “Dialética Concreta”, na Faculdade de Filosofia São Bento, 14/10/1966, São Paulo; “Palestras sobre temas propostos”, no Colégio São Luís, 26/10/1966, São Paulo; “S. Tomás e a Sabedoria”, no Instituto Teológico Pio XI 03/1967, São Paulo; “Palestras sobre temas brasileiros”, Convivium 02/05/1967, São Paulo; “Palestras sobre temas propostos na hora”, Convivium, 24/04/1967, São Paulo; “A importância da Oratória na vida de um líder”, na Câmara Júnior de São Paulo, 16/08/1967 (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 18).

Mario dos Santos tinha por hábito falar de improviso. Era de seu costume deixar os ouvintes proporem o tema e ele então começar a discorrer. Considerava que é característica do Filósofo ser capaz de tratar de matérias diversas, pois todas as disciplinas pertencem em última análise à Filosofia. Mario dos Santos abominava a especialização excessiva, característica da *banausia* grega e recorrente em ciclos históricos decadentes. Ele valorizava o conhecimento enciclopédico bem fundado e considerava que possuí-lo era dever do Filósofo. Para ele, na Filosofia não há lugar para a especialização. Considerava, ainda, que “filósofo especialista” seria uma “*contradictio in adjectis*”, pois é da natureza da Filosofia ser generalista e abrangente, embora rigorosa. Mario dos Santos reconhecia que Professores de Filosofia poderiam dedicar-se a uma especialidade. Mas não era ele, nem assim se considerava, mero Professor de Filosofia. Ele era verdadeiro Filósofo e estava ciente disso. Se o Professor de Filosofia poderia ocupar uma cadeira e dedicar seu ensino a uma área especializada, todos os Filósofos - os grandes, pelo menos – foram sempre universalistas e abrangentes em seu trabalho de penetrar a realidade.

Todos eles trataram de tudo quanto é cabível à Filosofia (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 18; VIANA, 2014).

Um Filósofo há de tratar de matérias e disciplinas diversas, pois todas pertencem à Filosofia. O que deveria causar perplexidade é que o Filósofo não fosse capaz de fazê-lo, porque na Filosofia não há especialização. Este era o seu pensamento. E a este respeito chegou a dizer: “Ser um mero professor de filosofia eu não sou, eu posso dar aulas especializadas, mas não sou propriamente um professor de filosofia, eu sou um filósofo, tenho uma obra realizada, esta obra existe, está aí publicada” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 19). E também: “... predomina nas escolas e nas universidades, infelizmente, o espírito do especialismo, que desde que entrou só serviu para perturbar o desenvolvimento da cultura humana e fazer com que estes três séculos sejam os três séculos mais estéreis do pensamento humano...” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 19).

Também lhe foi perguntado certa feita se podia ser chamado de “sofista do século XX”, ao que respondeu:

Não, porque a nossa posição na filosofia é muito clara. Só aceitamos na filosofia uma autoridade a demonstração, e a demonstração necessita ser apodítica, isto é, com juízos universalmente válidos, enquanto não chegamos a isto consideramos o trabalho ainda incompleto. A nossa posição é muito clara, somos contra a filosofia subjetiva, de opiniões, de *doxa*, de pareceres, de ponto de vista, interessa-nos apenas a filosofia objetivamente. Partimos do seguinte: “há uma “sofia” que é “suprema sofia”, que é a verdade das coisas em si mesmas, das coisas tomadas em si mesmas, para si mesmas. Esta marcha do homem para esta “sofia”, para este conhecimento, este afanar, este esforço é propriamente a filosofia. Esta filosofia ou alcança alguma verdade, alcança a determinados conhecimentos que pode estabelecer como absolutamente válidos ou não. Se tem certeza que não alcança, é apenas uma vilegiatura, é um turismo intelectual, é um passatempo. Se atinge vamos nos dedicar a ela, por isso nos opomos a todas as escolas onde se prega o agnosticismo e a inutilidade da filosofia. Partimos do seguinte: aceitamos a frase de Aristóteles, a única autoridade é a demonstração, quer dizer, enquanto não se demonstra apoditicamente um juízo também exclusivo, nós não alcançamos o fim da nossa pesquisa. Se isto é possível ou não é que se discute, nós dizemos que é possível e provamos. (sic) (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 19)

É certo que Mario dos Santos demonstrara desde jovem grande interesse pelos problemas sociais de seu país, participando de vários movimentos nas décadas de 20 e 30. “Sempre lutara por uma sociedade que respeitasse a liberdade individual e proporcionasse oportunidade a todos”, atestam suas filhas (GALVÃO; SANTOS, 2001). Nesta linha, em 1951, quando Getúlio Vargas assume seu segundo mandato como Presidente, desta vez pelo voto direto, Mario dos Santos publica o “Manifesto Cooperacionista Brasileiro”. Obra em que realiza uma síntese da situação econômica brasileira e apresenta suas soluções aos graves problemas então existentes. Neste mesmo ano, funda a Cooperativa de Consumo Metropolitana, sediada na Av. Ipiranga, 1125, conjunto 71. Para Mario dos Santos, a criação de cooperativas seria importante solução para muitos dos problemas nacionais. Reconhecendo o caráter naturalmente

cooperativo do povo brasileiro, entendia que por este meio poder-se-ia obter maior produtividade, maior participação dos trabalhadores nos frutos de sua produção e maior liberdade ante os abusos que muitos patrões costumavam praticar, sobretudo numa sociedade tão díspar na distribuição de seus recursos. Ao que tudo indica, de início o movimento teve boa acolhida, porém o projeto logo foi desvirtuado por alguns de seus membros, diante do quê Mario se desligou da iniciativa (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Com grande dificuldade edita em 1952 a obra “Filosofia e Cosmovisão”, que inaugura a sua Enciclopédia das Ciências Filosóficas e Sociais. Constituiu empecilho para a publicação desta obra a má-vontade dos livreiros em pôr à venda uma obra de filosofia. “Brasileiro não lê filosofia...” era o chavão de preferência destes comerciantes. De nada adiantou ter vendido milhares, dezenas de milhares de exemplares, escrevendo sob pseudônimos estrangeiros. Parece que os livreiros no Brasil interessavam-se menos pelo conteúdo das obras que por ostentar o nome estrangeiro de seus autores, mesmo que inexistentes, o que vinha provar uma vez mais a realidade do espírito de “colonialismo passivo” que Mario tantas vezes denunciara (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Mas ao longo de nossa história não foi Mario o único a padecer deste mal. Também Julio de Melo e Souza, mundialmente conhecido como Malba Tahan e autor de “O Homem que Calculava” só teve o primeiro de seus textos publicado, em 1920, quando escondido trocou seu nome por R.V. Slady, pondo de novo sobre a mesa do editor o texto que já fora rejeitado. Não satisfeito, disse ainda para o editor ao reencontrá-lo que seus contos eram mesmo muito fracos, mas que traduzira um texto de autor americano formidável, conforme consta de sua entrevista de 1973 ao Museu da Imagem e do Som no Rio de Janeiro.¹² Resultado: seu texto foi publicado, com realce, na primeira página do jornal...

Impressionado com tamanha rejeição sumária neste ano de 1952, em que a primeira bomba de hidrogênio fora detonada e em que o chavão “brasileiro não lê filosofia” caía sobre seu livro com efeito atômico, Mario dos Santos decidiu não fazer senão a mínima divulgação de suas obras, lançando seus livros ao próprio destino. A ideia, ousada, era esperar que os próprios leitores fizessem a divulgação de suas obras pelo boca-a-boca. Ele não podia acreditar que o brasileiro fosse um povo indiferente à Filosofia. E acreditando no povo brasileiro, não só obteve êxito, como, muito além das expectativas, êxito estrondoso. Muitas de suas obras chegaram a ter 9, 10, 12 edições! E as vendas chegaram à casa dos milhões de exemplares. Sua resolução de publicar livros com seu próprio nome mostrou-se mais bem sucedida ainda, que

12 Cf. SALLES, Pedro Paulo e PEREIRA NETO, Andre. **Malba Tahan: muito além do pseudônimo**. 2015. P.3

sua antiga experiência de escrever livros sob pseudônimos estrangeiros (LADUSÃNS, 1976. v.1.).

A primeira edição de “Filosofia e Cosmovisão” saiu pela Editora Edanee, porém Mario dos Santos desejava ter sua própria editora – e, ainda mais, em face das dificuldades que enfrentara. Em 1953, fundou a Livraria e Editora Logos, dando início definitivamente à publicação de seu plano editorial, cujo cerne eram obras de Filosofia.¹³ Falando a respeito disso numa palestra, comentou:

... eu procurei editor para o meu livro, ele deu a entender que era o maior absurdo editar um livro de filosofia num país de analfabetos, e me disse francamente: para editar um livro de filosofia no Brasil, o Sr. precisa ter muito dinheiro, e uma publicidade muito grande, então, disse a ele: ‘Pois vou fazer uma experiência com o meu próprio esforço.’ E fiz uma editora para editar os meus próprios livros. Sem um tostão de capital, usei crédito. Não fiz publicidade, não tive apoio de ninguém. Aguardei apenas que o povo brasileiro tomasse o meu livro, o lesse e fizesse a propaganda por si próprio. E fez. (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 14).

A Livraria e Editora Logos Ltda. teve, inicialmente, sede na própria residência de Mario dos Santos. Posteriormente teve vários endereços até finalmente instalar-se de maneira definitiva no 8º andar do nº 137, da rua 15 de Novembro, no centro de São Paulo. Em linha com seu eterno ideal, a respeito de seu novo empreendimento deixava bem claro que o programa da Editora Logos era de cunho cultural e publicaria apenas obras de cultura, como os clássicos e obras de filosofia. Ainda em 53, publica seu “Curso de Oratória e Retórica”, que rapidamente se esgota. Na sequência, edita “Técnica do Discurso Moderno”. E em 57 será a vez de “Práticas de Oratória”, compondo assim a trilogia que viria a ser o “carro-chefe” de suas publicações, aquelas de maior vendagem (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 14).

De maneira sucessiva publica os livros de sua Enciclopédia, os doze primeiros volumes foram reunidos na coleção denominada “Cultura Moderna”. Em um momento em que as demais editoras no geral mantinham um sistema de vendagem tradicional e rejeitavam obras de filosofia por suposta falta de receptividade do público, Mario dos Santos encontra ali justamente o seu nicho. Para isso, entretanto, faz uma opção inovadora - opta de forma pioneira por fazer vendas a crediário. Este sistema de vendas a crédito e em parcelas facilitava aos vendedores de suas obras a abertura de suas próprias firmas comerciais, garantindo a abertura de filiais em várias cidades e capilarizando a distribuição de suas obras. Apesar da descrença de muitos, a estratégia de vendas foi um sucesso (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 15).

13 Em 1953, Mario chegou a ter a oportunidade de editar a sua Enciclopédia de Ciências Filosóficas e Sociais pelo Instituto Brasileiro do Livro. Escreveu então uma carta ao dirigente da entidade, Dr. Augusto Meyer, porém sua proposta não foi aceita (GALVÃO; SANTOS, 2001; p. 26).

Seus livros eram vendidos de porta em porta e o aumento da procura pelos livros de Mario Ferreira levou-o a abrir um escritório na Praça da Sé, região central de São Paulo, para maior facilidade de acesso. Montou ali mesmo um auditório com capacidade para 250 pessoas, a ser utilizado para palestras e cursos. Naquele atribulado ano de 1954, que presenciou na Rua Toneleiro o atentado sofrido por Carlos Lacerda e também o suicídio do Presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, Mario dos Santos traduz a obra: “Assim Falava Zaratustra”, de Friedrich Nietzsche. A esta altura, já havia vertido para o português duas outras obras deste autor, “Aurora” e “Além do Bem e do Mal”, publicadas ainda em 1946 pela Editora e Distribuidora Sagitário. O texto de “Assim Falava Zaratustra”, Mario dos Santos o fizera acompanhar de uma série de notas, compostas especialmente com o fim de explicar os símbolos que despontam na obra nietzschiana. Ele ressalta o apelo heroico de Nietzsche, que enfatiza sobremaneira o caráter positivo e afirmativo da vida e impele à busca incessante da superação de si mesmo (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Naquele ano, Mario dos Santos profere ainda duas importantes palestras no Instituto Sampaio Fonseca, em São Paulo. No dia 29 de abril, sua palestra sobre “O Método Dialético e sua aplicação” foi dirigida aos membros do instituto. E em 28 de dezembro falava ele sobre o maior empreendedor de nossa história, com o tema “Mauá, o Grande Homem de Empresa”, na mesma instituição. Já o ano de 1955 foi palco para uma palestra no Centro de Debates Culturais (CEDEC), também em São Paulo, sobre um dos temas mais caros à pessoa de Mario Ferreira dos Santos, pois a temática versava sobre o pensamento filosófico de maior influência na vida deste pensador. A 16 de outubro de 55, o público paulista foi brindado com uma preleção de Mario Ferreira sobre “O pensamento Pitagórico e sua atualidade”. O ano subsequente, por sua vez, mostrou-se bastante produtivo para Mario dos Santos no que concerne à produção escrita. Este ano viu serem lançados nada menos que 5 volumes de autoria de Mario, pertencentes à sua Enciclopédia das Ciências Filosóficas e Sociais, a saber, os seus: “Tratado de Simbólica”; “Filosofia da Crise”; “O Homem perante o Infinito”; e ainda “Pitágoras e o Tema do Número” (GALVÃO; SANTOS, 2001).

1.1.4 Últimos anos

Aquelas teses surgiram para Mario dos Santos como num relâmpago. O clima de constrangimento se fez sentir no ar como uma pesada nuvem, quando Mario dos Santos encerrou repentinamente a sua aula de modo não habitual: “Vou suspender as aulas por uma semana porque neste momento tive uma ideia e vou escrever já” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 33). Mario dos Santos correria para chegar à própria casa... As teses lhe surgiam espontâneas, sem esforço nem procura - quase 300 teses! Anotava-as em sequência no papel. Assim surgia para ele a sua Filosofia Concreta, através de uma repentina intuição criadora. Somente depois ele procurou justificar e demonstrar as teses e deitar em papel o texto definitivo de sua obra.

Para março daquele ano de 1957 fora marcado o edital para escolha do projeto urbanístico da cidade de Brasília.¹⁴ No Planalto Central, em apenas três anos, estaria erguida a nova capital do país. Ora, 1957 é também o ano de publicação da obra mais fundamental de Mario dos Santos, a Filosofia Concreta, em que este estabelece o seu modo próprio de filosofar. Composta a partir de fulminante lampejo intuitivo, sua Filosofia Concreta caracteriza-se por fundar em juízos apodícticos e universalmente válidos os postulados em que está baseada. E neste mesmo ano, atarefado com sua editora, passou Mario dos Santos a ministrar aulas noturnas apenas, em seu auditório e para uma turma selecionada. Por seus múltiplos afazeres, já não podia manter o volume de aulas a que estava acostumado (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Em 1958, visita vários países da Europa. A viagem causou-lhe grande impressão e o deixara ávido de obter para o Brasil aquelas conquistas que a Europa já havia alcançado! Sobre a viagem, disse ele: “Quando viajei pela Europa e vi a grandeza daqueles povos, lembrando-me das coisas do meu país eu tinha pena de nós, como éramos tão atrasados e só pensava em voltar para o Brasil e lutar nesta terra, para que nós fizessemos o que eles faziam...” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.19). Retornou ao Brasil com ânimo de trabalhar pela cultura do país e promover seu avanço, neste ano em que muitos estavam apenas encantados com a primeira vitória do Brasil em Copas do Mundo.

Ciente das mazelas de seu país, Mario Ferreira dos Santos tinha enorme desejo de melhorar as condições de sua nação. Por isso a sua participação política ao longo da vida e ainda o seu esforço cultural constante, que não servia apenas para atender à vocação própria de

14 cf. a respeito o sítio do O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>

um único homem, mas também para engrandecer aos demais. Este o desejo sincero de Ferreira, em relação a seu povo: elevá-lo à condição de poder produzir, por si e para si, uma obra construtiva e de grande valor cultural. Mario dos Santos, entretanto, jamais deixou de depositar sempre grandes esperanças no povo brasileiro. E, por isto dizia:

E o Brasil pelas suas condições históricas, porque é um país que recebeu os povos de todos os quadrantes do mundo, e conseguiu dar uma convivência, entre esses povos, a mais harmônica que se conhece na História esta convivência extraordinária e que não se conhece em nenhuma outra parte do mundo, é um povo que está predestinado a alguma coisa de grande. Só este povo poderá lançar uma visão ecumênica, uma concepção universal... esta realidade só pode surgir de um povo que já deu o exemplo histórico de compreensão universal, e este povo é o povo brasileiro.” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 20).

Nesta viagem aproveitou para fazer contatos com diferentes editoras estrangeiras, com vistas a obter elementos para reforçar o trabalho de difusão da alta cultura pelo país. Trabalho de difundir pelo Brasil a inteligência superior, capaz a um só tempo de oferecer, a um único indivíduo e a todo um povo, as ideias mais felizes, os caminhos mais seguros e os meios mais certos para se atingirem os propósitos mais nobres (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Em 1959, ano em que Juscelino Kubitschek rompe com o FMI e em que começa a Revolução Cubana, Ferreira dos Santos lança outro de seus livros mais importantes, os “Métodos Lógicos e Dialéticos”, onde expõe nova metodologia para guiar com segurança o estudioso pelos variados campos do saber. Reunindo ali uma multiplicidade de métodos dialéticos e lógicos, Ferreira traz ainda sua contribuição pessoal a este campo sutil que perpassa todos os domínios intelectuais. A obra apresenta o seu método dialético-concreto e também a “penta” e a “decadialéticas”.¹⁵ Nela se faz um estudo profundo do conjunto de métodos lógicos e dialéticos havidos ao longo da história. E traz aí a explanação dos métodos por ele desenvolvidos (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Já em 1961, aluga as dependências de uma fábrica, a fim de instalar no local nova editora de sua propriedade, a Gráfica e Editora Minox, mais tarde transferida para uma sede própria situada na Av. Conceição, 645.¹⁶ Com o fito de mais uma vez atender ao seu eterno ideal de difundir a cultura, publicou neste ano a coleção “Convite ao Saber”. No mesmo ano publica a revista “Zaratustra”.¹⁷ A maioria dos artigos eram ali escritos por ele, com pseudônimos variados. Alguns destes constam do livro “Páginas Várias”. A atividade comercial toma-lhe grande parte do tempo, mesmo assim leciona e profere palestras. De fato, muitos de seus livros foram redigidos em seu escritório durante o expediente comercial, onde Ferreira dos Santos

15 Metodologias dialéticas criadas por Mario dos Santos para a investigação filosófica.

16 Atualmente Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira

17 Trata-se de uma “Revista de Cultura”, (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 25)

conseguia “isolar-se” mesmo em meio de muitas pessoas, conforme aprendera com os jesuítas com quem estudara quando garoto (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Em janeiro do ano seguinte, Mario dos Santos profere a palestra “Conceito Ontológico da História” no “Centro de Cultura e Livraria e Editora Logos”. E em fevereiro do mesmo ano lança a “Coleção dos Grandes Temas Sociais”, cujo primeiro volume é o seu “Tratado de Economia”. Da mesma coleção são as obras “Filosofia e História da Cultura”, publicadas em março. Já no mês de junho saem os volumes “Análise de Temas Sociais” e “O Problema Social”, completando a coleção. Em outubro do mesmo ano Ferreira dos Santos profere a palestra “Realidade Brasileira”, no “Centro Acadêmico 3 de Março”, a 02/10/1962 (GALVÃO; SANTOS, 2001). Em 1963, profere ele “Integração e Desintegração da História” na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos. Funda também a Editora Matese, pela qual nutria especial carinho. Certa feita, explicou em uma de suas palestras o porquê do nome de sua editora:

Pitágoras dizia: sou um filósofo, sou um amante desta sabedoria, sou um homem que me ufano por alcançar este conhecimento superior que seria então a instrução suprema, como a palavra instrução em grego é “Mathese”, e o superlativo de “mega” é “meghiste”, ele deu o nome de “Mathesis Megiste”, que traduzimos por Matese, daí o nome da Editora Matese”(sic), esta foi sua resposta (GALVÃO; SANTOS, 2001)

Publicou ainda neste ano de 1963 o seu “Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais”, em quatro volumes, realizando um sonho de longa data, além de textos de filósofos clássicos (GALVÃO; SANTOS, 2001).

1964, por sua vez, é o ano de instauração do Regime Militar no Brasil, fato que causou em Ferreira dos Santos graves preocupações. Considerou, então, que perante as novas circunstâncias da política brasileira seria necessário, antes de tudo, compreender a nova realidade histórica. E para melhor consegui-lo, bem como para ajudar seu público a atingir o mesmo intento, organizou então nova série de livros. Teria esta o nome de “Uma Nova Consciência”. Assim, como fruto deste esforço surgiram um esboço e um manuscrito, ambos inacabados, de nomes “Brasil, um país sem esperança?” e “Brasil, país de exceção”. De fato, “Brasil, um país sem esperança?”, embora estivesse incompleto, chegou a ser publicado no 2º volume de “Humanismo Pluridimensional”, lançado pela Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, em homenagem a Mario dos Santos, ainda naquele ano (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Certa vez foi perguntado a Ferreira dos Santos numa de suas palestras em 1964 “Qual a mudança radical que se deve fazer no Brasil?”, ao que respondeu: “Bem, a mudança que se deve fazer no Brasil é em nós, primeiro nós brasileiros temos que mudar radicalmente...”

(GALVÃO; SANTOS, 2001), o que evidencia o seu eterno compromisso com o aperfeiçoamento individual do homem, e, coletivo, do povo brasileiro. No mesmo ano, publica ainda o caderno “O Homem Livre”, onde convida todos a lutarem contra a ignorância. Tinha esta publicação o objetivo de enaltecer e defender a liberdade humana.

Em 1965, Ferreira dos Santos retorna à Europa para uma viagem de negócios. Passa um mês fazendo contatos comerciais. Tais contatos não teriam a continuidade esperada, em razão da saúde precária deste pensador. Contudo, aproveitara a ocasião para a pesquisa intelectual. Colheu então materiais diversos e de grande interesse, especialmente na Biblioteca Nacional de Lisboa, sobre a produção de filósofos portugueses e espanhóis, sobretudo aqueles da Idade Média. No mesmo ano, Ferreira dos Santos publicará, ainda, a “Origem dos Grandes Erros Filosóficos”, obra em que denuncia velhos erros já refutados que insistem em ressurgir, mesmo nos dias de hoje, como novidades fulgurantes.

Ao que tudo indica, um dos seus principais objetivos para o ano subsequente seria organizar uma “Coleção de Textos Filosóficos” que contaria com a tradução de originais gregos, além de reexposição do conteúdo destes e comentários feitos pelo próprio Mario dos Santos. Ele, de fato, ao longo da vida traduzira e comentara já, alguns importantes textos de filósofos gregos como, por exemplo, o diálogo “Parmênides” de Platão e a obra “Das Categorias” de Aristóteles. Nem todas as suas traduções foram publicadas. Lamentavelmente, Mario dos Santos não chegou a compor a sua coleção. Entretanto, neste mesmo ano proferiu ele a palestra “Dialética Concreta” na Faculdade de Filosofia São Bento e, também, “Palestras sobre temas propostos”, no Colégio São Luís, ambas no mês de outubro. Finalmente, passa a gravar uma série de áudios em fitas magnéticas, com vistas à posterior publicação em obras escritas. Em torno de 50 fitas foram gravadas, conforme relatam suas filhas. Foram elas datilografadas e, em parte, por ele corrigidas (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 34).

No ano de 1967, Ferreira dos Santos inicia a publicação das suas obras de Sabedoria, também conhecidas como Matese da Filosofia Concreta. A primeira destas obras sapienciais foi “A Sabedoria dos Princípios”, seguida de “A Sabedoria da Unidade”. Obras que completavam o trabalho iniciado em “Filosofia Concreta” e nas quais procurava expor os fundamentos do saber de maior profundidade. Nestas, expunha um pensamento que julgava ser de origem genuinamente pitagórica, e antecedente a tudo quanto se fez em matéria de Filosofia. Esta foi, enfim, a sua tentativa de reconstruir a suprema instrução dos pitagóricos. Algumas destas obras permanecem inéditas. E deixou ele, também, um manuscrito onde procura demonstrar que o Cristianismo é uma religião única, pois não depende de raça nem ciclo cultural, mas surge de uma revelação através do próprio homem. De fato, nestes últimos anos

de sua vida, Ferreira dedicava-se muito ao estudo das religiões e tinha por objetivo escrever “Deus”, obra culminante de seu pensamento, onde o sintetizaria de maneira definitiva (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 34).

Quando já estava bastante doente recebeu do Prof. Stanislavs Ladusāns, S.J., Filósofo e padre jesuíta letão radicado no Brasil, estudioso da situação da Filosofia em nosso país, um pedido para fazer o seu autorretrato filosófico, o qual veio a ser publicado em 1975, pelas Edições Loyola, na obra “Rumos da Filosofia Atual no Brasil”. Ferreira dos Santos pretendia ampliá-lo, o que infelizmente acabou não acontecendo. Através deste professor, Ferreira dos Santos teve, em novembro de 1967, o seu primeiro contato com a Faculdade Nossa Senhora da Medianeira, situada em Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro. Conheceu ali o Professor Carlos Beraldo, S.J., que eventualmente se tornaria responsável por escrever um verbete de página inteira sobre ele, publicado em enciclopédia internacional, a Enciclopédia Filosófica Gallarate. Ladusāns, a seu turno, que considerava Mario dos Santos um “pensador de extraordinário valor”, procurou divulgar sua obra enviando-a para várias bibliotecas católicas da Europa, como sejam a *Facolta de Filosofia Aloisianum*, de Gallarate, na Itália; a *Facultad de Filosofia Alcalá de Henares*, em Madrid, Espanha; o *Collegio S. Roberto Bellarmino*, em Roma, Itália; a Biblioteca do Teologado, de Innsbruck, Áustria; e a *Berchmanskolleg*, em Pullach, Alemanha, entre outras (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Ainda em 67, Ferreira dos Santos publica “Invasão Vertical dos Bárbaros”, denunciando o estado atual da cultura no mundo e enfatizando a necessidade de buscar meios de revigorá-la. De fato: “Todo homem deve viver e morrer como herói” – eis o lema de Mario dos Santos (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 2).

Estamos agora em 1968, e a porta começa a fechar-se para a vida deste grande homem. Está ele em casa, com sua família, nesta Quinta-feira Santa. Sente o fim aproximar-se. Mas não sente medo; a vida inteira buscou a Deus. Os genros erguem-no a pedido, pois “morrer deitado seria indigno de um homem” (GALVÃO; SANTOS, 2001), disse-lhes. Começa a rezar. E rezando o Pai-Nosso, dá seu último suspiro...¹⁸

18 A missa de 7º dia foi rezada pelo Pe. Stanislavs Ladusāns, na Igreja Imaculada Conceição, Av. Brig. Luiz Antonio. Seu túmulo encontra-se no Cemitério Araxá. (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 35)

1.2 Problemas e Dificuldades na investigação da obra de Mario dos Santos

A obra de Mario dos Santos passou longo tempo esquecida e só agora começa a ser reencontrada e, sobretudo, a ser estudada com seriedade. Por isso mesmo, há ainda muito que se investigar sobre o autor e sua obra, e o pioneirismo nesse trabalho é acompanhado por dificuldades inerentes a tal condição. Faltam, sem dúvida, sobre este autor, estudos que possam mapear e esclarecer suficientemente seu pensamento. Os trabalhos que há sobre ele e sua obra são, ainda, incipientes. E não se tem, até hoje, um estudo de conjunto sobre sua produção intelectual, de modo a iluminar o estudioso que sobre ela se debruça. Esta perspectiva geral, entretanto, é bastante importante, visto ter a obra de Ferreira dos Santos caráter inequivocamente orgânico, marcada que é por forte intertextualidade, com os diversos textos do autor dialogando constantemente entre si e implicando-se mutuamente.

Deste modo, a compreensão eficaz de seu pensamento exige, ou pelo menos se beneficia grandemente, de um conhecimento amplo do conjunto de suas obras. De fato, a obra de Ferreira dos Santos traduz-se em inenarrável faina de vida inteira. Assim é que, ao longo de todo o seu tempo na Terra, Ferreira aprofundou e aperfeiçoou seu projeto de conhecimento. Realizou esforço cultural imenso, que visava a engrandecer o gênero humano, oferecendo-lhe um saber rigoroso e enriquecedor. Mais ainda, a obra de Ferreira dos Santos tem o caráter de uma busca constante de Sabedoria, um permanente cultivo do espírito, zelosamente buscado e sempre aperfeiçoado. Nisto também, serve ele de exemplo para seus próprios leitores, pois sua conduta vital em relação à cultura, patente em toda a sua obra, revela o proceder de um Filósofo no mais eminente dos sentidos.

Está fora de dúvida que, com seu trabalho, Ferreira dos Santos contribuiu grandemente para o avanço do saber rigoroso, epistêmico. Esse saber cultivado, só alcançado por aqueles que se esmeram longamente na lapidação dos conceitos. Favoreceu ele, ainda, a coordenação e aproximação dos diferentes tipos de saber, os variados campos por que transita a inteligência humana. Finalmente, como resultado de seus esforços, Mario dos Santos concorreu também para o incremento da cultura em seu país e fez avançar um legado multissecular e universal, de cunho fundamentalmente humano. O legado de Ferreira dos Santos, portanto, é universal e atemporal em seu valor. São dele estas palavras, que permitem ter uma ideia da dimensão do trabalho que realizou:

Embora não consigamos realizar – e uma vida é muito pouco para tão ingente trabalho – o nosso intuito que é de dar uma visão tensional global do existir, acompanhada de tantas provas quantas necessárias, temos certeza, porém, que o esforço de tantos anos

de observação e de estudos não estará perdido, pois estamos certos que deixamos alguma coisa que pode servir de ponto de partida para ulteriores estudos e novas postulações... (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 2).

Resta assim uma série de vias abertas à exploração de quem esteja apto e desejoso de levar adiante a chama deixada pelo filósofo. Diante de tudo isto, vale notar que o esforço de compreensão do pensamento de Ferreira dos Santos é dificultado, ademais, pelo caráter bastante volumoso de sua obra. E, ainda, pelo modo de produção desta, que em muitos aspectos foi bastante precário - até mesmo amador - para os padrões de hoje, dado que o próprio autor não só escrevia, mas também publicava e distribuía suas obras, além de ministrar cursos - entre outros diversos afazeres -, com o auxílio, basicamente, de seus familiares, conforme atestam os relatos sobre sua vida. É fato inegável que Ferreira dos Santos produziu obra intelectual vasta e de gênio, muito embora em condições desfavoráveis. E o resultado disso é que se o seu trabalho é inequivocamente brilhante do ponto de vista intelectual, a qualidade das edições e a divulgação destas ficou aquém do valor do seu conteúdo.

Mario dos Santos obteve grande sucesso editorial durante sua vida, sem dúvida; mas depois sua obra caiu no esquecimento. Fato este, que se deve sobretudo às preferências idiossincráticas do autor, que optou por manter-se afastado do ambiente acadêmico de sua época, aliás ainda incipiente¹⁹. De fato, apenas nos anos 40 do século XX a produção acadêmica de Filosofia tornou-se mais intensa e profícua no Brasil. Mesmo assim, a originalidade não era uma de suas marcas. Em geral os estudiosos da época debruçavam-se sobre sistemas estrangeiros e os estudavam sem, em regra, oferecer contribuições inovadoras. Havia, entretanto, no período ativo de Ferreira alguns núcleos produtores de Filosofia no país, mas inarticulados entre si. Ativos sobretudo fora do ambiente acadêmico formal da Filosofia havia, por exemplo, além do próprio Ferreira dos Santos, o filósofo Vicente Ferreira da Silva e o grupo de Miguel Reale, cada um seguindo, porém, uma linha de pensamento próprio. Além disso, Mario dos Santos não fazia ampla divulgação de seus livros, afastando-se da mídia tradicional, como jornais e revistas de grande circulação (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 2). Acreditava que para provar a sua crença de que o brasileiro era - ao contrário do que se costumava dizer - verdadeiramente interessado em Filosofia, não deveria lançar mão de grandes esforços de propaganda (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 2), mas deixar que seu leitor surgisse

¹⁹ A primeira faculdade de filosofia no Brasil (a Faculdade de São Bento) surge em 1908, um ano após o nascimento de Mario, mas sua relevância começa a tornar-se mais marcante nos anos 40 do mesmo século, com a missão francesa na Universidade de São Paulo, introduzida por Martial Gueroult e Victor Goldschmidt. Contudo, o estudo da história da filosofia baseado apenas em comentários ocasionou pouca produtividade filosófica no país, como é atestado por Roberto Gomes no livro "A Crítica da Razão Tupiniquim" (GOMES, 2001).

espontaneamente. Se isso não impediu o sucesso editorial de Mario dos Santos à época, também não facilitou sua lembrança e reconhecimento pela posteridade.

Não se pode, porém, negar as falhas de impressão em várias de suas edições, que por vezes apresentam erros de tipografia, com consequentes falhas na expressão da nossa língua, além de trechos truncados - o que decorre da dificuldade mesma dos temas tratados, como também da forma e velocidade da produção escrita de Ferreira dos Santos. Suas obras frequentemente não passavam por revisores. Muitas delas provêm do trabalho de datilografia realizado por sua esposa a partir de aulas gravadas em áudio²⁰ (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 15), sendo os livros confeccionados por ele com seus próprios recursos. De fato, escassos são até mesmo os estudos sobre as obras deste autor, individualmente consideradas. Quase nada se tem escrito sobre este ou aquele livro de Mario dos Santos nos ambientes acadêmicos, embora desponham alguns artigos a respeito, mas, em geral, sem tratar detalhadamente de alguma obra sua, mas sim apenas de algum aspecto presente nestas obras, ou mesmo aproveitando algumas das suas ideias ou divulgando o autor. É lamentável que a obra de um autor brasileiro de tamanha envergadura intelectual tenha ficado esquecida desta maneira. A obra de Ferreira dos Santos traz contribuições originais de valor inegavelmente universal, no campo da Filosofia. Trata-se de obra de grande erudição, que dialoga com os mais diversos autores, dos mais diferentes períodos. Toda a História da Filosofia é perpassada pelo conhecimento e pela produção de Mario dos Santos.

Nem se pode negar o quanto impressiona o número de autores citados por Ferreira, bem como a amplitude de conhecimentos deste autor. O que já se revela até mesmo pela variedade de temas por ele tratados em grande profundidade. Somente na obra *Pitágoras e o Tema do Número* (SANTOS, 19--), por exemplo, Ferreira dos Santos menciona 57 nomes de seguidores da Escola pitagórica, sendo 40 homens e 17 mulheres, dentre os quais: Demócles de Crotona e Epicárnio de Siracusa entre aqueles e Kleaickna e Cratesicléia, entre estas. Filósofos antigos, a maioria dos quais ficaram esquecidos, sem menção inclusive em muitas coleções e tratados importantes de História da Filosofia. Isto sem falar em pensadores de outras áreas por ele citados, como por exemplo, o renomado historiador francês Jérôme Carcopino²¹. Importante historiador, Carcopino escreveu obras bastante difundidas, sendo autor de um texto clássico sobre o dia-a-dia na antiguidade Romana, que chegou a ser publicado no Brasil: “A Vida

²¹ Citado por Mario Ferreira em *Pitágoras e o Tema do Número*.

Quotidiana em Roma no Apogeu do Império”. Entretanto, é pouco conhecido do público leitor na atualidade.

Em seu autorretrato, feito a pedido do filósofo e professor letão Stanislavs Ladusans²², e publicado em 1975, Ferreira dos Santos cita nada menos que 38 nomes de importantes autores escolásticos portugueses, dos séculos XV a XVII. Em toda a sua obra pululam menções a autores das mais diversas origens, matizes filosóficos e tempos históricos. São por ele mencionados, desde os autores mais proeminentes e conhecidos, como Platão, Aristóteles e Sto. Tomás de Aquino, até autores sem dúvida relevantes mas pouquíssimo conhecidos do público em geral, como Leovigildo Salcedo, Parthenius Minges, Francisco Muniz e Josefo Hellín. São ainda referidas por ele importantes figuras e textos de outras tradições, como Buda, Lao-Tse, Shankaracharya, entre outros. Isto sem dúvida confere ainda maior riqueza à obra de Ferreira dos Santos, que é capaz de dialogar com tantos autores de diferentes épocas, e de ter dominado tão vasto conhecimento. Mas isto impõe, também, uma dificuldade adicional para o pesquisador de sua obra, porque exige, para a melhor compreensão desta, um amplo conhecimento ou ao menos um grande esforço de investigação, para poder conhecer e abarcar toda essa gama de referências e autores por ele mencionados.

A extensão da obra Ferreiriana, muito numerosa em seus escritos, constitui ainda um obstáculo adicional ao estudioso, o qual, se quiser conhecê-la toda, terá de compulsar muitos volumes. Assim, é inegável que Mario dos Santos publicou muitos livros e textos, nem sempre bem editados ou escritos. E nem sempre esses defeitos passaram despercebidos. Em 1958, por exemplo, a professora de Filosofia Esther Redes, que nos anos 50 integrou o “Grupo de Ação Libertária”, resenhou no periódico anarquista “Ação Direta” a obra “Análise dialética do marxismo”, de Ferreira dos Santos. E mesmo tendo reconhecido que nesta obra o autor atingia seus objetivos, não deixou de notar os problemas da publicação, ressaltando: “a falta de bibliografia que acompanha qualquer livro de estudos e os descuidos em erros (sic) de impressão, ortografia e concordância que são encontrados a cada passo.” - dizia ela, arrematando com a seguinte declaração: “Seria necessária revisão em próxima e indispensável edição”²³.

A obra de Ferreira dos Santos é circular e oníabrangente. Verdadeiramente Enciclopédica. Tanto que Ferreira deu o nome de Enciclopédia das Ciências Filosóficas e Sociais ao seu mais ambicioso projeto editorial. Constituída de dezenas de livros, a Enciclopédia surge quando este decide aprofundar-se no estudo dos textos filosóficos mais

²² Este autorretrato foi publicado em “Rumos da Filosofia Atual no Brasil”, Edições Loyola, 1975.

²³ Originalmente publicado no periódico anarquista *Ação Direta*, mar./1958; p.35

variados, ao mesmo tempo em que se preocupava com o conhecimento da ciência em todos os setores, buscando um meio de reunir o estudo do imanente ao do transcendente²⁴, os juízos de existência aos de valor, a Ciência e a Filosofia.

Com a ajuda de alunos devotados, de formações diversas, Mario dos Santos foi reunindo materiais para suas teses, as ideias que viria a defender. Decidiu que não bastaria tentar responder às questões que se colocavam, mas que era necessário investigar o porquê das próprias perguntas. Passou a dedicar-se a estudos de Epistemologia, Fisiologia e Biologia, de modo a buscar nos mais profundos estratos do ser humano o fundamento mesmo de todas estas questões; pretendia entrever por aí algo da sua resposta. Por tudo isto se notam a abrangência e a profundidade de seu projeto, que envolve as mais diversas áreas do saber (GALVÃO; SANTOS, 2001).

Nesse afã de reconectar Ciência e Filosofia, de modo a superar o espúrio divórcio que entre elas se estabeleceu nos séculos XVIII e XIX, Ferreira dos Santos publicou dezenas de volumes (GALVÃO; SANTOS, 2001). Segundo suas filhas, Yolanda e Nadjejda²⁵, a obra de Mario dos Santos compõe-se de 70 volumes, entre obras publicadas e inéditas.

Na monografia de cunho biográfico publicada pelas filhas de Ferreira dos Santos, consta ao final do trabalho uma lista das obras deste autor, apresentando um total de 70 volumes. Destes, 55 teriam sido publicados por Mario dos Santos - e 33 deles comporiam a sua Enciclopédia das Ciências Filosóficas e Sociais, havendo ainda 22 títulos publicados de maneira avulsa -, os demais títulos são obras póstumas, ainda não publicadas no momento em que a monografia fora escrita. Computamos entre os volumes que compõem a Enciclopédia as obras de Matese, porquanto o próprio Mario dos Santos disse textualmente que elas completam o trabalho de sua Filosofia Concreta²⁶.

Enumeramos, deste modo, entre as principais dificuldades que se encontram no estudo geral das obras de Mario dos Santos as seguintes: 1) o pioneirismo deste tipo de trabalho; 2) a

²⁴ Para Mário, o estudo do que é imanente cabe sobretudo à Ciência, ao passo que o estudo da transcendência cabe precipuamente à Filosofia.

²⁵ Ambas são professoras universitárias e publicaram uma monografia de cunho biográfico sobre a vida e a obra de Mário Ferreira dos Santos.

²⁶ Mais propriamente, as obras de Matese de Mario dos Santos talvez não deveriam ser classificadas como parte de sua Enciclopédia das ciências Filosóficas e Sociais, visto já não tratarem precisamente de *Ciências*, no sentido mais genuíno do termo, mas antes de *Sabedoria*. São, portanto, obras de cunho sapiencial. Ou seja, um saber que penetra imediatamente no conhecimento do Logos Divino, e procede eminentemente por iluminação racional (ou seja, de modo apofântico). Das obras de Matese (isto é, obras de cunho sapiencial) editadas, duas foram publicadas ainda em vida de Mario dos Santos (*A Sabedoria dos Princípios*, 1967 e *A Sabedoria da Unidade*, 1968). Quanto às outras duas, uma foi publicada postumamente ainda em 1968 e a outra muitos anos depois (2001), em edição preparada pelo escritor Olavo de Carvalho, bastante conhecida. Em todo caso, a maioria destas obras esteve disponível na internet durante certo período de tempo.

dimensão da obra deste autor, que é não só muito volumosa, mas apresenta também um número grandíssimo de citações, menções e referências a diferentes autores e épocas, perpassando toda a história da Filosofia; 3) a falta de estudos sobre o conjunto das obras de Ferreira dos Santos e até mesmo sobre obras específicas deste, pois estes estudos existem em número muito pequeno; 4) o fato de a obra ter caído no esquecimento do público brasileiro, geral e acadêmico, dificultando o acesso aos textos e levando à ausência de um diálogo intelectual e acadêmico sobre esta; 5) as falhas de impressão encontradas em várias das obras publicadas, devido sobretudo às condições desfavoráveis de sua publicação; e finalmente 6) às dificuldades intrínsecas às temáticas tratadas por Ferreira dos Santos e à sofisticação de suas reflexões a respeito delas.

1.3 As Obras de Mario dos Santos

Neste capítulo, trazemos todas as obras de autoria de Ferreira dos Santos que em nossas pesquisas conseguimos encontrar, além de um breve estudo sobre cada uma delas, indicando em linhas gerais o seu conteúdo. Constam, aqui, quase todas as obras presentes na listagem apresentada pelas filhas de Ferreira em sua assim chamada “Monografia sobre Mario Ferreira dos Santos” (GALVÃO; SANTOS, 2001). Note-se que naquele trabalho encontram-se, no corpo do texto, obras atribuídas – de forma por vezes clara, por vezes ambígua – a Ferreira dos Santos, que não constam, entretanto, da bibliografia apresentada ao fim do texto, publicada com o objetivo de relacionar as obras de autoria dele. A razão para isso pode ter sido o que o próprio autor destas obras expressou em seu autorretrato, publicado em “Rumos da Filosofia Atual no Brasil”, pela editora Loyola, dizendo: “Deixo de dar a lista das obras publicadas sob pseudônimo, que sobem a mais de vinte, porque pretendo conservar ainda em segredo a sua autoria, por motivos particulares.” (LADUSÃNS; 1976, p. 425).

Assim, elas próprias podem ter omitido alguma obra a fim de respeitar o desejo de Mario dos Santos, ou, mais provavelmente, já que a biografia foi publicada muito após a sua morte (já em 2001), o fato de Ferreira não ter listado, ele mesmo, aquelas obras entre as suas, dificultou a suas próprias filhas o trabalho de identificação e listagem das obras de sua autoria, pois é possível notar que em grande parte elas mesmas se baseiam no texto do autorretrato de seu pai,

publicado na obra citada, ao compor o texto da Monografia. Tendo isto em vista, é preciso esclarecer, desde já, que nesta parte do trabalho pretendemos nos concentrar na produção intelectual de Mario dos Santos através de suas obras escritas, em especial aquelas de caráter filosófico. De início, deve-se ressaltar que o pendor de Ferreira dos Santos para a escrita revela-se já na adolescência, quando funda na escola²⁷ em que estudava o jornal “O Gymnasiano”, do qual era ainda redator chefe. Também para a escola, escreveu peças e as encenou. Uma destas foi “**O Dever**”²⁸, peça teatral de cunho moral e com elementos filosóficos (GALVÃO; SANTOS, 2001, p. 4).

A respeito disto publicaram o seguinte no jornal escolar: “Mario Santos que ainda mais talento, de ator e escritor, patenteou na tragédia em um ato “O Dever”, escrito por ele e dedicado a seus mestres e companheiros” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.). Já adulto, como jornalista, Mario dos Santos publicou em jornais e revistas grande número de artigos, aproximadamente 177 ao todo. Vários destes artigos foram eventualmente editados e publicados em livros nos quais Ferreira dos Santos ainda demonstrava um pendor mais literário do que propriamente filosófico, embora os temas não estivessem de todo fora de um universo de interesses em Filosofia. Exemplos de tais livros são: “Páginas Várias”, “Certas Sutilezas Humanas”, “A Luta dos Contrários” e “Assim Deus falou aos Homens”.

Propriamente, a primeira obra filosófica de Mario dos Santos que veio a público foi, no entanto, segundo as autoras da referida Monografia, a obra “Se a Esfinge falasse...” (1946), que teve originalmente o título de “Homem, animal que interroga”²⁹. A publicação desta, note-se, sofre contradição de datas naquele trabalho, conforme se pode verificar às páginas 10 e 12 do mesmo, onde se dá, na primeira destas, o texto como publicado em “Diário de Notícias” a 17/12/1940, ao passo que na segunda lê-se que o texto fora escrito em 1944. Lamentavelmente não conseguimos acesso a fontes primárias que pudessem dirimir a questão. É possível, entretanto, que “**Homem, animal que interroga**” fosse, propriamente, um artigo de jornal publicado em 1940 e com base no qual Mario dos Santos tivesse preparado, em 1944, o seu livro “Se a Esfinge falasse...”, publicado sob o pseudônimo Dan Andersen em 1946. A respeito deste livro, entretanto, ocorreu um fato pitoresco. Em uma palestra, certo conferencista elogiou esta obra e seu autor, citando-o como um grande pensador estrangeiro radicado no Brasil.

²⁷ Mario estudara no Colégio Gonzaga, colégio tradicional fundado em 1895 por padres Jesuítas na cidade de Pelotas. (<http://wp.clicrbs.com.br/pelotas/2010/08/04/colégio-gonzaga-sob-nova-administracao/>).

²⁸ Peça publicada em 1923. Outra de suas peças daquele período foi “O Diálogo das Sombras”, onde já despontava a inclinação filosófica de Mario, o que estava patente pelo fundo dialético desta obra, na qual se representava “o entrechoque de ideias antagônicas”. Mario dos Santos encenara no colégio duas peças teatrais, “O Dever” e “O Diálogo das Sombras” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.4).

²⁹ GALVÃO; SANTOS, 2001, p.25.

Diante disso, enviaram da plateia um bilhete ao conferencista informando que o autor da obra se encontrava no auditório. Apresentado a este, porém, o conferencista perdeu todo o entusiasmo ao ver que se tratava de um autor brasileiro (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.25). Lamentavelmente, não pudemos conferir esta obra pessoalmente, pois não tivemos acesso a ela.³⁰

Em 1947, por sua vez, Mario dos Santos publica, sob o pseudônimo Dan Andersen, o livro **“Realidade do Homem”**, pela Editora e Distribuidora Sagitário, no mesmo ano em que fundava o seu Instituto Cultural Logos. Segundo o ensaio biográfico publicado por suas filhas, nesta obra Mario dos Santos abordava temas de filosofia existencialista. Também não tivemos acesso a esta trabalho.

Em 1951, publica-se o **“Manifesto Cooperacionista Brasileiro”**, obra de Ferreira dos Santos que ficou conhecida por sua tentativa de síntese da situação econômica do país e proposição de soluções para os graves problemas nacionais. Este mesmo Manifesto foi transcrito em seu livro **“O Problema Social”**, de 1964, do qual tratamos especificamente mais adiante (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.20, 21).

De 1952 é **“Filosofia e Cosmovisão”**, obra que inaugura a **“Enciclopédia das Ciências Filosóficas e Sociais”** e que consiste também numa introdução a esta. É uma obra eminentemente filosófica, que explica de maneira didática o básico sobre o que é a Filosofia e aponta quais os desenvolvimentos ou encaminhamentos que o autor pretende dar à sua Enciclopédia, além de apresentar os temas principais que nesta serão desenvolvidos.

Com este livro, Ferreira dos Santos pretende favorecer a cultura geral do leitor, dando-lhe conhecimento e uma boa compreensão dos grandes problemas filosóficos, que ele delineia ao longo do texto. Assim, dá este livro uma ideia geral dos problemas com que a Filosofia se deparou ao longo da História, bem como aqueles com que então se deparava, nos dias de sua publicação. Deste modo, em tal texto, Ferreira apresenta os conhecimentos preliminares e fundamentais para a compreensão de sua enciclopédia e os aprofundamentos que nela se farão (GALVÃO; SANTOS, 2001).

³⁰ Também de 1946 é a primeira edição de **Teses da Existência e da Inexistência de Deus**. Obra publicada por Mario dos Santos sob o pseudônimo de Charles Duclos e com “tradução” atribuída a Nicolau Bruno. Esta obra não consta da lista das obras de Mario dos Santos, presente na monografia elaborada por suas filhas, entretanto, a Tradução de **“Nacionalismo e Cultura de Ideias Absolutistas do Socialismo”** de Rudolf Rocker, feita por Mario dos Santos fora também atribuída a Nicolau Bruno, assim como **“Convite a Filosofia”** foi atribuído a Charles Duclos. No entanto, o tradutor **“Nicolau Bruno”** nunca existiu, assim como Charles Duclos – enciclopedista francês do Século das Luzes - jamais escreveu qualquer destas obras. A 5ª ed. desta obra, que compilamos num momento posterior de nossas pesquisas, relaciona Mario dos Santos como seu autor.

Já em 1953, publica “**Lógica e Dialética**”. Em verdade, aqui há conflito de datas. Pois consta na biografia de Mario dos Santos escrita por suas filhas, que esta obra fora publicada em 1953, contudo a quarta edição de “Lógica e Dialética”, que compulsamos, traz a informação de que sua primeira edição é, na verdade, de setembro de 1952. Esta obra expõe, por assim dizer, a *arte de raciocinar* e *argumentar*. Para Ferreira, o estudo da Lógica permite a melhor aplicação do pensamento, garantindo assim que se evitem erros comuns ao raciocinar-se (SANTOS, 1964, p. 6; GALVÃO; SANTOS, 2001, p.49).

A Lógica, para ele, é a “ciência do pensamento”. Estuda-o e estabelece suas leis. Mais precisamente, nela se estudam os pensamentos enquanto tais. A Lógica é considerada por Ferreira dos Santos uma “ciência teórica” quando especula sobre os elementos que formam o seu arcabouço, e “normativa” quando oferece regras pelas quais podemos avaliar se um pensamento está certo ou errado. Enquanto a Lógica é por ele considerada como a ciência dos pensamentos em geral, a *Lógica Formal*, seu subconjunto, é a ciência dos pensamentos como “formas”, ou seja, esvaziados de seu conteúdo fático. Assim, em “**Lógica e Dialética**”, após promover o exame geral da disciplina Lógica, procura Ferreira esboçar um histórico da Dialética, apresentando por fim, com os seus devidos fundamentos, um método dialético próprio: o “raciocinar decadalético” ou “Decadalética”, que é uma metodologia criada com vistas a que se possa realizar “o exame mais concreto de qualquer tema de estudo, sobretudo no campo da Filosofia Prática” (SANTOS, 1964).

A obra traz, ainda, vários exemplos breves de aplicação desta metodologia, com a qual ele pretendia posteriormente investigar novos e inesperados campos do conhecimento, promovendo assim o avanço do saber filosófico. Por fim, vale indicar que no entender de Mario dos Santos o emprego da Dialética, bem compreendida, é precisamente o meio pelo qual a razão pode funcionar com máxima segurança (SANTOS, 1964).

De 1953³¹, é também o “**Curso de Oratória e Retórica**”. Livro que obteve grande aceitação do público, e cinco edições em menos de três anos! Seguido de “Técnica do Discurso Moderno”, publicado no mesmo ano, era considerado por Ferreira “o primeiro degrau do estudo da nobre arte de falar” (SANTOS, 1953). No prefácio da 5ª edição desta obra, Mario dos Santos agradece o apoio dos leitores, os quais procuraram avidamente as obras até então lançadas de sua Enciclopédia, e que, surgidos aos milhares, levaram em pouco tempo a várias reedições destas, a despeito de todas as afirmativas que desmereciam o interesse do leitor brasileiro por trabalhos deste tipo, o que Mario dos Santos muitas vezes ouviu quando queria editá-los, sendo

³¹ No exemplar que conferimos não constam mês e ano da 1ª edição. Contudo, 1953 é o ano de publicação constante da biografia de Mario dos Santos escrita por suas filhas Yolanda e Nadjeida.

desestimulado de fazê-lo. Este prefácio é repetido em edições posteriores, como a 9ª, à qual também tivemos acesso.

Deve-se enfatizar que esta grande procura por seus livros constituiu estímulo fundamental para que ele seguisse com seu plano editorial e continuasse a publicação de suas obras. Ferreira considerava a palavra a “arma do homem moderno”, daí ser essencial o estudo da Retórica e da Eloquência. Desejava ele, com esta obra, oferecer ao leitor “o pleno domínio das ideias e dos meios de expressão” (SANTOS, 1953). E, para isso, organizou Mario dos Santos um programa que não dispensava nem a parte teórica, nem a prática desta disciplina, considerando, porém, da primeira apenas o essencial, e incluindo na segunda tudo quanto de melhor tem revelado a experiência de famosos oradores (SANTOS, 1953).

Se, àquela altura, muitos julgavam suficientes os métodos práticos em contraposição ao excesso de teoria que se procurava transmitir antigamente, Mario dos Santos advertia que é a teoria que fundamenta a aplicação prática, além de dar ao estudioso meios de novas investigações, sendo, portanto, essencial. Sua atitude, conseqüentemente, foi a de buscar nesta obra a harmonia necessária entre teoria e prática. E a fim de produzir este seu curso, Ferreira dos Santos analisou muitos outros, nacionais e estrangeiros, além de aproveitar-se de sua própria experiência, sobretudo de professor. Por conta disto, procurou considerar as típicas condições psicológicas do seu público, que era o público nacional. E garante ele que as qualidades visadas por seu curso podem ser realmente conquistadas, apesar de exigirem esforço e muita prática. Considera ainda, que não se pode construir uma boa Retórica sem boa base Lógica e uma sólida Dialética.

Mário dos Santos chama a atenção para os exercícios práticos, que devem ser repetidos constantemente até ficarem fáceis. Referem-se estes sobretudo à parte corporal, cuja constante repetição cria o hábito. A parte prática “é preciso realizá-la”, dizia (SANTOS, 1953, p.18). Mas é importante notar que, com sua metodologia oratória, Ferreira quer garantir que se dê nitidez às ideias em primeiro lugar, e depois orientar a procura das formas de revesti-las adequadamente. Quer garantir que “o raciocínio seja claro, sem ideias confusas e revestido de palavras correspondentes”. O objetivo é “Pensar claro e expressar claro” (SANTOS, 1953, p. 18, 19). E orienta que não se deve falar nunca do que se desconhece. Seu desejo com este livro é também o de enriquecer o vocabulário e as ideias, garantir o “manejo simples e o domínio pleno das palavras”, permitir, “desde que [se] tenha alguma coisa a dizer, comunicar suas ideias” com linguagem clara, agradável, compreensível e interessante, bem como oferecer “o meio mais eficaz de comunicação entre os homens, e também o progresso individual” (SANTOS, 1953, p.17,18).

Para Ferreira dos Santos, este livro era complementado não só por “Técnica do Discurso Moderno”, “Práticas de Oratória” e “Antologia de Famosos Discursos Brasileiros” (publicado este último por ele em dois volumes, não porém de sua autoria), que juntos formavam uma verdadeira série de obras de Eloquência e constituíam o “carro-chefe” de suas publicações, mas também eram completados pela sua “Psicologia”, “para o conhecimento geral dos fatos psíquicos”, e ainda pela sua “Lógica e Dialética”, para a “arte de raciocinar e argumentar”. A estes unia-se o “Curso de Integração Pessoal”, para o autoconhecimento e autoaperfeiçoamento, necessários ao bom orador. E, finalmente, “para o desenvolvimento cultural do estudioso da oratória” o seu livro “Filosofia e Cosmovisão”, por oferecer “um amplo panorama da filosofia e familiarizar o leitor com os grandes temas que desafiam a inteligência humana através dos milênios” (SANTOS, 1953, p. 17, 18). Sua recomendação final para este livro era: “Reler os exercícios, e praticá-los. A oratória depende sobretudo da prática. Não basta ler este livro, é preciso realizar os exercícios” (SANTOS, 1953, p. 232).

Assim, em complemento ao seu “Curso de Oratória e Retórica”, oferece ao leitor, em outubro de 1953, “**Técnica do Discurso Moderno**”. Obra eminentemente prática, objetivava-se com ela conduzir o estudioso da arte de falar em público ao manejo mais eficiente da palavra, mediante o ensino das regras clássicas da Retórica naquilo que estas ainda conservassem de atual (SANTOS, 1953). Considerando a evolução do discurso nos dias atuais, reconhecia a necessidade de uma sobriedade eloquente na oratória moderna e o abandono dos excessos que caracterizaram os oradores menores no passado, como o excesso na adjetivação, o exagero nos trejeitos, o abuso das imagens da retórica e das figuras para embelezar a frase.

A oratória moderna, dizia, exige “ideias claras, precisas, nítidas, revestidas de expressões adequadas, simples, mas apresentadas com a máxima segurança” (SANTOS, 1953), precisamente o que Ferreira dos Santos queria oferecer aos seus leitores: a habilidade de manejar a palavra de modo a atingir todas essas qualidades. Para isto, ele procurou aproveitar inovações, além das normas clássicas, embora de maneira comedida e abandonando os excessos. Em suma, procura Mario dos Santos sintetizar o que de mais eficiente se pode aplicar na oratória moderna, e oferecê-lo ao leitor. Esta obra apresenta, ainda, exercícios novos em relação à anterior, tais como: exercícios para o fortalecimento da memória, desenvolvimento do raciocínio e meditação, exercícios de análise dialética, e ainda os que se referem às origens das palavras e seus derivados. A respeito deste trabalho, disse ele:

O estudo prático dos étimos verbais, a análise técnica dos elementos do discurso, a maneira de organizá-lo, e a coordenação dos gestos, voz e palavras, cooperando para a formação de um todo expressivo, os erros e defeitos que se devem evitar, o estudo

de cinquenta novas recomendações imperiosas ao orador, tudo isso está inserto nesta obra, que complementa o que havíamos realizado em o ‘Curso de Oratória e Retórica’, disse Mario dos Santos a respeito deste trabalho. (SANTOS, 1953, p. 17)

Já em agosto de 1953 lança a primeira edição de “**Psicologia**”, obra voltada para o conhecimento geral dos fatos psíquicos. O termo psicologia fora criado por Melanchton, e utilizado por Glocemo, no Sec. XVII. Com etimologia formada por duas palavras gregas - “*psykhê*” significando alma e “*logos*” significando ciência ou tratado – a Psicologia é, segundo a definição classicamente aceita, a ciência da alma (SANTOS, 1963, p. 21). Graças, porém, ao desenvolvimento da Ciência, a Psicologia ingressa agora num terreno novo. Até então subordinada à Metafísica, passa a partir de Locke a ser dela separada. E com os desenvolvimentos de Hume e de James e Stuart Mill³², vai-se constituir a Psicologia Moderna. No momento em que escreveu esta obra, Mario dos Santos considerava estar atravessando uma época em que a Psicologia se encontrava no primeiro plano dos interesses intelectuais, não tendo havido jamais na História da Humanidade momento de tanto interesse por esta disciplina, nem um uso tão frequente da própria palavra Psicologia (SANTOS, 1963, p. 21).

Dispensando as expressões “alma” e “faculdade” - em vista de seu valor acentuadamente metafísico – a Psicologia transforma-se, então, numa “ciência dos estados de consciência”, que se utiliza de observações e experimentos como meios para a construção dos seus princípios. Desse modo, a Psicologia constitui-se numa verdadeira “ciência da vida mental e das suas leis, de caráter acentuadamente empírico” (SANTOS, 1963, p. 21). Nesta obra, Mario dos Santos apresenta um estudo filosófico abrangente da Psicologia, investigando a História da disciplina, o seu constitutivo íntimo - atual e antigo -, suas várias contribuições, e ainda leva-a adiante, dentro de uma perspectiva filosófica concreta e integradora. Entre os grandes autores considerados por Mario dos Santos nesta obra estão: Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Locke, Hume, Mill, Bain, Hartley, James Fechner, Thorndike, Watson, Ribot, Freud, Adler, Jung, Piaget e ainda muitos outros. Mario dos Santos não desejava excluir o que se realizou no passado, mas sintetizar o que de positivo se realizou no decorrer dos séculos para, assim, abrir novos horizontes.

Em 1954 Ferreira dos Santos publica a sua **Tradução de “Assim Falava Zaratustra”** de Nietzsche, pela Livraria e Editora Logos Ltda. Era comum Ferreira acompanhar suas traduções com algum comentário, explicações ou texto relevante, e esta tradução foi acompanhada de uma série de notas que explicam o simbolismo nietzschiano (GALVÃO;

³² James Mill era pai de Stuart Mill.

SANTOS, 2001). Por sua vez, em abril do mesmo ano, publica ele o livro **Teoria do Conhecimento (Gnosiologia e Criteriologia)**. Gnoseologia de acordo com Mario dos Santos é o saber teórico do conhecimento ou, mais precisamente, a disciplina que estuda filosoficamente o alcance do conhecimento, suas possibilidades, seus limites e sua validade, sob todos os aspectos possíveis. Estuda-se aqui o conhecimento humano, um estudo que constitui também ponto de partida para a investigação metafísica em seus diversos aspectos, o que ele empreenderá ao longo de sua Enciclopédia, ao procurar estabelecer e estudar as ontologias regionais de diversos campos do conhecimento (SANTOS, 1961, 1964, 1966).

Criteriologia, por sua vez, é a disciplina que estuda o valor dos nossos conhecimentos e dos meios empregados para conhecer, uma vez que “critério” é, por assim dizer, a “pedra de toque” - ou meio - que permite avaliar os conhecimentos com vistas a identificar o que caracteriza um conhecimento verdadeiro e como poderemos chegar a obtê-lo. Em última análise a Criteriologia é o setor da Gnosiologia que “aprecia o valor dos nossos conhecimentos, ao enfrentar seu tema principal e final, que é o da verdade” (SANTOS, 1964, p. 35, 36). Historicamente, considera-se Locke como o fundador dessa disciplina na cultura do Ocidente, através de sua obra *An essay concerning human understanding*, de 1690, onde põe em discussão o problema do conhecimento (SANTOS, 1964, p. 35, 36). Contudo, muitos consideram que é com Kant, em sua "Crítica da Razão Pura", que a Gnosiologia se estrutura numa disciplina autônoma (SANTOS, 1964).

Ainda assim, assevera Mario dos Santos ser certo que os problemas de Gnosiologia já se estudavam desde muito antes de esta disciplina possuir estatuto autônomo. Os escolásticos, por exemplo, estudavam os seus temas respectivos em sua "Lógica Maior" - a que também chamavam “Crítica” -, e onde realizavam a avaliação das diversas posições existentes, ou cabíveis, em face do conhecimento (SANTOS, 1964). Entre as principais questões da Gnosiologia estão a da *possibilidade do conhecimento*, sua *origem*, *essência*, *espécies* e a do seu *critério*, que pergunta se há um conhecimento verdadeiro e como poderemos conhecer esta verdade (SANTOS, 1964). Ferreira, por sua vez, estava seguro de ter criado um método capaz de oferecer a melhor base para um critério gnosiológico sólido, de tipo dialético, e que permitisse penetrar com segurança nos terrenos da Metafísica Geral e Regional (SANTOS, 1964).

Seguindo seu método, ao longo desta obra Ferreira dos Santos procedeu ao estudo sintético e analítico da Gnosiologia, primeiro expondo em linhas gerais as diversas posições filosóficas que se tornaram paradigmáticas. E, depois, analiticamente, examinando de modo cronológico e em detalhes o seu desenvolvimento até os dias de hoje. Finalmente, apresenta ele

a *Gnosiologia* “concrecionada” ao campo da *Criteriologia*, reunindo-as numa síntese superior e pondo aquela em sólidas bases ontológicas (SANTOS, 1964). Em outras palavras, Mario dos Santos encerra seu livro elevando a Gnosiologia a um outro patamar de certeza, após captar com o uso de seu método o que há de positivo nas diversas posições gnosiológicas e ligá-las ao mais sólido critério. (SANTOS, 1964).

Em 1954 publica “**Ontologia e Cosmologia**”. A primeira destas disciplinas é a ciência ou disciplina filosófica responsável por estudar o “Ser enquanto ser”³³ e seus atributos essenciais. Ao passo que a segunda é propriamente a Ciência do Cosmos (SANTOS, 1959). A Ontologia, vale notar, estuda o ser em seus diversos aspectos e modalidades, toma-o como seu objeto, concretamente e em toda a densidade que este possui. Para isto examina-o com o método característico desta disciplina, realizando a *aphairesis*, ou abstração metafísica³⁴. Conforme Ferreira dos Santos (SANTOS, 1959): “Nasce a Ontologia da meditação do homem sobre a mutabilidade, a variabilidade e a finitude”, enfim sobre o mundo do devir, que por sua vez afirma o mundo do ser. Este termo “Ontologia” foi cunhado por Johannes Clauberg e popularizado por Christian Wolf, mas é apenas outro nome para a mesma Ciência Filosófica que surge na cultura grega pela ação de Aristóteles e que este chamava de Filosofia Primeira (*próte filosofia*), e também de Ciência Divina (*theologikê epistême*), porque estuda ela os seres mais elevados (transcendentes), portanto mais divinos, até alcançar o Primeiro Motor, que é o Ato Puro. Mas tanto a *próte philosophia* de Aristóteles, a *philosophia prima* dos escolásticos, a Ontologia ou a Metafísica Geral referem-se à mesma disciplina do “ser enquanto ser”, que em última análise é a Ontologia (SANTOS, 1959).

Vale notar que quanto à Ontologia, desenvolveram-se entre os escolásticos duas vertentes distintas: uma considerando-a como coroamento da Filosofia, a ser precedida por uma série de disciplinas antes de chegar-se ao seu estudo (como sejam a Lógica, Cosmologia, Psicologia e Filosofia Matemática) e outra que a considera como uma ciência fundamental com origem na Gnosiologia e subdividindo-se em Metafísica Geral e Especial – referindo-se essa última à Antropologia Filosófica e à Cosmologia. A posição que Ferreira dos Santos adota, entretanto, é intermediária, procurando reconhecer e reunir as positivities de ambas. (SANTOS, 1959). Vale indicar também que a Ontologia se distingue da Teologia, separando-se desta na filosofia medieval, sobretudo escolástica, uma vez que a partir daí se identifica que

³³ Ou seja, o ser em sua máxima universalidade (SANTOS, 1959, pp.10; 13).

³⁴ Na Ontologia, a *aphairesis* procede pela abstração do físico e do transfísico, porém sem chegar a considerar este resultado como absolutamente independente, mas apenas metodologicamente (ou metafisicamente) como tal – não se trata, este, de um ser independentizado, portanto, como se fora de per si subsistente.

“a transcendência do Ato Puro, ontologicamente examinado, não alcança a totalidade da transcendência do ser infinito”, passando a ser este o tema central da Teologia. Deve-se ter em mente que: “Deus não é um *objectum* da epistême, da ciência filosófica, mas o termo dessa ciência, o fim a ser alcançado por ela, ...” (sic). Portanto, para a Filosofia, Deus “não [é] dado como objeto a ser analisado, mas a ser conquistado”³⁵ (SANTOS, 1959, p. 12).

A Cosmologia, por sua vez, é a Ciência do Cosmos. É, para Mario dos Santos, a disciplina filosófica que se utiliza de uma abordagem metafísica para debruçar-se sobre os grandes problemas que o Universo³⁶ nos revela. Estuda ela a ordem do Cosmos e procura responder sobre a origem que este tem. “De onde veio o Cosmos?” e “Qual o primeiro princípio de sua existência?” são suas principais questões (SANTOS, 1959). Tal disciplina tem a finalidade de explicar o Universo e não de descrevê-lo – o que seria o objeto da Cosmografia. Há, portanto, duas disciplinas que não se devem confundir: a Cosmologia Científica (também chamada Cosmografia) e a Cosmologia Filosófica. Enquanto a primeira estuda as diversas hipóteses sobre a ordenação do mundo, cabe à segunda examiná-las e estabelecer sobre elas especulações, sobretudo quanto a seus fundamentos, utilizando-se para isso de métodos de cunho metafísico ou ontológico, como se prefira chamá-los. A Cosmologia é, portanto, “a ciência filosófica que estuda a origem, determinação, significação e destino do mundo” (SANTOS, 1959, p. 209).

Ainda em 1954, Mario dos Santos publica “**O Homem que Nasceu Póstumo**”. Obra sobre o filósofo alemão Friedrich Nietzsche em que Mario dos Santos procura explicar a “doutrina do eterno retorno” deste autor. Doutrina, aliás, que Santos considera como “um dos grandes esforços do pensamento humano”. Dedica-se ainda a comentar e analisar de maneira imparcial esta teoria de Nietzsche e identificar seus pontos fortes e fracos. Também a tradução de “**Assim Falava Zaratustra**” feita por ele é de 1954 (SANTOS, 1958, 2ª ed.)

No mesmo ano, publica ainda o seu “**Curso de Integração Pessoal**”, em que Ferreira dos Santos procura oferecer ao leitor uma série de métodos que favorecem a autoeducação e o autoaprimoramento, de modo a que possa conquistar-se a integração plena de seu caráter, constituindo para si, pela aplicação consciente e inteligente de sua vontade, uma personalidade sã, harmônica e coesa³⁷ (SANTOS, 1959).

³⁵ Para Filosofia de Mário dos Santos, Deus é também objeto de conhecimento (inclusive apodítico), sob certo aspecto, mas é sobretudo um fim a ser alcançado, que ultrapassa a Filosofia e alcança ao nível sapiencial e místico, onde mesmo aí ainda há limites, pois a fusão com Deus só se pode alcançar sobrenaturalmente, no Céu.

³⁶ “O Universo é o conjunto ordenado dos seres finitos (Cosmos).” (SANTOS, 1961, vol. 2, p. 177).

³⁷ Mario era procurado por pessoas que sofriam e procurava ajudá-las. A partir de suas experiências ajudando pessoas - e mesmo procurando aprimorar a si mesmo mediante o conhecimento de seu próprio caráter - criou um método para este fim. E veio a consolidá-lo e publicá-lo nesta obra.

De fato, foi pelo pedido singelo de uma pessoa que sofria, que Ferreira dos Santos escreveu este livro. Ajudada com sucesso por ele a livrar-se de seu sofrimento, quis que também outros pudessem obter o mesmo alívio. Ferreira, que já ajudara outras pessoas com seus problemas pessoais, pôs-se a pensar numa solução mais geral, que pudesse ajudar não a um, mas a muitos. O resultado foi este livro, escrito para auxiliar pessoas a melhorar-se. O objetivo era que pelo emprego de sua própria capacidade, pudessem aprimorar a si mesmas (SANTOS, 1959).

O homem é um feixe de possibilidades, raciocina Mario dos Santos, cabe então oferecer-lhe meios para desenvolvê-las. E com a contribuição que a Caracterologia, disciplina baseada no conhecimento dos tipos psicológicos, pode oferecer, Ferreira dos Santos constrói os fundamentos deste livro, para que possa melhor conhecer a si e aos outros quem o leia (SANTOS, 1959).

O texto traz ainda uma série de exercícios mentais e de atenção, espirituais e de imaginação, respiratórios e também contemplativos. É com isto que poderá o homem atualizar as suas positivities e virtualizar seus defeitos, de modo a desenvolver suas possibilidades intrínsecas plenamente, e a fim de que possa atuar, também de forma plena, no mundo em que vive (SANTOS, 1959).

Outro livro ainda do mesmo ano, é o seu **Análise Dialética do Marxismo**. Ao estudar as questões sociais Ferreira dos Santos pretendeu colocá-las em bases ontológicas, procurando superar, com isso, o terreno das meras opiniões. Dada a importância da doutrina marxista para o estudo destas questões, decidiu ele promover neste livro a análise dessa doutrina mediante o uso de seu método decialético. Pondo face a face diferentes modelos socialistas, realiza ele uma crítica do Marxismo interna ao próprio Socialismo, partindo do ponto de vista do Socialismo Libertário (SANTOS, 1959; 1953).

Portanto, uma das coisas que aí se faz é estudar a querela entre socialistas libertários e marxistas, confrontando as perspectivas destes e os argumentos daqueles. Para os socialistas libertários, os marxistas não seriam suficientemente socialistas. E nesta confrontação de perspectivas, Mario dos Santos prescinde dos argumentos capitalistas (SANTOS, 1959). Esta obra divide-se fundamentalmente em duas partes, na primeira ele expõe os aspectos mais importantes do Marxismo e na segunda faz a análise decialética desta escola. A obra não pretende ser uma análise exaustiva do Marxismo, mas ater-se aos seus aspectos gerais mais importantes. Para isto, Mario dos Santos se baseia sobretudo nas obras de Marx, Engels e Lênin, mas também na de seus comentadores, como Lewis Mumford, e outros. (SANTOS, 1959).

Já em 1955, traduz diretamente do grego a obra **Da Geração e da Corrupção das Coisas Físicas**, de Aristóteles. É Aristóteles quem primeiro examina o atomismo grego, e ao analisá-lo revela suas falhas e aporias. Neste livro que opõe o naturalismo aristotélico ao mecanicismo de seus adversários, oferece o estagirita uma resposta ao mecanicismo destes - a posição de Empédocles, Anaxágoras e dos atomistas Leucipo e Demócrito, que procuravam explicar mecanicamente a mutabilidade das coisas e o seu devir (SANTOS, 1955).

Nesta obra são estudados os vários tipos de moção. E, nela, Mario dos Santos demonstra que as concepções e conquistas da Física Contemporânea (a Mecânica Quântica e a Física Relativística, por exemplo) são muito mais aristotélicas do que se costuma julgar, apesar de um vício historiográfico ainda tender a situá-las à sombra do Mecanicismo Democríteo, supervalorizado no século XIX (SANTOS, 1955). Este trabalho de Aristóteles, Mario dos Santos considerava-o particularmente relevante - ademais das óbvias razões históricas e filosóficas que o justificam -, precisamente porque os temas de interesse desta obra foram retomados contemporaneamente por muitos filósofos, de variados tipos³⁸ (SANTOS, 1955).

Trata-se, por fim, de obra em que expõe Mario dos Santos o pensamento aristotélico sobre os temas da geração e da corrupção e procura situá-lo claramente, a fim de facilitar a melhor compreensão da obra do estagirita (SANTOS, 1955).

Já do ponto de vista de sua estrutura, neste livro são feitos inicialmente os exames de alguns dos conceitos mais relevantes da obra, a título de introdução para os respectivos temas. Após tais exames, Mario dos Santos apresenta a tradução do texto original³⁹, que ele faz acompanhar de uma reexposição de sua autoria a fim de melhor esclarecê-la, além de acrescentar notas de comentários de estudiosos da obra importantes e famosos, como é o caso de Zeller, Ross e outros; finalmente é apresentada a avaliação crítica de Mario dos Santos às diversas ideias. Este texto recebe ainda uma numeração especial nas edições de Mario dos Santos, a fim de que possa ser confrontado com as edições latinas e os textos gregos mais categorizados (SANTOS, 1955).

Em 1956, a seu turno, publica ele o **Tratado de Simbólica**⁴⁰, onde empreende o estudo filosófico dos símbolos. O símbolo é a linguagem universal do acontecer cósmico – diz Ferreira

³⁸ Mario dos Santos considerava esta obra como de grande importância para a atualidade. Pois, segundo ele, os temas de interesse desta obra foram retomados por diversos filósofos modernos e contemporâneos, porém de forma pouco competente, contribuindo para a confusão de várias de suas noções e conceitos, coisa que não se via nos tempos da filosofia clássica e que levou, por sua vez, a uma série de crises no pensamento ocidental.

³⁹ Trata-se da tradução da obra aristotélica *Da Geração e da Corrupção das Coisas Físicas*.

⁴⁰ Em gnosiologia e criteriologia há informações preciosas sobre esta obra, em que ele investiga filosoficamente o símbolo sob os mais diversos aspectos e onde desenvolve também uma metodologia - verdadeira lógica simbólica – para utilizar os símbolos com vistas à compreensão dos mais diversos aspectos da realidade, e especialmente para a compreensão da Filosofia e da Religião.

dos Santos -, pois todas as coisas “no seu aparecer” podem ser consideradas como um “apontar para algo ao qual elas se referem”, isto é, todas as coisas, em algum nível, referem-se umas às outras. E para melhor compreender esta linguagem é necessário conhecer a Simbólica. Esta disciplina que empreende o estudo filosófico dos símbolos sob todos os seus aspectos, examina se as coisas têm um significado para além do fenomênico e investiga as suas diversas significações, estuda todos os tipos de relações entre referente e referido, bem como a analogia entre símbolo e simbolizado, e ainda a polissignificabilidade dos símbolos. Neste texto são examinadas as principais teorias sobre o símbolo, além de ser feita ampla análise - de símbolos sociais e numéricos, símbolos nas religiões e na arte, etc. -, mediante a abordagem de uma Dialética Simbólica desenvolvida pelo autor para a interpretação dos variados simbolismos, tão importantes que são para os estudos de Filosofia (SANTOS, 1959).

É imprescindível notar que o símbolo de certo modo *imita* o simbolizado. Só se pode falar em símbolo quando este se distingue do mero sinal, ou seja, quando contém em si, realmente, algo do simbolizado, estabelecendo com ele um efetivo ponto de contato. Isto significa dizer, que na analogia um ser efetivamente tem “parte” no outro, ou seja, *participa* do outro⁴¹. Se na ordem noética a participação chama-se analogia, na ordem ontológica a analogia chama-se participação, e sem a presença do ser, seria impossível a mimese platônica, um dos temas mais caros à obra de Mario dos Santos, que tanto se dedicou a investigar o tema da analogia universal. Assim, o apontar do símbolo revela o que está além, e facilita ao espírito penetrar, de algum modo, naquilo que a própria linguagem humana não pode penetrar diretamente. Pode-se, diante disto, compreender a via mística e a via simbólica (SANTOS, 1959).

E é graças à *via symbolica* que a ascese mística permite a penetração no simbolizado por meio do símbolo, com o quê pode o homem alcançar as mais complexas estruturas ontológicas e até mesmo chegar a ter uma *visão* válida, dentro das possibilidades humanas, do ser enquanto tal, o que lhe permite, dentro destes mesmos limites, estabelecer um conhecimento da Ontologia e da Teologia legítimos e de bases profundas e sólidas (SANTOS, 1959). Neste "Tratado de Simbólica" são expostos por Mario dos Santos os dez planos do símbolo, que permitem um roteiro que vai desde o simbolizado próximo ao simbolizado mais remoto, terminando a via mística no simbolizado último, que é o Ser Supremo⁴² (SANTOS, 1959).

⁴¹ Embora participe por atribuição formal e não por composição (Cf. Métodos Lógicos e Dialéticos vol. 3 p. 147).

⁴² Nicolau de Cusa (1401-1464), a quem Mario considera uma das maiores figuras da filosofia e cuja dialética nos oferece uma visão triádica de *implicatio*, *explicatio*, *complicatio*, permite-nos reconhecer através desta e de sua *docta ignorantia*, que “somente o conhecimento mais alto não pode ser obtido através de conceitos

Ainda em 56, publica **Filosofia da Crise**. Nesta obra Ferreira dos Santos realiza um estudo dialético do limite, aquilo que distingue um ente de outro, o que separa e afasta. Todo existir finito é crise, mostra ele nesta obra. E como ser finito, também o Homem sempre e em tudo participa da crise. Esta aponta sempre a separação e a negação, nunca porém absolutas. Há o não-ser relativo, jamais o não-ser absoluto,⁴³ abismo para o qual pretende caminhar o próprio Niilismo (SANTOS, 1959).

Hoje, particularmente, sente-se o peso da Crise no mundo. “Tudo na sociedade moderna separa. Não são apenas as coletividades que se separam, as classes que se separam, os grupos que se separam; são os indivíduos que se separam, e estes dentro de si mesmos.”, diz o próprio Ferreira dos Santos (SANTOS, 1962).

Crises são inevitáveis sem dúvida, mas revelam graus. E revelam também, sempre, dois aspectos antagônicos: a direção de afastamento e de aproximação - diácrise e sínocrise. Se as ideias que acentuam a diácrise costumam afastar o homem da solução dos seus problemas, nota-se que também as de sínocrise costumam oferecer apenas falsas soluções. A verdadeira solução só pode ser encontrada através da transcendência. Somente algo que se encontra acima dos opostos pode realmente superá-los (SANTOS, 1959).

Na sociedade antiga tinha o homem um valor econômico, mas também e sobretudo, um valor moral; a sociedade moderna, entretanto transforma-o cada vez mais em mera “*coisa entre coisas*”. O progresso econômico faz-se então à custa do valor humano (SANTOS, 1962). Numa sociedade que desce dos valores nobres para abrigar-se nos valores meramente utilitários, o homem passa a ser nada mais que instrumento de uma grande máquina de produção.

Um sentido universalizante bem poderia unir os homens na transcendência religiosa, mas a sociedade moderna surge precisamente quando esta perde aos poucos seu poder unificador. Instala-se a crise, o que afasta. Surge estrondoso progresso econômico. O homem domina cada vez mais a Natureza graças à Ciência e à Técnica. Não se pode mesmo negar que haja nisso valores positivos, mais absurdo ainda seria negar-lhe os aspectos negativos... (SANTOS, 1959).

O fenômeno da crise social é aqui estudado filosófica e historicamente. Os quatro períodos de cada ciclo cultural, com os seus estamentos correspondentes (hierático,

[...] Só um conhecimento direto, intuitivo, nos daria, a visão da verdade, mas como a consciência individual não é excluída, não se pode considerá-la como visão mística no sentido comum desta palavra, mas sim no sentido que costumamos expor: de “estética do simbolizado”, isto é, de técnica de penetração no que é oculto por meio de símbolos...” (SANTOS, 1959, p. 104).

⁴³ Em mais de uma obra Mario demonstra, com requintes de necessidade ontológica, que todas as coisas de alguma maneira estão sempre e necessariamente conectadas.

aristocrático, empresarial utilitário e servil) são matéria deste trabalho.⁴⁴ E na sociedade de nossos dias, em que predomina o interesse empresarial utilitário, o homem é muitas vezes encarado apenas sob o aspecto econômico, perdendo muito de sua dignidade. De fato, a crescente mecanização da vida muitas vezes coloca-o em segundo plano e o exclui. Bem se vê que a solução da crise não pode ser encontrada na mera reunião mecânica de fatos e interesses, como muitas vezes se pretende. (SANTOS, 1959).

O exame da fisionomia da crise e de suas consequências no desenvolvimento da Sociedade é assim traçado. E eis que no campo das ideias também - e principalmente - vivemos uma grave crise. Ela é testemunhada pela invasão deste abismo que é o Niilismo. A crise é inevitável, sem dúvida, mas pode sempre ser agravada. E o Niilismo marcha para a negação absoluta.

Reforçada pelos fatos econômicos, esta crise tem suas raízes longínquas nas próprias ideias. A crise da inteligência toma hoje, muitas vezes, a forma de um ataque direto a esta qualidade fundamental. Procura-se em tudo substituir a viva inteligência humana pela “inteligência” mecânica das máquinas, e a inteligência sofre grave aviltamento. O processo de estupidificação avança, domina as massas e até mesmo as classes intelectuais (SANTOS, 1967).

Tudo isto tem seu precedente na sofística grega, cujos erros retornam. A história se repete, por desconhecimento do passado e das realizações que superaram seus erros. Esta obra de denúncia quer despertar no leitor a consciência deste estado de coisas e dar-lhe os meios de superá-lo... ao menos dentro de si.

De 1963 é **O Homem perante o Infinito**,⁴⁵ volume de teologia publicado por Ferreira dos Santos. Nele se faz um estudo aprofundado da Teologia e da Teodicéia, bem como das principais questões destas disciplinas. Trata esta obra, portanto, de “Deus enquanto Deus”, e deste enquanto causa primeira e criadora do universo. A disciplina teológica interessa-se pelo estudo da Divindade enquanto tal, Seus mistérios e vida íntima, Suas relações com o cosmos e a prova da Sua existência. No que respeita à Teodiceia, setor específico da Teologia cujo nome se origina com Leibniz, desenvolve-se nela o estudo da criação, justificação do mundo e exame do problema do mal em face da justiça e da bondade de divinas (SANTOS, 1960).

Neste livro é feita a justificação da Teologia como disciplina filosófica. Nela se justifica a possibilidade de investigação dos temas teológicos e são expostos os meios adequados de

⁴⁴ Ou, como Mario os nomeia: “hierático, aristocrático, o empresário utilitário, o servidor”. Cf. nota de rodapé da p. 192 de *Filosofia e História da Cultura* v.1.

fazê-lo; os limites e possibilidades deste estudo são discutidos. O tema da existência de Deus é enfrentado e são estudadas as posições teísta e ateuista (SANTOS, 1960). Empreende-se nesta a investigação filosófica da Teologia. O estudo que se empreende em tal obra desenvolve-se consoante os cânones da teologia natural, não se realizando o estudo de textos sacros⁴⁶ (SANTOS, 1960).

Mario dos Santos, que considerava a palavra a arma do homem moderno publica, em 1957, **Práticas de Oratória**, uma obra rica de regras práticas para bem falar. Aqui o autor ensina como usar a palavra, como lidar com o público, e identifica os problemas que enfrenta o orador, bem como os recursos que este deve utilizar. Ensina regras para se fazer uma conferência, e também como argumentar e como conversar.

Seguindo a tradição greco-romana, transmite as partes do discurso, as finalidades da eloquência, dá exercícios para a voz e orienta como deva ser o gestual e as atitudes do orador. Trata da oratória no Direito e na política. Aborda também a conduta ética que deve ter o orador e, ainda, a sua vida moral e espiritual, entre outros temas (SANTOS, 1961).

Enquanto o seu "Curso de Oratória e Retórica" apresentava uma visão sintética da arte retórica, ensinando os caminhos gerais para alcançar um modo de expressão fluente e preciso, seu livro "Técnica do Discurso Moderno" apresentava um estudo minucioso dos aspectos analíticos do discurso. Finalmente o volume "Práticas de Oratória", coroamento desta série de estudos, vinha oferecer a visão concreta de tudo que até então fora apresentado sobre o tema, unificando os ensinamentos dos diferentes escritos. Com essas obras, Mario dos Santos pretendeu oferecer aos leitores o que havia de mais efetivo e adequado ao discurso moderno. (SANTOS, 1961).

Para compor estas obras, ele aproveitou a longa experiência humana no uso da palavra e a contribuição de muitos estudiosos através dos séculos. Procurou sintetizar as orientações que estes deixaram, oferecendo também as suas contribuições pessoais, adquiridas com longa prática de orador e professor.

Longe de indicar apenas “o que”, Mario dos Santos preocupou-se, sobretudo nesta obra, em mostrar o “como” consegui-lo. Suas obras de oratória eram caracterizadas pelo aspecto prático e visavam a alçar o leitor ao domínio e maestria no uso das palavras. Conforme disse o próprio Mario dos Santos neste volume, revelando o que o animava a escrevê-lo:

Onde o homem, a palavra... Presente sempre nas relações humanas, seu estudo se impõe por ser o veículo de nós mesmos, o que nos revela e nos comunica com outros,

⁴⁶ Ao fim da vida, Mario pretendia lançar uma série de obras em que traduziria e estudaria os textos sacros de diversas tradições.

o que dá o melhor testemunho de nossa presença. Estudá-la e dirigi-la é dominar um instrumento para melhorar as relações humanas, por ser ela que nos oferece o melhor caminho para alcançarmos aquele estágio desejado em que os homens se compreendam melhor, em que os corações palpitem juntos, e as inteligências se aproximem, afastando o que nos torna estranhos uns aos outros, o que nos separa e nos distancia” (SANTOS, 1961, p. 13).

De 1957, por sua vez, é a sua obra **Filosofia Concreta**. Esta é a grande contribuição de Ferreira dos Santos à Filosofia e consubstancia “num todo homogêneo, e apoditicamente demonstrado, os postulados ontológicos aptos a fundamentar um filosofar seguro” (SANTOS, 1977, p. 99). A Filosofia Concreta, embora desenvolvida por ele por meios próprios, encontra correspondências no pensamento e nas obras de vários grandes filósofos (SANTOS, 1959). É nesta obra que Mario dos Santos reduz a teses apoditicamente demonstradas os principais postulados ontológicos da Filosofia, que ele assim transmuta em verdadeiros axiomas, e sobre os quais fundamenta seu próprio estilo de filosofar - a Filosofia Positiva e Concreta (SANTOS, 1959).

É aí também que emprega ele especialmente a analogia dialética como método hábil para a captação dos nexos fundamentais, de cunho ontológico, que necessariamente há entre os fatos - os assim chamados “*logoi* analogantes”. Ademais, nesta obra é que se promove em primeiro lugar a metamatematização da Filosofia, que o autor considera como a única via hoje factível para o filosofar “sair das armadilhas anti-intelectualistas e irracionais, de cunho naturalmente estético” (SANTOS, 1961, p. 203, 3ª ed.), que a ameçam, tornando-a mais um produto heterogêneo de mera criação humana.

De fato, Ferreira dos Santos considera que a via traçada pela Filosofia Concreta não é um caminho novo, mas o velho caminho perdido da demonstração apodítica e dos juízos universalmente válidos, já apontado por Pitágoras. Trata-se da busca de um critério matemático, no amplo e genuíno sentido deste termo, a fim de evitar as perturbações que o elemento emocional possa causar ao pensamento e afastar da Filosofia as afirmações meramente subjetivas. Não se trata aqui de criar ficções, mas de captar o que concretamente é, permitindo que os próprios entes e a própria realidade revelem toda a sua pujança e riqueza de nuances. A Filosofia Concreta enraíza-se na própria Realidade e pretende desvelar a própria verdade do real⁴⁷ (SANTOS, 1977).

Mas seria um erro tentar explicar a Filosofia apenas como uma “conformidade da razão” no sentido racionalista do termo (domínio da lógica formal), porque aquela deve dedicar-se sobretudo ao estudo dos *logoi*, as verdades fundamentais que servem de leis para o nosso

⁴⁷ “Real” aqui tomado em sentido amplo e profundo.

conhecimento, como são as que Mario dos Santos apresenta em sua Filosofia Concreta. O que se busca é o invariante, que ultrapassa os meros arbítrio e capricho humanos, e cujo fundamento é preciso mostrar⁴⁸ ontologicamente, com o rigor do método da Filosofia Positiva e Concreta, que Mario dos Santos segue e defende (SANTOS, 1959).

Esta Filosofia que ele busca fundar, pretende ela alcançar até mesmo aquelas verdades fundamentais e eternas, como sempre o desejaram os maiores Filósofos, muito embora se reconheça que para atingir este intento precisa o homem partir da experiência que tem, da imanência das coisas humanas, portanto (SANTOS, 2009). Assim, na Filosofia Concreta não se filosofa com os esquemas meramente antropológicos - com começo e fim na imanência humana e a ela adstritos -, mas busca-se aí alcançar a máxima eideticidade dos conceitos. E isto, precisamente, é o que se procura realizar na Filosofia Concreta e o que se desenvolve, depois, nas obras de Matese, com vistas a alcançar-se a apoditicidade desejada (SANTOS, 2009).

Nesta Filosofia, portanto, não se busca alcançar apenas os meros dados da experiência humana imediata, mas transcendê-los - através dos juízos universalizantes que a apoditicidade permite conquistar. E isto se realiza pelo alcance da máxima pureza eidética, pela máxima abstração que vai se unir, para completar-se a obra da Filosofia Concreta⁴⁹, à máxima descida e à consequente consideração da singularidade mesma do objeto visado. Por este meio se pode obter a máxima concreção de cada objeto que se investiga, completando-se assim o movimento ascendente da inteligência com o descendente, dando ao conhecimento do objeto uma feição circular e conglobante, de modo que se possa ter deste uma visão total⁵⁰ (SANTOS, 2009).

Contudo, para chegar ao ponto transcendente que se deseja, impõe-se que se examinem outras possibilidades, avaliando-se também o conteúdo de diferentes visões e correntes filosóficas, e que se estabeleça a crítica das diversas doutrinas. Outro ponto importante de que se ocupa a Filosofia Concreta (SANTOS, 2009).

Por fim, não pode o mero fato contingente ser a base da Realidade, pois há algo que o transcende e lhe dá fundamento, e este é o Ser Supremo. E é partindo da experiência

⁴⁸ E aqui o termo “mostrar” cabe perfeitamente, pois em Filosofia Concreta Mario não procede tanto por “demonstração”, como por “mostração”, já que capta e desvela verdades evidentes de per si, com seu método apofântico, e que depois ele procura comprovar e demonstrar pelos mais variados meios de prova conhecidos.

⁴⁹ Utilizando-se para isto os métodos dialéticos apropriados.

⁵⁰ Trata-se de uma visão *totum et non totaliter* dos objetos considerados, pois a Filosofia Concreta dá uma visão do todo, mas não esgota totalmente os objetos, senão que, pondo a visão destes dentro de um esquema adequado ontologicamente à sua estrutura eidética, garante dele um conhecimento que pode ser sempre crescente – *cum crescior* – e verdadeiro, de modo que não se contradiga a sua intrinsecidade (ou, se se preferir, sua estrutura intrínseca), à medida que se saiba mais sobre o objeto em questão, por meio das mais variadas ciências e dos mais variados meios legítimos de saber.

fundamental do ser, comum a todos os homens – através, porém, da constatação apodítica de que de que “algo há e o nada absoluto não há” – que esta Filosofia se eleva paulatinamente, desvelando os juízos virtuais implícitos, contidos naquele axioma, até atingir, no fundo da realidade mesma, o próprio Ser Supremo, nos limites em que a intuição racional o pode alcançar⁵¹. A Filosofia Concreta reúne assim, numa visão dialética da realidade, o máximo e o mínimo, as duas expressões fundamentais do Ser, sob a própria transcendência absoluta. (SANTOS, 2009)

Em outubro do mesmo ano Ferreira dos Santos publica **Sociologia Fundamental e Ética Fundamental** (SANTOS, 1959). Pois, considerando o desprezo e o desleixo nos estudos éticos como um dos fatores do estado de confusão e do abismo em que se precipitou, em grande parte, o espírito de sua época, Mario dos Santos propunha retornar com máxima seriedade a estes estudos, a fim de se curar tal estado de coisas (SANTOS, 1959).

Para isto, considerava ele ser necessário bem distinguir entre Moral e Ética⁵². E, ainda, estudar esta temática em busca de seus elementos estruturais, invariantes, a fim de não se recair no relativismo que, em Ética, tudo transforma em preconceito e arbitrariedade. Mais uma vez, era necessário descer das meras abstrações para a realidade concreta dos fatos e fundamentos da realidade. Animado em encontrar estes sólidos fundamentos da vida ética e social foi que Ferreira dos Santos empreendeu este estudo e o publicou (SANTOS, 1959).

Também para ele a questão social é um problema ético e, para que seja bem compreendido e devidamente equacionado, há de fundar-se no que de invariante a ética oferece. A Sociologia, como ciência ética, não pode ser apenas a descrição das relações humanas, mas também diz respeito à normatividade, ao dever-ser destas relações. Sendo assim, empreende o autor, em conjunto, o estudo profundo destas duas ciências complementares (SANTOS, 1959). No entender de Mario dos Santos a posição empírico-especulativa seria a mais apropriada para o exame do fato ético, pois é partindo da observação dos fatos que se pode alcançar os seus princípios gerais através da especulação. Acredita ele que é por meio da especulação dialética que se pode encontrar o fundamento de todas as positivities das diversas correntes, construindo assim uma visão concreta da ética mediante a aplicação de seu método. O objetivo de Mario dos Santos era alcançar uma ética imanente ao ser humano, ou seja, normas que

⁵¹ Para isto se utilizam métodos dialéticos e a analogia de proporcionalidade intrínseca que há entre os fatos pertencentes à metafísica. E a posterior confirmação e corroboração das teses alcançadas, esta sim, já se utiliza de múltiplos outros meios de prova, como a lógica formal, etc.

⁵² Para Mario: “Em seus fundamentos ontológicos, as leis da Ética são invariantes, mas quanto às normas morais ela é variante, porque estas podem variar segundo determinadas condições históricas.” Cf. *Sociologia Fundamental e Ética fundamental*, p. 117.

pertencem ao homem independentemente dos fatores histórico-sociais e das circunstâncias (SANTOS, 1959).

A busca de Mario dos Santos era, assim, por uma ética invariante, por normas que ultrapassassem a variação das situações e condições humanas, a fim de superar qualquer tipo de capricho ou arbitrariedade. Assim é que na *Ética* buscava ele uma sistematização filosófica destas normas imperativas. A raiz da *Ética*, portanto, deveria ser encontrada na *Ontologia* (SANTOS, 1959).

Com esta obra dava-se início à segunda parte de sua "Enciclopédia de Ciências Filosóficas e Sociais", cuja primeira parte se encerrara com a "Filosofia Concreta", na qual Mario dos Santos transpusera em teses apoditicamente demonstradas as mais altas conquistas da especulação filosófica, reunindo-as numa totalidade sistematizada de modo a que pudessem servir de ponto de partida e apoio para novas especulações em outras disciplinas (SANTOS, 1959).

Neste livro, examinam-se a Sociologia e a *Ética* em seus fundamentos, ou seja, nas bases preliminares a toda investigação voltada para estes temas. Para isso Mario dos Santos aproveita a "construção" que realizara em "Filosofia Concreta", a fim de que apoiando-se nas teses ali demonstradas, pudesse estabelecer ainda outras capazes de fundar apoditicamente, também a *Ética*. (SANTOS, 1959).

No ano seguinte é lançado o livro **O Um e o Múltiplo em Platão (tradução e comentário do *Parmênides*, de Platão)**. Nesta obra publicada pela primeira vez em janeiro de 1958, Mario dos Santos conclui que a conciliação realizada por Tomás de Aquino entre a teoria platônica das formas e a teoria hilemórfica de Aristóteles constitui um ponto alto da Filosofia e justifica-se perfeitamente de acordo com as análises por ele mesmo realizadas neste trabalho (SANTOS, 1958).

Mario dos Santos considera ter feito ainda outras descobertas importantes, as quais levam adiante o trabalho feito pelo Aquinate. Para Mario dos Santos, através destas considerações de Tomás de Aquino e, posteriormente, de outras ainda, da lavra de Duns Scot, abriu-se caminho para uma melhor compreensão da teoria platônica.

Traz ele, também, suas próprias contribuições à compreensão e desenvolvimento das temáticas abordadas, fazendo avançar uma vez mais estes temas, mediante o seu esforço crítico, a aplicação de seus métodos ao assunto e o cotejo aprofundado de várias obras de Platão e Aristóteles (SANTOS, 1958).

Vale notar, a propósito, que este foi o primeiro diálogo platônico traduzido e comentado por Mario dos Santos, que o escolheu para iniciar seu projeto de tradução e comentário às obras

completas deste grande filósofo, por ser este o texto em que, segundo Mario dos Santos (1958, p. 245), “se esboçam, de modo claro e nítido, os primeiros ensaios que Platão empreendeu para, através da figura de Sócrates, expor exotericamente, a sua teoria.”

Neste trabalho, Mario dos Santos aproveita as interpretações e contribuições de vários estudiosos renomados das obras de Platão, como Chambry, A. E. Taylor, de Oxford, David Ross, Léon Robin e Diès. O estudo deste diálogo, onde a importância do tema das Formas para o pensamento socrático-platônico fica evidenciado é, assim, imprescindível para a compreensão da filosofia de Platão (SANTOS, 1958).

Nesta obra, além da tradução do diálogo “Parmênides”, Mario dos Santos faz uma introdução e apresentação deste mesmo diálogo; discute a sua significação e autenticidade; trata de seus personagens e o comenta em detalhes, segundo sua abordagem dialética. Em seus comentários são abordados temas como a exegese platônica, a similitude, os relativos, a *assimilatio*, entre outros. (SANTOS, 1958)

No ano de 1958, Mario dos Santos publica ainda uma série de obras que reúnem textos seus de caráter literário, além de traduções. Dentre estas constam as seguintes: “Assim Deus Falou aos Homens”; “Vida não é Argumento”; “A Casa das Paredes Geladas”; “Escutai em Silêncio”; “A Verdade e o Símbolo”; “A Arte e a Vida”; “A luta dos Contrários”; e “Certas Sutilezas Humanas” (GALVÃO; SANTOS, 2001, p.10). “**Assim Deus Falou aos Homens**” (1958, p.10) teve sua primeira edição publicada em outubro de 1958.

Também de outubro do mesmo ano é “**Certas Sutilezas Humanas**”, que traz uma série de pequenos textos de Ferreira dos Santos de caráter literário, como pequenos contos, pensamentos e aforismos, com rastilho filosófico. Em novembro de 58, sai a primeira edição de “**Vida não é Argumento**” (Santos, 1958), escrita sob o pseudônimo de Max Sanders. Do mesmo mês é a primeira edição de “**A Casa das Paredes Geladas**”, que traz em seu bojo diversos contos de Ferreira dos Santos, breves textos de ficção e inclusive a tradução de “Saudação ao Mundo” de Walt Withman. Ainda em novembro, também é lançado “**Luta dos Contrários**”, livro interessante que traz uma série de textos marcadamente filosóficos, em ensaios breves, pensamentos e máximas, sobre temas diversos. Na mesma linha de publicações temos ainda “**A Verdade e o Símbolo**”, “**A Arte e a Vida**” e, finalmente, “**Escutai em Silêncio**”, às quais não tivemos acesso.

No ano seguinte, em 1959, Mario dos Santos publica “**Filosofias da Afirmação e da Negação**”, em que realiza uma aprofundada especulação dialética sobre o papel da negação na vida do espírito. Esta negação e sua influência no niilismo filosófico dos dias correntes são abordadas nesta obra, em que Mario dos Santos denuncia a ação destrutiva das doutrinas

negativistas e expõe as raízes profundas do niilismo moderno, as quais provêm de dois fatores importantes, nomeadamente: os erros filosóficos dos sofistas modernos e a crise econômica (SANTOS, 1962). Para o autor é um dever dos que se colocam do lado da afirmação e da positividade lutar para combater os vícios e os males advindos das falsas doutrinas. Esta obra é apresentada sob a forma de diálogos. Neste texto Mario dos Santos denuncia e critica a perigosa regressão da Filosofia contemporânea às formas viciosas da sofística grega. Mas, com esperança, procura falar às “consciências honestas e de boa vontade daqueles que buscam conhecer, combatendo as ideias sofisticadas e pretendendo deixar um legado de conhecimento e orientação para um mundo melhor.”

Já em outubro de 1959, Ferreira dos Santos publica **Métodos Lógicos e Dialéticos**, em 3 volumes. Obra simultaneamente de Lógica e de Dialética, examina ela o que há de positivo na antiga Lógica Clássica, e traz ainda as mais sólidas contribuições que o raciocinar dialético já produziu. Tem a finalidade, também, de permitir a construção de um raciocinar concreto, o qual procura estribar-se no máximo rigor intelectual, bem como permitir o estudo rigoroso e seguro dos mais variados aspectos do objeto considerado.

Nesta obra trata-se dos conceitos, dos juízos, do raciocinar discursivo e, sobretudo, das oposições e das distinções. Abordam-se, também, as relações que se formam entre os métodos lógico-formais e os dialético-ontológicos, sempre com o intuito de fornecer ao leitor os melhores meios e o maior número possível de regras úteis para que possa ele guiar a aplicação de seu raciocínio. Esta obra realiza um amplo estudo de importantes métodos lógicos e dialéticos divisados ao longo da história e selecionados para o uso eficaz do leitor, pois não é esta uma obra de Filosofia da Lógica, mas sim de Metodologia, voltada mais para a prática, portanto (SANTOS, 1962).

Neste livro, Ferreira dos Santos dá especial atenção ao estudo das distinções, que tanto celebrizaram os Escolásticos e que se tratam, sem dúvida, de uma das grandes realizações filosóficas do Ocidente. Para ele, o desenvolvimento da capacidade de lidar com as distinções aprimora sobremaneira a acuidade, profundidade e sutileza mentais. E ainda assinala que tais habilidades podem ser desenvolvidas e aprimoradas por meio do esforço pessoal. (SANTOS, 1962).

Deseja-se com isto estimular nos leitores o desenvolvimento da mentalidade filosófica (ou seja, a *mens philosophica*), para que se possa, assim, “ver distintamente onde outros veem confusão” (SANTOS, 1962, p. 14). Por sua vez, para a parte construtiva e criadora do pensamento, que permite identificar novas possibilidades, abrir novos caminhos de investigação e investigar aqueles setores da realidade mais complexos, submetidos a maior

mutabilidade e incerteza, ou mesmo os setores mais abstratos e transcendentais, para tudo isto, o domínio da Dialética é absolutamente fundamental (SANTOS, p. 24, 1962).

Denuncia ainda a incultura e o desconhecimento do passado e de suas contribuições, o que leva a erros, até mesmo entre proeminentes figuras da intelectualidade e da Filosofia. Mario dos Santos refere-se a este século em que escreve, o século XX, como “século da técnica e da ignorância”⁵³, no qual os avanços técnicos chegaram a tal desenvolvimento que alcançaram as raias da destruição (SANTOS, 1962).

É que não basta o desenvolvimento técnico se ele não for harmônico com o todo da realidade e, sobretudo, se não levar em consideração o valor da pessoa humana. Não basta o desenvolvimento especializado, se ele estiver baseado numa incultura, que, obnubilando os caminhos, leva-o para o abismo. Por isto Mario dos Santos enfatiza, ainda, que se o espírito destrutivo vence hoje em quase todos os setores, o que temos que fazer é construir. E é com intenção construtiva que ele oferece esta obra aos leitores.

Em 1960, Ferreira dos Santos publica a tradução comentada da obra **Das Categorias**⁵⁴, de Aristóteles. Para realizar a sua interpretação da obra e sua crítica, Ferreira baseia-se não só em seus próprios métodos, mas também nos comentários e reflexões de diversos autores avalizados. Mas ao contrário do que seria o natural para indivíduos menos cultos, não se ateve ele a considerar apenas as contribuições dos estudiosos mais recentes. Se as opiniões de um W.D. Ross foram por ele consideradas ao acercar-se desta obra - ao contrário do que costumam fazer os estudiosos “modernos”, aí incluído o próprio Ross -, Mario dos Santos não deixou de levar em conta, também, as ideias de antigos doutos, como Tomás de Aquino, Fonseca, Suárez, João de São Tomás, Peñafiel, Baltazar Teles, Capreolo, entre outros, para a compreensão desta e de outras obras de Aristóteles ainda, pois trata-se de autores tão ou mais importantes para este tipo de investigação que os mais afamados pesquisadores da atualidade histórica. Somente um homem de erudição privilegiada poderia lançar mão de tamanha variedade de conhecimentos sobre ideias e autores, em seus estudos. Os conhecimentos de Mario dos Santos facilmente rivalizavam e com frequência superavam os de seus pares estrangeiros, sendo inequívoco o valor cultural do grandioso legado deixado por Mario dos Santos para o Brasil e para o mundo (SANTOS, 1965).

⁵³ Muito do que ele diz sobre o século XX, porém, vale ainda para o nosso. De resto, as contribuições e métodos apresentados nesta obra, com frequência têm valor eterno.

⁵⁴ *Das Categorias*, de Aristóteles (tradução, notas e comentários). São Paulo: Matese, 1960 (2.ed., São Paulo, Matese, 1965).

Assim, ao penetrar no tema da obra - as categorias ou predicamentos -, Mario dos Santos pôde compendiar e sintetizar opiniões das mais variadas escolas e matizes intelectuais a seu respeito. Neste texto, Aristóteles dedica-se a examinar os “gêneros supremos” - que são os já mencionados predicamentos - deixando as outras partes da Lógica para os livros seguintes. E são precisamente as articulações dos predicamentos superiores e inferiores, em qualquer gênero e classe, o que constitui em última análise as operações lógicas. Portanto, trata-se de obra fundamental para a compreensão e domínio do proceder lógico, a respeito do qual Aristóteles trata com maiores detalhes em outros livros de seu Órganon. Desta feita, aqui que nos auxilia Mário dos Santos a bem compreender como devam ser encaradas as contribuições mais básicas e fundamentais de Aristóteles ao campo das investigações lógicas (SANTOS, 1965).

O livro "Das Categorias" divide-se em três partes. A primeira é a que examina os *Ante-predicamentos*, e compõe-se de quatro capítulos, nos quais são estudados os preâmbulos e os pré-requisitos necessários para a razão do ente predicamental e sua coordenação nos seus gêneros. A segunda parte vai do capítulo quinto ao nono e trata dos *Predicamentos*. Nela são examinadas as dez categorias (predicamentos), às quais se reduzem, genericamente, todos os entes criados. Na terceira parte examinam-se os *Post-predicamentos*, que são: a oposição, a prioridade, o simultâneo, a moção, e o hábito - os quais são propriedades comuns, de todos ou de muitos predicamentos (SANTOS, 1965, p. 2). Para melhor entendimento da matéria, Mario dos Santos mantém não só a terminologia grega como a latina, facilitando, assim, ao leitor fazer paralelos (SANTOS, 1965).

Em 1960, publica ainda **Páginas Várias**, obra que reúne artigos de caráter literário redigidos durante a juventude do autor e originalmente publicados em jornais e revistas sob pseudônimos variados. Constam da obra textos como: Anthero de Quental; Os Nômades da Metrópole; O Símbolo do Amanhã; Há lugar para uma nova Filosofia do Mundo?; As Três Humanidades; O Louco que vendia Juízo; O Homem que Falava por Apólogos; A Arte como Interpretação da Vida - A Verdade e o Símbolo; Confissões de um Homem que já Viveu; O Mágico de Oz; Não há fórmulas definitivas; Escutai em silêncio; entre outros (SANTOS, 1965, p.52). Esta obra também traz sérios estudos sobre arte (barroca, renascentista, etc.) e sobre Nietzsche.

Em 1961, publica **Convite à Estética**, obra que nos ensina a melhor entender a arte e apreciá-la, e cuja primeira edição não tivemos a oportunidade de verificar, mas cuja 4ª edição, publicada em 1966, fora publicada em conjunto com uma de suas filhas, Nadjeda Santos Nunes

Galvão⁵⁵ e trazia os seguintes títulos: *Convite à Estética* e *Convite à Dança*. O primeiro atribuído a Mario dos Santos e o segundo a sua filha (SANTOS, 1966).

O livro trata dos valores estéticos na Arte, trata do Sublime, da Harmonia e do Belo. A Estética tem como objeto o belo e as suas manifestações. Suas principais interrogações, portanto, dizem respeito a: “O que é o belo?” “Em que consiste?” “Qual a sua essência?” Pergunta-se ainda: “se sabemos onde a beleza está, nas obras ou em nós que as contemplamos?” O texto, ilustrado, faz distinção entre estética objetiva e subjetiva; entre juízos de gosto e de existência, juízos éticos e de valor. Apresenta também um estudo da dança através dos tempos, feito por Nadia Santos, bem como as principais diferenças entre dança moderna e balé, além de um roteiro para apreciação deste, trazendo os seus principais intérpretes, a classificação dos balés, as características da dança moderna, o balé na atualidade, entre outros conteúdos. (SANTOS, 1966).

O livro trata de Arte e Sociologia, Filosofia e Valores. Trata de Música, Literatura, Artes Plásticas, das Belas-Artes, enfim⁵⁶. A Arte é aí tratada sob diversos planos e múltiplos enfoques. Obra magnífica, que ensina a melhor compreendê-la e apreciá-la, e apura o senso estético do leitor (SANTOS, 1966, p. 137).

Também em 1961, publica **Convite à Psicologia prática**. Obra que traz uma série de orientações práticas sobre Psicologia e visa a que o leitor possa conhecer-se a si mesmo e melhorar-se através do estudo do caráter e do temperamento (SANTOS, 1966). Apresenta esta obra contribuições de Jung e Adler e trata dos tipos psicológicos, além de trazer indicações para o estudo da grafologia, da fisionomia e da caracterologia. Por algumas de suas partes, ela é uma obra precursora do que hoje se consolidou como o estudo das microexpressões e das expressões corporais em geral. Entre os temas abordados nesta obra têm-se os seguintes: “Como ler o rosto de nossos semelhantes; Como ver através dos gestos; O que nos revela a Grafologia; O riso como revelação do caráter; Indumentária e o que ela manifesta; O subconsciente e os complexos; A voz e a sua significação; Construção do caráter; Como vemos e sentimos o mundo exterior; O que queremos ver e o que não queremos ver; Como analisar as pessoas; Os tipos psicológicos; A Caracterologia e Fisionomia; Os temperamentos; As Teorias de Freud, Jung e Adler” (SANTOS, 1966; pp. 9,10).

⁵⁵ Que o assina, no entanto, como Nadia. Além da prática familiar do uso de pseudônimos, pode explicá-lo o fato de o nome Nadia ser mais simples que Nadjejda, ou o fato mesmo de que este nome de origem eslava, muito popular na Rússia, tem neste país, e em outros, o nome Nadia como um nome carinhoso.

⁵⁶ Mais precisamente “pintura, escultura, literatura, arquitetura, dança, música” p. 48 *Convite à Estética*. São Paulo: Logos, 1961 (4.ed., São Paulo: Logos).

Em 1961, sai uma edição de **Convite à Filosofia** (a 1ª edição é dos anos 40), originalmente publicada sob o pseudônimo de Charles Duclos, como se fora uma tradução deste.⁵⁷ Dito isto, reputamos tal obra como uma das mais importantes de Mario dos Santos, porque nos dá uma noção geral das ideias deste autor, bem como do modo como ele compreende a história da Filosofia e seus principais autores e escolas. Ele nos dá ali uma apresentação geral, e um tanto simplificada, de toda a sua produção. Este livro, portanto, é uma bela introdução geral à obra de Mario Ferreira dos Santos, por assim dizer (SANTOS, 1977). Trata-se de obra bastante clara e didática que apresenta de forma resumida os principais pontos e problemas da Filosofia. Aborda, também, de maneira sucinta – porém não simplista – o panorama geral de praticamente toda a História da Filosofia, desde as origens da Filosofia grega com os Pré-socráticos até a Fenomenologia.

Em fevereiro de 1962 publica, em 2 volumes, o seu **“Tratado de Economia”**. Nesta obra Ferreira dos Santos examina os fundamentos ontológicos do fato econômico, bem como as diversas categorias que estruturam esta disciplina, sempre de um ângulo filosófico e guiado pela sua Decadialética (SANTOS, 1962). Ali, propõe ainda que se faça o estudo da Economia voltado à prática, pois para ele a Economia não pode ser estudada abstratamente, devendo sê-lo de maneira concreta. Segundo Ferreira dos Santos, a confusão entre o especulativo e o prático é a causa de graves erros na Economia e na Política (SANTOS, 1962). Sua perspectiva nesta obra sobre Economia é, ademais, generalista, concreta e positiva, com o quê procura evitar as visões unilaterais e primárias que, por sua estreiteza, um estudo de caráter excessivamente especializado poderia gerar. Assim, tanto os fatores quantitativos como os qualitativos da Economia são considerados no estudo que empreende nesta obra, em que procura, como sempre, calcar suas posições em argumentos rigorosos e demonstrações de máxima apoditicidade (SANTOS, 1962).

No mesmo ano publica **Filosofia e História da Cultura**, em 3 volumes, trabalho em que se dedica ao estudo da História. É com base em curso homônimo, ministrado em 1950, que surgem estes livros, publicados pela primeira vez em março de 1962 (GALVÃO; SANTOS, 2001). Trata-se de uma obra dedicada especificamente ao estudo da História e dotada do intuito de contribuir para uma visão mais construtiva e concreta desta disciplina. Não tem ela a intenção de ater-se à mera descrição de fatos históricos, mas de captar o seu significado. Por isso, nestes volumes a exposição simples e objetiva destes mesmos fatos é acompanhada do estudo filosófico, sistemático e cuidadoso, da própria História (SANTOS, 1962). Grande número de

⁵⁷ O problema da autoria desta obra que é, certamente, de Mário do Santos, já o discutimos brevemente em nota de rodapé constante em capítulo anterior deste trabalho.

questões são abordadas nesta trilogia: “Que é Cultura? Que é História? Que é Filosofia da Cultura? E o homem, o que é? Se é diferente dos animais, em que se diferencia e por quê? De onde ele veio? E, para onde vai?”, estão entre as principais.

O estudo da Filosofia da Cultura, por sua vez, permite reunir os elementos repetíveis e irrepetíveis do fator histórico, seus traços variantes e invariantes, admitindo um estudo dialético das realizações humanas, articuladas eideticamente aos fatores ecológicos e histórico-sociais relevantes, aos campos da “natura” e da “cultura”, enfim. Deve-se notar que neste esforço um dos elementos a que Ferreira dos Santos concede particular atenção é à estruturação social do poder político (“Kratos” político) e da escala geral de valores que predomina em cada época, juntamente com a possível degeneração desses valores, o que leva por sua vez ao abuso e à dominação violenta. E, desta forma, em “Filosofia e História da Cultura” demora-se no exame do Ciclo Cultural, os períodos e fases por que passam as Culturas, bem como se examinam os diversos tipos de estamentos existentes. Com isto, identifica Mario dos Santos as diversas maneiras de manifestar-se o Estado correspondentemente a esses períodos e fases (SANTOS, 1962; 1964).

Tais fases “Cráticas” não obedecem a uma exatidão mecânica. Pois, devido à influência dos fatores bionômico e psicológico, nos quais há espaço para a liberdade e o imprevisto, os métodos da matemática quantitativa não são aí perfeitamente aplicáveis. Se as ciências naturais podem usá-los com certo êxito no estudo do universo macrocósmico - o universo subatômico e o âmbito das grandes velocidades oferecem já maiores problemas -, o estudo das ciências culturais exige, por sua vez, uma abordagem diferente. E, para estas, a metodologia dialética de Ferreira dos Santos é especialmente apropriada (SANTOS, 1964). Às Ciências Sociais, dotadas de inequívocos fluxos e refluxos, e graus de intensidade diversos - irreduzíveis a uma quantificação precisa -, não lhes cabe a exatidão matemática, mas antes um rigor, maior ou menor, que corresponde apenas de maneira analógica a esta exatidão. Por sua vez, deve-se ter em mente que é a boa fundamentação das teses que contribui de modo eficiente e decisivo para a construção dos alicerces de uma historiologia competente, a qual melhor favorecerá a solução dos problemas sociais.

Já que a lei da alternância está presente nos fatos da História, os detentores do “kratos” conhecem também seus períodos de decadência. É no preciso instante em que se tornam “absolutistas”, em que as soluções se tornam meramente parciais e abstratas, que surge o desenvolvimento das oposições destrutivas, as quais degeneram quase sempre em abusos e barbárie.

Quer Mario dos Santos que a sua série de estudos sobre os problemas sociais possa amplificar a natural tendência ecumênica de nosso povo, de índole universalista, para que neste solo possa então florescer uma solução criadora para toda a Humanidade. E que a personalidade humana do leitor, reforçada em boas bases culturais, possa libertar-se da ameaça “dos falsos guias, que se tornam, inevitavelmente, os opressores de amanhã” (SANTOS, 1962, p. 14).

Neste ano de 62, Ferreira dos Santos publica ainda o seu livro **Análise de Temas Sociais**. Se a análise de temas diversos ao longo da história ofereceu a possibilidade de aprofundar sobremaneira os conhecimentos sobre cada área, o excesso de especialização levou a uma visão muitas vezes parcial e mesmo unilateral da realidade. Encerrando-se em seu campo de estudos e desprovidos de uma visão mais ampla, muitos foram os pensadores que descuraram os demais aspectos do real, atentando apenas para as particularidades de seu campo (SANTOS, 1964).

A esta altura, Mario dos Santos considerava que a Humanidade passara por um longo período analítico (de vinte e cinco séculos) e que agora, como o indicavam os novos avanços da ciência, entrava-se em um novo período, um período propício a uma visão mais clara e mais unitiva da realidade. O período concrecionador. Este tenderia a voltar-se não tanto para o exame detido de um fragmento da realidade, mas para uma visão sintética, mais ampla e coordenada dos conhecimentos e da realidade mesma. Se a princípio tem o homem uma visão confusa das realidades com que se depara, com a análise passa ele a ter uma visão mais precisa e detalhada das diversas partes. Contudo, é retornando o olhar aos mesmos objetos, vistos agora no seu conjunto, incluindo-se aí as contribuições da análise, que se alcança uma visão concreta. Uma visão que articula as diversas partes e o todo, com suas múltiplas relações e possibilidades (SANTOS, 1964).

Com esta trilogia de “Análise de Temas Sociais”, Mario dos Santos aprofunda a análise de diversos temas de interesse social e humano, oferecendo não só uma visão em profundidade dos diversos temas, mas sobretudo a sua contribuição pessoal para este pensamento concrecionador. Portanto, nestas obras Ferreira dos Santos oferece, com base na investigação de fatos históricos em suas diversas modalidades, a justificação de uma concepção concreta da História, mediante a articulação - e, por assim dizer, o “concrecionamento” - de diversos fatores políticos, econômicos e religiosos (SANTOS, 1962).

Publica ainda em junho de 1962, **O Problema Social**, livro que encerra a “Coleção dos Grandes Temas Sociais”. Nesta obra, Ferreira dos Santos procura alcançar:

...uma solução concreta e bem fundada para a chamada questão social, sem apelos a preconceitos nem análises precipitadas, mas tendo por fundamento o que há de real e efetivo no homem, e que pode receber uma justificação filosófica em bases

apoditicamente demonstradas, e não em filosofemas de gosto estético, ou postulados que mais falam a voz da inveja e do ressentimento do que a da justiça” (SANTOS, 1964, p. 22).

Esta obra trata propriamente da “Questão Social”, que é o conjunto das crises e antagonismos que se verificam na sociedade de hoje em dia (SANTOS, 1964). E, se em sentido restrito entende-se a questão social como o antagonismo que se verifica entre os representantes do capital e os do trabalho, com os problemas decorrentes; em sentido amplo esta não se cinge ao campo econômico, mas abrange todo o âmbito da ação humana, ou seja, todo o campo *Cultural*. Em última análise, portanto, a questão social versa sobre os múltiplos problemas, crises e antagonismos que se impõem ao homem em sua vida em sociedade.

Termo que provém de uma fala de Léon Gambetta - político francês que foi Primeiro Ministro da França entre 1882 e 1883 - à Câmara dos Deputados de Paris, Mario dos Santos utiliza-o para referir-se à investigação e conjunto de “perguntas e respostas” que se tem procurado oferecer aos problemas e antagonismos existentes na sociedade. Aos seus pares Gambetta negara a existência da questão social, dizendo: “*Il n’y a pas de question sociale*”. Tal frase marcou época e ecoou no Brasil, onde até 1930 muitos políticos ainda afirmavam que tudo isto não passava de mera “questão de polícia”.

Mas nos anos 60, a existência de uma questão social fundamental e premente era já da ciência de todos. Não se podia mais negá-la. E preocupava todas as mentes responsáveis, pois nela todos já se encontravam imersos. Contudo, um problema atual nem por isso é um problema bem compreendido. Seria este um problema meramente econômico? Teria ele fundamentos objetivos? Ou seria fruto de uma confusão de ideias, complicada por teorias e disputas, mas que poderia receber uma fácil solução? Para Mario dos Santos, tal questão não abrange apenas o campo econômico, mas invade outros setores da vida humana, sobretudo o da Cultura, onde a crise se instalou de modo avassalador, exigindo respostas multifárias e que se atenham a todos os setores. Entretanto, esta é para ele, antes e acima de tudo, uma questão cultural – porque referente à conduta humana em sociedade - e é nesse sentido que deve ser tomada, porque assim se pode tratá-la mais concretamente, e não apenas restringida a um âmbito qualquer dos problemas sociais, como se costuma fazer (SANTOS, 1964).

Ademais a questão social é um tema ético. E é apenas fundando-se no que há de invariante nesta disciplina, que se podem encontrar as verdadeiras normas aptas a bem regular as relações do ser humano consigo mesmo, seus semelhantes e, ainda, ante tudo quanto o supera, permitindo-lhe suplantá-lo o estado de confusão em que se precipitou esta época e garantindo-lhe uma vida melhor. Sem dúvida, muitos fatores dizem respeito à chamada

“*questão social*”. Há elementos econômicos que nela influem, mas também outros de vários tipos. O colonialismo; a exploração desenfreada dos povos subdesenvolvidos; a luta pelas zonas de influência; o grande desenvolvimento da indústria e da técnica; a especulação desenfreada; a agiotagem; o despovoamento crescente do campo; a acumulação excessiva de grandes contingentes populacionais em centros urbanos; a demagogia; a má política; a burocracia triunfante; a formação dos grandes Estados; a corrida armamentista; as guerras; a exaltação dos baixos valores; o desprezo quase total à cultura geral e à polimatia - e a deformação mental correspondente; a autossuficiência do intelectual especializado; a valorização da mediocridade; a degradação das cátedras; a ignorância diplomada; a espantosa diminuição do índice de inteligência; os difusores de falsas ideias no campo cultural e filosófico - de onde as ideias se espriam para todos os setores; e, sobretudo, a desvalorização acentuada do homem, transformado basicamente em máquina (o *homo oeconomicus*). Estes, dentre outros, são fatores que contribuíram para o agravamento da “questão social”, exigindo, portanto, uma solução urgente (SANTOS, 1964).

É verdade que soluções foram propostas ao longo do tempo. E Mario dos Santos analisa em especial a solução Liberal e a solução Socialista para tais problemas. Assim, examina os múltiplos aspectos de ambas as escolas, propondo, em tempos de grande embate entre as duas visões, uma síntese superior que reúna das duas os seus aspectos positivos. Contudo, Mario dos Santos foi muito além. Todos os múltiplos problemas implicados na “questão social” foram enfrentados por ele nesta obra, cujo tema principal diz respeito à ação humana (o “ato humano”, como ele diz). Para Mario dos Santos a cooperação sem abusos e dominação é a chave para uma vida social pujante e digna. Por sua vez, no mesmo ano em que fundou a Editora Matese, Mario dos Santos realiza, em 1963, seu grande sonho de publicar um dicionário de Filosofia, lançado em 4 volumes por esta editora. Trata-se do seu **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais** (GALVÃO; SANTOS, 2001, p., 21).

Em maio de 65 é publicada por Mario dos Santos **Protágoras**, tradução do famoso diálogo platônico feita por ele. Realizada com a finalidade, sobretudo, de dar ao leitor brasileiro um contato direto com a obra deste gênio filosófico que foi Platão, não tem ela nenhuma pretensão de originalidade, - que Ferreira dos Santos aliás considerava como “desejo espúrio de uma época mercantilista, em que as falsas novidades encontram maior aceitação” (SANTOS, 1965). Segue-se, portanto, neste trabalho “a linha clássica de incorporar o novo conhecimento ao conhecimento antigo, e não o de tentar substituir o bom ouro por falsas pedrarias”. O tema fundamental desta obra é um tema ético: a virtude. Ela e sua relação com a ciência. Discutem aqui os protagonistas se aquela pode ou não ser ensinada. O que se nota, porém, é que

Protágoras alinha seus argumentos apenas dentro de uma ordem eloquente enquanto Sócrates deseja argumentos seguros - quer demonstração e não apenas persuasão. O objetivo de um, é sobretudo “Estética”, o do outro, “Filosofia”. E o estilo de ambos bem reflete essa divergência de atitudes. Os períodos com que Protágoras se expressa são longos e belos, e seus argumentos ornados de vívidas imagens. Sócrates, ao contrário, procura por uma sequência de argumentos mais moderada e segura. Afinal, como proceder diante daquela inebriante torrente de argumentos? Como notar assim os nexos entre as diversas ideias apresentadas e como avaliá-las? Por isto, Sócrates protesta contra o modo de Protágoras argumentar. Porém, Mario dos Santos assinala que também os argumentos de Sócrates não primam por uma lógica impecável. Também ele podia ser acusado de Sofista! (SANTOS, 1965).

É que a precisão lógica é conquista recente da Filosofia. Surge após os grandes estudos de Aristóteles, e sobretudo é conquistada com a profundidade analítica da Escolástica Medieval e Renascentista. E se hoje, esquecidos destas contribuições, os filósofos tendem a voltar ao uso dos métodos sofísticos, é isto um grave erro que cometem; por rebaixar a Filosofia. Mas todos estes elementos do genial estilo de Platão são extremamente expressivos! Este grande filósofo e artista da palavra conseguiu expressar em seu texto, de maneira pioneira e até clarividente, todas estas instâncias. O futuro da Filosofia com sua alternância estava ali em germe. Além do tema da virtude, o diálogo aborda o tema da Sofística. Este diálogo bem consegue precisar em que consiste um sofista e sua arte, delineando o proceder típico das principais figuras que a cultivam. O valor ético e as possibilidades da sofística são abordados de passagem neste diálogo, sempre dentro daquela fina ironia Socrática (SANTOS, 1965).

Tanto Protágoras, como Pródicos e Hípias estão entre os personagens principais. Protágoras é apresentado como fundador do relativismo, o que o arrasta inevitavelmente a uma posição ética indiferente. Mas Platão não o desmerece, e sua exposição é apresentada como dotada de verdadeiro rigor ético e honesta intenção. A ironia que Sócrates lhe dirige é, assim, leve. Contudo, Pródicos e Hípias já não recebem o mesmo tratamento. E Sócrates ironiza-os fortemente, o primeiro por sua arte e o segundo por seu pedantismo. Diálogo de numerosos personagens, salientam-se entre eles Sócrates, Protágoras, Hípias, Alcebiades, Cálias e Pródicos, e ainda há outros de menor relevo para o texto⁵⁸. Mario dos Santos considera-o um diálogo bastante claro e assim como vários de seus estudiosos, uma verdadeira obra de arte. Em parte do texto dedicada às biografias dos personagens, ele ainda examina as principais dentre

⁵⁸ Embora alguns destes personagens surjam com maior relevo em outros diálogos, como Cármides, Fedro, Eriximaco, que aqui são apenas citados como ouvintes da discussão.

estas personalidades, apresentando-lhes as ideias mais fundamentais e os fatos de suas vidas. Um perfil detalhado das ideias de Platão ali se encontra e é de grande valor não só para o conhecimento do pensamento platônico, mas também do pensamento do próprio Mario dos Santos, já que Platão muito influenciou sua obra (SANTOS, 1965).

Buscou-se nesta tradução a maior fidelidade possível com o original grego, do qual Mario dos Santos traduziu a obra, em cotejo com variadas traduções francesas, inglesas e italianas. Para isto e para as notas e comentários, Mario dos Santos aproveitou também os pontos de vista e as contribuições de vários estudiosos das obras de Platão, como Lutoslawsky, Willamowitz, Friedländer, Greffcken, Hildebrandt, Ueberweg-Praechter, Rivaud, Zürcher, Stefanini, e outros.

Ainda em 1965 publica Ferreira dos Santos, em parceria com sua esposa Yolanda Burguete Santos, o **Dicionário de Pedagogia e Puericultura**. Obra que se volta à educação e cuidados de crianças, sobretudo pequenas (SANTOS; SANTOS, 1965, p. 13). Para Ferreira a Pedagogia é, de um lado, uma Ciência - aquela que estuda a educação, estabelecendo suas condições, normas e leis -, e de outro uma verdadeira Arte, que visa a levar as pessoas a seu pleno desenvolvimento (SANTOS; SANTOS, 1965, p. 763). Assim, pode-se dizer com Mario dos Santos que:

A Pedagogia é a ciência prática e teórica que, dedicando-se ao estudo do funcionar psíquico do homem, tende a preparar o ser humano para a sua incorporação à humanidade, pelo fortalecimento do ato humano, tornando-o capaz de realizar-se tanto mais plenamente quanto possível” (SANTOS; SANTOS, 1965, p.24 e 25).

Não se deve, porém, confundir instrução com educação, assinala Ferreira. Se a instrução é um conjunto de conhecimentos que se adquire pelo estudo, a segunda é algo que se desenvolve pelos hábitos de conduta. Pode-se ter uma e não se ter outra, portanto. Cabe ao processo educativo a formação do caráter, através do desenvolvimento harmonioso das qualidades da criança. Mas uma perspectiva “concreta”, como é a de Ferreira dos Santos, não pode descurar de qualquer aspecto da formação individual. E assim, tanto um processo quanto o outro devem ser harmoniosamente cultivados, não se deixando de lado nem educação nem instrução.

A formação, entretanto, se dá tanto em casa, como na escola e também na sociedade. Toda a vida é, por assim dizer, o espaço da educação, e, por conseguinte, urge buscar não só o estímulo das potencialidades internas do indivíduo, mas também garantir as melhores condições ambientais para o seu pleno desenvolvimento, assegurando quanto possível a cooperação harmônica de todos estes elementos (SANTOS; SANTOS, 1965).

Cabe aos adultos o educar e conduzir as crianças, por serem mais velhos e mais experimentados. É deles o compromisso de bem orientar as crianças quanto às suas escolhas,

para que possam desenvolver o bom hábito de escolher o bem em cada passo de sua vida. “Educação” é mesmo uma palavra que vem de “conduzir”, proveniente que é do étimo latino *educatio*, e também de *educere*. É compromisso, então, dos adultos dar a devida direção às crianças na aplicação inteligente, e sempre consciente, de sua vontade, nas suas escolhas e decisões, e em sua atuação no mundo em que vivem, pois assim se desenvolvem os hábitos que constroem o caráter (SANTOS; SANTOS, 1965).

É através das polarizações que Mario dos Santos constrói sua pedagogia, que desenvolve, sobretudo, com base na polaridade “abandono e proteção” (SANTOS; SANTOS, 1965, p. 733). Deve-se proteger a criança de modo que esta desenvolva a sua autonomia por meio de uma personalidade sadia e equilibrada, e se torne “estênica”, ou seja, forte. Tanto o excesso como a falta de proteção devem ser evitados. E devem-se ter sempre em mente as peculiaridades e características individuais de cada educando (SANTOS; SANTOS, 1965, p. 28).

Compete assim atentar para os ambientes histórico-social e ecológico, e também para os traços pessoais característicos, na educação.

E para melhor ter em conta este último elemento, Mario dos Santos dá preferência às contribuições da “caracterologia”, em que segue a classificação de Corman⁵⁹ (SANTOS; SANTOS, 1965, p. 2). Não que a considere como verdade definitiva, mesmo porque o ser humano é demasiado complexo e também mutável, mas considera que esta seja uma classificação dotada de suficiente praticidade e validade para que normas pedagógicas sejam bem aplicadas com base nelas. As noções desta disciplina podem, portanto, servir de referência para que se possa melhor conhecer o educando e adaptar a ele a orientação e o ensino.

Mario dos Santos aconselha ainda, para melhor uso desta obra, a leitura prévia dos seguintes verbetes nela contidos: Caracterologia, Temperamento, Personalidade, Frustração, Abandono, Proteção, Superproteção, Criança abandonada, Autonomia, Liberdade, Passividade, e os que são indicados nesses verbetes (SANTOS; SANTOS, 1965, p. 28, 107, 108). É importante sempre ter em conta, em pedagogia, que esta se dirige a pessoas e que, em última análise, a educação se volta sempre para a humanidade. Educa-se um ser humano, pleno em dignidade, não um mero objeto sem vida. O homem não é coisa; é mister, portanto, respeitar sua dignidade. Com a educação prepara-se o futuro. Ao educar-se, por conseguinte, há que se pensar na Humanidade que se quer. Que ela seja, então, uma Humanidade sempre melhor e mais digna (SANTOS; SANTOS, 1965, p. 763).

⁵⁹ Trata-se provavelmente de Louis Corman, médico psiquiatra francês (1901-1995).

Depois, publica **Grandezas e Misérias da Logística**. Esta obra, lançada em 1967 visa a dar à Logística seu verdadeiro sentido, delineando seus nítidos contornos e estabelecendo seus precisos limites e alcance. Com ela, Ferreira dos Santos quer mostrar tanto a grandeza, quanto a miséria desta disciplina. Por isto, as falhas e limites desta, bem como os erros de alguns dos seus proeminentes cultores são temas importantes (SANTOS, 1966, p. 20).

E precisamente as misérias da Logística devem-se aos seus maus cultores e aos abusos que estes praticam. Eles fetichizam a Logística (a Lógica Matemática) e pretendem que ela possa realizar o que está além do seu alcance. Daí decorrem erros graves que se espalham por todos os campos do saber com importantes e danosas consequências. Considerava Ferreira dos Santos que o Brasil corria o risco de que chegasse ao país esta mentalidade característica dos que fetichizam a Logística, juntamente com os excessos do Neopositivismo (SANTOS, 1966, p. 19), pois supervalorização do Cálculo Lógico implica valorização do mecânico, hábil para trabalhar com o contingente – e, por conseguinte, adequado às ciências particulares, as quais se interessam apenas pelo “como” dos fenômenos -, não sendo apropriado, contudo, para trabalhar com a Filosofia, conforme ele bem o assinalava (SANTOS, 1966, p. 20).

Ferreira não era inimigo da Logística. Seu intuito era, apenas, situá-la em seu lugar verdadeiro e legítimo. Não é possível, para enaltecer o limitado campo do Cálculo Lógico (aliás, já conhecido dos antigos pitagóricos), pretender substituí-lo à Lógica e à Dialética, diminuindo assim o campo do pensamento em vez de ampliá-lo. É àqueles autores que, desconhecendo as contribuições milenares destas disciplinas, desejavam substituí-las por outra mais estreita emprestando-lhe possibilidades que não tem e redesenhando, à força de pura ignorância, os seus justos limites, que Ferreira dos Santos dirige a sua crítica e o seu combate nesta obra.

Em maio de 1967, publica ele o livro **Invasão Vertical dos Bárbaros**, que expõe a degradação da cultura contemporânea e denuncia aqueles que, por detrás das aparências, atuam para dissolver nossa cultura, atingindo esta situação, atualmente, um estágio intolerável de ameaça civilizacional. Ferreira dos Santos dilucida, assim, que há inteligências voltadas intencionalmente para promover o processo entrópico deste Ciclo de Cultura na atual sociedade. Especialmente em fins de Ciclos Culturais, elementos ativos corruptores, de inteligência e vontade maliciosas, sempre souberam aproveitar-se do barbarismo como instrumento para solapar ou derruir uma Cultura. E hoje, com habilidade estarrecedora, tem isto sido feito à Cultura Ocidental. Por meio de mecanismos como a valorização da animalidade, a propaganda desenfreada e tendenciosa, a superioridade da força sobre o Direito, a exploração da sensualidade e a valorização do inferior e do criminoso, entre outros meios, vai-se realizando

um processo que favorece a aceleração da entropia cultural no Ocidente: “Os bárbaros já estão dentro dos muros da civilização”, denuncia Mario dos Santos (SANTOS, 2012, p. 4).

Porém, se Ferreira adverte sobre a presença de bárbaros intramuros, também oferece ele uma esperança, pois a cultura é contingente, não tem ela um ponto temporal que indique necessariamente o seu fim, por ser este fim também contingente. Portanto, na medida em que se consiga reequilibrar o estado das forças destrutivas com outras construtivas e criadoras, pode-se salvar uma Civilização. Cumpre, pois, compreender os processos dissolutivos que se vive para contrabalançá-los e, eventualmente, até superá-los. Ensina Ferreira dos Santos que uma Cultura, enquanto criadora, é uma Cultura viva e em ascensão. Quando, porém, ela deixa de criar e se petrifica, abrem-se as portas à invasão vertical da barbárie. As disposições corruptivas prévias encontram, então, campo aberto para seu desenvolvimento. O que se deve fazer, portanto, é elevar sempre o nível cultural, para que se alcancem patamares sempre mais altos, e nunca descer à satisfação dos ímpetus primitivos ou cair em práticas irracionais que afrontam a dignidade humana.

Ainda em 67, Ferreira dos Santos publica **Erros na Filosofia da Natureza**, no qual aponta as origens lógico-dialéticas dos principais erros cometidos em relação ao campo cosmológico, a Filosofia da Natureza. Dada a atual confusão que vivenciam o mundo filosófico e científico e às disciplinas de fronteira, que impõem dificuldades que não podem ser sobrepassadas pelas mentalidades excessivamente especializadas, vê-se cada vez mais cientistas invadirem o território filosófico e vice-versa, sem o devido preparo – e até mesmo sem o perceber. A consequência natural disto é uma miríade de erros causados pela inadvertência. Assim, inúmeras hipóteses e teorias são esboçadas de maneira temerária, não resistindo, portanto, à prova do tempo (SANTOS, 1967).

Convicto de que um melhor cuidado no emprego lógico e dialético poderia evitar muitos destes erros e suas nefastas consequências para o pensamento, Ferreira põe-se, nesta obra, a denunciá-los e a deslindar seus fundamentos lógicos, dialéticos e ontológicos – ou a falta deles. Analisa assim uma série de erros tão palmares quanto influentes, decifrando o “quebra-cabeça” desses equívocos, que servem de pressupostos a teorias que só podem drenar as energias dos esforços filosóficos e científicos sérios, fazendo-os girar em círculos em vez de seguir um caminho firme de avanço seguro. A falta de preparação filosófica e o preconceito antimetafísico de tantos, têm levado a uma baixa na qualidade especulativa que permite erros os quais poderiam ser evitados. Muitos destes erros são expostos e corrigidos por Ferreira nesta obra.

Em novembro deste mesmo ano foi-lhe solicitado pelo Prof. Stanislaus Ladusāns, S.J., Padre e também Filósofo, um **Autorretrato** para publicar no livro “Rumos da Filosofia Atual

no Brasil”, finalmente lançado em 1975. Ainda em 1967 iniciou a publicação das obras da “Matese da Filosofia Concreta”, que completavam o trabalho iniciado em “Filosofia Concreta”. Surge então o livro **A Sabedoria dos Princípios**. Nesta obra de 1967, Ferreira dos Santos afirma que a Matese é a sabedoria dos Primeiros Princípios, em que se analisam os “*paradeigmata*”, os arquétipos, os “*logoi panthes*”, enfim, as leis primeiras, alcançando-se a própria fonte e origem de todas as coisas, quando considerada em seu aspecto de Primeiro Princípio. E, de fato, como a Matese não trabalha primacialmente com as conclusões, mas com os princípios, ela não é propriamente uma Ciência, mas sim uma Sabedoria.

E, portanto, só se poderia chamá-la de “Ciência Primeira” se fosse este termo empregado em sentido amplíssimo, incluindo em sua definição e essência apenas a noção de “conhecimento de um ser inteligente” - genericamente considerado -, visto tratar a Matese dos Primeiros Princípios na medida em que a capacidade humana de conhecer o permite e, por conseguinte, na condição de um conhecimento ou Sabedoria humana. Por isto, em vez de Ciência, ela é mais propriamente uma Sofia. (SANTOS, 1967).

Portanto, a Matese é a Sabedoria humana enquanto aplicada ao estudo “dos princípios enquanto princípios”. Tem ela como objeto a contemplação sapiencial destes, o conhecimento das Leis (*Logoi*) e das coisas eternas, a ser obtido mediante o uso do *método dialético-matético*, do qual Ferreira dos Santos pretendia tratar em volumes especiais.

Tais princípios não são uma invenção, uma criação da mente humana, mas algo que *se revela* a esta. “A *Mathesis* é precisamente a construção dessa *metamatemática*, que estuda as leis de todos os aspectos da realidade”, assevera o filósofo Mario dos Santos (Santos, 1967, p. 77), pois enquanto as ciências particulares se dedicam apenas a um aspecto ou particularidade da existência, a *Mathesis* engloba e preside a todos.

E, de fato, se a realidade toda parte de Deus, o objeto desta sabedoria são então os próprios *pensamentos de Deus*. E o objetivo aqui é precisamente alcançar a contemplação sapiencial destes princípios que *cointuímos com a própria Divindade*.⁶⁰ O objetivo desta obra,

⁶⁰ O próprio Sto. Tomás de Aquino reconhece em sua *Suma Teológica* (1ª parte, q. 84 art. 5º), conforme assinala Mário dos Santos, a possibilidade de uma Matese ao admitir que a alma intelectual do homem é capaz de alcançar as razões eternas (que, por sua vez, correspondem aos *logoi eternos*, os *arkhétypoi*), admitindo inclusive que o supremo conhecimento natural humano é o conhecimento dos princípios. Ademais, o jesuíta espanhol Juan José Urráburu, em análise apresentada em sua obra de 1890, *Institutiones Philosophicae*, confirma na Lógica Maior, Livro 2.º, Disputa 4, cap. 1º, artigo 2.º, o entendimento Tomista de que há uma Sapiência e que esta refere-se às coisas divinas. De fato, a Matese é a sabedoria humana enquanto aplicada ao estudo dos “princípios enquanto princípios”. E tem como seu *objeto formal* os princípios; *como objeto formal instrumental* a sabedoria, ou seja, a intuição, cointuição ou contemplação sapiencial (como se prefira) e como *objeto formal-terminativo*, o conhecimento das Leis (*logoi*) e das coisas eternas. Seu *método* é o dialético matético, que Mário dos Santos pretendia tratar em volumes especiais. (Cf. A Sabedoria da Unidade. São Paulo: Matese, 1968, p. 192; A Sabedoria dos Princípios, p. 40, 64 e 80; *Institutiones Philosophicae*, p. 759 ss.).

portanto, não é propor mais uma filosofia, mas sim encontrar aquilo para o quê toda verdadeira Filosofia se dirige e busca alcançar: a Sophia Suprema⁶¹.

No último ano de vida de Mario Ferreira dos Santos, 1968, é publicada **Sabedoria da Unidade**, segundo livro da série sobre Matese, onde se trata “*mateticamente*” o tema da unidade e tudo o que a ela se correlaciona. Se a matemática apresenta hoje o sentido restrito de disciplina que lida com a abstração da quantidade, para os pitagóricos tinha um sentido completamente diferente – era a “técnica de trabalhar com os conteúdos do pensamento positivo (*máthema*), tendo como *objeto formal a unidade* sob todos os aspectos”. E bem poderia, hoje, chamar-se *metamatemática*.

A “Sabedoria da Unidade” é precisamente a obra em que se estuda “mateticamente” o *logos* da unidade. Este, enquanto tal, é um *logos* concreto⁶², mas não é apenas a forma ou lei de proporcionalidade intrínseca dos seres, pois nos diz mais do que isso, já que no caso do ente vivo, por exemplo, além de haver a proporcionalidade intrínseca, há um “esforço tensional”, um *tónos* que lhe dá sua unidade. Temos ainda os diversos *logoi* noéticos que o ser humano constrói, os quais intencionalmente referem-se ao que, na realidade, são apenas outros *logoi*. Existe uma verdadeira gama desses “*logoi* eidético-noéticos”, construídos pela mente humana, cujos graus de precisão vão depender da capacidade não só abstrativa, mas também especulativa que o ser humano possa alcançar, de modo que ele atinja, cada vez com maior perfeição, ao que realmente está contido na coisa, ou seja, “*in re*”.

⁶¹ Assevera Mário dos Santos: “Podemos alcançar um conjunto de leis perfeitas, válidas independentemente da nossa mente. Um dos erros terríveis do filosofar moderno constituiu-se no defeito gnosiológico de pôr uma dúvida sobre o conhecimento humano, pelo simples fato de ter o homem muitas vezes errado.” (SANTOS, 1967, P. 10)

⁶² Ou seja, é uma Lei que expressa a realidade estruturante de um ente concreto. Tome-se o exemplo prosaico de uma maçã. Pitagoricamente, pode-se dizer que esta é dotada de um *logos* que a constitui enquanto ela é *esta* maçã singular que aqui está. Há, portanto, uma série de relações e proporções que lhe são intrínsecas e que são essenciais para que ela seja *este* ente real e concreto, aqui. Mas como bem se vê, este conjunto mesmo de relações e proporções - que constituem *esta* maçã ao inter-relacionar as partes que a compõem - pode ser expresso em Lei. Lei esta que a mente humana capta, em maior ou menor grau, ao perceber que este ente se trata de uma maçã e não de outro tipo de objeto (uma pêra, por exemplo), e que se trata *desta* maçã aqui e não de outra (esta lei se expressa eideticamente). Há portanto, uma estrutura intrínseca ao objeto considerado (no caso uma maçã). Verdadeira forma *in re*, por ser imanente à coisa considerada, ou *arithmos*, conforme se prefira a terminologia escolástica ou pitagórica. Há também uma estrutura noética, ou seja, a estrutura essencial do ente, conforme a captamos - e conforme a temos, então – em nossa mente. E, por fim, há ainda esta estrutura enquanto possibilidade do Real, enquanto uma possibilidade do Ser, que não está manifestada, enquanto tal, aqui ou ali, mas que pode, sempre, em princípio, vir a se manifestar em algum momento como ente concreto, ou como ideia de uma mente inteligente. Trata-se do *logos* considerado em sua pureza eidética. Ou seja, trata-se da essência, ou estrutura fundamental de um ente, considerada enquanto realidade metafísica. Mesmo que esta não tenha um representante atual na realidade espaço-temporal, não se pode dizer que seja um “puro nada”. É algo (tanto que o captamos), mas algo dotado apenas de uma realidade “metafísica”, “formal” e não física ou material.

Aqueles *logoi* que regem as coisas na sua singularidade e que são comuns a muitos, por sua vez reduzem-se a um *logos* que nem é singular e nem universal. Não é universal porque não pode haver um indivíduo universal, nem é singular porque não poderia singularizar-se nas coisas, enquanto universal. Mas é verdadeiro “pensamento” contido eminentemente no poder supremo do Ser Primeiro, fonte e origem de todas as coisas, cuja maior precisão, Mario dos Santos pretendia fazer ainda em outra oportunidade, já que abordava aí, um dos temas mais controversos que surgem no filosofar (SANTOS, 1968).

Por tudo isto, podemos dizer, simplifcadamente, que esta obra trata da investigação do *logos da unidade* sob todos os seus aspectos. Lei fundamental que preside a toda realidade, já que não é possível dar-se um ente qualquer que não seja dotado de unidade. Uma vez de posse do conhecimento desta Lei, pode-se considerá-la, então, em seus diversos graus, circunstâncias e aplicações, e descender, partindo dela, a todas as demais leis do Universo.

Assim, é o tema da unidade o ponto fulcral desta obra, onde se estuda e aproveita, em profundidade, a noção de estrutura. Por ser obra voltada ao estudo de uma Lei em particular - a Lei da Unidade, no caráter de universalidade que esta tem -, não se ocupa o autor em considerar qual seria a sua expressão em diferentes entes concretos, o que o levaria a debruçar-se sobre a lei de proporcionalidade intrínseca de diferentes seres⁶³ – esta maçã, aquele indivíduo, etc. – e, portanto, a considerar uma multiplicidade de leis. Seu intuito é estudar apenas a referida Lei enquanto tal e, portanto, desvelar assim as propriedades da unidade. Afinal, todas as leis se reduzem, em última análise, à Lei Suprema do Um.

Também de 1968 é **A Sabedoria do Ser e do Nada**. Nesta obra póstuma de Mario dos Santos começa ele a realizar o exame em profundidade dos temas matéticos, a fim de clarear tudo o que tendo sido investigado na “Filosofia Concreta” - a parte sintética de sua obra -, ficou ainda assim obscuro. De fato, para completar-se a “Filosofia Concreta” – que ascende da nossa experiência aos princípios – torna-se necessário percorrer a via inversa, partindo-se dos princípios para a nossa experiência, a fim verificar se os resultados de ambas as vias se adequam entre si. Exige-se esta prova para se averiguar se não surgem contradições e não se impõem

⁶³ Neste caso ele penetraria no estudo da dinâmica funcional dos diferentes seres, segundo as leis que os regem, e as relações destas, consideradas na medida em dirijam e atuem na imanência dos seres considerados; por exemplo: que leis presidem a esta maçã e a estruturam de modo que ela seja esta maçã e não outra; ou o que faz com que esta pessoa seja esta e não outra – o que a estrutura de modo a constituir-se nesta pessoa singular. Neste caso, estaria ele considerando a singularidade deste ou daquele indivíduo, o que o faz ser único, sua “heccidade”, portanto. Ou, sem chegar a tanto, poderia ele considerar o papel das leis nas diversas espécies de seres; por exemplo, o que faz que uma maçã seja maçã, e não uma pêra. Ou o que faz de um ser humano, humano e não bicho ou planta, ou ser de outra espécie. Mas nada disto é o tema deste trabalho, visto que a Lei aqui é tratada enquanto princípio, ou seja, em sua máxima generalidade. (cf. A Sabedoria da Unidade, p. 93)

novos problemas, capazes de pôr em risco aquilo que já se dava como estabelecido de modo rigoroso. Surge assim a necessidade de construir-se a Matese da Filosofia Concreta.

Tem o termo grego Matese o sentido de conhecimento supremo, precisamente porque é conhecendo-se os princípios de todas as coisas (as que são e as que não são), que se alcança a verdadeira grandeza humana, o mais alto grau de conhecimento que cabe ao homem. Pode o ser humano alcançar verdades e tanger as verdades eternas. É o que conseguem aqueles que se deixam iluminar pela luz natural da razão. Está nas possibilidades da nossa inteligência e por isto não podemos renunciar ao ponto alto de nossa perfeição, porque seria demitirmo-nos de nossa própria humanidade.

Assim, sendo os princípios afirmação e positividade uns, e negação e não positividade outros, levam eles naturalmente à necessidade de criação de duas disciplinas para estudá-los, a Ontologia, que estuda o *logos* do ser, e também a Meontologia, que investiga o "*logos*" do não-ser.

Porém, não para aí a Matese, porque sendo nós humanos e a Filosofia uma criação nossa, também humana, para realmente compreender seu alcance e possibilidades, é preciso ademais estudar entre os princípios deste esforço de Sabedoria o próprio ser humano, neste ato de alcançar as verdades que se revelam por si mesmas ao desdobrar os juízos verdadeiros nos juízos virtuais que eles contêm. Deve-se, por isso, estudar o ser humano como movido que é pela inteligência e pela vontade, um ser que sabe e que decide. É necessário, portanto, bem conhecer o homem nesta sua mais elevada função inteligente, que alcança aquelas verdades que nenhuma experiência, em nenhum tempo, poderá desmentir e, ainda, na sua direção para as realizações que o amor da vontade pura há de ensejar.

É preciso, portanto, estudar o ser humano como consequência das suas duas funções superiores, o seu entendimento e a sua vontade no seu impulso superior (*oréxis*) de busca racional do bem e da verdade. E se o conhecimento fundamentado destas duas potências permite, de um lado compreender as realizações do entendimento em toda a sua pureza, e de outro o verdadeiro dever da vontade, pode-se, então, a partir daí, construir de um lado a verdadeira Filosofia Especulativa e de outro a verdadeira Filosofia Prática. Nesta obra, portanto, Mario dos Santos investiga com sua abordagem matética os princípios do Ser e do Nada, enquanto princípios primeiros dos seres criados e enquanto princípios do próprio homem, que é ser espiritual, de modo a permitir que se revelem de forma definitiva os caminhos que devem percorrer as principias potências humanas para atingirem o que de mais alto podem elas alcançar.

Mario dos Santos pretendia, em 1968, realizar um curso de extensão universitária, na Faculdade Nossa Senhora da Medianeira sobre “Dialética Concreta”, porém seu estado de saúde não o permitiu. Já em 1969 publica-se um trabalho, não dele, mas sobre ele, um verbete de página inteira na *Enciclopédia Filosófica de Gallarate*. E o fato de se ter conferido a Mario dos Santos e sua obra uma página na sua inteireza e não se ter feito o mesmo a outros filósofos brasileiros também ali mencionados veio confirmar mais uma vez a grandeza de Mario Ferreira dos Santos, cujo gênio filosófico não pode passar despercebido a quem conheça suas obras. No ano de 1974 é publicado, por sua vez, o seu já mencionado autorretrato.

Já em 1998 foi publicado pela editora Cone Sul, **O Apocalipse de S. João: A Revelação dos Livros Sagrados**, manuscrito de Ferreira dos Santos, transcrito de gravações realizadas durante o período de 1965 e 1966. Muitos têm considerado este texto bíblico como indecifrável. Ferreira, porém, assevera que assim pensar é negar que se trata de um livro de *revelação*. De fato, esta obra é compreensível para alguns: os que estão preparados, aptos a desvendar seus símbolos. Traz ela o texto do Apocalipse de São João comentado pelo filósofo brasileiro, sobre o qual este realiza verdadeiro trabalho de exegese, fazendo a análise hermenêutica e simbólica do texto sagrado.

Esta obra revela os degraus da escada mística que cabe a todos os seres humanos galgar. Partindo da sua animalidade, que é o seu fundamento, avança o Homem para alcançar os mais altos estágios, aqueles que Cristo nos indicou e que Ele simboliza. O texto-base utilizado para tal trabalho foi a *Bíblia Sagrada* do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, sem preocupação de absoluta fidelidade ao original.

O *Apocalipse* indica o caminho da iniciação cristã, que pela elevação da mente procura alcançar o Cristo. O Cristianismo caracteriza-se, sobretudo, pelas virtudes, pela vitória do espírito superior sobre o inferior. Enfim, pelo que temos de mais elevado perfectivamente, contra o que nos liga diretamente à animalidade. Assim, o verdadeiro Cristianismo não pode ser hipocrisia, deve ser prática e conquista; conforme nos mostra este “Apocalipse”.

Pela elevação da mente é que se há de buscar a Cristo. E pelo melhor conhecimento de *aritmologia*, a noção mais profunda da simbólica dos números, é que se pode, por sua vez, desvendar esta obra de São João, dirigida como consolação aos fiéis no final do século 1º. A salvação se dá em nós próprios pela posse da virtude cristã, ensina o grande Santo.

Por fim, nos últimos anos de sua vida é sabido que se dedicava Mario dos Santos precipuamente ao estudo da Religião. E tinha ele o intuito de publicar uma obra denominada “**Deus**”. Obra esta que então culminaria todo seu pensamento numa síntese global.

Desejava, Ferreira dos Santos, a esta altura de sua vida, divulgar a ideia religiosa “de uma maneira mais sã e mais completa”, visto que se preocupava com o vazio que vivia o homem de seus tempos. Assim, defender a dignidade da ideia teísta, mostrar a improcedência das acusações comuns que se vinham fazendo à Religiosidade em geral (e em especial à Religião Católica) e defender o valor e grandeza das Religiões tornou-se, então, seu maior intento. Queria, Mario dos Santos, combater o vazio espiritual de sua época porque compreendia que sem espiritualidade tudo se torna demasiadamente frágil.

Deste heroico esforço final restou, porém, apenas um manuscrito inacabado que levava o nome que Ferreira dos Santos pretendia dar a seu último livro: “Deus”. Como esta pretensão de aprofundamento e divulgação da ideia de Deus foi uma preocupação inacabada da vida de Ferreira, dedicamo-nos então a reunir aqui algumas das principais contribuições de tal autor, neste sentido, ao longo de sua obra. Enfim, para Ferreira dos Santos “o homem não pode viver sem religião”, e a maior expressão da religião não é senão o próprio Deus.

2 SEGUNDA PARTE – DEUS

Começa-se a tratar agora o principal tema deste trabalho: Deus. Será aqui abordada esta questão fundamental, e o que se pode depreender de melhor a respeito desta temática, tanto em meio às obras de Mário dos Santos, como em relação a toda a Filosofia.

2.1 Introdução

Em primeiro lugar, a escolha de tratar-se desta temática que versa sobre a Divindade justifica-se porque a ideia de Deus é uma das mais marcantes na trajetória das sociedades humanas, tendo sido objeto de crenças e também de perquirição desde tempos remotos. Compôs a base de religiões em diversas partes do globo, as quais por sua vez têm sido o fundamento de civilizações em variados períodos históricos, ademais de ser objeto, ao longo de todos os tempos, das mais profundas reflexões sobre as quais têm discorrido a Filosofia e a Metafísica no decorrer de sua História.

Assim, sobre esta ideia debruçaram-se várias das mentes mais brilhantes de toda a História da Humanidade, seja para compreendê-la, corroborá-la, divulgá-la e mesmo para confutá-la. Como esta ainda é uma das questões em aberto na Filosofia, sem apresentar uma solução que tenha angariado consenso amplo no ambiente filosófico, cabe revisitá-la nos termos em que a propôs este grande Filósofo brasileiro que foi Mario Ferreira dos Santos.

2.1.1 A Teologia e seu objeto

A disciplina que estuda Deus da maneira mais direta e específica chama-se Teologia. É a Teologia a ciência das coisas divinas e o estudo da Divindade, enquanto tal, seu principal objeto. E todo o arco das questões que versam sobre a Divindade constitui tema desta disciplina filosófica.

A Teologia, deve-se dizer, encontra suas bases na Metafísica e, por isso mesmo, pode o Teólogo, independentemente da fé que pratique, fundá-la na análise ontológica, tratando-a não como saber sagrado dos sacerdotes mas como a ciência metafísica dos filósofos que se voltam para Deus.⁶⁴

Como *ato*, como *bem* e como *valor* sempre o “ser” pode ser estudado, apresentando-se sob múltiplos aspectos que interessam à Teologia Filosófica: seja como princípio de todos os seres; como subsistente em todos eles; ou como fonte e origem de tudo, que a um só tempo em tudo se manifesta e de tudo se distingue.

Se aceitarmos e partirmos do ser, poderemos chegar a questionar: será Deus o ser por essência? Será ele o próprio ser subsistente? Não deverá ser ele a norma de nossas ações? São questões de ordem metafísica que à Filosofia interessa estudar. Questões fundamentais, verdadeiros quebra-cabeças da Metafísica que nos permitem penetrar a fundo na íntima constituição do universo e desvendá-la como um todo. Por isso, sem sombra de dúvida, é a Teologia o ponto alto da Filosofia, suprema das Ciências Humanas que estuda a Sabedoria de Deus.

Como objeto teológico, por sua vez, Deus é estudado em seus atributos próprios e exclusivos, isto é, em si mesmo - Deus enquanto Deus. Procura-se estudar aí a Divindade em sua consistência íntima e em suas relações com a Criação, além de se abordarem os meios de conhecê-la e de provar sua existência, buscando-se perscrutar, assim, os Mistérios Divinos.

A *ideia de Deus* é frequentemente considerada uma ideia universal, que se pode encontrar em todas as eras e lugares. Mas tem-se de Deus, normalmente, uma noção confusa.⁶⁵ E a maioria daqueles que aceitam sua existência, aceitam-na sobretudo por um ato de fé⁶⁶ baseado em uma experiência afetiva de conexão com a Divindade, embora sem clareza e distinção conceitual quanto àquilo em que esta consiste realmente.

Se, porém, a existência de Deus fosse de todo evidente não seria jamais colocada em questão. Contudo, como isto não ocorre, e não se dá para nós esta evidência plena, torna-se legítimo o seu questionamento, de modo que se podem pôr sob escrutínio a existência e a consistência íntima da Divindade. Um conhecimento mais preciso e nítido de Deus exige, portanto, investigação.

⁶⁴ Conforme Mario dos Santos: “A teologia como ciência das coisas divinas, se é fundada na luz natural da inteligência, constrói a teologia natural e a racional, se ademais se funda na revelação, temos a teologia religiosa.” (p. 724, Dicionário) E o trabalho que aqui realizamos não se funda numa revelação, o que não quer dizer também e necessariamente, que a contradiga.

⁶⁵ Ou seja, não é um pensamento distinto, clareado pelas necessárias distinções e determinações. Não é, portanto, uma ideia bem determinada de Deus, que nos diga *in concreto* o que este representa efetivamente.

⁶⁶ Fé tomada aqui no sentido corriqueiro e mais trivial da palavra.

Todavia, se Deus não existe a Teologia perde o seu objeto e torna-se apenas uma série de puerilidades e contrassensos, mero jogo de palavras vazias. Portanto, a Teologia interessa-se pela prova da existência de Deus como uma de suas questões basilares. E quais são as mais básicas questões que se podem levantar sobre Deus, verdadeiros pré-requisitos de toda investigação séria sobre este tema, senão as seguintes: é Deus possível? Deus existe realmente? Pode-se provar a sua existência? E por que meios se poderia fazê-lo?

Mas para investigar alguma coisa é necessário bem definir o objeto de investigação. E a noção de Deus é uma ideia que assumiu diversas acepções ao longo da História. Fato que é ressaltado por Mario dos Santos nas palavras seguintes:

“Em primeiro lugar necessitamos esclarecer o conceito de Deus: Deus (do gr. *Theos*, o que vê). Tomou esta palavra a significação de princípio de explicação de todas as coisas, da entidade superior, imanente ou transcendente ao mundo (cosmos), ou princípio ou fim, ou princípio enfim, ser simplicíssimo, potentíssimo, único ou não, pessoal ou impessoal, consciente ou inconsciente, fonte e origem de tudo, venerado, adorado, respeitado, amado nas religiões e nas diversas crenças. ... Deste modo, em toda a parte, onde está o homem, em seu pensamento e em suas especulações, a idéia de Deus aflora e exige explicações. ... É objeto de fé ou de razão, de temor ou de amor, mas para ele se dirigem as atenções humanas, não só para afirmar a sua existência, como para negá-la.” (Santos, 19-, 1963; p. 3, 509)

Tendo isso em vista, Ferreira dos Santos nos dá, em uma de suas obras, um conceito positivo e preciso do que se deve entender por Deus, dizendo:

Tomemos um outro conceito: **Deus. Qual a intencionalidade culta que pomos nele? Quer se aceite ou não a sua existência, o que se entende por Deus é um ser infinito, onipotente, senhor de toda a potência, pois é a origem e a fonte de todos os outros que dele provêm**, e como não é possível admitir-se que uma perfeição possa surgir do nada, **esse primeiro ser tem que conter todas as perfeições no seu grau máximo, sendo, pois, infinito e oniperfeito. Consequentemente, quando se fala de Deus, tem-se a intenção de referir-se a tal ser oniperfeito**. A ele não se pode atribuir qualquer imperfeição, qualquer ausência de perfeição. Ora, se um ente corpóreo, que é um ente limitado por superfícies, é um ente finito, carente de certas perfeições, nenhum ente corpóreo pode ser Deus. Se Deus existe não pode ser corpóreo. E quando o ateu, em seu primarismo filosófico, pede provas corpóreas da existência de Deus, e afirma que só acreditaria nele se o puséssemos à sua frente para medi-lo, pesá-lo, tateá-lo, cheirá-lo, tal ser, assim apresentado, não seria Deus, porque, se é corpóreo, não é o ser ao qual com intencionalidade culta chamamos Deus.^{1 1} **O conceito vulgar e histórico de deus, no sentido de um poder inteligente superior ou não ao homem, e de natureza diferente deste, é uma construção primária da idéia da divindade.** (Santos, 19-, p. 8, grifo nosso)

Portanto, se a concepção historicista e puramente vulgar de deus como um “poder inteligente, *superior ou não* ao homem, e de natureza diferente deste” reflete uma visão primária da Divindade, o entendimento que aqui nos oferece M. F. dos Santos traz o que a visão culta e ontologicamente exigente tem necessariamente de afirmar sobre Deus.

Conceituação, esta, que ressalta ambos os constitutivos “físico” e metafísico (ôntico e ontológico) de Deus, expressando em ambos os pontos de vista o que seja a sua essência conforme o ser humano a pode captar.

Mas, conforme M. F. dos Santos assinala em variados momentos de suas obras, Deus é ainda e sobretudo o ser necessário, o ser que tem em si mesmo a sua razão suficiente de ser, em outras palavras, é Ele o ser “*a se*”, como o chamavam os Escolásticos. Pois se todos os seres fossem contingentes, não encontrando, por definição, em si mesmos a sua razão suficiente para existir, ser e agir, nada então jamais se sustentaria. Pois uma somatória de seres tais, por extensa que fosse, não tornaria a série senão contingente, e jamais necessária. E não tendo qualquer destes seres razão suficiente em si mesmo para ser, tratar-se-ia, portanto, de seres sempre dependentes de outro para o seu existir, e a série inteira não se sustentaria, por não ter ela de onde pender.

O ser contingente, comum a toda nossa experiência implica e exige, portanto, o ser necessário, em última análise, como a sua razão de ser, sob pena de não poder existir jamais ser algum contingente. O ser necessário é, portanto, imprescindível para que todo outro ser, seja. E em sua ausência nenhum outro ser jamais poderia sustentar-se, pois então dar-se-ia o Nada, e em nada, nada se pode sustentar. Bossuet bem já o pressentira, e expressando nestas eloquentes palavras tão fundamental entendimento, dissera: “Que haja apenas um momento em que nada exista, e eternamente nada será” (SANTOS, 1963 p. 821).

Provada assim a imprescindibilidade deste ser necessário, cuja razão suficiente de ser encontra-se plenamente em si mesmo, é possível então dedicar-se a identificar tudo o que ele implica necessariamente de si mesmo, e se chegará, assim, a identificar que este se trata daquilo que Mario dos Santos chama, em sua Filosofia Concreta, o Ser Supremo e que as Religiões, em sua versão erudita e ontologicamente bem fundada, têm sempre chamado Deus.

Tomando esta problemática de um ponto de vista mais estritamente metafísico, podemos dizer que: todo ser finito é “efetível” por outro. Pois não vindo este do Nada, recebe seu ser pelo menos de um outro ser que já exista. O Ser Primeiro, contudo, não é efetível por outrem. Pois o Ser, com todas as suas possibilidades, antecede a tudo e não o Nada, não lhe havendo, portanto, um antecedente. Assim, o Ser por si incausado e independente de outros é a Unidade Suprema, a unidade originária de onde todas as demais procedem; é o Ser na sua máxima afirmação de poder e perfeição, pois não podendo aquelas vir do Nada, ele as contém a todas de algum modo. É este Ser Supremo da Metafísica, que, nas Religiões, se chama de Deus.

Portanto, a ideia rigorosa de Deus que se faz no mundo filosófico e religioso, e que na História se forma gradativamente à medida que a ideia de Deus é melhor e mais perfeitamente

concebida - a verdadeira ideia de Deus - é esta: Deus é o ser que não necessita de nenhum outro para existir; é um ser em si mesmo e por si mesmo subsistente, um ser *a se*; onipotente, onipresente, onisciente, autor de todas as coisas, que as tirou do nada criatural, infinito, necessário, ativo, a representação enfim de todo absoluto; em resumo, o Ser por Excelência. Isto, é Deus (SANTOS, 196-, p. 821).

2.2 Do conhecimento de Deus pelo ser humano

Mas, como pode então ter o ser humano um conhecimento sobre Deus? O que se exige para tal? Ora, o conhecimento humano que se pode ter de Deus tem seu lugar neste diapasão entre afetividade e intelectualidade. Exclui-se liminarmente, porém, o conhecimento sensorial da Divindade, pois sendo Deus por definição uma realidade supramaterial, não pode ele ser captado diretamente pelos nossos sentidos, os quais se aplicam apenas ao conhecimento da matéria bruta. Efetivamente, é possível o conhecimento de Deus na proporção de nossos meios. Mas, sendo Deus infinito, não nos é possível conhecê-lo plenamente.

Mas, ora, “Deus não se prova, Deus é provado”⁶⁷ (apud SANTOS, 1960, p. 62), diria Edouard Le Roy, filósofo francês que sucedeu a Henri Bergson no famoso Collège de France. E por esta perspectiva chegamos a Deus porque já o temos, visto que este se revela em todos os atos profundos do ser humano. Como modernista católico que era, para Le Roy (apud SANTOS, 1960), por sua vez: “O conhecimento religioso é a experiência do divino operando em nós” e Deus nos é imanente.

E há mesmo algo de verdade nesta afirmativa, pois se Deus como essência é um ser transcendente, sua presença e ação, contudo, está também em nós, uma vez que é o poder de

⁶⁷ Lamentavelmente, Mario dos Santos com frequência não refere de maneira precisa as obras de onde retira certos trechos, donde a necessidade de referi-los tantas vezes indiretamente, isto é, através das palavras do próprio Mário dos Santos, já que são trechos citados que consideramos importantes. Ademais, tinha ele o costume de recorrer a obras originais e traduzir ele próprio seus conteúdos, de modo que consideramos relevante em diferentes ocasiões manter aqui o modo como ele próprio referiu tais trechos, em especial por ser a sua obra filosófica uma obra original, tornando especialmente relevante para o modo como vai desenvolver suas ideias a forma como ele interpreta a contribuição de outros autores. Essas são as razões por que preferimos por vezes manter aqui citações indiretas.

Deus que sustém nosso ser. E como seres, temos necessariamente, mesmo em nossa finitude, um ponto de contato com o Ser Infinito.⁶⁸

Mas se a vivência afetiva pode muitas vezes ultrapassar a frieza dos dados da razão, nem todos têm esta experiência de Deus em suficiente intensidade para admitir Sua existência. Assim, para filósofos de posição intelectualista, como São Tomás, é a razão mais apta ao conhecimento de Deus, por ser o intelecto o que há em nós de mais análogo à Divindade⁶⁹, além de ser dotado de uma precisão e uma universalidade que a experiência afetiva não tem. Afinal, como se poderia estender a todos uma experiência que é pessoal e íntima? Entretanto: “Não negam os intelectualistas o valor da fé, nem a intuição da *existência* divina. Mas negam que nós, como seres humanos, possamos ter de Deus uma intuição de sua *essência*.” - assevera Mario dos Santos, a respeito dessa questão (SANTOS, 1960, p. 61).

Realmente, Sto. Tomás admite que todos temos um conhecimento da Divindade, porém este se dá, a princípio, de maneira confusa. E Duns Scot acrescenta ainda, que a existência de Deus não é de todo evidente, pois se o fosse não entraria em questão. Mario dos Santos, por sua vez, com suas exposições sobre o fundo cósmico da ideia religiosa oferece-nos, de maneira dialética, uma visão e experiência da Divindade que inclui ambos os elementos, racional e intuitivo (SANTOS, 1960).

Como de costume, propõe ele uma síntese superior capaz de abarcar em seu bojo, o que há de positivo e concreto nas diversas posições, sem desprezar o que elas, por algum tipo de excesso de abstração, eventualmente excluem⁷⁰. É, portanto, através da colaboração constante do pensamento discursivo e do intuitivo que podemos conceber de maneira mais completa e verdadeira a Divindade.

De fato, para Mario dos Santos, intelectualidade e afetividade se entremesclam mutuamente, havendo porém predominância de um pólo ou outro em cada caso. E, em obras tais como *Noologia Geral* e *Tratado de Esquematologia* mostra-nos ele como se dá o processo de formação e interação de ambas, em nossos processos mentais. O que Ferreira dos Santos propõe, entretanto, com a aplicação de suas metodologias dialéticas à busca do conhecimento

⁶⁸ Como bem explica Mario dos Santos, há entre Deus e os seres contingentes, suas criaturas, uma analogia. O que implica um ponto de contato entre ambos.

⁶⁹ Para pensadores como Sto. Tomás, o intelecto é mais análogo a Deus, por exemplo, por ser imaterial, como Ele.

⁷⁰ Mario, por sua vez, com suas exposições sobre o fundo cósmico da ideia religiosa oferece, dialeticamente, uma visão e uma experiência da Divindade que inclui ambos os elementos, o racional e o intuitivo. Como de costume, propõe ele uma síntese superior capaz de abarcar em seu bojo, o que há de positivo e concreto nas diversas posições, sem desprezar o que elas, por algum excesso de abstração, excluem.

da Divindade é a adoção de um esforço ativo que maximize o aproveitamento de ambos os pólos.

Comumente, a experiência mística - de caráter eminentemente afetivo - é encarada como um tipo de experiência passiva daqueles que se dedicam a práticas ascéticas e de purificação, uma espécie de “rpto” que alça o místico subitamente a um estado alterado em que tem ele uma experiência de tipo especial com a Divindade. Há, no entanto, por parte daqueles que jamais vivenciaram tal experiência, a tendência de negá-la. E também aquela tendência típica da Ciência do Século XIX de, ao reduzir o mais ao menos, tratar tais experiências como efeito de patologias, necessariamente.

Há excesso nessas posições que negam a experiência mística, cuja realidade Mario dos Santos reconhece. O fundamento positivo deste tipo de experiência está na capacidade estética que o ser humano tem de, em raros casos, alcançar através dos símbolos o seu significante e vivenciá-lo através de uma experiência unitiva de tipo afetivo (SANTOS, 196-).

Trata-se de uma experiência intuitiva, portanto de captação imediata do conteúdo do símbolo. Experiência dificilmente exprimível em palavras, a experiência mística pressupõe uma inteligência de tipo superior, capaz de alcançar a intencionalidade do símbolo por meio de uma intuição eidética e mesmo transcendê-la (SANTOS, 196-, p.59). Também as obras de arte oferecem experiência semelhante às pessoas sensíveis. Mas a experiência mística pressupõe um aprofundamento maior nos símbolos e no simbolizado, alcançando, eventualmente, até ao simbolizado último. Este avançar através dos símbolos até ultrapassá-los é um caminho místico; o caminho que constitui a própria *Via Mystica*. E enquanto os símbolos são para nós presenças sensíveis, o simbolizado ultrapassa-os, transcende-os, põe-se além dos sentidos. Por isto a visão mística, que se alcança ao fim do percurso, é sempre um penetrar no oculto, no *Mysterion* (SANTOS, 1960).

Esta é uma experiência que tem sua raiz na capacidade estética do ser humano. Em sentido amplo, estético inclui tudo quanto tem para nós uma presença atual e que por nós é captado como algo que está presente. Classicamente, chama-se estético o que se revela através dos sentidos, pois toda arte é de certo modo um endereçar-se aos sentidos, e é nas artes que tem origem esta expressão. Os meios de captação do mundo sensível seriam, assim, meios estéticos. Contudo, em vista do sentido que hoje se dá ao termo Estética nos estudos de Arte, prefere-se chamar de “estésico” o que é afeito propriamente aos sentidos (SANTOS, 1960).

A experiência estético-artística, por sua vez, apresenta-se como uma experiência quase mística, porque implica o penetrar no sentido que se oculta nas obras de arte, embora seja esta uma experiência de menor grau. Este penetrar na singularidade do objeto, no saber profundo

das coisas e vivenciá-las de maneira direta por uma relação de simpatia é aquilo em que consiste a experiência mística. Trata-se de captar um objeto naquilo que tem de único, penetrar na singularidade deste, em sua interioridade e ter dela uma experiência afetiva.

O *intinerarium mysticum* é percorrido, assim, dos símbolos, que são sensíveis, ao simbolizado que se capta intencionalmente. Os seres têm um significado para além do seu aspecto exterior, fenomênico. E para compreender essa linguagem há que se lançar mão do estudo do simbolismo, que Ferreira dos Santos chama de Simbólica. Neste sentido, conforme ele mesmo esclarece (1960, p. 55): “todo simbolizado é símbolo de outro simbolizado, porque todos os seres participam das perfeições do Ser, que os análoga”. Esta mútua referência que se dá entre todos os seres permite encontrar-lhes os pontos de contato.⁷¹ E isto, por sua vez, permite construir uma Dialética de grandes consequências, que, elevando-se de ponto a ponto, de referência a referência, permite compreender, afinal, que tudo é símbolo de um Grande Simbolizado, isto é — o Ser Supremo (SANTOS, 1960).

Graças a esta penetração no simbolizado através dos símbolos (a *Via Symbolica*), pode o ser humano alcançar as mais elevadas estruturas ontológicas e até mesmo chegar a ter, dentro de sua capacidade, uma intuição legítima do Ser Supremo, o que permite a experiência do sublime e o conhecimento Teológico de bases profundas. A via mística do simbolismo é um dos meios de se alcançar estas finalidades.

2.3 Da necessidade das provas racionais da existência de Deus

Por que são necessárias as provas racionais da existência de Deus? Pergunta-se. Ora, antes de tudo, precisamos demonstrar a existência de Deus porque o simples enunciado da proposição “Deus existe” não prova que este exista (SANTOS, 196-). E, por sua vez, o simples conceito da essência divina também não basta para identificar se a existência real lhe convém, pois não pode um predicado, logicamente, ter maior realidade que o sujeito; e na locução “Deus existe”, Deus tem uma realidade, a princípio, de representação e não necessariamente de intuição. Assim, podemos representar mentalmente que Deus exista, sem necessariamente intuir sua existência ou compreender em que este deva consistir efetivamente (SANTOS, 196-).

⁷¹ Isto é, o “logos analogante” que sempre têm, entre si, todos os seres que estão em alguma relação, qualquer que seja.

Por outro lado, temos, em geral, certo conhecimento confuso da existência de Deus. E na visão de muitos religiosos, Deus é sentido como a felicidade que o homem anela ou como a verdade que ele busca. Mas, se o fato de que a felicidade e a verdade, em geral, existem é evidente, já não é tão evidente, porém, que existam na sua forma suprema. E nota-se também que este é um conhecimento impreciso e pouco definido de Deus, não podendo, por isso mesmo, garantir a prova da existência do seu objeto (SANTOS, 196-).

Além disso, certamente Deus é sentido e vivenciado, de certo modo, por muitas pessoas, mas com frequência de uma maneira que conceitualmente não é clara, e transmitindo-lhes algo que não sabem bem expressar. Aceita-se Deus, amiúde, pela fé. E o que é de fé, no sentido corriqueiro que esta tem, não se pode provar, porque predomina aí o elemento subjetivo, e, à percepção subjetiva, falta-lhe o caráter de universalidade que uma prova racional exige (SANTOS, 1960).

Ora, pode-se alegar ainda que uma noção muito vaga da existência de Deus não pode propriamente ser considerada como conhecimento de sua realidade, pois em tais circunstâncias nada impede que se possa então confundir-se e acreditar numa concepção equivocada do que seja a Divindade. E não seria tal coisa realmente conhecer a Deus, mas confundir-se a seu respeito.

Assim, para Mario dos Santos como para Tomás, apesar de existirem o *consensus* humano e a Revelação, tais fontes não são filosoficamente suficientes como prova, pois nem todos as aceitam. É preciso, em Filosofia, provar demonstrativamente a existência de Deus. E é da dignidade do Filósofo buscar em todas as coisas as razões mais profundas e as provas cabais - isto é, apodíticas - de todas as razões. Portanto, para a Filosofia a evidência é que deve prevalecer, e não a autoridade do gênero humano, que não é suficiente para dar a evidência. Aceitar, por ciência infusa ou por iluminação, o conhecimento de Deus é subjetivamente legítimo, mas não será filosoficamente bastante, por falta de validade universal (SANTOS, 1960).

2.4 Da Possibilidade de provar a Existência de Deus

Mas será realmente viável uma prova da existência de Deus? Será mesmo possível provar racionalmente que Deus existe? Alguns grupos de pensadores põem-se contra esta possibilidade. Dentre estes, há os que dizem que se aceita Deus somente pela fé, e que aquilo

que é de fé não se pode provar, pois só podemos ter fé no que não vemos, visto que “crer no que se vê não é ter fé” (SANTOS, 1960, p.65). Assim alegam e pensam alguns tradicionalistas religiosos. Outros dizem que não podemos saber o que Deus é, apenas o que não é; e por isso seria impossível demonstrar a Sua existência. Poderíamos tentar demonstrar a sua existência por seus efeitos, dizem outros, mas estes são parciais e não têm nenhuma proporção com ele, já que o consideramos infinito e os efeitos são finitos; e “que proporção pode haver entre o finito e o infinito?”, questionam (SANTOS, 1960, p. 65). Tais objeções já esgrimidas ao longo da História da Filosofia são fruto de questões mal colocadas, pois partem de erros de perspectiva, todas elas são falaciosas e podem muito bem ser respondidas.

De fato, contra a demonstrabilidade da existência de Deus há duas posições fundamentais: de um lado, nega-se esta possibilidade por uma suposta falta de nexo de causalidade entre Deus e o mundo, implicando isto a falta de um meio objetivo para a demonstração (SANTOS, 1964c, 518). De outro, alega-se que o homem não é capaz, “por falta de luz e forças”, de alcançar a prova da existência, mesmo que haja o referido nexo e o conseqüente meio objetivo (SANTOS, 1960, p. 65). O primeiro argumento é encetado por alguns agnósticos, mas sobretudo pelos ateístas. O segundo é o preferido dos tradicionalistas que supervalorizam a fé, bem como dos kantianos e modernistas, que, embora não sendo propriamente ateístas, aceitam apenas o sentimento e vivência de Deus, negando a possibilidade da prova racional de Sua existência.

Contudo, mostra-nos Sto. Tomás que a existência de Deus pode ser demonstrada pelo princípio da causalidade, porque de toda causa podemos obter algum conhecimento a partir de seus efeitos. Deus, por sua vez, tem efeitos, e estes são-nos mais conhecidos que a própria Divindade, podendo dar-nos algum conhecimento desta (SANTOS, 1964c, p.519). Por outro lado, considera Tomás de Aquino que a existência de Deus não pode ser demonstrada *a priori* porque Deus não é um efeito de uma causa, por ser incausado, existindo assim por virtude de sua própria essência. Para Tomás, consiste o modo de provar *a priori* em explicar os efeitos pelas causas, o que não caberia, portanto, para prova da existência de Deus. Dentro deste entendimento, aceita Tomás apenas as provas *a posteriori*, porque Deus tem efeitos, e estes são-nos mais conhecidos (SANTOS, 1960).

Ferreira dos Santos, por sua vez, demonstra em seu livro *Filosofia Concreta* a validade ontológica do Princípio de Inteligibilidade do ser. Nesta obra, a demonstração deste princípio é obtida de modo afirmativo pelos métodos de sua Dialética Ontológica, através da análise inversa das teses fundamentais ontologicamente estabelecidas em sua Filosofia. Resumidamente, a demonstração se faz nos seguintes termos:

Sendo o nada absoluto ininteligível e contradição do ser, o que se predica a um, não se pode predicar ao outro; assim se se predica a ininteligibilidade ao nada absoluto, só se predica a inteligibilidade ao ser. Todo ser é, portanto, inteligível. [...] Ora, se o ser é inteligível, essa possibilidade seria nada se, de certo modo, não se atualizasse. Por um rigor ontológico tem de haver uma inteligência capaz de abranger a inteligibilidade total do ser. E essa inteligibilidade total do ser só a pode ter o Ser Supremo, E como ele é o ser em sua absolutuidade, sua inteligência é absoluta. Consequentemente, nele ser e inteligir se identificam. (SANTOS, 1961, p. 91, v. 2).

Portanto, esta prova nos mostra que, em sentido amplo, todo ser é necessariamente inteligível. Mas se há, por força de rigor ontológico, uma inteligência que abrange a inteligibilidade de todos os entes, é certo também que em sentido estrito uma inteligência determinada pode ser capaz de inteligir apenas estes ou aqueles seres, e não outros. É o que ocorre a todas as inteligências dotadas de limites. Mas revela isto, de antemão, a inteligibilidade da Divindade. E há, de fato, uma possibilidade de conhecimento proporcionada entre nós e Deus. Trata-se de uma proporção de símbolo e de simbolizado. Podemos partir, assim, do efeito-símbolo para alcançar o simbolizado-causa (SANTOS, 1960, p.67).

E nesta relação estamos em face da analogia, pois o efeito participa da causa e dela depende, tendo um ponto de contato e semelhança com sua causa enquanto há outros de distância e diferença. Se os efeitos que conhecemos são finitos, e a ideia de Deus implica infinitude, consequentemente os efeitos de Deus (estes que "aqui e agora" conhecemos) são análogos e não unívocos a ele, mas significa isto também terem com ele algum ponto de interseção (SANTOS, 1960, p.67).

Dessa forma, todas as coisas apontam para uma possibilidade de conhecimento de Deus, como também constituem um caminho para este Ser Supremo, sendo o método simbólico desenvolvido por Mario dos Santos e por ele exposto em seu “Tratado de Simbólica”, um veículo adequado para o percurso dessa *via mística* de penetração no simbolizado, através dos símbolos.

Porém, mais do que isto, em sua obra Filosofia Concreta, consegue Mario dos Santos provar, seguindo a linha ontológica, por meio de longas demonstrações, que há um Ser Supremo, que é a fonte e origem de todas as coisas, pois, do contrário, teriam elas de vir do Nada absoluto. E, como ele mostra, deste Ser Supremo todas as coisas participam, segundo vários modos e diferentes graus de intensidade (SANTOS, 1960, p.26).

Contudo, lembremos também que a existência de uma proporcionalidade entre Deus e a cognição humana não foi de todo descurada dos grandes gênios do passado. Este problema da Teologia foi, sem dúvida, tema de estudo e discussão no âmbito da Metafísica. Nesta linha,

reconheciam Tomás de Aquino e Duns Scot (apud SANTOS, 1960, p. 26), seguindo o caminho traçado por Avicena, que, “é o ser o objeto primeiro do nosso intelecto”, pois todo conhecimento implica o ser, tendo em vista que tudo quanto conhecemos, de certo modo *é*. E o próprio cognoscente - por ser *algo* e não um *nada* - afirma o ser. Portanto, é certo que o *ser*, primeiro objeto de nosso intelecto, é captável por este mesmo intelecto, embora através da sua heterogeneidade. E como o intelecto humano é adequado ao conhecimento do ser, há certamente uma proporção entre o intelecto humano como cognoscente e o ser como cognoscível e, portanto, tudo quanto *é*, é cognoscível. (SANTOS, 1960).

Contudo, há também uma proporção determinada (dentro das coordenadas de sua relação particular de conhecimento) entre o cognoscente e o conhecido e, portanto, embora sendo cognoscível o ser, este não poderá ser conhecido em toda a sua plenitude por entes de inteligência finita, porque o cognoscente não poderia conhecer mais do que é proporcionado à sua natureza, visto que, do contrário, tal conhecimento viria do nada, o que é impossível. Portanto, se ao homem é dado conhecer além dos seus limites, tal conhecimento lhe é revelado, não por ele mesmo, mas por outrem, ou por um qualquer meio que aumente, em proporção, a sua capacidade de conhecer, pois o que ultrapassa ao natural não pode ser conhecido por meios naturais. Impõe-se, conseqüentemente, que haja, para este saber, um suprimento dado por algo outro que aquele próprio intelecto quando considerado em si mesmo. E, assim, o intelecto humano conhece naturalmente apenas o que lhe é proporcionado (SANTOS, 1960).

Não se exclui, porém, do filósofo, a capacidade de conhecer filosoficamente o Ser Supremo, na medida de suas capacidades e possibilidades, como aliás se mostra em “Filosofia Concreta”. Não se nega, portanto, um conhecimento especulativo-abstrato da natureza divina, mas sim a visão beatífica, direta, de Deus. Isto bem o mostram Tomás e Duns Scot (SANTOS, 1960). Em todo caso, para Mario dos Santos, seguindo Duns Scot, mesmo o fim último pode ser plenamente esboçado e alcançado através de uma especulação. E isto, ainda que muitos escolásticos neguem a possibilidade de se perscrutar filosoficamente este e outros pontos de Eschatologia.

A especulação filosófica, atendo-se apenas ao campo da própria Filosofia, permitiria, assim, esboçar o fim último, que é Deus, e alcançá-lo, de certo modo, através de uma especulação, pois a natureza do homem é a este naturalmente cognoscível, por não ser ela desproporcionada à sua faculdade de conhecer, decorrendo daí que, uma vez conhecida esta natureza o seu fim poderá também ser conhecido de maneira natural. Afinal, se a natureza do homem lhe é cognoscível, deve este ter a capacidade de conhecer o fim ao qual naturalmente se inclina, podendo, portanto, ter dele um conhecimento natural. E por conseguinte, a própria

especulação sobre a interioridade humana e seus conteúdos pode levar-nos à prova e ao conhecimento de Deus (SANTOS, 1960).

Finalmente, mostra-nos Avicena assim como Duns Scot, que é possível conhecer de modo natural que Deus possui perfeitamente o ser, visto que o fim de uma faculdade qualquer é o melhor do que se inclui em seu objeto primeiro (pois apenas nele esta poderá encontrar a perfeita satisfação de sua tendência natural); e como o objeto primeiro da inteligência é o ser, e o melhor que neste objeto se inclui é Deus – isto é, o ser na sua suprema perfeição -, claro se torna que o ser humano está, quanto ao seu intelecto, ordenado a Deus como a seu fim. Pode, portanto, o intelecto humano naturalmente conhecer algo de Deus enquanto seu fim último.⁷² (SANTOS, 1960).

Entretanto, é certo que todo o nosso conhecimento de Deus é proporcionado às nossas estruturas cognoscitivas, àquilo que podemos conceber. Estrutura a qual, sendo imperfeita, só nos pode dar um imperfeito conhecimento da divindade (SANTOS, 1960). Neste ponto, Mario dos Santos nada tem a objetar, ao mesmo tempo em que procura, em algumas de suas obras, desvendar também como se pode dar este tipo de saber através da via afetiva e simbólica, que comparativamente em relação à via intelectual, oferece meios mais diretos de se conhecer a Deus (SANTOS, 1960).

Assim, pelo *itinerarium mysticum* do despojamento dos símbolos pode, em raros casos, alcançar o místico ao Simbolizado Supremo e ter a ocasião de vivenciá-lo de maneira mais direta, porém na proporção de sua própria capacidade. Entretanto, Mario dos Santos demonstra através de sua obra Filosofia Concreta, que, filosoficamente pode o homem alcançar ao ser infinito como um modo intrínseco do Ser Supremo, pois o ser infinito não é outro senão o Ser em sua máxima pureza e simplicidade. E este Ser Infinito é propriamente o objeto da Teologia (SANTOS, 1960, p.28).

Ademais, é este infinito, *sincategorematicamente* considerado como modalidade do Ser Supremo, também o próprio Ser Supremo, o *Ipsum Esse*, pois o infinito é nele subsistente. Assim, pode o homem alcançar o conhecimento do Infinito até certo ponto, sabendo o que é e o que não é Ele, sem que o seu conhecimento revele total deficiência, porque é verdadeiro na proporção que com ele estabelece e na proporção de suas próprias possibilidades. (SANTOS, 1960)

⁷² Diante disso, é possível repetir com Mario dos Santos, Duns Scot e Avicena, que: “Pode-se, portanto, conhecer naturalmente que, quanto ao seu intelecto, o homem está ordenado a Deus como a seu fim” (SANTOS, 1960, p. 28).

E assim, como o diz Ferreira dos Santos (1960, p. 29): “Ao conhecer o limite do próprio conhecimento, o homem o supera, e é na Teologia, filosoficamente estudada, que a inteligência humana revela a sua grandeza.” De fato, o Ser Supremo é alcançado nos termos e limites da nossa inteligência, mas a compreensão que dele se pode obter é congruente a Ele, como objeto infinito, do modo como o podemos conceber. Sabemos que há nesta compreensão o que lhe escapa, por ser imperfeita, sem que o colocado além dela seja um nada, mas, sim, toda uma esfera do ser que poderia ser conhecida por outros meios. (SANTOS, 1960).

Podemos ter de Deus, portanto, um conhecimento por inferências proporcionadas ao nosso espírito. E, por conseguinte, pode a nossa inteligência ser limitada, mas nem por isso perde a sua nobreza (SANTOS, 1960). Mas devemos notar, desde já, que alcançar o próprio reconhecimento de Sua cognoscibilidade é um modo de iniciar a conhecê-Lo, mesmo quando não tenhamos Dele o conhecimento atual, ou a compreensão intelectual de Sua essência (SANTOS, 1960). E ainda que não tenhamos jamais um conhecimento pleno de Deus, mas sempre um conhecimento submetido às nossas limitações, não se pode negar que quando justamente formulado, este conhecimento é verdadeiro dentro da sua própria ordem e proporção. (SANTOS, 1960).

Pode, assim, transcender o ser humano os seus próprios limites mais básicos e construir por meio da Filosofia uma visão coerente do Ser Supremo, sem quaisquer contradições, fazendo-nos aprofundar no conhecimento de Deus. Por meio desta via, alguma coisa de Deus podemos conhecer enquanto ser, ainda que não cheguemos a alcançar sua infinitude onipotente, mas só o alcancemos na medida de nossas limitações (SANTOS, 1960). Pode, assim, a Metafísica alcançar, para Mario Ferreira dos Santos, a verdade teológica seguindo outros caminhos que não os da Teologia Sacra. E se não podemos ter a visão realmente direta da Divindade, pode a nossa mente, entretanto, conhecê-la na medida de nossas possibilidades. Fato que revela a um só tempo, a nossa grandeza como a nossa pequenez. Por isso, atesta Mario dos Santos (1960, p.29): “A filosofia, ao investigar o ser infinito, alcança o seu mais alto objeto e, nesse afanar pelo saber, que se coloca além dos nossos limites, ela tange as fronteiras do que nos transcende”.

Mas há quem desconfie sempre das capacidades de especulação do espírito humano. Há quem permaneça sempre descrente de suas possibilidades. Mas são essas possibilidades que Mario dos Santos, como filósofo, defende com ardor. E por isto é que Ferreira dos Santos sempre lutou pela construção de uma visão filosófica que alcançasse até mesmo os mais profundos temas teológicos, ainda que apenas munida, para iluminá-los, da luz da razão, da chama viva da própria inteligência, acreditando sempre que uma tal construção não viria em

desabono das Religiões, porque, se ao homem foi revelada a verdade, é porque o homem podia recebê-la (SANTOS, 1960). Portanto, é possível provar a existência de Deus e há diferentes maneiras fazê-lo. Assim, pode-se provar a existência de Deus lançando mão do princípio da causalidade, porque dos efeitos podemos remontar às causas e por elas podemos concluir algo a respeito da Causa Primeira.

Também é possível provar a existência de Deus porque o ser é inteligível, e Deus é o Ser; logo, algo Dele podemos captar, e a partir daí promover a demonstração de Sua existência. É, ademais, possível esta prova porque há entre nós e Deus uma analogia; logo, há um ponto de contato entre ambos, que revela um nexo da criatura a Deus. Dele dependemos, Dele participamos; logo, a Ele estamos ligados. E esta conexão nos revela a sua existência. Finalmente, cumpre esclarecer que Deus não nos é totalmente desproporcionado. Há entre nós e Deus uma proporção de símbolo e simbolizado. E, assim, podemos partir do símbolo-efeito para o simbolizado-causa.

2.4.1 O Dilema da evidência

Uma vez demonstrado ser possível a prova da existência de Deus e a obtenção de conhecimentos legítimos a seu respeito, põe-se outra questão, também levantada ao longo da História da Teologia. Diante da possibilidade da prova racional de Deus, há quem diga que a existência Dele é na verdade evidente, fazendo surgir então o dilema da evidência, já que se Deus é mesmo evidente, não seria necessário prová-lo.

Antes de considerarmos, portanto, as principais provas que se conhecem da existência de Deus, convém resolver este dilema preliminar: o Dilema da Evidência. Por meio deste, questiona-se se Deus é ou não uma realidade evidente por si mesma. A isto, Mario dos Santos responde com base em Tomás de Aquino, dizendo:

... a proposição *Deus existe*, em si mesma, é evidente, porque nela o predicado se identifica com o sujeito, já que, como adiante veremos, Deus é o seu próprio ser. Mas quanto a nós, que desconhecemos a natureza divina, não é evidente, e sim precisa ser demonstrada por meio de coisas por nós mais conhecidas, embora, por sua natureza, sejam menos evidentes, quer dizer, por seus efeitos (apud SANTOS, 1960, p. 64).

Portanto, apesar de ser marcada por certo tipo de evidência fundamental a existência de Deus ainda deve ser provada, tendo em vista que para nós não é ela de todo evidente, em razão de nossas limitações.

Notemos ainda que o último trecho da citação acima vale também - conforme veremos - para as provas *a priori*, ainda quando estas sejam apodíticas, por se basearem elas, em última análise, na analogia entre símbolo e simbolizado, já que os símbolos de Deus não deixam de ser também seus efeitos. E acrescenta-se:

Deus, em si, é suma inteligibilidade (*quoad se*), mas *quoad nos* (para nós), é preciso então distinguir: se em proporção a nós (na proporção dos nossos esquemas), concorda-se: mas como um conhecimento perfeitamente adequado a ele nega-se. ... A adequação do nosso conhecimento depende de nossos esquemas. Portanto, há uma adequação *quoad nos omnes* (quanto a nós todos), isto é, captável a todos, e uma adequação *quoad nos sapientes tantum* (para alguns de nós, os sábios). A evidência de uma verdade é assim proporcionada a quem a tem, ou a quem a capta. A verdade de Deus, para Deus, é infinita, porque é em si (*quoad se*); para nós (*quoad nos*) é proporcionada (apud SANTOS, 1960, p. 67).

Desta feita, Deus é evidente em si mesmo, tanto logicamente, como se vê pelo argumento acima, como também onticamente⁷³ e ontologicamente, visto que Deus é em si mesmo a suma verdade e a suma perfeição e, portanto, é também a suma evidência. Porém, é ele plenamente evidente a si mesmo, pela sua onisciência, mas não para nós, cuja inteligência é finita, e portanto limitada.

Há para nós muitas coisas mais conhecidas que Deus, pois a ordem ôntica tem, nas coordenadas em que nos encontramos, mais evidência para nós, pois se as realidades ontológicas primeiras são, em si mesmas, mais fundamentais e mais evidentes que todas as outras, nós como seres criaturais estamos muito mais próximos dos efeitos últimos que das primeiras causas. Portanto, são-nos mais conhecidos estes efeitos que as causas primeiras. Conclui-se, então, que Deus em si mesmo é plenamente evidente, não porém para nós.

⁷³ Conforme Ferreira: “[...] modernamente, costuma-se empregar o termo ontológico, como referente ao ser elucidado, ao ser em geral, à sua razão, ao seu logos; e ôntico ao ente, tomado determinadamente, como fato de ser. Esta divisão evita a confusão entre realidade ontológica e realidade ôntica, que, inseparáveis na ordem do ser, são, no entanto, distintas na visualização filosófica.” (cf. Ontologia e Cosmologia, p. 12)

2.4.2 Sobre o “apriorismo” e o “aposteriorismo” nas provas da existência de Deus

Cabe-nos aqui registrar uma nota a respeito da validade das provas da existência de Deus, ante uma disputa que se travou nos campos de batalha da História. Esta que subsiste entre os defensores das provas *a priori* e *a posteriori* da existência de Deus.

Os argumentos *a priori* apoiam-se no princípio de identidade. Considera-se que não partem eles de um fato da experiência, mas de uma noção. E, segundo o modo como os vê Sto. Tomás de Aquino, partem eles de uma causa para explicar o efeito (SANTOS, 1960).

Se desde Platão, na filosofia grega, passando por Santo Agostinho na fase Patrística e por Descartes na Modernidade aceitam muitos filósofos que “dispomos de um conjunto de ideias, independentes da experiência, as quais nos permitem propor uma prova *a priori* de Deus” (SANTOS, 1960, p.69), houve ao longo da História filósofos outros, como Aristóteles, Tomás de Aquino e os racionalistas-empiristas a rejeitar tais provas, para aceitar apenas aquelas que se travam *a posteriori*.

Mas a crítica dialética de Mario dos Santos através de suas obras demonstra, contudo, que a unilateralidade, tanto de “aprioristas” como de “aposterioristas”, surge de uma visão fundamentalmente abstrata da realidade e não verdadeiramente concreta, ao passo que tanto as ideias como os fatos do mundo empírico podem ser tratados concretamente, provido que se lance mão dos meios adequados. Pois todos os fatos da realidade estão de algum modo conectados entre si e são mutuamente referentes em certo nível, visto que estão todos reunidos sob um *logos* superior que os identifica em última análise, já que todos estes fatos pertencem à esfera do ser.

E assim, há em todas estas provas, quando eficazes, um coeficiente de “apriorismo” e “aposteriorismo”. E um não se dá sem o outro, havendo contudo escalaridade, pelo maior papel que exerça um ou outro ponto de vista sobre o conhecimento do indivíduo e conforme a modalidade de prova encetada.

Mas, se porventura atualizamos exageradamente um em face do outro, considera Mario dos Santos que com isso cometemos um erro, pois:

"Uma visão verdadeiramente dialética tem de fundar-se numa posição real-idealista, que afirma a presença, a contemporaneidade dos dois aspectos, e a sua reciprocidade, sem os quais não seria possível estruturar-se nenhuma forma de conhecimento." (SANTOS, 1960, p. 70)

Não há, portanto, prova alguma puramente *a priori* ou *a posteriori*, sendo necessário levar em conta o resquício de “apriorismo” ou de “aposteriorismo” em cada uma, para uma visão plenamente dialética e concreta.

2.5 Provas da existência de Deus - Discussão Preliminar

Antes de investigarmos as principais provas da existência de Deus, compete-nos considerar a própria ideia de prova e as suas modalidades, particularmente naquilo em que se aplicam ao objeto em questão.

Em primeiro lugar, classicamente as provas da existência de Deus dividem-se em provas *a priori* e *a posteriori* da existência divina. Outra divisão recorrente propõe segmentar tais provas em: provas morais, cosmológicas e psicológicas da existência de Deus (SANTOS, 1960). Diante disto, cabe-nos aclarar que se chama **prova** a qualquer processo ou ato da mente pelo qual adquirimos de alguma coisa uma certeza. Neste sentido incluem-se todas as espécies de prova, tanto as racionais como também aquelas que são ditas irracionais (SANTOS, 1964c, p.487).

Mas se é verdade, como diz Mario dos Santos (SANTOS, 196-, p.41), que “O fundo último de toda definição é o indefinível”, é certo também que todas as demonstrações verdadeiras devem fundar-se, em última análise, em axiomas, os quais são indemonstráveis. Os axiomas, por sua vez, não sendo demonstráveis, são no entanto “mostráveis” por si mesmos. Tendo isso em vista, cabe-nos esclarecer que a **prova racional** (também chamada prova intelectual) é geralmente um processo da razão discursiva por meio do qual adquirimos a certeza de algo através da análise dos conceitos, juízos ou dos princípios de um raciocínio. A **prova irracional**, por sua vez, é aquela que não se funda propriamente em conceitos ou juízos, mas sobretudo em outros fatores, tais como o sentimento, a ação, a simpatia, entre outros ainda (SANTOS, 1964c, p.488).

A **prova racional** pode ser **imediate** ou **mediata**. A **imediate** é aquela em que adquirimos a certeza de alguma coisa que se manifesta por si mesma à nossa mente como experiência imediata, muita embora possa esta experiência decorrer de uma análise. Exemplo disso é a tese inicial da Filosofia Concreta, o juízo: “Alguma coisa há e o nada absoluto não há”. Basta um pouco de atenção e uma reflexão mínima para perceber de imediato a evidência desta tese, que por todas as coisas é confirmada, e cuja própria tentativa de negação a confirma.

A **prova mediata**, por sua vez, não se manifesta por si mesma, de maneira direta, ao intelecto, mas captamo-la através do processo intelectual mediante o qual são empregados passos intermediários que nos levarão à certeza da conclusão, tais como o raciocínio, a argumentação, a demonstração. A título de clareza, podemos indicar como exemplo qualquer raciocínio silogístico, inclusive este juízo esquemático típico da matemática: “Se A é igual a B; e B é igual a C; então A é igual a C”, em que a identidade dos itens a “A” e “C”, é provada pelo elemento intermediário “B”, através de um raciocínio (SANTOS, 1964c).

A prova mediata é, propriamente, a **demonstração**, pois esta, bem construída, é capaz de conceder a certeza que uma prova exige, visto ser a demonstração uma espécie de prova que surge da dedução e que firma a verdade de uma proposição ao mostrar que ela decorre necessariamente de premissas já dadas como verdadeiras.

Pode a **demonstração** ser **direta ou indireta**. E será **direta** quando adquirirmos pelo processo demonstrativo a certeza de alguma coisa que, embora não se manifeste por si mesma ao intelecto, tenha conexão positiva ou intrínseca com algo que captamos imediatamente, ao passo que a demonstração **indireta** usará outros processos para alcançar, por meio (obviamente) indireto, este mesmo tipo de certeza, como o emprego das negativas, dos contrários, entre outros. Retornamos assim a um ponto que já tratamos acima, mas que aqui revisitamos por sua importância. E podemos por isso dizer o seguinte.

Se a conclusão de toda demonstração decorre necessariamente de premissas já dadas como verdadeiras, o **fundo de toda demonstração** apodítica, por sua vez, serão axiomas, os quais são indemonstráveis. E se não são demonstráveis – isto é, mostráveis por outros –, deve-se ter em mente que são porém necessários e *mostráveis* de per si (SANTOS, 1964c, p.481).

As **demonstrações** podem, ademais, ser *a priori* e *a posteriori*. Em regra, serão consideradas *a priori*, se as premissas contêm a causa verdadeira do efeito que esplenderá na conclusão ou se a demonstração parte de noções que incluem uma existência e cuja razão suficiente estará na conclusão. Mario dos Santos dá a respeito o seguinte exemplo: “...se partimos da aceitação que a alma humana é espiritual, deduz-se a priori que ela é intelectiva.” (SANTOS, 1964c, p.488). Afinal, compreendidos tais termos no sentido em que foram aí empregados, a capacidade de intelecção é algo que está implícito em toda alma espiritual. Logo, se uma alma é espiritual ela também é, por princípio, intelectiva.

Ademais, estabelecido o rigor ontológico de um conceito, dele se deduz *a priori* o que nele ontologicamente está incluído. E por isto podemos, por exemplo, deduzir *a priori* que a antecedência é absolutamente necessária à consequência, e que, portanto, há ante todo

consequente um antecedente, desde o momento em que reconheçamos ser antecedente “o que tem prioridade em qualquer linha a outro que lhe é consequente” (SANTOS, 1964c, p.488).

Contudo, a demonstração *a priori* divide-se também em **demonstração *a priori* propriamente dita e impropriamente dita**. E teremos uma demonstração *a priori* **propriamente dita**, quando as premissas possam ser pela razão adequadamente distinguidas da conclusão e, **impropriamente dita**, quando o contrário se dê, como acontece quanto aos atributos do Ser Supremo. Por tudo isso, preferimos considerar, no que concerne às demonstrações *a priori* enquanto se aplicam estas à prova de existência de Deus, como simplesmente aquelas que partem de noções que incluem uma existência, por ser esta definição mais abrangente e englobar todas as suas modalidades.

Por outro lado, diz-se que a **demonstração é *a posteriori*** quando contêm as premissas o efeito da coisa que está na conclusão ou uma de suas propriedades, isto é, quando partimos dos fatos e através destes podemos provar a realidade da conclusão do mesmo modo como chegamos às suas causas.

Na Teologia e na Teodiceia predominam os argumentos *a posteriori* e quando se usam os *a priori* usam-se os impropriamente ditos, ao estabelecer, por exemplo, os atributos de Deus. Na escolástica, por exemplo, prevalecem as demonstrações *a posteriori* para as provas da existência de Deus enquanto as *a priori* são em geral desprezadas por deficientes. E assim, por se aterem demasiado à definição da prova *a priori* propriamente dita, de tipo eminentemente lógico, falhando em alcançar seu valor ontológico, não raros escolásticos pretendem negar validade, por exemplo, à prova de Sto. Anselmo.

O principal fundamento para rejeitar os argumentos *a priori* propriamente ditos está em que, não tendo Deus uma causa de si, nem uma razão *a priori* de sua existência, tal demonstração não poderia ser feita, pois pode haver uma razão formal intrínseca de sua existência, não porém uma razão *a priori* da mesma.

Mas a **demonstração *a priori* ontológica distingue-se da demonstração *a priori* lógica**. E a definição usualmente aceita e expressa pelos escolásticos refere-se à esfera lógica, o que tende a gerar confusões e incompreensão quanto a argumentos como o de Sto. Anselmo, pois quanto à esfera ontológica, não há *propriamente* a relação de causa e efeito no sentido tempo-espacial - ou melhor, nem no sentido puramente lógico, nem cronológico -, nem se pretende que esta aí vigore.

Portanto, a **demonstração ontológica *a priori*** não pretende fundar-se no conter as premissas as causas da coisa. As razões ontológicas são simultâneas e entre elas não há relação de causa e efeito, mas sim a de necessidade e de prioridade ontológicas. Consequentemente,

não é realmente necessário que uma demonstração ontológica *a priori* implique a presença, nas premissas, da causa da coisa; o que se exige é que nas premissas haja a razão ontológica do antecedente e do conseqüente quanto à sua dignidade ontológica, isto é, quanto ao seu valor e primazia ontologicamente considerados.

No caso do Ser Supremo, tem este uma razão suficiente intrínseca de ser⁷⁴. A razão suficiente do Ser Supremo é a sua própria essência. Ele é de per si subsistente; de fato, é o próprio Ser de per si subsistente. Assim, o que em verdade nos oferece a **demonstração *a simultâneo*** - que não é mais que um tipo de prova *a priori* impropriamente dita -, quando bem aplicada, não é propriamente uma argumentação nem demonstração, mas uma cognição imediata, na qual a conclusão é inferida, já não de outra coisa que seja sua causa ou efeito, nem de algo que da conclusão se distinga segundo uma razão de distinção perfeita, mas de alguma coisa que implícita ou formalmente já contém a conclusão. Destarte, podem-se inferir *a priori* os atributos do Ser Supremo, mediante uma explicitação do que já está nele contido, porque não há, ônticamente⁷⁵, distinção entre os atributos do Ser Supremo e ele próprio, nem mesmo tal distinção há quanto aos atributos entre si.

Mas, empregando em Filosofia Concreta sua **dialética ontológica**, parte Mario dos Santos de maneira simultânea - tanto ôntica como ontologicamente -, da total exclusão do Nada Absoluto e da conjunta afirmação da presença do ser, prosseguindo pela caracterização e prova do ser finito, e seguindo daí para alcançar o mesmo em relação ao ser infinito, na medida em que, realizando sua análise dialética, traça ele a sólida delineação das estruturas ontológicas, as quais se colocam acima das construções noéticas humanas⁷⁶. Com isto, apresenta Mario dos Santos para a prova da existência de Deus toda uma série de argumentos ontológicos e apodícticos cuja demonstração considera ele ser logicamente irrefutável (SANTOS, 1960).

De fato, com o uso da Dialética Concreta a verdade das proposições esplende por si mesma, pois alcança esta as estruturas ontológicas dos entes considerados, impondo a sua necessidade. Afinal, **a dialética ontológica procede por uma cadeia de cognições imediatas** que vão sendo desveladas mediante as iterações dialéticas que explicitam os conteúdos virtuais dos diversos juízos dos quais se parte, indicando o que cada juízo supõe de si mesmo. Vai-se,

⁷⁴ Conforme Mário dos Santos, o princípio de razão suficiente demonstra-se por meio desta argumentação negativa: se o ente não tivesse razão suficiente para ser o que é, evidentemente não seria o que é, o que seria absurdo.

⁷⁵ Isto é, na sua entidade própria; na sua presença no ser, enquanto ser real, existente. Ou seja, nele enquanto ser real, presente na realidade.

⁷⁶ Isto é, das construções intelectuais e conceituais de origem humana, pois ao alcançar as estruturas ontológicas já não se lida com constructos intelectuais propriamente humanos, mas com dados que pertencem diretamente à própria estrutura da realidade.

assim, procedendo ao “mostramento” das verdades de per si evidentes ali contidas. E, portanto, a dialética concreta procede por uma série de intuições apofânticas por meio das quais são desvelados os principais axiomas da Filosofia e chega-se também à prova apodítica da existência do Ser Infinito, que é em Filosofia o que em Religião chama-se Deus.

Seria demasiado reproduzir aqui todo o itinerário percorrido por Mario dos Santos para esta prova. Sobretudo considerando-se todas as provas colaterais que ele realiza para corroborar a sua demonstração. Contentamo-nos, portanto, com esboçá-la mui vagamente, a partir do parágrafo que segue, remetendo, no mais, o leitor à citada obra.

Antes de tudo, Mario dos Santos parte do fato incontornável de que alguma coisa há e o nada absoluto não há, pois a própria tentativa de negá-lo o confirma, já que o ato de negar alguma coisa já não é um nada, mas alguma coisa. Sua premissa é, portanto, um axioma inescapável, um juízo de realidade, de experiência universal, imediata e auto evidente.

Como dissemos, seria demasiado reproduzir aqui as demonstrações de Mario dos Santos em sua Filosofia Concreta, visto que procede ele nesta obra por uma longa espiral de razões até chegar à **prova da existência de Deus**. Afinal, a prova da existência de Deus não era o intuito precípua daquela sua obra, mas sim repropor os fundamentos de toda Filosofia, em bases apodíticas e inequívocas.

Seguindo o método utilizado por Mario – e a título de exemplo e muito simplificadamente – podemos proceder da seguinte maneira para dar um vislumbre desta prova. Parte-se do seguinte axioma, que é o “ponto arquimédico”, o fundamento estruturante de toda a Filosofia Concreta: “alguma coisa há e o nada absoluto não há”. Mas se alguma coisa há e o nada absoluto está excluído, conclui-se que alguma coisa sempre houve e sempre haverá. Portanto, alguma coisa é, sempre foi e sempre será. Mas se essa alguma coisa não é nada, é ser. Ao mesmo tempo, “...o nada absoluto, sendo impossível, não poderia dar princípio a um ser” (SANTOS, 1961. 3v. V2 p. 51). Mas se o ser sempre foi é e será, há pelo menos um ser incausado. Contudo, um ser incausado é necessariamente incausável. E um ser incausado e incausável necessariamente existe por si mesmo. Ora, um ser que existe por si mesmo, tem em si a sua razão suficiente de ser, e portanto sua existência é de sua essência, e vice-versa. E um ser que existe por si mesmo e necessariamente, tendo em si a sua razão suficiente de ser, é Deus. E daí se podem deduzir, ainda, os seus demais atributos.

Para uma demonstração mais detalhada. Aliás, para todo um amplo conjunto de demonstrações que se acumulam e reforçam umas às outras, remetemos o leitor à própria obra

Filosofia Concreta, para que este possa apreciar por si a força desta obra e de suas demonstrações⁷⁷.

Quanto aos atributos de Deus, pode-se inferi-los analiticamente por meio de uma explicitação do que já está Nele contido. Há aí mera explicitação, pois em Deus todos os seus atributos são simultâneos.

2.6 Divisão das provas da existência de Deus

Diante de tudo o que já dissemos, convém resumir então as divisões das provas da existência de Deus, para fins de maior clareza e melhor orientação do nosso pensamento. O modelo mais empregado para a divisão das provas sobre a existência de Deus consiste em divergi-las em **provas a priori** e **provas a posteriori**. Outra divisão comumente aceita é a que as estabelece como: provas metafísicas, provas físicas e provas morais da existência de Deus.

Considera-se, não raro, que as **provas a priori** fundam-se no **princípio de identidade**, ao passo que as **provas a posteriori** são fundadas no **princípio de razão suficiente**. E admite-se geralmente que as **provas a priori** partem, não de um fato da experiência mas de uma **noção**. Além disso, segundo Sto. Tomás de Aquino, procedem elas de uma **causa** para explicar o efeito. O oposto se dá com as **provas a posteriori**. E, portanto, admite-se em geral que estas partem de um **fato da experiência** e do **efeito** para explicar a causa, além de fundarem-se no princípio de razão suficiente.

A discussão dos problemas e do verdadeiro alcance destas afirmações, já a fizemos no capítulo anterior. Desta feita, trataremos a seguir das principais provas da existência de Deus apresentadas ao longo das obras de Mario Ferreira dos Santos, a saber: a prova ontológica de Santo Anselmo; as cinco vias de São Tomás de Aquino; a prova ontológica de Duns Scot; a prova de São Boaventura; a de Jaime Balme; bem como, algumas provas apresentadas por Descartes. Além, finalmente, de importante prova apregoada por neoescolásticos.

⁷⁷ Já no início deste nosso estudo sobre Deus (“no capítulo Teologia e seu objeto”) demos uma versão resumida e apodítica da prova da existência de Deus, bastando uma mente suficientemente atenta e capaz de seguir a linha de raciocínio, para que se possa entender de maneira apodítica seu nexos e suas conclusões. Para outro exemplo de prova de mesmo tipo, seguindo outra linha mas o mesmo método, remetemos o leitor para a obra Métodos Lógicos e Dialéticos vol. 3, p. 99 ss.

2.7 Principais Provas da existência de Deus

2.7.1 O argumento ontológico de Santo Anselmo

Superados os dilemas prévios e esclarecidas as várias modalidades de demonstração e prova, tratemos agora dos principais modos de provar a existência de Deus, abordados nas obras de Mario dos Santos. Começemos, então, pelo argumento ontológico de Santo Anselmo.

O argumento ontológico de Santo Anselmo trata-se de uma prova *a simultâneo*, mediante a qual este filósofo chega a revelar um dos pontos altos do pensamento teológico. Classificado geralmente como um argumento *a priori*, possui na verdade uma base de experiência e de “aposterioridade” um tanto virtualizada, é verdade, e que se esconde, portanto, à visão meramente formalista, não porém à visão dialética.

Segundo Mario dos Santos, o estilo de Anselmo é pesado e, em muitos pontos, de difícil compreensão. Impondo-se, portanto, uma leitura muito cuidadosa e paciente, a fim de que se possam captar de modo adequado as nuances de seu estilo.

A posição filosófica de Santo Anselmo era de influência agostiniana e platônica, sendo dentro deste paradigma que se deve interpretá-la. Deve-se ter em conta, portanto, que nesta prova noções como a de “Ideia” ou a de “Pensar” têm sentido formal, absoluto. Mas confundindo diferentes ordens da realidade, seus adversários procuraram refutar a prova de Santo Anselmo como se tivesse ele pretendido provar sua tese nos termos existenciais das coisas tempo-espaciais e não em linha ontológica, como de fato pretendeu. Assim o fez, por exemplo, seu discípulo Gaunilon, seguido posteriormente por outros tantos pretensos refutadores, já que sua refutação deu a todas as subsequentes o seu esquema básico.

O argumento de Anselmo consiste fundamentalmente em mostrar que: “... podemos conceber um ser que nada de maior pode ser concebido, e este ser é Deus, que necessariamente existe, transcendentemente a nós, mas sustentáculo e subsistência do ser infinito.”, conforme o explica Mario dos Santos (SANTOS, 1960, p. 71).

E assim poderíamos resumir, de forma bastante concisa, os argumentos refutatórios de Gaunilon (apud SANTOS, 1960, p. 71; 76), para quem: “quer-se considerar, no argumento de Sto. Anselmo, como existente na realidade o que é representado no espírito, mas desta maneira a existência não se segue necessariamente, e não lhe concedo mais existência, se assim posso chamá-la, que a que lhe dá o esforço que realiza o meu espírito para representar uma coisa que

não conhece mais do que por palavras que ouviu.”, segundo por ele é dito, e conforme aqui adaptamos. Em outras palavras, na perspectiva de Gaunilon, Anselmo restringia-se a tratar como existente na realidade algo que ele simplesmente se considerava capaz de imaginar em sua mente.

Mas Mario dos Santos, desde logo, assinala um detalhe que considera de extrema importância: uma modificação do pensamento de Anselmo por parte de Gaunilon, que há na seguinte frase de sua lavra: “*aliquid maius omnibus quae valeant cogitari*”, porque no argumento de Anselmo “não se trata de pensar num ser maior que as coisas que se podem pensar, **mas, sim, de que se pode pensar num ser maior do que todas as coisas, quer pensadas ou não.**”, o que altera fundamentalmente a intencionalidade da argumentação de seu mestre (apud Santos, 1960, p. 76, grifos do original). Não fala Anselmo, portanto, de algo que apenas se possa imaginar ou conceber dentro da mente, mas de algo que está para além dela e cuja existência se pode perceber por um processo mental de cunho especulativo.

Santo Anselmo, inclusive, contra-argumenta a Gaunilon alegando que a refutação de seu discípulo é improcedente, sobretudo quando se aproveita do famoso argumento da ilha perdida. Retruca Santo Anselmo que se pode pensar uma coisa acima da qual nenhuma outra se pode conceber, e que esse algo, desde que pode ser pensado, existe necessariamente. Pois, segundo ele, o ser acima do qual nada se pode conceber de superior necessariamente carece de princípio e não pode ser considerado como possível sem existir realmente, porque um possível *começa* a existir, e ele não; se o pensamento pode admitir sua existência, então ela se dá necessariamente (SANTOS, 1960).

E acrescenta que esse algo não existe apenas pelo pensamento, porque se há este algo acima do qual nada se possa conceber de maior, uma vez que existe, pode e tem de existir, simultaneamente, tanto na realidade quanto no pensamento. Sem isto, toda a hierarquia de perfeições dos seres estaria negada, pois negado estaria o fundamento de toda participação. De fato, Ferreira dos Santos assim resume a argumentação de Santo Anselmo:

“Podemos, em primeiro lugar, pensar no Maior. Ou pensamos que o Maior existe ou que o Maior não existe. Em qualquer dos casos, sempre pensamos no Maior. Se pensamos que o Maior não existe, o seu pensamento não se refere ao Maior, pois o pensamento do Maior implica sua existência.” (Santos, 1960 p. 89)

Ou seja, sempre podemos pensar e inteligir que há um *Majus*. Ou pensamos incorretamente, e achamos que não existe, ou pensamos corretamente e notamos que existe necessariamente.

Para Mario dos Santos o que Anselmo basicamente faz em seu argumento é orientar o seu leitor a pensar num ser acima do qual não se pode conceber outro, e então faz ver que na

classe dos seres que podem ser e não ser, este não pode estar. Pois se aí está, não pode ser “aquele acima do qual não se pode conceber outro” (Santos 1960, p. 78). Portanto, este tem de estar em uma outra ordem do ser, que implique a existência necessária. Não é, portanto, o fato de assim concebermos algo, que o faz existir, mas o fato de que existe é que nos permite captá-lo. Sua existência é, portanto, anterior à captação e independente dela. Mas só podemos tomar ciência de sua existência uma vez que o captamos⁷⁸.

Santo Anselmo não comete aí nenhuma indevida transposição de ordens, pois primeiro prova que o objeto entranha a existência real concebida, para depois provar que entranha a existência real *extra mentis*, sendo esta o fundamento da primeira, e não o contrário. Anselmo pensa num ser acima do qual não se pode imaginar outro, ainda na classe dos seres que podem ser e não ser, e mostra, conseqüentemente, que este não pode ser aquele acima do qual não se pode conceber outro. Mas, como ele mesmo mostra, é fora de dúvida que este último, devidamente concebido, entranha a existência real - pois é impossível conceber uma coisa como a mais perfeita que se possa pensar, sem que, ao mesmo tempo, seja representada como existente; por isso, quem pensa em Deus como o ser mais perfeito que se possa conceber, pensa-o também como realmente existindo. O que se completa, quando retamente concebido, com a intuição ou notícia expressa da existência real do objeto concebido⁷⁹.

Afinal, se penso em um ser a respeito do qual nada se possa conceber que seja maior do que ele, então este ser não pode ser contingente, pois sou capaz de conceber um ser necessário. E para que um ser seja o ser Máximo em que se pode pensar, tem também de ser necessário. Ora, mas se ele é necessário, tem de existir necessariamente. Tem ele de ser, e não pode não ser. Lidas rapidamente e sem a devida atenção, as objeções ao argumento ontológico de Santo Anselmo realmente parecem legítimas; contudo, como Mario dos Santos mesmo assinala, as fáceis refutações empregadas contra o argumento de Anselmo deveriam ensejar, desde já, certa suspeita, pois não seria razoável que o criador da Escolástica, tão versado nos métodos lógicos e dialéticos, e tão reconhecido pelo seu brilho intelectual, fosse incorrer facilmente em erros tão grosseiros.

Para Mario dos Santos, não é, de modo algum, razoável admitir prontamente que Anselmo não tivesse percebido esses alegados "pontos de fraqueza" de seu argumento. E pergunta (SANTOS 1960, p.87): “Seria o grande beneditino tão ingênuo que se deixasse

⁷⁸ As estruturas ontológicas existem independentemente de nossa mente. E por ela são captadas (a este respeito, cf. SANTOS, 1960, p. 89).

⁷⁹ Este raciocínio, quando bem empregado, leva, portanto, a mente capacitada à intuição expressa da existência de Deus.

arrastar por uma confusão de ordens, que qualquer estudante de lógica, desde logo compreenderia?” Para Mario dos Santos, tal incongruência inspira a melhor investigação, e mais atenta, do problema, o que muitos não fizeram. Para julgar-se devidamente o argumento de Anselmo é necessário procurar em seu próprio argumento ontológico o que nele já estava implícito e que julgava Santo Anselmo que outros pudessem captar, e assim se verá que não se deixara arrastar Sto. Anselmo por nenhuma confusão de ordens em seu raciocínio. Anselmo procurava provar a realidade ideal daquele ser acima do qual nada de maior pode ser pensado. E considerar se esse ser, o *Maior*, tem existência independentemente de quem o pode conceber. Em outras palavras, se tem uma *existência real extra mente*. Mas não havendo experiência sensível deste ser, não seria possível concebê-lo diretamente em comparação ao que conhecemos por via empírica, portanto está implícito que é uma realidade transfísica que se quer considerar.

O Maior é, assim, a Perfeição Absoluta, que nos é dada pela “*tímese parabólica*”, o que implica também de nossa parte uma certa posse virtual da Perfeição. E não é a tímese parabólica senão essa capacidade que o espírito humano tem de efetuar uma comparação com o máximo que poderia ser em qualquer linha ou espécie, e daí até à perfeição absoluta. Refletindo dessa maneira sobre os fatos provenientes de sua experiência, pode o homem, ao raciocinar corretamente nessa linha, atingir pontos que ultrapassam o campo da sua experiência imediata, e mesmo que ultrapassam o campo da experiência cronotópica (tempo-espacial), chegando a atingir verdades eternas. A ideia de posse virtual, por sua vez, indica que embora possamos não ter em ato este conhecimento por não termos dele uma experiência direta, está em nosso poder obtê-lo pela reflexão, portanto temos em ato *a capacidade* de obtê-los, dadas as circunstâncias adequadas (SANTOS 1960; 1964c. v.).

O fundamental aqui é que, como diz Mario dos Santos (SANTOS, 1960, p. 89): “as coisas finitas podem ser concebidas como não existentes, e o que não podemos conceber como inexistente é o Ser”. Se as coisas finitas podem ser concebidas como tendo princípio e tendo um fim, o ser não podemos concebê-lo deste modo. As coisas têm um começo, e o ser, não o tendo, é eterno. E ser eterno não é uma mera negação do finito e do tempo; mas uma superação de ambos. Por isso, diz Ferreira, em *O homem Perante o Infinito*:

E podemos [conceber] esse Maior, e ele existe necessariamente, não por que podemos concebê-lo, mas podemos concebê-lo porque ele existe. É por que nele estamos, nele surgimos e nele subsistimos, [que] dele temos uma ‘experiência’, cujo símbolo nos aparece nesse poder conceber um ser que nada de maior se pode conceber” (SANTOS, 1960, p. 89, grifos do original)

Portanto, não há aí nenhum salto indevido de ordens, pois não se trata de projetar na realidade uma construção imaginária, mas de captar, por meio da consciência, uma realidade que, bem compreendido, está aí e se impõe. Trata-se, de fato, de um aclarar, pela dialética dos símbolos, a presença de uma realidade sempre-presente, da qual a consciência passa a tomar posse, por conseguir então captá-la por um esforço intelectual bem conduzido. Esta conquista intelectual exige um esforço especulativo, uma inteligência superior para captá-la, mas todos os símbolos a anunciam e bem analisados levarão a ela, pois a consideração dialética dos símbolos sempre levará à afirmação de que há algo acima do qual “nada de maior pode ser concebido”. E se tentarmos conceber um maior que Ele, será Ele, sempre, que referiremos com nossa intencionalidade, e o maior que possamos conceber será sempre um símbolo do próprio Deus. Isto não somos nós que criamos com o nosso pensamento, mas o nosso pensamento é capaz de captá-lo porque este é uma realidade que é, porque o nosso próprio pensamento participa do Ser e o simboliza.

Mas todo esse amplo raciocínio não costuma surgir espontâneo à nossa mente, se não for precedido de longa especulação. Exige-se assim o refinamento da razão para alcançar-se estas alturas da inteligência. Entretanto, segundo Mario dos Santos o argumento de Santo Anselmo, exposto em termos platônicos, poderia ainda ser melhor justificado. E foi isto o que compreendeu Duns Scot, considerado por Mario dos Santos uma “figura máxima da filosofia”, que então renovou esta prova de Santo Anselmo, seguindo outras vias, acrescentando-lhe novos argumentos e tornando-a segundo Ferreira dos Santos (SANTOS, 1960, p. 91): “lógica e filosoficamente irrefutável”. E não é senão devido à profunda fundamentação ontológica, que se deve a grandeza e o valor da prova de Duns Scot. Assim, em *Filosofia Concreta* apresenta Mario dos Santos, inspirado nesta mesma atitude, toda uma série de argumentos ontológicos apodícticos, cuja demonstração considera ele logicamente irrefutável para a prova do Ser Supremo. Apresenta ele, também, uma justificação própria do argumento de Santo Anselmo.

Na concepção da *Filosofia Concreta* de Mario dos Santos, entretanto, repropõe-se de forma um tanto diferente este tipo de prova. A *Filosofia Concreta* (SANTOS, 1964, p. 43 v2) deixa claro, desde logo, que “é o ser necessário que explica necessariamente o ser contingente” e que “há seres contingentes, *porque* há o ser necessário”. Nela se propõe de início que “o ser contingente é o ser dependente”. A dependência, como fica claro desde já, é do dependente e não do de que depende⁸⁰; sendo portanto uma modal daquele, e dele absolutamente inseparável. Propõe então que “O ser, que é feito, não tem em si sua total e absoluta razão de ser, porque, se

⁸⁰ A dependência ontológica é própria do modo de ser de todo ente contingente, isto é, finito.

é feito, e o fosse por si mesmo, existiria antes de existir”, o que é impossível (SANTOS, 1964, p. 43 v2).

Portanto, se um ser “... é feito, principia a ser e, como tal, tem um princípio que o antecede, e o predispõe” a existir (SANTOS, 1964, p. 43, 3V. v2).

E isto porque, como o expõe Mario dos Santos (SANTOS, 1964, p. 43, 3V. v2), nenhum ser “é fatorado pela sua emergência, mas exige uma predisponência para ser”. Ou um ser existe desde sempre ou é efeito de outro já existente, que o antecede e o predispõe à existência, por contê-lo em si virtualmente, na medida em que dispõe antecedentemente dos fundamentos de seu possível efeito. Se reconhece Mario dos Santos que a *via lógica* mais segura para a prova da existência de Deus é a que parte da contingência para alcançar a necessidade, o caminho ontológico, por sua vez, é o que compreende que “é o ser necessário que explica necessariamente o ser contingente”, pois “há seres contingentes, porque há o ser necessário”. E este é o caminho que a Filosofia Concreta percorre ao repropor esta prova.

E verifica-se então, na sucessão das teses da Filosofia Concreta e suas demonstrações que o ser necessário impõe-se após a análise do ser contingente, tendo-se em vista que é partindo da noção de que “alguma coisa há”, inicialmente não determinada ainda nem como necessária, nem como contingente de maneira explícita, que foi possível a Mario dos Santos alcançar a revelação do ser necessário como algo impositivo, de maneira apodítica. A Filosofia Concreta explora assim os dois caminhos: o ontológico e o lógico, ambos perfeitamente válidos, embora reconheça que o primeiro destes caminhos é axiologicamente superior ao segundo, tendo em vista que este provê desde já apoditicidade suficiente à prova que se pretende, ao passo que o segundo, por si mesmo e isoladamente não a fornece, o que tende a provocar o surgimento de toda uma série de problemas e aporias, que a ela costumam seguir-se.

Repropondo as questões basilares da própria Filosofia, a Filosofia Concreta de Mario dos Santos justifica apoditicamente, por meio de demonstrações ontológicas, princípios clássicos e fundamentais desta disciplina, tais como o princípio de causalidade e o de razão suficiente. E tais princípios clássicos, uma vez justificados ontologicamente, passam nela a ser tratados não como axiomas, mas como postulados suficientemente válidos para posteriores demonstrações. E é partindo dos conceitos ontológicos de dependência e independência, de “efetível” e “efetivo”, entre outros, que pode ele repropor as provas ontológicas da existência de Deus de uma maneira mais clara e mais segura, ao colocar de modo positivo o problema da contingência, evitando assim as suas aporias mais frequentes.

Utilizando-se conceitos ontológicos, como vimos, coloca-se de modo melhor o problema da contingência, e evita-se uma multiplicidade de aporias que gerariam discussões,

como acontece ao seguir-se a via meramente lógica, conforme tantas vezes se fez na Escolástica ao longo da História. Mas pelo processo dialético ontológico adotado pela Filosofia Concreta, princípios fundamentais das provas lógicas, tais como a razão suficiente e a causalidade, são justificados e chegam a adquirir novo conteúdo por meio das demonstrações de cunho ontológico promovidas neste modo de filosofar, o que dá aos princípios clássicos maior validade e segurança, permitindo-lhes servir melhor às posteriores demonstrações.

E por isso é importante considerar em maiores detalhes a compreensão que nos pode trazer a Filosofia Concreta a respeito da prova ontológica de Santo Anselmo, como fazemos a seguir. Atentemos, portanto, para a avaliação de Mario dos Santos, sob a égide da Filosofia Concreta, para o argumento ontológico de Santo Anselmo (SANTOS, 1964, 3V.v2 p. 53 ss.; 1964, p.498 ss.). O argumento de Santo Anselmo paira na esfera ontológica, embora parta, como não podia deixar de ser, da conceituação humana para alcançar a conceituação ontológica almejada. Seu argumento era, portanto, ontológico e não lógico. Se fosse apenas lógico haveria razão de acusar nele – como alguns o pretenderam - um salto indevido da esfera lógica para a ontológica. Mas o contrário se dá, visto que a acusação é injusta, porque esta sim, pretende mesclar ordens onde tal mescla não ocorre.

Que o ser humano possa alcançar a prova da existência de Deus pela iteração lógica em nada impede que também possa alcançá-la pela iteração dialética ontológica. Portanto, a existência de Deus pode ser alcançada logicamente *a posteriori*, partindo-se da contingência, como se costuma fazer em geral no âmbito da Escolástica, mas pode ser alcançada, também, pelo rigor da simultaneidade ontológica, como o mostra a famosa prova de Santo Anselmo. Assim, para a prova da existência de Deus, é possível partir de nossa experiência intelectual, *a posteriori*, e proceder daí “reversivamente” até a causa Primeira, mas podemos também chegar a esta prova dentro da simultaneidade das razões ontológicas, em que beiramos já a eternidade destas razões, que são coeternas, e existem desde todo o sempre, ao passo que podemos captá-las pela nossa intelecção (SANTOS, 1964, 3V.v2).

E se a primeira destas provas, centrada ainda na contingência, revela-se como um produto típico da razão em busca da verdade, a segunda destas nos descortina um estágio mais elevado desta mesma razão, ao penetrar e transitar, desde já, na ordem das razões permanentes. Esta segunda via, quando devidamente percorrida pelo bom uso dos adequados recursos dialéticos, coloca-nos de pronto na esfera dos juízos necessários. Esta a razão de Mario dos Santos dizer que já estamos aí na esfera de uma “super-razão”, que em nada desmerece os recursos lógicos mais primários, mas operar neste setor, por implicar uma penetração mais

profunda na estrutura do real, é capaz de fornecer ao âmbito lógico novos conteúdos, bem como fortalecê-lo e justificá-lo (SANTOS, 1964, FC v2 p. 56).

Neste ponto já não se constroem razões, mas desvelam-se verdades que se impõem de maneira atemporal. Este é portanto o âmbito da “intuição apofântica”, iluminadora das verdades, o âmbito da Sabedoria. No argumento de Sto. Anselmo o que é considerado por *Majus* é o ser oniperfeito e independente. E, se ao pensar admite-se um ser que não é tal, já não é, então, do *Majus* que se trata. Mostra-se neste argumento que a existência de um ser que contenha toda a perfeição de ser e que não venha de outro não é uma mera possibilidade (e só poderíamos assim captá-lo num estágio ainda primário de reflexão, que padece de erro por incompletude), mas ao contrário é uma necessidade absoluta que ontologicamente se impõe, pois é este que dá a razão ontológica suficiente a todos os outros seres (SANTOS, 1954, 3V.v2).

Há seres contingentes porque há um ser necessário. E é o ser *absolutamente* necessário que, ontologicamente, dá a razão de ser suficiente a todos outros; pois, se o ser absolutamente necessário não existisse permaneceríamos em pleno contingentismo e nada se sustentaria, porque nenhum ser contingente é razão de ser suficiente do que é. A ausência do ser necessário nos colocaria ante “possíveis dependentes de possíveis” (SANTOS, 1954, 3V.v2, p. 50), o que nos levaria à nihilificação de tudo, porque a mera possibilidade não é suficiente para conceder a existência. Um mero possível, de si só não gera um ser em ato.

Portanto, como o enuncia Mario dos Santos (SANTOS, 1954, 3V.v2, p. 50): “Se logicamente chegamos ao necessário, partindo do possível, ontologicamente a razão do possível está no ser necessário”. A existência de um “ser que contenha toda a perfeição de ser, e que não venha de outro” (SANTOS, 1954, 3V.v2, p. 54), o *Majus* de Sto. Anselmo, além de não conter contradição intrínseca – sendo portanto possível – é, como vimos, uma necessidade ontológica que se impõe; em consequência, correto mesmo seria dizer que: “o ser necessário pode ser porque é” (SANTOS, 1954, 3V.v2, p. 43). Dizer o contrário equivale a inverter, por uma visada lógica de cunho abstrato e parcial a ordem ontológica da realidade do ser.

Não podendo ser em si uma potência, a possibilidade que nossa mente capta no *Majus* implica que este necessariamente existe e, quando bem orientada, a mente humana há também de, necessariamente, reconhecê-lo. E somente por erro poderá a inteligência humana julgar que é um mero possível o que, por necessidade, tem de ser real *extra mentis*. Assim, na prova de Sto. Anselmo da Cantuária conceitua-se o *Majus* por oposição ao contingente mas é por caminhos ontológicos que verificamos que o ser independente e oniperfeito é absolutamente necessário. Por razões ontológicas, portanto, sua necessidade esplende. E quando tal é

conseguido, é isto, como bem o diz Mario (SANTOS, 1954, 3V.v2, p. 43): “não por razões nossas, mas pela própria glória do ser”.

2.7.2 Provas da existência de Deus por Santo Tomás de Aquino

Falemos agora das 5 vias de Sto. Tomás de Aquino, que como conjunto constituem uma das mais afamadas provas da existência de Deus. As vias de São Tomás classificam-se entre as provas *a posteriori* da existência de Deus, e seus argumentos são de tipo cosmológico.

Para Sto. Tomás é pelo princípio de causalidade que chegaremos realmente à prova da existência divina. Nesta perspectiva, portanto, admitir tal princípio é alcançar Deus inevitavelmente, ao passo que combatê-lo implicaria recair no agnosticismo. Tomás de Aquino considera, a seu turno, que a existência de Deus não pode ser demonstrada *a priori* por não ser Deus o efeito de uma causa, uma vez que Deus é incausado, pois existe por sua própria essência. Para ele apenas é possível a prova *a posteriori*, porque Deus tem efeitos, e estes são-nos mais conhecidos que o próprio Deus. Assim, diz Tomás de Aquino (1960, p. 66):

Embora pelos efeitos desproporcionados a uma causa, não se possa ter um conhecimento perfeito dela, contudo, por um efeito qualquer, pode demonstrar-se, sem caber dúvidas, a existência de sua causa, e deste modo é possível demonstrar a existência de Deus por seus efeitos, embora estes não possam dar-nos a conhecer tal como é em sua essência. (SANTOS 1960, p. 66)

O princípio de causalidade pode, portanto, levar-nos a saber que Deus existe, e é a primeira causa e último fim de todos os seres do universo. A partir daí se constituem os *preambula fidei* de São Tomás. E a demonstração pela causa é justamente possível, porque, conforme o expõe o tomista Francisco Muñiz⁸¹ (apud Santos, 1963, 4v.): “A dependência atual de um efeito nos descobre a existência de sua causa; e a semelhança mais ou menos perfeita, que tem com a causa, nos manifesta, com maior ou menor perfeição, a natureza da mesma.” Finalmente, é assim que, partindo desta ideia fundamental como premissa, Sto. Tomás construirá as suas famosas cinco vias para a prova da existência de Deus. Pois, como bem assinala Mario dos Santos (1960, p.97):

⁸¹ Francisco Pérez Muñiz, O.P. (1905-1960), religioso da Ordem Dominicana, teólogo, filósofo e escritor espanhol.

... todas as vias de Tomás de Aquino terão, pelo menos:

- a) Um ponto de partida: consignação de um fato da experiência.
- b) Primeiro grau da via: êste facto de experiência é necessariamente causado.
- c) Segundo grau da via: em uma subordinação per si de causas é preciso chegar a uma primeira.
- d) Término final da via: essa causa primeira é Deus. Logo, Deus existe.

Eis aqui a estrutura fundamental de todas as vias de Tomás de Aquino. A rota assinalada pelo Doutor Angélico para a prova da existência de Deus. Assim, toda prova de Tomás constará dos elementos que passamos a analisar. Em primeiro lugar teremos um ponto de partida, que será sempre um fato de experiência certo e universal: “a existência do movimento; a subordinação de causas eficientes; a contingência dos seres sensíveis; a gradação de perfeições transcendentais; ou a ordenação de todos os seres a um fim.” (SANTOS, 1960, p.96) Destes fatos de experiência a razão se elevará a Deus. Esta prosseguirá, então, por mostrar que cada um destes fatos entranha a condição de efeito. E que, portanto, pressupõe cada um deles, necessariamente, uma causa da qual depende. Constitui este o primeiro grau da via e, ao mesmo tempo, o segundo passo de cada argumento de São Tomás.

Bem assegurado o seu caráter de efeito, Sto. Tomás buscará, em virtude do princípio de causalidade, demonstrar a existência de sua causa. O terceiro passo, portanto, em todas as vias, será demonstrar que numa subordinação essencial (ou subordinação *per se*) de causas não se pode proceder ao infinito, mas, ao contrário, é imprescindível chegar a uma primeira causa da qual dependem todas as outras. E nisto consistirá o segundo grau da via.

Chega-se assim ao término da via, o quarto passo, que consiste em concluir, em cada linha, pela necessidade da existência de uma primeira causa – essencialmente sempre a mesma -, que é fundamento de todas as outras. Prova-se dessa forma, em cada uma destas vias, que tem de existir:

... um **primeiro motor** que tudo move; uma **primeira causa** que põe em atividade todas as outras; um **ser necessário**, que é a causa de todos os demais seres, necessários ou contingentes; um **primeiro ser**, que é fonte e origem do ser em quantas coisas existem; e uma **primeira inteligência**, que dirige todas as coisas a seus respectivos fins. (SANTOS, 1960, p. 97 grifos nossos)

Portanto, o termo final da via consiste em mostrar que essa causa primeira é Deus, provando que Deus existe. Há, assim, para Tomás de Aquino cinco vias seguras e que levam de modo certo à prova da existência de Deus.

2.7.2.1 *As Vias de Sto. Tomás*

Consideremos, portanto, as cinco vias propostas por Santo Tomás, agora em maiores detalhes. A primeira via considera a anterioridade do ato puro à potência, ao abordar ontologicamente as noções de motor e movido. Noções estas que representam o fato da realidade – observável – de que as coisas apresentam uma moção (em sentido aristotélico), isto é, que elas devêm, ou seja, o fato de que elas passam da potência ao ato e, por isso mesmo – como se verá como consequência da argumentação –, exigem um ato puro primeiro (um motor imóvel primeiro), sob pena da impossibilidade posterior do devir e da existência dos seres contingentes. A prova de Tomás de Aquino, estabelece apoditicamente a anterioridade ontológica do ato puro à potência; do motor ao movido. O que leva a todas as consequências da argumentação (SANTOS, 1960).

Realmente, é necessário admitir que há um primeiro princípio de todas as coisas, do contrário elas viriam do Nada absoluto. Portanto, há um Ser que antecede a todas as modalidades de ser, tanto lógica, ontológica, como axiologicamente. E se no âmbito da física (aristotelicamente considerada, isto é, como o mundo do devir) as causas nem sempre surgem claramente esboçadas em sua relação com seus efeitos, a ponto de nem sempre podermos claramente distingui-las, isto em nada impede que todas as coisas que sucedem sobrevenham de algo que as antecede e que, em última análise, provenham daquele algo de onde tudo principia, o qual como assinala Ferreira dos Santos (1960, p. 110) “deve poder tudo quanto é e será”, porque, do contrário, não vindo tudo de um ser, tudo haveria de vir do nada, o que é um completo absurdo.

Portanto, os ataques que se fizeram ao princípio da causalidade ao longo da História não podem dever-se senão a uma caricatura que se faz deste para então derrubá-lo por má-fé ou por erro, ao passo que a aplicação do princípio de causalidade à estrutura da realidade é um dado apodítico, na Filosofia. E a validade de tal princípio uma vez derruída, forçaria a aceitar o absurdo do Nada Absoluto como o criador de todas as coisas.

Entretanto, há quem pretenda contraditar, em seu próprio fundamento, toda a argumentação de Tomás de Aquino, mediante a alegação de que podemos notar na matéria uma evolução de menos perfeita para mais perfeita.

Contudo, bem compreendido este argumento, mostra-se ele pueril, pois se a matéria conhece uma evolução perfectiva, este acrescentamento de valor e perfeição, que nela se nota, ou viria dela mesma, que já o conteria, ou simplesmente não viria de lugar nenhum. Ora, se o

contém, a evolução é apenas relativa. Se não o contém, esse suprimento de perfeição teria de vir do nada, o que é impossível (SANTOS, 1960, p. 110).

Assim, uma evolução relativa da matéria em nada fere o argumento de Tomás, que se propõe no campo absoluto das razões ontológicas. Se parte ele, em sua argumentação, das coisas contingentes, que são os efeitos, pretende, no entanto, alcançar a resposta apodítica, ontologicamente fundada, como de fato o faz, ao alcançar a causa necessária.

Esclareçamos, portanto, que Tomás de Aquino funda num postulado apodítico as suas demonstrações, o princípio de causalidade. E explicita Mario dos Santos (1960, p. 109), “causa” para a Escolástica: “é o que produz ou deixa produzir o efeito, no todo ou na parte, ou impele outro a produzi-lo”. A relação causa e efeito é, portanto, neste sentido, inseparável. E onde haja efeito, haverá causa necessariamente - e vice-versa.

Remontando-se do efeito à causa, a seu turno, chega-se necessariamente a uma causa primeira, causa eficiente e suficiente de todas as coisas, que por sua vez não pode ter sido causada por outra, sendo, portanto, incriada. Trata-se, por isso, de um ente necessário, existente de per si, e cuja essência e existência se identificam, não dependendo de outro qualquer.

Chega-se, portanto, a uma conclusão incontornável, a respeito da causa primeira, em todos os argumentos de São Tomás. Podemos, então, a partir daqui considerar cada uma das vias de São Tomás individualmente.

2.7.2.2 A Primeira Via

Segundo Mario dos Santos, a primeira via (ou *via do movimento*) é assim enunciada por Santo Tomás de Aquino (1960, p. 101):

É inegável, e consta pelo testemunho dos sentidos, que no mundo há coisas que se movem. Pois bem, tudo o que se move é movido por outro, já que nada se move mais que enquanto está em potência a respeito daquilo para o qual se move. Mas, mover requer estar em ato, já que mover não é outra coisa que fazer passar algo da potência ao ato, e isto não pode fazê-lo senão o que está em ato, à maneira como o quente em ato, por ex., o fogo faz que uma lenha, que está quente em potência, passe a estar quente em ato. Muito bem: não é possível que uma mesma coisa esteja, ao mesmo tempo, em ato e potência a respeito do mesmo, senão a respeito de coisas diversas, o que, por exemplo, é quente em ato, não pode ser quente em potência, e sim, que, em potência, é ao mesmo tempo frio. É, pois, impossível que uma coisa seja por isso e da mesma maneira motor e móvel, como também o é o que se move a si mesma. Por conseguinte, tudo o que se move é movido por outro.

Mas, se o que move a outro é, por sua vez, movido, é necessário que o mova um terceiro, e, este outro. Não se pode, porém seguir indefinidamente, porque assim não haveria um primeiro motor e, por conseguinte, não haveria motor nenhum, pois os motores intermédios, não movem mais que em virtude do movimento que recebem do primeiro, da mesma forma que um bastão nada move a não ser que o impulse a mão. Por conseguinte, é necessário chegar a um primeiro motor, que não seja movido por ninguém, e este é o que todos entendem por Deus" (Tomás de Aquino, "Suma Teológica", I, q. 2, 2.3, primeira parte).

Podemos resumir esta via da seguinte maneira: Consta pelo testemunho dos sentidos que no mundo há coisas que se movem. Tudo o que se move é movido por outro. Mas, **mover não é outra coisa que fazer passar algo da potência ao ato**, e isto não pode fazê-lo senão o que já está em ato. E não é possível que uma mesma coisa esteja, ao mesmo tempo, em ato e potência a respeito do mesmo, senão a respeito de coisas diversas. É, pois, impossível que uma coisa seja ao mesmo tempo e da mesma maneira motor e móvel, como também é impossível que se mova a si mesma. Por conseguinte, tudo o que se move é movido por outro.

E se aquele que move um outro ente é, ele próprio, movido por outro, é necessário que o mova um terceiro e, este, outro, e assim sucessivamente. Não se pode, porém, retroceder infinitamente nesta linha, porque assim não haveria um primeiro motor e, por conseguinte, não haveria motor nenhum, pois os motores intermédios não movem mais que em virtude do movimento que recebem do primeiro, e na hipótese aventada nenhum então se moveria. Por conseguinte, é necessário chegar a um primeiro motor que não seja movido por ninguém, e isto é o que todos entendem por Deus. A antecedência de um primeiro motor é, portanto, inevitável, e mesmo os objetores desta prova, desde que levem corretamente o seu raciocínio até às últimas consequências, haveriam de ceder a esta conclusão.

2.7.2.3 A Segunda Via

A segunda via, por sua vez, leva em consideração o fato universalmente observável da subordinação das causas eficientes, o que leva a concluir que um prolongamento sem fim das causas eficientes levaria a não haver realmente causa eficiente alguma e, portanto, nenhum efeito, anulando a existência de todas as coisas. A segunda via (ou via da subordinação das causas eficientes) é assim enunciada:

Achamos que neste mundo do sensível há uma ordem determinada entre causas eficientes; não achamos, porém, que coisa seja sua própria causa, pois em tal caso haveria de ser anterior a si mesma, e isto é impossível. Muito bem, tão pouco se pode prolongar indefinidamente a série das causas eficientes, porque sempre que há causas eficientes subordinadas, a primeira é causa da intermédia, quer seja uma ou muitas, e esta, causa da última; e posto que, suprimida uma causa, suprime-se seu efeito, se não existisse uma que fosse a primeira, tampouco existira a intermédia nem a última. Se pois, se prolongasse indefinidamente a série de causas eficientes, não haveria causa eficiente qualquer, e, portanto, nem efeito último, nem causa eficiente intermédia, coisa falsa desde logo. Por conseguinte, é necessário que exista uma causa eficiente primeira, a que todos chamam Deus. (S.T. I, q. 2, a. 3) (SANTOS, 1960, p. 109; Dicio p. 525).

Esta via assim se resume: Neste mundo do sensível há uma ordem determinada entre causas eficientes. Uma coisa, porém, não pode ser a sua própria causa, pois em tal caso haveria de ser anterior a si mesma, e isto é impossível. Tampouco se pode prolongar indefinidamente a série das causas eficientes, porque se prolongasse indefinidamente a série de causas eficientes não se sustentaria causa eficiente qualquer e, portanto, nem efeito último nem causa eficiente intermédia, coisa falsa desde logo. Por conseguinte, é necessário que exista uma causa eficiente primeira, a que todos chamam Deus.

Consideremos aqui, entretanto, uma objeção que é digna de nota. A objeção de Lachelier, segundo a qual:

Se pretendo inferir a existência de Deus da consideração do universo, como, por ex., o físico, que conclui do efeito à causa, cometo um paralogismo. Sem dúvida, todo efeito supõe uma causa, mas uma causa da mesma ordem que ele, segundo as leis do nosso entendimento. (apud SANTOS, 1964c v. único, p.525)

Esta objeção é falaciosa, porque em primeiro lugar não se deve confundir o ato da Criação com o de uma relação de causa e efeito qualquer, como as que encontramos em nossa experiência. Em segundo lugar, é certo que uma causa de ordem superior pode engendrar um efeito inferior, pois quem pode o mais pode o menos. E, trata-se aqui, no caso, de Deus, de um poder absoluto, que contém em si toda a possibilidade do Ser.

2.7.2.4 A Terceira Via

A terceira "via" (ou via da contingência dos seres) funda-se no fato de existir o ser contingente, que tanto lógica como ontologicamente postula e exige o ser necessário. Esta via,

portanto, considera o ser possível ou contingente, e o ser necessário. Eis a via, conforme a aponta Mario dos Santos:

Achamos na natureza coisas que podem existir ou não existir, pois vemos seres que se produzem, e seres que se destroem, e, portanto, há possibilidade de que existam e de que não existam. Muito bem. É impossível que os seres de tal condição tenham existido sempre, já que o que tem possibilidade de não ser teve um tempo em que não foi. Se, pois, todas as coisas tem a possibilidade de não ser, houve um tempo em que nenhuma existia. Mas se isto é verdade, tampouco deveria existir agora coisa alguma, porque o que não existe, não começa a existir, a não ser em virtude do que já existe, e, portanto, se nada existia, foi impossível que começasse a existir qualquer coisa, e, em consequência, agora não haveria nada, coisa evidentemente falsa. Por conseguinte, nem todos os seres são possíveis ou contingentes, mas entre eles, forçosamente, há de haver algum que seja necessário. Mas o ser necessário ou tem a razão de sua necessidade em si mesmo ou não a tem. Se sua necessidade depende de outro, como não é possível, segundo já vimos ao tratar das causas eficientes, aceitar uma série indefinida de coisas necessárias, é forçoso que exista algo que seja necessário por si mesmo e que não tenha fora de si a causa de sua necessidade, mas que seja causa da necessidade dos outros, ao qual todos chamam Deus" (S. T.I, q.2, a.3) (SANTOS, 1960, p. 115).

Em outras palavras: se todos os seres fossem contingentes e pudessem existir como não existir, então não teriam força para existir por si mesmos, e como o que não existe não começa a existir a não ser em virtude do que já existe, seres tais não teriam força por si mesmos para dar existência a si ou a outros, e nada então existiria nem poderia existir. Logo, como há coisas que existem, é forçoso que haja um ser necessário.

Para Kant esta prova nada mais era que a prova ontológica de Santo Anselmo. Para Mario dos Santos, por sua vez, este argumento de Tomás de Aquino, de origem aristotélica, é dialeticamente perfeito e Duns Scot viria posteriormente tecer novos argumentos, aptos a corroborar e aprofundar esta prova (SANTOS, 1964c.V. único).

Mas nesta prova é preciso não confundir o ser necessário, ontologicamente falando, com a mera necessidade lógica, pois aquela impõe objetivamente o que esta propõe apenas ao nível lógico do discurso e das nossas construções mentais.

Notemos ademais, que, o que devém implica necessariamente o que é imutável. Pois não se pode compreender o devir sem a imutabilidade. Adicionalmente, se não houvesse algum grau de permanência no ser, isto é, de imutabilidade, o devir não teria razão suficiente para dar-se, pois não haveria em quê se sustentar. Se não houvesse uma permanência mínima no ser, nada haveria para devir e o devir não poderia sustentar-se. E, por sua vez, ontologicamente o fundamento da mutabilidade é a imutabilidade, assim como o do devir é a permanência.

Finalmente, vale também trazer atenção para o fato de que se todos os seres contingentes (porque existem como podiam não existir) têm um começo e um fim; o ser, por sua vez, como

necessário, isto é, sem o qual não podemos ter nada, não tem começo nem fim; logo se impõe a presença de um ser necessário, que mais uma vez, é Deus.

2.7.2.5 A Quarta Via

A quarta via (ou via dos graus da perfeição) toma em conta os graus de perfeição que há nos seres. E tendo em vista que o mais e o menos se atribuem às coisas segundo sua diversa proximidade ao máximo; há, portanto, de existir, entre todas as coisas, algo que seja o Máximo.

Ademais, todas as coisas são possíveis no ser, segundo suas diferentes qualidades e os seus diferentes graus de intensidade de ser, portanto todas as coisas são o que são, conforme o seu grau de participação nos diversos possíveis - ou, se se preferir, possibilidades - do Ser; por conseguinte, no Ser Supremo, que é Deus, há tudo quanto pode ser, do contrário as coisas viriam do Nada. Esta via assim se enuncia:

Vemos, nos seres, que uns são mais ou menos bons, verdadeiros e nobres que outros, e o mesmo sucede com as diversas qualidades. Mas o mais e o menos se atribuem às coisas, segundo sua diversa proximidade ao máximo, e por isto se diz o mais quente do que mais se aproxima ao máximo calor. Portanto, há de existir algo que seja veríssimo, nobilíssimo e ótimo, e, por conseguinte, o ser máximo, pois, como diz Aristóteles, o que é verdade máxima, é máxima entidade. Muito bem, o máximo em qualquer gênero é causa de tudo o que naquele gênero existe, e assim o fogo, que tem o máximo calor, é causa do calor de todo o quente, segundo diz Aristóteles. Existe, por conseguinte, algo que é para todas as coisas causa de seu ser, de sua bondade e de todas as suas perfeições, e ao qual chamamos de Deus (S.T., I.^a, q. 2. a. 3) (SANTOS, 1960, p. 121).

2.7.2.6 A Quinta Via

A quinta via (ou via da finalidade) corresponde ao argumento da finalidade, que decorre do governo do mundo. Seu argumento é basicamente o seguinte: as coisas que carecem de conhecimento operam por um fim, pois sempre tendem ao que mais lhes convém; portanto operam intencionalmente. Mas o que carece de conhecimento não tende a um fim se não o dirige alguém que entenda e conheça. Consequentemente, existe um ser inteligente que dirige

todas as coisas naturais para o seu fim, e a este chamamos Deus. Eis como Tomás de Aquino propõe esta via:

Vemos, com efeito, que as coisas que carecem de conhecimento, como os corpos naturais, operam por um fim, como se comprova, observando que sempre, ou quase sempre, operam da mesma maneira para conseguir o que mais lhes convém; por onde se compreende que não vão ao seu fim, operando ao acaso, mas intencionalmente. Muito bem, o que carece de conhecimento, não tende a um fim, se não o dirige alguém que entenda e conheça, à maneira como o arqueiro dirige a flecha. Portanto, existe um ser inteligente, que dirige todas as coisas naturais para o seu fim, e a este chamamos de Deus. (s. T., I, q. 2, a. 3) (SANTOS, 1960, p. 130).

Nota-se, portanto, que cada uma das vias de Sto. Tomás leva a concluir pela existência de Deus, fornecendo, assim, apoditicamente a prova de sua existência. A seguir teceremos mais algumas considerações gerais sobre as vias de Tomás de Aquino, à guisa de conclusão.

2.7.2.7 Conclusão sobre as Vias de Tomás de Aquino

Esta série de argumentos que abordamos nos itens anteriores constituem as cinco vias que Tomás de Aquino considera suficientes e adequadas para a prova apodítica da existência de Deus. Das cinco vias percorridas por Tomás de Aquino para a prova da existência de Deus três delas se podem dizer dinâmicas e duas estáticas; e, portanto, umas nos demonstram a Deus sob um aspecto operativo, e outras sob o aspecto entitativo. Assim, na primeira, segunda e quinta vias, Deus nos é descortinado sob seu aspecto dinâmico ou operativo, e sua existência nos é desvelada nas formas de motor imóvel, causa eficiente primeira, e de diretor ou governador do Mundo, respectivamente. Na terceira e na quarta vias, por sua vez, a existência da Divindade nos é apontada em seu aspecto entitativo, como o ser necessário por si mesmo, causa da necessidade em todos os demais seres; e como o ser por essência, causa, a seu turno, do ser, da bondade e de toda outra perfeição existente (SANTOS, 1960).

Também é verdade que todas as vias partem de algum ser criado. Mas algumas o fazem partindo deste considerado desde um aspecto extrínseco e accidental. E outras, ao contrário, do ser criado, considerado em si mesmo e essencialmente, como bem o assinala Francisco Muñiz. Assim, a primeira, segunda e a quinta vias consideram o ser criado enquanto este é sujeito de movimento, princípio de atividade ou tendência a um fim (aspectos accidentais). A terceira via já o considera em si mesmo, quanto à sua duração (o que não deixa de ser um aspecto ainda

bastante extrínseco, conforme o reconhece o próprio Muñiz). E, por sua vez, na quarta via este é visado quanto à sua razão de existência, o que já é, sem dúvida, um aspecto profundo e metafísico da criatura (SANTOS, 1960; RAMÍREZ, 2010).

Com tudo isto, nota-se a completude da abordagem de Tomás de Aquino. Segundo Mario dos Santos (SANTOS, 1960), em sua prova Tomás de Aquino pretendeu abarcar, com seu olhar abrangente, todos os distintos pontos desde onde a razão humana pode elevar-se a Deus. Daí que na perspectiva do Aquinatense não há de haver sexta via. Conclui-se, portanto, que há para Sto. Tomás de Aquino cinco vias, todas as quais demonstram de maneira certa e indubitável a existência de Deus.

2.7.3 Prova de Duns Scot

Outro grande filósofo a apresentar provas da existência de Deus foi Duns Scot. Conhecido como “Doutor Sutil”, sua prova fundamentava-se na demonstração da existência do Ser Infinito, cuja conceituação identifica-se com a da Divindade mesma. De fato, o ser infinito não é outra coisa senão Deus tomado em uma de suas modalidades ou aspectos⁸². Assim, demonstrada a existência de um ser infinito, resta demonstrada a existência de Deus.

Na perspectiva de Mario dos Santos, Scot basicamente repropõe o argumento de Sto. Anselmo em outra ordem, dando-lhe fundamentação mais sólida, necessária e ontológica. Mas faz isto com inegável maestria.

A prova de Duns Scot pretende chegar a demonstrar, em última análise a existência de um poder infinito que possui eminentemente, em si mesmo, a causalidade requerida para gerar uma infinidade de efeitos de toda espécie (SANTOS, 1960, p. 166).

Nesta prova, “a infinidade da Divindade é tomada intensivamente e não extensivamente, como acontece com Aristóteles”, como assinala Mario dos Santos (1960, p. 166). Para Duns Scot, o ser é conhecido por si, pois é perfeitamente inteligível. E não havendo incompatibilidade entre ser e infinito, existe este necessariamente, porque, do contrário, cairíamos no absurdo. Há, portanto, compatibilidade entre a infinidade e o ser, e se a infinidade é uma perfeição *possível*, o Ser Supremo é necessariamente infinito (SANTOS, 1960, p. 166, 167). Duns Scot pretende,

⁸² Tais modalidades são distinções de razão que pode o ser humano fazer com base em atributos que se podem racionalmente predicar à divindade segundo seu conceito; são, portanto, distinções metafísicas, mas que em Deus identificam-se na Unidade e Simplicidade absolutas de seu ser.

además, travar uma prova em que sejam apodícticos todos os seus juízos, e procura por isso construí-los todos com valor ontológico⁸³.

Para provar a existência de Deus, Duns Scot parte da aceitação da existência do “ser comum”, de conhecimento e experiência universais - ou seja, o ser tomado em seus diversos aspectos e modalidades, objeto material da Ontologia e primeiro objeto da cognição humana⁸⁴. A rigor, é ser tudo aquilo ao qual não se pode predicar o nada ou, para usar uma expressão feliz de Suárez, ser é tudo o que tem “aptidão para existir”, incluindo-se aí tanto o ser em ato, como o ser potencial (SANTOS, 1960, p. 73).

Para Duns Scot, se o ser comum é de conhecimento e experiência universais, já o ser infinito não é a todos evidente, e exige demonstração, bem como o esclarecimento dos filósofos⁸⁵. Em primeiro lugar, não se pode tomar o infinito em sentido quantitativo, diria ele, que nega peremptoriamente a possibilidade de um infinito quantitativo atual⁸⁶. Neste sentido, deve-se tomar o infinito “intensivamente”⁸⁷. Este é, portanto, o ser em sua máxima intensidade, o que implica a presença atual do Ser em sua pureza ontológica.

As provas de Scot, expressas em linguagem técnica e pouco clara, devido à densidade da terminologia acadêmica utilizada e à sutileza dos seus raciocínios, entrelaçam-se, entretanto, com lógica e coerência. Sua fundamentação, ao mesmo tempo, é muito profunda, pois é em razões ontológicas que se fundam os argumentos de Duns Scot.

É pelo delineamento de estruturas ontológicas que atinge ele a prova desejada. Utiliza-se para isto de conceitos que traduzem características estruturantes de todos os seres, e que podem ser captadas pela experiência. Todos os seres por nós conhecidos são efetivos, isto é,

⁸³ Eis a posição de Mário dos Santos quanto à possibilidade de tornar apodícticos todos os juízos: “Pergunta-se se é possível tornar apodícticos todos os juízos. Nossa resposta só pode ser afirmativa. O fato de não podermos, de imediato, tornar a todos apodícticos não quer dizer que não possam encontrar eles uma formulação apodíctica, mas apenas que, no estágio de nossos conhecimentos, não podemos, ainda, alcançar a apoditicidade de todas as proposições possíveis.” (cf. Métodos Lógicos e Dialéticos vol. 3, p. 217)

⁸⁴ 84 Pois como diria Mario dos Santos: “o ser é o *primum notum* e é *per se notum*, pois como o seria o nada se o nada, nada é para se notar? O nada, nada é para se notar. De fato, tudo o que é captado é ser, e o é como tal.” (cf. Ontologia e Cosmologia, p. 23)

⁸⁵ Os religiosos afirmam, pela fé, a existência, e os místicos por sua vivência interior (experiência mística), mas tais fontes não se impõem a todos, por não terem caráter universal. Exige-se, portanto, a prova racional, isto é, a demonstração.

⁸⁶ O infinito não pode ser uma magnitude, porque o infinito em sentido próprio (o infinito metafísico) tem de ser o Ser máximo e em plenitude de ser. Este Ser é o único ser absolutamente necessário, os demais só podem ser contingentes ou potenciais, logo não é possível uma magnitude infinita em ato - tipo de ser que não se confunde com o infinito metafísico - e, conseqüentemente, não é possível uma quantidade infinita atual. Que uma quantidade infinita em ato é impossível prova-se também porque o que é infinito é, por definição, ilimitado numa determinada ordem (ou absolutamente, no caso do infinito metafísico) e se uma quantidade atualmente infinita fosse atingida, teríamos atingido o limite da quantidade, o que contradiria o seu caráter de infinitude. Basicamente, o Ser Supremo não é uma magnitude, já que esta é quantitativa e não pode haver quantidade infinita em ato, por ser esta autocontraditória.

⁸⁷ Ou “intensivamente”, expressão de preferência de Mário dos Santos.

produzidos por uma causa eficiente. E uma natureza efetível, por sua vez, implica uma natureza efetiva. Mas exige-se um efetivo primeiro, do contrário cairíamos numa regressão infinita.

Como todo o ser que conhecemos⁸⁸ é, ademais, um ser *ab alio* (um ser “por outro”) e não um ser *a se* (isto é, um ser por si mesmo), conclui-se que os seres de nossa experiência imediata não são suficientes por si mesmos, mas dependentes de outros, sua causa eficiente. Logo, uma regressão infinita não nos daria, para a série, uma razão suficiente de ser e, como tal, ela não se sustentaria. O conjunto dos seres contingentes exige assim um ser necessário e suficiente por si mesmo: um ser *a se*, que é Deus.

Mais do que isso, Scot mostra que não havendo incompatibilidade entre ser e infinito, o ser infinito existe necessariamente, porque, do contrário, cairíamos nas seguintes e insolúveis aporias: o ser como um todo haveria de ser produzido pelo Nada absoluto, o que é impossível; ou recairíamos, então, numa série infinita de causas e efeitos contingentes (e que portanto não sustentam sequer a si mesmos) sustentando toda a realidade, o que é absurdo; ou, finalmente, num círculo vicioso, em que se exigiria uma causa causando a si mesma, o que é impossível como se pode ver, pois ela teria de agir antes de existir⁸⁹ (SANTOS, 1960, p. 166) Portanto, para Duns Scot, o ser é conhecido por si e a infinidade não lhe é contraditória, pois esta é perfeitamente inteligível e possível. Um ser infinito, portanto, existe e podemos, decerto, conhecê-lo e provar sua existência (SANTOS, 1960, p. 166).

Como bem se pode notar, um ser Infinito como é compreendido aqui, em sentido absoluto, não é senão “aquele que não podemos conceber outro maior”. Ademais, há compatibilidade entre a infinidade e o ser, e se a infinidade é uma perfeição *possível*, o Ser Supremo – isto é, o ser considerado em sua máxima intensidade - é necessariamente infinito. “Estamos no argumento de Santo Anselmo, modificado na ordem da sua apresentação por Duns Scot, que assim o justifica.”, diz Mario dos Santos (SANTOS, 1960, p. 166).

Portanto, dado que a infinitude não repugna ao ser, logo ela é possível na ordem do Ser. Mas se o ser infinito é uma possibilidade, ele necessariamente é em ato, do contrário não seria realmente possível (pois as outras possibilidades são as de que fosse um ser limitado, mas aí já não se trataria do ser infinito; ou de que nada fosse, mas neste caso seria ele impossível). Ademais, se o ser infinito é realmente possível na ordem do Ser, é necessário que o Ser tenha

⁸⁸ Isto é, que conhecemos por nossa experiência imediata.

⁸⁹ O ser como um todo ou haveria de ser produzido pelo Nada, o que é impossível; ou cairíamos na série infinita de causa e efeito, e não chegaríamos jamais a ter uma causa suficiente para os efeitos, que assim não se sustentariam; ou, finalmente, dar-se-ia um círculo vicioso, em que causas finitas (sem razão suficiente em si mesmas) e seus efeitos se confundiriam, e, mais uma vez, o todo não possuiria razão suficiente.

em ato esta qualidade, e que tenha, por consequência, a capacidade de atuar de maneira infinita, pois se não tivesse ele este poder, a infinitude lhe estaria negada, e, por conseguinte, não seria a infinitude realmente possível. Logo, o Ser é, também, infinitamente poderoso em ato.

Não se pode, por óbvio, conceber um poder maior que o poder infinito. Logo, o ser dotado deste poder é “aquele que não podemos conceber outro maior” (SANTOS, 1960, p. 166). Portanto, através de outros meios e de uma ordem de apresentação nova, eis que Duns Scot justifica o antigo argumento de Santo Anselmo.

A prova de Duns Scot é por fim, a da existência de um poder infinito, que sendo ele mesmo (e, portanto, absolutamente simples), possui eminentemente a causalidade requerida para causar toda uma infinidade de efeitos, isto é, prova-se que Deus é onipotente e não tem limitações em sua atuação própria. Alcança-se assim o conceito cristão de Deus, de plenitude absoluta de ser, superando, portanto, o conceito Aristotélico da divindade, que Scot considera insuficiente (SANTOS, 1960, p. 32, 165, 166). Diante disso:

Gilson sintetiza o argumento de Duns Scot com as seguintes palavras: se não repugna à sua natureza de ser infinita, o ser não é perfeito a não ser que seja infinito. Com efeito, ele poderia ser infinito. Se, pois, por hipótese, ele não o é, ele não é perfeito. Daí resulta que o ser supremamente eminente na ordem do ser, e consequentemente perfeitíssimo, é um ser infinito (SANTOS, 1960, p. 166).

Chega-se a esta prova devidamente, porque a infinidade da Divindade é tomada intensivamente por Duns Scot, e não extensivamente, como acontece com Aristóteles. E, de acordo com Ferreira dos Santos, Duns Scot por meio de seus argumentos chega a provar, respectivamente:

- a) que há um ser absolutamente primeiro, de tríplice primazia de eficiência, de fim e de eminência;
- b) que este ser é absolutamente primeiro, não podendo ter sido antecedido por nenhum outro;
- c) que esse primeiro é infinito como primeiro eficiente, como fim último e como supremamente eminente;
- d) que existe atualmente entre os seres esse ser; e que êsse ser é Deus. Logo, Deus existe (SANTOS, 1960, p. 167).

Prova também que não pode haver mais que um único Ser Infinito, ou seja, prova, em outras palavras, a sua absoluta unicidade. Pois, uma pluralidade de infinitos seria contraditória à própria noção de infinito e, portanto, impossível, afinal se houvesse mais de um ser infinito, o seu conjunto haveria de ser mais (tanto quantitativamente, como qualitativamente) do que qualquer um deles, o que denegaria *in limine* a sua infinitude (SANTOS, 1960, p. 99, 167).

Com tudo isto, alcança Duns Scot em sua prova “a infinidade pura e simples que o cristão procura” (SANTOS, 1960, p. 166). E as longas provas de Scot são singelamente resumidas por Mario dos Santos da maneira seguinte, mediante o uso de inteligentes e simples questionamentos⁹⁰:

É possível um ser por outrem? A resposta evidentemente é afirmativa, porque toda nossa experiência revela a existência de seres por outrem. Pergunta-se: é possível um ser por si: A resposta ou será afirmativa ou negativa. Se negativa, isto é, a não possibilidade de um ser por si, ter-se-ia de admitir uma série infinita de causas ordenadas, quer essenciais ou acidentais, o que nos levaria ao círculo vicioso, que já foi suficientemente refutado. Portanto, só se pode admitir a possibilidade deste ente o ser per si. E ele existe necessariamente, porque, do contrário, seria por outrem, o que já ficou refutado, ou produzido pelo nada, o que é impossível e absurdo, ou criado por si mesmo, e, portanto, já seria antes de ser, o que é absurdo.

As provas originalmente desenvolvidas por Duns Scot em suas obras são longas e sofisticadas, dotadas de requintes de grande sutileza lógica e ontológica. Ferreira dos Santos faz uma longa análise dos aspectos mais destacados de algumas dessas provas em *O Homem Perante o Infinito*, não porém uma análise exaustiva. Considera ele que, ao fim, pode-se dizer que Duns Scot repropõe o argumento de Santo Anselmo em outros termos e o reforça de maneira mais sólida. Suas provas, obtidas por vias diferentes das de Tomás de Aquino, corroboram-nas.

Scot, em suas provas parte de “propriedades metafísicas do ser real, que são verificadas pela e na experiência” (SANTOS, 1960, p. 161), levando sua prova até a demonstração da existência necessária do Ser Infinito, cujo conceito e atributos identificam-se com os da Divindade, demonstrando assim a existência de Deus.

Assim, para Mario dos Santos, Scot (1960, p. 162) “corrobora, no campo da *mathesis*, o que o aquinatense, seguindo a linha aristotélica e averroísta, procura construir no campo das

⁹⁰ São seres por outrem os seres contingentes, aqueles que exigem uma causa eficiente para existirem e, portanto, não existem em virtude de si mesmos. Estes existem em função de uma causa eficiente, isto é, de um ou mais fatores deles adequadamente distintos, e dos quais eles dependem essencialmente para existir. E se não fosse possível um ser por si, ter-se-ia de admitir uma série infinita de causas ordenadas, quer essenciais ou acidentais, o que nos levaria ao círculo vicioso. Ora, se não fosse possível um ser por si, teríamos de recair num infinito quantitativo em ato, o qual já havia sido refutado por Duns Scot em sua argumentação. Ou, então, teríamos apenas seres contingentes causando seres contingentes, e como os seres contingentes não têm em si razão suficiente para ser, a série inteira careceria de razão suficiente para ser. Logo, a série não se sustentaria. Ou, ainda, a série não teria dentro de si, na ordem dos seres contingentes uma razão suficiente para ser, e teria de encontrá-la fora de si, na ordem de um ser necessário. Por fim: a rigor, nenhum ser pode criar a si mesmo, pois se “criou a si mesmo”, existia antes de existir, o que é absurdo. De fato, se o ser foi criado, não existia antes. Se criou a si mesmo, existia antes de existir, isto é, a rigor, ele já existia, e não houve criação, pois a sua existência já afirmava a si mesma. Ou bem ele já existia e, a rigor, não foi criado, mas apenas afirma sua própria existência; ou foi criado, o que exige algo que exista e o tenha criado, pois o nada nada pode e se havia um poder de criar, já havia algo.

ideias físicas”, pois é trabalhando com as estruturas ontológicas que Duns Scot constrói, com êxito, a sua demonstração. Scot fundamenta, assim, ontologicamente a sua prova, elevando-a do campo da contingência para o da pura necessidade ontológica.

Em resumo: é partindo do “ser comum”, o ser tal como captado pela experiência de todos, em seus diversos aspectos e modalidades, que Duns Scot desenvolve suas provas. Sua existência é inquestionável, pois todos a experimentam. Seu intuito, por sua vez, é o de demonstrar que a infinitude não repugna ao ser, nele estando, portanto, incluída, e sendo um de seus atributos. Provada a infinitude ontológica do ser, daí decorre seu caráter de perfeição absoluta e todos os demais atributos que o caracterizam como a Divindade. Deus é o Ser tomado em sua máxima intensidade, em sua onipotencialidade e máxima perfeição; enfim, é o ser tomado em sua pureza ontológica, ou metafísica, como se prefira.

Como a infinitude não é auto-contraditória, ela não se exclui do ser⁹¹. E prova-se por aí que ela é possível. Mas um ser infinito, ao contrário de um ser contingente (finito), se é possível, existe necessariamente, pois tem a virtude de existir por si e não por outro. Encontra em si mesmo a sua razão suficiente de ser e a sua existência se impõe. Enquanto um ser contingente apenas “pode” existir⁹², um ser infinito, necessário como é, se for possível, é. A prova de sua possibilidade implica a sua existência, pois sendo ele a razão suficiente de si mesmo, a sua existência se impõe⁹³.

A demonstração de Scot exerce-se, pois, esclarecendo o conceito de ser infinito, provando que este conceito é procedente e que o ser infinito existe. Desta forma, fica demonstrado por ele, que: existe um ser primeiro; que este é infinito; e que este ser primeiro e infinito é Deus (SANTOS, 19-, pp. 75, 77).

⁹¹ A propósito, vale considerar as seguintes palavras de Mario dos Santos: “[...] se o ateu nega peremptoriamente a existência de Deus ele tem de provar primeiramente a impossibilidade absoluta da realidade desse ser, e ele teria de partir provando a repugnância entre os conceitos, os atributos que lhe são devidos, mostrando a sua insociabilidade, não só lógica, mas ontológica e também ôntica, provando que na onticidade, na realidade, seria impossível a existência de um ser perfectíssimo. Ora, nenhum ateu fez esta prova até agora [...] Nem seria possível fazê-la.” (SANTOS, 19-, p. 128)

⁹² E isto, apenas se for, realmente e de fato, possível e não uma quimera, isto é um jogo de palavras vazias, um pseudo-ser, cuja locução é possível mas sem um referido propriamente possível e adequado na realidade (seja esta mental ou *extra mentis*), como é o caso do “círculo quadrado”.

⁹³ Conforme Mario dos Santos (19-, p. 147): “[...] tratando-se de atributos infinitos, portanto absolutos, não devemos considerá-los do mesmo modo que tratamos de atributos contingentes e que são relativos, porque o que caracteriza o atributo contingente e relativo é também, além de ser possível, isto é, de não conter a contradição formal intrínseca [o fato de] ou de poder dar-se ou de poder também não dar-se, mas o atributo infinito, pela sua absolutividade e pela sua necessidade o poder não dar-se tornar-se-ia impossível, quer dizer, tornar-se-ia absurdo, porque não sendo contingente não cabe na sua essência a possibilidade de não ser ou de não vir-a-ser, mas apenas a necessidade de ser.”

2.7.4 As provas de Descartes

Apresentemos a principal prova de Descartes aproveitada por Ferreira dos Santos. Eis como Descartes se expressa, segundo o texto que dele aproveitou Ferreira em sua obra *Sobre Deus*, e que aqui resumimos e ligeiramente adaptamos para maior facilidade e clareza de leitura:

Dizia Descartes que o que concebemos clara e distintamente como próprio da natureza imutável e verdadeira de alguma coisa, pode louvar-se nesta com toda verdade. E uma vez considerado com atenção suficiente o que é Deus, clara e distintamente concebemos que o existir é próprio de sua natureza verdadeira e imutável: logo, podemos afirmar com verdade que existe.

Os que atentamente considerem esta diferença que existe entre a ideia de Deus e todas as outras, compreenderão – asseverava Descartes – que, embora sempre concebemos as outras coisas como existentes, por isto não se conclui que realmente existam, mas somente que *podem* existir, pois não é necessária a união da existência atual com suas restantes propriedades. Mas com inteira clareza, a existência atual está sempre e necessariamente unida aos outros atributos de Deus. E daí conclui-se necessariamente que Deus existe.

Mas em se tratando não propriamente de um corpo, mas sim de algo, ou melhor, de um ser que reúna todas as perfeições que podem juntar-se, perguntamos se entre elas deve contar-se a existência. Ora, considerada a ideia de um ser perfeitíssimo, nela está contida a existência, porque é maior perfeição existir efetivamente e no entendimento do que somente neste.

Haverá, decerto, lugar à dúvida, porque nosso espírito finito, acostumado que está a considerar separadamente as qualidades ou perfeições, não conhecerá, à primeira vista, quão necessariamente se unem entre si.

Mas se consideramos atentamente se convém a existência ao Ser soberanamente poderoso, e que classe de existência clara e distintamente, isto é, sem contradição intrínseca, neste poderemos reconhecer concluiremos: em primeiro lugar, que lhe é adequada ao menos a existência possível como a todas as outras coisas de que temos ideia (inclusive as que são imaginadas por nosso espírito); e depois: como não podemos pensar que sua existência é possível sem que, ao mesmo tempo, fixando-nos em seu poder infinito, reconheçamos que pode existir por sua própria força, concluiremos que existe realmente, e existiu desde toda eternidade, por ser manifesto à luz natural da razão que o que pode existir por sua própria força, existe sempre.

Desta maneira conheceremos que a existência necessária está contida na ideia de um Ser soberanamente poderoso, não por ficção do entendimento, mas porque o existir é próprio da verdadeira e imutável natureza de semelhante Ser; e igualmente fácil nos será conhecer que é impossível que este Ser soberanamente perfeito não possua todas as demais perfeições contidas na ideia de Deus, pela qual todas elas, por sua própria natureza e sem ficção do entendimento, existem juntas em Deus.” (SANTOS, 19-, pp. 75, 77).

Descartes considera evidentes as ideias que expôs neste seu argumento, mas procurou explicá-las assim, em termos eminentemente retóricos, com o propósito de tornar acessível seu argumento à maior variedade de inteligências.

Esta prova que pretende fundar-se na natureza ou essência de Deus e que consideramos, de fato, bastante expressiva e eficaz, podemos resumi-la da maneira que segue.

É verdadeiro tudo aquilo que se pode dizer clara e distintamente acerca da essência imutável de uma coisa. Mas não há coisa no mundo a respeito da qual se possa dizer verdadeiramente que tem existência necessária senão o ser perfeitíssimo, que, por ser tal, deve incluir também a perfeição da existência. Ora, este é precisamente Deus, o ser oniperfeito. Todas as demais coisas são contingentes e, por isto mesmo, poderiam ser ou não ser. Sua necessidade, quando a têm, é meramente hipotética. Já o ser perfeitíssimo, por sua própria natureza tem necessariamente de existir. Esta prova cartesiana, no entanto, é apenas o complemento e a conclusão de uma série de passos anteriores e provas previamente desenvolvidas ao longo de sua obra *Meditações sobre Filosofia Primeira*.

A prova da existência de Deus por seus efeitos Descartes já a fizera antes, em sua Terceira Meditação. Só depois ultimaria esta prova que na essência divina se baseia. Por tudo isto é que não se pode reduzir a prova Cartesiana à forma silogística a que normalmente a reduzem aqueles que querem refutá-la, como seja: “O ser necessário necessariamente existe. Deus é o ser necessário; logo, necessariamente existe” (Santos, 1960, p. 38). Mas o que em resumo Descartes pretendeu apontar com seus argumentos foi, como disse Mario dos Santos, o que vemos abaixo:

O que Descartes quer na verdade dizer é o seguinte: não resta dúvida, em face de análises anteriores, que há um ser necessário, por uma exigência da própria contingência, que é fundada, esta, na experiência e na razão. Ora, o que se entende por ser absolutamente necessário é Deus (SANTOS, 1960, p. 139).

Citemos também uma aparentemente despreziosa passagem de seu livro “Discurso sobre o Método” que, no entanto, é rica em implicações e sugestões para a prova da existência de Deus. Diz ele: “...não é menos repugnante admitir-se o mais perfeito como resultado e dependência do menos perfeito do que admitir-se que do nada procede alguma coisa.” (DESCARTES, 2001, p. 43).

E o que decorre desta passagem? Aponta-nos Descartes, ao fim desta passagem, que do nada não pode proceder alguma coisa. Ou seja, assevera ele basicamente que “do nada, nada vem”. De fato, não tendo o Nada nenhum conteúdo positivo, não pode este engendrar coisa alguma. Sendo absoluto o Nada, ele nada pode; pois a mera possibilidade já não é um Nada, mas alguma coisa. O Nada é pura negação e por isso não pode afirmar coisa alguma – nem a si mesmo –, pois é uma ideia autocontraditória, sem um adequado referente na realidade. Pois

mesmo ao afirmar-se “Nada” já se diz alguma coisa. Somemos inúmeros zeros, por exemplo, e disto nada resultará!

Ora, bem compreendido isso, na mesma linha e por força de consequência, não se pode admitir que em absoluto, ou seja, metafisicamente, o mais perfeito resulte do menos perfeito, porque então a provisão adicional de ser que haveria de surgir teria de vir do Nada, o que, como vimos, é impossível.

Em absoluto, o menos perfeito tem que vir do mais perfeito, porque do contrário as perfeições conseguintes não teriam de onde provir e não teriam fundamento. E se muitas vezes nos parece o contrário é porque não meditamos bem, visto que a ordem ôntica que nos dá a experiência das coisas que vivenciamos é inversa à ordem ontológica e mais conhecida de nós do que esta.

E, também, porque tendemos a não considerar a causa total adequada das perfeições dos entes integralmente, mas apenas parcialmente. Por exemplo: dizemos que a causa dos filhos são seus pais. E afirmamos, então, que um filho pode ser melhor que seus pais, porque tem perfeições que seus pais não têm. Dizemos então que houve uma evolução, um aumento de perfeições. Contudo, esse aumento é relativo e não absoluto. Porque a causa total adequada do que um filho é atualmente - isto é, em ato - não é apenas o material genético de seus pais ou o que seus pais lhe transmitem diretamente, mas sim o conjunto de *todos* os fatores que contribuem para que tal indivíduo seja, de fato, quem ele é. Portanto, não só o material genético de seus pais, mas os ensinamentos destes, os alimentos que ingeriu, a água que bebeu, o ar que respirou e que respira, as coisas que fez, as pessoas com quem travou contato e o que delas obteve; enfim todos os seus fatores intrínsecos e todos os fatores do ambiente circunstancial em que esteve inserido ao longo de sua vida, em conjunto, são concausas, cofatores responsáveis e imprescindíveis para que este indivíduo seja quem é em sua última atualização, isto é, no instante mesmo em que é considerado seu existir.

Mas, como vemos ainda por aquela locução cartesiana, não se pode admitir também que, em absoluto, “o mais dependa do menos”, porque por sua constituição este não tem força suficiente para sustentar o mais. Somente aquele pode abarcar e superar o menos e, portanto, sustentá-lo. Do contrário, a provisão adicional de poder necessária para tal feito – provisão de poder que, mais uma vez, não é um mero “nada”, mas alguma coisa – haveria de provir do Nada, o que é impossível.

Consequentemente, os seres que são imperfeitos exigem, em última análise, um ser perfeitíssimo para prover-lhes as perfeições. E exigem um ser poderosíssimo para isto e para

sustentá-los. Logo, há de haver um ser perfeitíssimo e poderosíssimo que garanta e justifique a realidade de todos os demais seres – que é Deus.

Consideramos que vale aprofundar ainda um pouco mais as consequências desta prova, reunindo o que se obteve até aqui. Repitamos aqui o breve trecho de Descartes. Dizia ele: “...não é menos repugnante admitir-se o mais perfeito como resultado e dependência do menos perfeito do que admitir-se que do nada procede alguma coisa.”

Ora, se do Nada não procede alguma coisa, tudo o que é e tudo o que pode vir a ser há de provir do Ser. Logo, é do Ser todo o poder de criar, gerar ou fazer alguma coisa. O ser, portanto, considerado em absoluto, é Onipotente. Todos os possíveis estão nele contidos⁹⁴.

E se repugna à inteligência admitir que o mais perfeito possa provir do menos perfeito, e não podendo qualquer perfeição vir do Nada, segue-se daí que toda perfeição provém do ser e está nele contida. Logo, há um modo de Ser que é absolutamente perfeito, por conter em sua máxima perfeição e poder, todas as perfeições inferiores. Em outras palavras, o ser considerado em absoluto, considerado em si mesmo, é absolutamente perfeito e absolutamente poderoso.

E não são a onipotência e a oniperfeição senão a essência física e metafísica de Deus, segundo os antigos Escolásticos. Isto é, notas essenciais da própria divindade. Decorre daí que por outras vias, chega Descartes às mesmas conclusões.

Assim, o ser onipotente e oniperfeito, que contém em si o poder de fazer todo o possível e contém em si, no seu poder, a perfeição de criar as perfeições de todos os seres inferiores, bem como contém em si mesmo a sua própria suprema perfeição – é Deus.

⁹⁴ O atributo da Oniperfeição, bem compreendido, implica o poder de fazer todo o possível, e não o impossível, propriamente. Isto porque o possível é, por definição o que pode ser. E o impossível, por definição, o que absolutamente não pode ser. Em outras palavras, é impossível aquilo que está definitivamente excluído do ser. Em uma linguagem teológica de tipo mais antropomórfico poderíamos dizer que impossível é tudo aquilo que Deus decidiu, desde a eternidade, que jamais poderia ser. Assim, tudo aquilo que pudermos captar como impossível será algo que simplesmente está excluído do ser. Seja este um impossível relativo, isto é, impossível em dadas circunstâncias, ou impossível absoluto (como o Nada absoluto), que de si não é nada, e a respeito do qual não podemos expressar nenhum conteúdo positivo, mas apenas um conteúdo verbal impróprio e uma ideia que a ele não corresponde de fato, pois não há nem pode haver um correspondente adequado dele na realidade. Podemos expressar, no entanto, a locução “nada absoluto”, precisamente porque tanto a ideia de nada (quando referente ao nada relativo), como a ideia de absoluto apresentam, cada uma, conteúdo positivo. Mas a sua reunião, não. Expressa ela portanto uma ideia, e não um nada. Ideia que em si mesma é inadequada e imprecisa, pois o máximo que se pode conceber quanto ao Nada absoluto é a ideia de uma eliminação em bloco de todo conjunto da realidade, o que é uma pseudoideia por ser isto totalmente impossível, já que, necessariamente, uma vez que “alguma coisa há, o nada absoluto não há”, pois ambos são mutuamente excludentes.

2.7.5 Prova de São Boaventura

Em sua obra “Sobre Deus”, trata Mario dos Santos, ainda, das provas apresentadas por São Boaventura em *De Mistério Trinitatis*, em favor da existência de Deus. Em verdade, não faz Mario dos Santos nesta obra uma análise em grande profundidade das provas de São Boaventura. Mesmo porque a defesa que faz este em favor da existência de Deus encontra-se esparsa em vários de seus livros. Mario dos Santos escolhe concentrar-se, no entanto, como dissemos, em algumas valorosas passagens, que ele mesmo parece ter traduzido, da obra *De Mistério Trinitatis*. Tratemos aqui, em linhas gerais, destas ideias apresentadas por São Boaventura quanto à prova da existência de Deus.

Para São Boaventura a existência de Deus é, em primeiro lugar, uma verdade que está fora de dúvida quando se toma “indubitável” no sentido de que aquela ideia afasta de si toda a dúvida nascida de discurso racional, porque bem orientado o entendimento, isto é, se racionalmente discorre, conhece por fim e sem dúvida alguma que Deus existe (SANTOS, 19-, p. 124).

Assim, para São Boaventura, a afirmação “Deus existe” torna-se certa para aquele que a compreende corretamente. E a inteligência racional, “feita à imagem e semelhança de Deus”, traz em si um “natural apetite, conhecimento e memória, daquele a cuja imagem foi feita”. E para Este tende ela naturalmente, a fim de Nele poder alcançar sua máxima perfeição e bem-aventurança. Para São Boaventura, portanto, tem a razão humana a capacidade natural de tender para Deus e de, em alguma medida, chegar a conhecê-lo. (SANTOS, 19-, pp. 182; 119).

Há para São Boaventura três graus de conhecimento de Deus que se devem levar em consideração. Estas noções correspondem às “três teologias” mencionadas *en passant* por Mario dos Santos em “O Homem Perante o Infinito”. Nesta obra esclarece Mario dos Santos (SANTOS, 1960, p. 28) que falavam os escolásticos em: uma “teologia dos bem-aventurados”, que corresponderia a um saber direto da divindade; uma “teologia de Deus”, que seria o saber que este tem de si mesmo; e de uma “*teologia nostra*”, isto é, a “nossa teologia”, o saber que têm de Deus os homens em geral.

Porém, propriamente, o ponto de vista boaventuriano classifica-se da seguinte maneira: é possível saber perfeita e plenamente que Deus existe e compreendê-lo completamente – este conhecimento de Deus cabe somente ao próprio Deus; ou pode-se conhecê-lo com clareza e perspicuidade, e desta sorte o conhecem os bem-aventurados; e pode-se, ainda, conhecê-lo parcialmente e entre enigmas. Este último é um modo de conhecê-Lo que a todos se oferece.

De fato, para São Boaventura, até mesmo deste modo se pode conhecer indubitavelmente que Deus existe e, também, que todos os demais seres dele dependem. Neste sentido, diz ele que: “...deste modo se conhece que Deus é o primeiro e sumo princípio de todas as coisas mundanas... porque sabendo cada um que não existiu sempre, sabe que teve princípio e, pelo mesmo [motivo sabe] que também [o] tiveram os outros.” (SANTOS, 19-, p. 121).

Mas há aquele que procede por meio de uma dúvida gerada por defeito de razão. É o insensato, “... que obscurecido por suas próprias trevas não é capaz de resolver suficientemente, nem comparar retamente e nem apreender integralmente o significado da palavra Deus” (SANTOS, 19-, p. 121). Seu entendimento, entretanto, “dispõe em si de luz suficiente por sua própria constituição”, e portanto “poderia libertar-se desta dúvida e sair da insensatez” (SANTOS, 19-, p. 121). Mas, com frequência, a consideração defeituosa do insensato falha mais por vontade que por força de desconhecimento. E é assim que por conta de sua própria deficiência, não concebe o insensato a Deus como sumo e ótimo, “... de onde se origina nele o erro do engano e a vacilação da dúvida em que ele mesmo se precipita por sua obstinação, até o ponto fazer-se esta totalmente inescusável”. (SANTOS, 19-, p. 121).

Porém mesmo este insensato não se encontra de todo privado do conhecimento da Divindade, porque conserva sempre “... um instinto natural que lhe inclina a render culto a Deus” (SANTOS, 19-, p. 121), e contra o qual “... ele luta ao precipitar-se voluntariamente no erro” (SANTOS, 19-, p. 121).

Os ateístas, observa Mario dos Santos, não têm mesmo uma noção clara da ideia de Deus. E diz ele:

...todo ateísmo tem nos aparecido como produto de uma má compreensão do que realmente seja Deus e que se pode e se deve realmente conceituar como Deus. Se não atribuirmos a Deus atributos de caráter absoluto e infinito, todo atributo de caráter finito de semelhança conosco será naturalmente uma “contraditio in adjecto” (SANTOS, 19-, p. 121).

E, assim, orienta-nos São Boaventura que:

No ato da apreensão pode surgir a dúvida quando não se tome em sentido reto e pleno o significado do nome de Deus... No ato da comparação pode introduzir-se a dúvida quando a comparação é parcial ... no ato da resolução sobrevém a dúvida quando o entendimento ... não acerta em resolver senão até as coisas evidentes aos sentidos como são as corporais ... porque não souberam levar a resolução até a substância incorpórea e até os princípios primeiros da realidade (SANTOS, 19-, p. 121).

E, por isto, quanto à:

proposição "Deus existe", pode recair a dúvida por defeito do entendimento ao apreender ou ao comparar ou ao resolver; nesse sentido pode pensar algum entendimento que Deus não existe, porque não toma suficiente e integralmente o significado desse nome, Deus. Mas aquele entendimento que concebe em sua plenitude o significado do nome de Deus pensando que Deus é aquilo em cuja comparação nada pode pensar-se melhor, nem tão só não duvida, mas de maneira alguma pode pensar que Deus não exista; há de conceder-se, por conseguinte, os argumentos que provam esta conclusão (SANTOS, 19-, p. 120).

Ademais, “essa verdade não necessita de prova por defeito de evidência intrínseca, mas por falta de consideração por nossa parte.” (SANTOS, 19-, p. 124), diz ele. Porquanto é ela: “uma verdade evidentíssima e presentíssima que em nenhum lugar falta, em nenhum tempo, em nenhuma coisa, em nenhum pensamento, não sendo deste modo, o resto das verdades criadas” (SANTOS, 19-, p. 123).

E assim, podemos dizer que:

Deus é o primeiro e sumo princípio de todas as coisas mundanas, o qual de si a todos pode ser manifesto, porque sabendo cada um que não existiu sempre, sabe que teve princípio e pelo mesmo que também tiveram os outros, pois este conhecimento a todos se oferece e por ele se conhece que Deus existe, [o que] é indubitável para todos enquanto d'Ele dependem (SANTOS, 19-, p. 121 SD, grifo nosso)

Por fim: “... Deus existe enquanto que é fundamento das outras verdades da fé, e este fundamento foi inserto no homem pela natureza para que, se o entendimento humano, por suas próprias forças não chegasse a conhecer sobre Deus, não pudesse excursar-se por ignorância.” (SANTOS, 19-, p. 124).

Dessa forma, na concepção de Boaventura não é possível duvidar que Deus exista se se entende por dúvida aquela que exige a “falta da razão da evidência” – “quer em si mesma, quer em relação a um termo médio probativo, quer em relação a um entendimento apreensivo” (SANTOS, 19-, p. 119). Isto é, Deus é evidente em todos os planos em que procede a razão humana quando esta é bem dirigida. O que pode ocorrer é duvidar-se, entretanto, por deficiência do cognoscente - a saber, em seus atos de apreender, julgar ou concluir.

Pode-se, portanto, pensar nominalmente que Deus não existe, e deste modo representar sua ausência do mundo, mas este pensamento não tem o valor senão de uma falsa representação (seja ela nominal ou imaginária) e não de uma verdade real. Assim, quem engendre este pensamento com consentimento, isto é, acreditando realmente no que afirma, ao fazê-lo cai em erro, por acreditar em algo falso (SANTOS, 19-, p. 123).

Alguns objetam, no entanto, que se pode “pensar” tudo o que se pode pôr em palavras. Mas isto é verdade apenas parcialmente. Pois tudo o que pode ser posto em palavras pode ser

pensado nominalmente, é fato; mas não necessariamente de maneira verdadeira. Se alguém pretende dizer a verdade afirmando como real algo que só nominalmente é verdadeiro, não tendo o conteúdo da afirmação um correspondente na realidade (isto é, fora do pensamento), então o que é dito não é verdadeiro realmente, pois a afirmação padece de falta de conexão com a realidade.

Portanto, aquele que não apreende adequadamente o conceito do ser de que se fala; ou que, não concatenando com propriedade as suas ideias, é incapaz de julgar corretamente; ou ainda, aquele que não consegue levar suficientemente longe a sua reflexão de modo a atingir as razões últimas, onde reside a ideia do Deus soberano; pode este chegar a concluir, por defeito de sua própria inteligência, que Deus não existe.

Mas, como assevera São Boaventura (SANTOS, 19-, p. 120): “...aquele entendimento que concebe em sua plenitude o significado do nome de Deus pensando que Deus é aquilo em cuja comparação nada pode pensar-se melhor, não só não duvida, mas de maneira alguma pode pensar que Deus não exista.”

E, por isto, acrescenta ele (SANTOS, 19-, p. 119): “É ainda aquela verdade certíssima em si mesma porque é a verdade primeira, imediatíssima, na qual não só a noção de predicado vai incluída na de sujeito, mas também é inteiramente o mesmo o ser que se predica e o sujeito de quem se predica.”, confirmando, assim, ser a verdade de Deus inequívoca do ponto de vista lógico, porque em relação à noção de Deus, o predicado da proposição “Deus existe” está totalmente incluído no sujeito, de forma plena. Confirma-se por aí, ademais, que é Deus a verdade primeira e imediatíssima, por ser Ele o ser pleno e primeiro.

Observa-se ainda que aquilo que não teve uma causa, mas existe, é porque tem por si mesmo a virtude de existir. Desta feita, diz Mario dos Santos em linha com São Boaventura (SANTOS, 19-, p. 174): “... o que sempre existiu tem virtude também para existir sempre. As coisas que não começaram a ser não deixarão de ser, porque existem por virtude de si mesmas.”

Destarte, quem discursa racionalmente conclui sempre pela existência de Deus ao fim de seus raciocínios se o faz suficientemente, e só por defeito humano poderia negar esta conclusão (SANTOS, 19-, p. 120). E se a união de termos que em tudo se diferenciam repugna ao entendimento, segue-se daí que a separação de termos que são idênticos, também a ele repugna totalmente. Ser em sumo grau e não ser são afirmações contraditórias. E, portanto, negar a Deus o ser é absolutamente falso, pois não pode Ele ser sumo sem ser o Primeiro. Por conseguinte, que Deus seja e seja o primeiro dos seres é evidentemente verdadeiro (SANTOS, 19-).

Portanto, com razão argumenta São Boaventura ao dizer que é impossível a respeito de uma mesma coisa “... ser em grau sumo e não ser em modo primeiro” (SANTOS, 19-, p. 120 SD). E, mais ainda, é impossível ser em grau sumo e não ser. Assim, “... que o primeiro e sumo dos seres *seja* é evidentíssimamente verdadeiro” (SANTOS, 19-, p. 120).

Considera ademais, São Boaventura, que não importa para onde dirija a sua contemplação o intelecto humano - se para as coisas que estão dentro ou fora de si, ou mesmo se a si próprio ele contempla -, conduzido correta e suficientemente ele sempre encontrará a Deus. Basta que siga devidamente nesta investigação.

Por fim, conforme São Boaventura, a existência de Deus é ainda certa do ponto de vista demonstrativo, pois todas as criaturas proclamam que Deus existe, visto que Dele necessitam devido à sua deficiência, e Dele recebem o seu necessário sustento no ser (SANTOS, 19-, p. 119 SD).

Assim, pode São Boaventura concluir que:

... todas as criaturas, consideradas quer em suas propriedades perfectivas, quer nas defectivas, com muito fortes e elevadas vozes proclamam que Deus existe, do qual necessitam devido à sua deficiência, e do qual recebem o complemento. De onde, à proporção de sua maior ou menor perfeição, umas com grandes, outras com maiores vozes, todas as criaturas clamam que Deus existe (SANTOS, 19-, p. 119 SD).

Desta feita, conforme São Boaventura, todas as criaturas proclamam e revelam de algum modo a existência de Deus.

2.7.6 A Prova de Jaime Balmes

Em face da incredulidade e do ceticismo de tantos homens o filósofo espanhol Jaime Balmes procura trazer uma prova que os eleve, e que a todos esclareça. O que pretende Jaime Balmes com seu argumento é, ante os cétricos que se sentem extraviados e abatidos pela dúvida, fazê-los retornar ao bom caminho. E quanto aos incrédulos, livrar-lhes de um orgulho que se funda na soberba e não lhes permitir, ao mesmo tempo, um injusto ataque contra a razão, que se escamoteia na forma de reação contra Deus e a Religião.

Jaime Balmes usa, para isto, a Ciência contra o ateísmo e em favor da existência de Deus. Apoia-se ele no raciocínio científico para contraditar aqueles que afirmam que Deus não existe e esclarecer os que duvidam de sua existência. Reconhecendo que é uma prática comum

entre os ateístas pretender usar a Ciência a seu favor, Balmes decide usá-la para demonstrar o absurdo da posição ateísta e propor, assim, uma prova da existência de Deus. Esta sua prova encontra, desta feita, a sua força num raciocínio probabilístico de tipo matemático.

Finalmente, Balmes é um escritor brilhante e sua prova merece ser lida na íntegra, tal como se apresenta no sexto capítulo da obra “Sobre Deus” de Mario dos Santos, não só pelo valor racional de suas ideias, mas também pela harmoniosa combinação de razão e lirismo que ela possui. Não pretendemos aqui fazer jus ao talento que demonstra o escritor em sua prova, mas apenas dá-la a conhecer nas suas principais ideias e fundamentos, aos nossos leitores.

Vale dizer, assim, que, preliminarmente, exclui Jaime Balmes toda a possibilidade de que esta força cega, o acaso, tenha criado o Universo. Diante disto, ele arremata: “O acaso não é nada, é de si tão incapaz de ordenar como é impotente para criar” (SANTOS, 19 -, p. 60 SD). Se Deus não existe, diz ele (apud SANTOS, 19-, p. 59 SD): “Tudo está submetido a uma cega fatalidade, que não é nada, que não significa nada.”

E não podem, também, ter sido as criaturas as suas próprias criadoras, como mostra ele. Não pode ter sido a própria Natureza a fonte da Criação! Pois se há no Universo uma harmonia, há leis, e se há leis, há uma inteligência. E como podem seres desprovidos de inteligência criar e impor suas próprias leis? Em suma, como poderiam seres despidos de inteligência realizar aquilo que exige uma inteligência para ser realizado? Eis o questionamento que ele propõe:

Que é a natureza? O conjunto de todos os seres. Foram então os próprios astros que se deram as leis; eram, por conseguinte, dotados de inteligência? Não. Mas se eram despidos de inteligência como é possível que tenham achado leis tão admiráveis e se tenham posto em tão perfeito acordo? (SANTOS, 19-, p. 60)

Ademais, insiste ele (SANTOS, 19-, p. 60 SD), que, “Esta palavra acaso, aplicada à formação do universo, não tem significação alguma; ...” e pretende Balmes levar esta verdade, com sua argumentação, a um tal grau de evidência, de modo a pôr a claro o absurdo de todo sistema que pretende que o Mundo foi ordenado pelo acaso. Seu intento é que, com isto, a ideia de que o mundo fora ordenado ao acaso: “não mais deverá excitar nos espíritos dotados de algum tino senão indignação e desprezo” (SANTOS, 19, p. 60 SD).

Para isto apoia-se nas ciências matemáticas, procurando com cuidado acomodar seu argumento à inteligência de todos os leitores. Toma então, como exemplo, um sistema planetário composto de um pequeno número de corpos, mais precisamente 12 (doze). A ideia é avaliar se seria possível, só pelo efeito do acaso, combinar seus movimentos recíprocos. Diz ele, então:

Toda a força do argumento que apresentamos se funda sobre a dificuldade de encontrar no espaço a combinação determinada de doze corpos; e isso por um só

instante, abstraindo-se da duração desta combinação, e sobretudo do movimento fixo e regular que estes corpos deviam seguir; e vê-se quanto não seria mais difícil que se realizasse só por efeito do acaso” (SANTOS, 19-, p. 65 SD).

Mas a fim de conceder mais um benefício aos possíveis objetores e com objetivo de simplificar ainda mais o argumento, faz supor que para encontrar a combinação donde resultaria a harmonia deste hipotético mundo, basta para isso colocar os doze corpos numa certa ordem numa mesma linha reta.

Prosseguindo em seu raciocínio matemático, Balmes faz ver que apenas 5 destes (por exemplo A, B, C, D, E) nos darão combinações diferentes num total de 5 vezes 24, seguindo-se daí que o número de arranjos de que os 12 planetas seriam suscetíveis caso colocados somente em linha reta seria representado pela multiplicação seguinte: $12 \times 11 \times 10 \times 9 \times 8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1$, o que dá, executando-se a operação: 479.001.600 (quatrocentas e setenta e nove milhões e mil e seiscentas) possíveis combinações (SANTOS, 19-, p. 62 SD).

Consequentemente, pretender encontrar neste número uma combinação determinada é o mesmo que achar-se na exata situação de alguém que tivesse de tirar uma única bola determinada de uma urna em que se achasse um total de 479.001.600 (quatrocentas e setenta e nove milhões e mil e seiscentas) bolas! Seria fácil acertar em tal “loteria”?

Já é bastante difícil acertar na loteria, ainda quando o número dos bilhetes não passe de 30 mil e haja alguns centos de prêmios. Que dizer então se o número das sortes se elevar a quatrocentos e setenta e nove milhões e mil e seiscentas (479.001.600 600)? (SANTOS, 19-, p. 62 SD).

Para melhor fazer ver a impossibilidade de achar-se por mero acaso a combinação almejada, Balmes busca ainda mais luzes na teoria das probabilidades. E agora aplicando-se tal teoria ao principal objeto da discussão, resulta que a probabilidade de encontrar a combinação verdadeira nestes termos seria representada pela fração de $1/479.001.600$ (um quatrocentos e setenta e nove milhões e mil e seiscentos avos).

Probabilidade tão ínfima que não poderia sustentar uma conjectura razoável. Destarte, aquele que sustentasse que a combinação almejada **não** teria lugar, teria a seu favor 479.001.600 (quatrocentas e setenta e nove milhões e mil e seiscentas) vezes mais probabilidade de acertar do que ao sustentar o contrário! Até aqui, porém, vinha ele supondo os corpos apenas colocados numa linha reta, e sem nenhuma espécie de relação nem com o espaço nem com um plano, o que equivale a simplificar sobremaneira este problema. Mas uma vez supondo estes corpos, em mesma linha reta, colocados agora num plano de modo a traçar com eles uma elipse, e considerando-se ainda que uma das extremidades desta linha se confunde com o centro da

elipse; tomando-se a partir daí esta reta como raio, já se poderá fazer girá-la de maneira a descrever um arco, e neste movimento poderia tomar a reta uma infinidade de posições diferentes, medidas pelo ângulo que formar a reta com um diâmetro qualquer da elipse. Poder-se-ia tomar, ainda, por centro de movimento um ponto qualquer do infinito número de pontos que se acham na superfície determinada pela curva!

É de se notar que de cada novo elemento acrescentado ao problema resulta uma série de novos fatores pelos quais seria preciso multiplicar o denominador daquela fração já terrivelmente pequena. Que insustentáveis improbabilidades não haveriam de surgir dessas novas e tremendas multiplicações!

Eis como Balmes reduz a um cálculo uma verdade que o senso comum ensina a todos! E eis porque ele considera que todo homem de são juízo logo exclama indignado, ainda quase sem precisar de reflexão, ante o absurdo da proposta de um Universo moldado ao acaso.

Se só o arranjo de um sistema planetário não poderia ser atribuído ao acaso, por evidente absurdo; que dizer de tão mais vasto sistema, ante o qual ele não é nada em comparação, como se dá com o Universo? (SANTOS, 19-).

Mas eis que a razão desta intuição universal provém disto mesmo que nos diz o próprio Jaime Balmes (apud SANTOS, 19-, p.64): “É que o Criador nos deu a intuição de certas verdades e não quis que precisássemos de recorrer a longos raciocínios para as encontrar e provar a nós mesmos.” Prova assim, Jaime Balmes, a impossibilidade do acaso como ordenador do Universo e a necessidade de uma causa inteligente, que é Deus.

2.7.7 A Prova dos Neoescolásticos

Acrescentemos aqui, finalmente, uma prova que apesar de sintética Mario não deixa de considerar valorosa. É uma prova recente da existência de Deus, proposta por autores neoescolásticos⁹⁵.

Apesar de Mario ter seguido em sua Filosofia Concreta outros caminhos para a prova da existência de Deus, recorrendo a muito mais provas e justificações, de tal forma que já esclarecêramos neste nosso trabalho que não seria possível reproduzi-los aqui, não deixa ele de

⁹⁵ Infelizmente, Mario dos Santos não deixa claro quem seriam os autores desta prova, por isso não pudemos citar seus nomes. Mas esta parece ser uma formulação do próprio Mário de vários argumentos semelhantes de diferentes autores.

valorizar como consistente esta breve prova dos neo-escolásticos, que cita na mencionada obra. Portanto, diz Mario dos Santos em sua Filosofia Concreta:

Há outro argumento dos neo-escolásticos, e o mais importante, que poder-se-ia sintetizar assim: repugna metafisicamente que o ser não seja; portanto, é necessário que o Ser seja; ora, o ser necessário é Deus, logo repugna metafisicamente que Deus não seja, como decorrência da consideração que ser é ser (SANTOS, 19-, p. 48 v.2).

Acrescentamos ainda algumas considerações para corroborar esta prova. Ora, se não existiu sempre alguma coisa, há de ter havido um antes em que nada existia. Mas neste caso, de onde surgiria alguma coisa? Do Nada, talvez? Impossível. Pois como pode do Nada surgir alguma coisa? De si mesmo? Neste caso, então algo já existia. De outro, quem sabe? Então, neste caso, mais uma vez, já existiria algo. Exige-se, por conseguinte, sempre um ser como fundamento de todas as coisas. O ser é, portanto, necessário. E como o ser contingente não pode ser fundamento último de coisa alguma, visto que de si mesmo não se sustenta; exige-se como fundamento último um ser que é por si mesmo necessário. E o ser que é por si mesmo necessário, é Deus (SANTOS, 19-, p. 77).

Ademais, vemos em virtude do princípio de razão suficiente, que uma realidade contingente - e, *a fortiori*, a totalidade dos seres contingentes - exige uma razão suficiente, que, por sua vez, seja, em última análise, de tipo não contingente. Na falta desta, o ser contingente não seria real sob nenhuma das suas possíveis relações; portanto, sequer existiria. A existência do mundo, por consequência, exige uma causa primeira. Mas esta razão suficiente não pode, evidentemente, ser o Nada. E como entre os contraditórios não há *medium*, necessariamente será ela, portanto, *ens*. Mas não poderia ser este ente um ser qualquer, tampouco poderá ser ele um mero vazio. Exige-se que seja um ser em plenitude, um ser necessário, um ser por si mesmo; será ele portanto um ser *a se* (independente de qualquer outro) e, como tal, será ele pura e simplesmente ser (*simplicitas ens*). Em outras palavras, a causa primeira do Mundo não pode ser senão Deus, pois exige-se um ser necessário que a tudo preceda e a tudo dê causa, como sua Causa Primeira. Confirma-se, assim, uma vez mais, a necessidade da existência de Deus (SANTOS, 19-).

2.8 Da natureza ou Essência de Deus

Discutidas as provas da existência de Deus, tratemos então de considerar a Deus mais intimamente - ainda que de um ponto de vista estritamente filosófico -, perscrutando a sua natureza ou, melhor ainda, a sua essência.

Quanto à “essência” de Deus, de um lado podemos procurar estabelecê-la enquanto dentro da sua hierarquia em relação aos outros seres, como também, de outro, naquilo que com propriedade o constitui e constitui a sua total realidade.

A noção escolástica de “essência metafísica” expressa a primeira das possibilidades, enquanto a de “essência física” expressa a segunda. A noção de essência física é a que procura expressar o mais objetivamente a realidade de Deus, conglobando, a um só tempo, todo o conjunto das perfeições (ou atributos) que objetivamente o constituem. Já a ideia de essência metafísica de Deus procura expressar aquilo que constitui o seu atributo principal (SANTOS, 19-, p. 172).

Em verdade a essência metafísica de Deus e a essência física são a mesma: o próprio Deus no testemunho infinito de si mesmo, na plenitude da sua glória, em sua própria afirmação. E essa classificação entre “essências” é, de fato, uma classificação nossa, profundamente humana, pois a maneira discursiva que tem a mente humana de pensar obriga-a a fazer tais classificações para melhor entender o que se lhe apresenta, pois é através de oposições, abstrações, classificações e outros mecanismos que a mente humana opera. Diante disso propõe São Tomás de Aquino como a essência metafísica de Deus a “seidade”, isto é, o ser *a se*, o existir por si mesmo e não por outro, porque Deus, o ser subsistente por si mesmo, não deve a nenhum outro ser a sua existência. Nele, essência e existência constituem uma mesma realidade.

A propósito da classificação de Tomás de Aquino, Mario dos Santos a considera, dentre a de tantos outros filósofos e teólogos, a concepção mais precisa da essência metafísica de Deus, pois ante a ideia de Deus como primeiro princípio de todas as coisas necessariamente nos deparamos com o fato de que se Deus é o primeiro princípio, não poderia ele ter principiado do Nada e tampouco poderia ter principiado de outro, porque então este seria o que chamamos Deus. Ele só poderia ser, portanto, um ser que nunca principiou, que não pode ter sido causado nem ter sido o efeito de outro (SANTOS, 19-).

E como é impossível a série infinita de causas; logo, não é possível permanecer numa corrente de causas sem fim, havendo necessidade de um princípio e, portanto, uma razão suficiente, um *logos* do ser. E a razão suficiente de todo o ser encontra-se no Ser mesmo,

considerado em sua pureza absoluta⁹⁶, porque o ser é o próprio princípio de toda afirmação e, portanto, de afirmação de todas as coisas. É isto, portanto, que o diferencia fundamentalmente de todos os outros entes e constitui seu atributo principal, no sentido de ser ele o fundamento e princípio de todos os outros. E, de fato, uma vez que se exclui o Nada absoluto, necessariamente se impõe que só há o ser. E, por conseguinte, todos os seres são modos “de” ser. Estão sustentados no Ser, considerado em sua pureza ontológica, e participam de seu manancial imenso de possibilidades. Por sua vez, havendo perfeita identidade entre sua essência e existência, segue-se que Deus é independente de qualquer outro, pois a razão suficiente de sua existência é intrínseca. Existe por si mesmo. Sua existência, então, não pende de outro.

A raiz da criatura, entretanto, é a dependência. E, assim, sua dependência essencial e radical é o que a caracteriza mais fundamentalmente e a diferencia de Deus, pois toda criatura é dependente e, Deus, absolutamente independente. E por meio da Dialética Ontológica pode-se concluir que toda criatura em ato pende tanto essencialmente como em sua existência de um “outro” e, na origem, do Ser Supremo. A criatura caracteriza-se por ser essencialmente dependente do Ser Supremo, contingente, finita, potencial, composta de ato e potência, temporal, multiplicável em muitas espécies e também em muitos indivíduos (SANTOS, 19-, p. 74 FC v.2). “Por sua vez, por ser o Ser Supremo aquele ser que é existente por essência, por haver nele perfeita identidade entre sua essência e existência, segue-se daí que é ele independente de qualquer causa.”, conforme bem o assinala Mario dos Santos (SANTOS, 19-, p. 75 FC v.2).

Notemos, portanto, que a essência e a existência em Deus são fundamentalmente o mesmo, e embora possam intelectualmente ser distinguidas por nós, não podem ser separadas na realidade (SANTOS, 19-). E eis que São João mostra-nos, por sua vez, no inspirado livro do Apocalipse que também a Revelação das Escrituras, por meio de seus símbolos, anuncia em Deus a unidade entre as essências física e metafísica, nesse versículo de tanta importância onde encontramos os dizeres seguintes: “‘Eu sou o alfa e o ômega’ diz o senhor Deus ‘o que é, o que era, o que vem, o Todo-Poderoso’” (Apocalipse 1:8). (SANTOS, 19-, p. 172 SD).

Portanto, a ideia da “asseidade” - não só do ponto de vista ontológico, mas também dos pontos de vista matético e teológico - oferece muito peculiares características, que perfeitamente se adequam à ideia de *Deus*, porque sendo ele um ser primeiro e não tendo provindo de nenhum outro, tem este de tratar-se de um ser subsistente por si mesmo. Impõe-se, portanto, que tenha em si próprio a sua razão de ser. E que sua essência e existência coexistam

⁹⁶ É isto o mesmo que referir-se ao ser em sua “pureza ontológica”.

em si, de forma una. E como bem assinala Mario dos Santos (SANTOS, 19-, p. 172): “Ele é, consequentemente, o ser que constitui o seu próprio ser, porque não se pode conceber um ser anterior a ele...”. E mais ainda assevera sobre Deus, dizendo: “...ele existe por si mesmo e isto é o que se chama asseidade, ele é necessariamente, absolutamente o primeiro, porque ele constitui em seu próprio ser todo o poder, toda a potência para ser alguma coisa” (SANTOS, 19-, p. 172).

Deus é, portanto, esta potência ativa que, em si mesma, tudo pode. Pois por ser primeira, carrega, como a sua fonte, todo o Poder. Alcançamos aqui, portanto, a essência física de Deus, que é aquilo que, reunindo em si todas as propriedades que se podem identificar em Deus, constitui objetivamente a Sua realidade, a qual se expressa univocamente em seu absoluto poder de manifestar e realizar tudo o que é possível. A essência física de Deus não é senão isto: a onipotência, a totalidade do Poder. Todo o poder positivo elevado ao máximo grau. Afinal, o que mais pode constituir objetivamente a realidade de Deus, senão este conjunto das perfeições que vemos que ele possui, todas elas elevadas ao infinito, mas que representam ao mesmo tempo a infinita simplicidade de Deus? (SANTOS, 19-, p. 172 SD).

A essência física do Ser Supremo, portanto, é o que constitui a sua totalidade concreta, e esta é a sua onipotência, que é plenamente atual e constitui a realidade ôntica do próprio Deus. E, assim é que M. F. dos Santos apoditicamente demonstra, através de sua Filosofia Concreta, que a essência física de Deus é – o que dá no mesmo – a sua atualidade pura, e que a sua diferença dos outros seres consiste em ser existente por essência (SANTOS, 19-, v.2).

Mas, ao fim, tanto a essência física como a metafísica expressam a simplicidade de Deus na plenitude da sua Glória - o próprio Deus na sua própria afirmação. Em resumo, podemos dizer, então, que escolasticamente costuma-se considerar a essência de Deus de maneira dúplice, como essência física e metafísica. Trata-se aqui da Natureza de Deus, isto é, do seu constitutivo íntimo.

A noção de essência física nos transmite o constitutivo de um ser em sua realidade ôntica, isto é, no âmbito da sua presencialidade existencial, ao passo que a noção de essência metafísica nos indica como a essência deste ser se compara à dos demais. A essência metafísica é obtida através da comparação de um ser com todos os outros, e cujo resultado permite construir a definição ou a descrição do ser no que lhe convém e no que o difere dos demais, sendo assim constituída pelo que é comum e pelo que é diferencial deste ser em relação aos outros. Já a essência física é o que convém à coisa independentemente da consideração humana ou, na linguagem de Mario dos Santos, independentemente dos esquemas noético-eidéticos do

homem, sendo determinada pela realidade concreta da coisa, e excluindo-se daí os acidentes e as propriedades⁹⁷.

Portanto, em si mesmo, consiste Deus em ser esta potência ativa que pode realizar todo o possível. E em sua diferença precípua em relação a todos os outros seres consiste Ele em ser “o ser por si mesmo”, o ser que é em si subsistente, o ser que por si mesmo subsiste e, enfim, por isto mesmo, o Ser por Excelência.

2.9 Dos Atributos de Deus

Tratemos agora dos atributos de Deus. Primeiramente, vale notar que nenhum dos atributos divinos constitui princípio dos demais, porque são coeternos e coexistentes os atributos em Deus. Consequentemente, são eles simultâneos com a própria Divindade e nenhum é antecedente a outro, não sendo nenhum um efeito do outro. É o ser humano, no entanto, por conta de característica constitutiva e conatural da sua mente, a qual é discursiva, que distingue intelectualmente esses atributos para melhor cognição, e poderá multiplicá-los indefinidamente, já que Deus é a raiz de toda perfeição existente e também possível. Mas o fato de distinguirmos intelectualmente esses atributos não quer dizer que não sejam todos eles o mesmo, na sua própria realidade (SANTOS, 19-). E como bem assinala Mario dos Santos, os atributos de Deus são precisamente “aquelas notas que captamos e pelas quais predicamos algo de essência divina, segundo as possibilidades do nosso conhecer e limitada também a este próprio conhecimento” (SANTOS, 19-, p. 146). Por sua vez, é propriamente divino aquilo que pode receber de modo claro e em sentido direto, e não metafórico, os atributos devidos a Deus.

Assim, de Deus nós podemos captar alguns atributos e, deste modo, predicar-lhe algumas verdades que são alcançáveis pela razão humana, ao passo que há decerto muitos

⁹⁷ Há, portanto, o esquema eidético dos possíveis na ordem ontológica do Ser Supremo; há o esquema concreto que se dá na coisa, e o esquema eidético-noético (*nous*, espírito) na mente humana (*in intellectu*). Assim o esquema eidético é *ante rem*, pois se dá com anterioridade no Ser infinito; é *in re*, no esquema concreto singular das coisas, e *post rem*, *a posteriori*, pela captação humana, que constrói o esquema eidético-noético. Esta classificação não esgota as distinções sobre os diversos esquemas, cujo estudo Ferreira procura realizar em Teoria Geral das Tensões, obra que, no entanto, restou inacabada, em estado de rascunho. Vale notar que nas totalidades orgânicas, por sua vez, as partes atuam não só segundo a sua natureza, que se manifesta pelo que Ferreira chama de “fatores de emergência”, mas a sua atuação é subordinada à normal da totalidade. As partes são sempre componentes de totalidades, sempre componentes de estruturas tensionais. A tensão, a seu turno, revela sempre uma unidade nova, especificamente outra que as partes componentes. Possui ela sempre uma estrutura, e pode ser expressa por um certo esquema tensional. Finalmente, há tantas tensões quantas espécies há de unidades.

outros predicados que ultrapassam a nossa capacidade e que, portanto, não podemos alcançar por meio da nossa cognição usual (SANTOS, 19-, p. 146). Portanto, no caso dos atributos que competem a Deus, podemos assim dividi-los: os que estão ao alcance da nossa razão; e os que ultrapassam a nossa capacidade (SANTOS, 19-, p. 146 SD). Considera-se, tradicionalmente, que estes últimos exigem para o seu conhecimento o auxílio de uma revelação, não natural mas especial, provinda, portanto, do próprio Deus. E se para a primeira classe de atributos é mister proceder por razões demonstrativas em sua investigação, é certo que quanto à segunda destas classes, por serem considerados tais atributos superiores à razão humana e não diretamente alcançáveis por esta, o que se pode fazer racionalmente a seu respeito, conforme o entendem os teólogos religiosos, é apenas resolver as objeções contra a sua verdade, mostrando que não se trata aqui de coisas impossíveis e que, portanto, são passíveis de crença legítima, já que a razão natural não pode contradizer a verdade da fé fundamentada na autoridade das Escrituras e confirmada por milagres, conforme o entendem tais teólogos. Estes assinalam também que “o que está acima da razão humana não o cremos se Deus não o revela” (SANTOS, 19-, p. 147).

De fato, os verdadeiros mistérios de Deus são realmente impenetráveis porquanto não podemos adentrar na intimidade de Deus de tal modo a fundirmo-nos com ele e termos dele a visão completa, visto que somos limitados. Mas isso não quer dizer que tudo em Deus seja mistério. E é por isto mesmo que com razão afirmamos, quanto ao Ser Supremo, como seus atributos, aspectos infinitos que lhe são adequados e próprios (SANTOS, 19-).

Em todo caso, como se nota, de Deus nós podemos captar alguns atributos, embora muitos outros haja que ultrapassam a nossa capacidade, alguns dos quais são-nos dados por transmissão de conhecimento e revelação, no campo das diversas religiões. As verdades divinas que ultrapassam nossa capacidade também as alcançamos, de certo modo, nas concepções religiosas, por meio de seus símbolos.

Quanto às verdades a respeito de Deus que não exigem uma revelação especial, podemos demonstrar dentro da Filosofia a sua validade e a sua realidade, mas quanto às verdades que ultrapassam nossas possibilidades, considera-se normalmente que apenas podemos provar que não padecem elas de contradição (SANTOS, 19-). Provada a ausência de contradição formal intrínseca nas alegações religiosas prova-se que são ontologicamente possíveis e, portanto, não são liminarmente falsas, revelando desde já que há algum fundamento para justificá-las.

Será, então, legítimo passar a expor a verdade que supera a razão solucionando as objeções daqueles que lhes são contrários, mediante o emprego de razões prováveis e de autoridade (SANTOS, 19-). E se tais verdades exigem o auxílio de uma revelação, não natural, mas especial, a fim de serem devidamente estabelecidas, para a primeira classe de verdades é

mister proceder, quanto possível, por razões demonstrativas, por dizerem elas respeito à razão natural, conquanto os teólogos em geral admitam que não poderá esta contraditar a verdade da fé, que é confirmada por milagres.

Neste sentido, Mario dos Santos expõe o entendimento de Sto. Tomás, expresso em sua *Suma contra Gentiles* (apud SANTOS, 19-, p. 147), dizendo: “A única maneira de convencer o adversário que nega esta verdade é pela autoridade da Escritura, confirmada por milagres, porque o que está acima da razão humana não o cremos se Deus não o revela.” Contudo, procura Ferreira mostrar em alguns dos seus livros de Matese que estes atributos devidamente examinados podem alcançar também demonstrações de caráter matético. Assim, a demonstração de sua apoditicidade cabe, portanto, à esfera da Matese, mas esta parte de sua obra, ele não chegou a concluí-la.

Por outro lado, naturalmente a determinação dos atributos divinos surge para a Teologia como um dos temas de maior importância desta disciplina. E para estabelecê-los, vários são os métodos usados pelos teólogos, sendo os mais frequentes: em primeiro lugar, o método dedutivo, em que normalmente se parte do que se concebe de Deus e daí se extraem os conceitos nele implicados; e, por outro lado, o método indutivo, que consiste em partirmos das perfeições por nós conhecidas entre as criaturas para, ascendendo nas escalas da eminência, chegar a alcançar a eminência suprema, de modo a podermos postular, então, as perfeições divinas (SANTOS, 1960).

Note-se que há também diferentes divisões dos atributos de Deus, e a mais comum dentre estas é a que os divide em atributos metafísicos e morais. Por sua vez, os atributos metafísicos amplamente aceitos pelos teólogos como implicados na ideia de Deus são aqueles classicamente estabelecidos por Santo Tomás de Aquino, na primeira parte de sua *Suma Teológica*, nas questões III a XIII. Desta feita, segundo Santo Tomás, revela a natureza de Deus em si mesma: 1) simplicidade; 2) perfeição; 3) bondade; 4) infinidade (e, nesta, ubiquidade); 5) imutabilidade; 6) eternidade; 7) unicidade e unidade. Os atributos morais estabelecidos são, a seu turno: 1) inteligência; 2) amor infinito; 3) vontade; e 4) personalidade divina (SANTOS, 1960).

Segundo outras divisões, há ainda muitos outros atributos que se podem identificar em Deus. E, de fato, pelos nossos meios de conhecer, que são discursivos, poderíamos chegar a distinguir em Deus uma vasta multiplicidade de outros atributos. Mas o fato de podermos distingui-los na ordem de nossa intelectualidade, não significa que esses atributos não sejam o mesmo na realidade profunda de sua ordem própria, pois nenhum destes atributos é princípio dos demais. Simultâneos com a própria divindade, são eles coeternos e coexistentes na ordem

da absoluta simplicidade divina (SANTOS, 19-). E poderíamos, assim, qualificá-Lo como um ser: perfeitíssimo; supremo; infinito; criador; absolutamente simples; que é plenitude de ser; absoluto; além de outras atribuições. Tratemos então, filosoficamente, dos principais atributos divinos, que são os atributos metafísicos já relacionados, ainda que não o façamos na exata ordem apresentada por São Tomás.

2.9.1 Atributo da perfeição

Iniciemos pelo atributo da Perfeição divina. Antes de tudo, faz-se necessário compreender que é perfeito aquele ao qual nada falta. Perfeito é também o melhor, o máximo, o mais completo e acabado. O mais eminente e proficiente. O Superior e Supremo. A palavra *Perfeito* vem de *per-factum*, o que está feito e acabado, o que não precisa de nada mais para ser o que é. Na mesma linha de *per-factum* encontra-se o termo latino *perficere* (perfazer), donde “perfeição”. Termo este que significa o que é feito até o fim, o que está completamente terminado, concluído. Uma coisa é, por conseguinte, perfeita quando está completada em todos os seus pormenores (Santos, 19-).

E como Deus deve ser entendido como simplesmente ser, sem defeitos nem carências, um puro ato em sua plenitude, livre de qualquer potência passiva, consequentemente trata-se ele de um ser de perfeição infinita. Em outras palavras, como ser atinge ele o máximo grau de intensidade - trata-se, portanto, da pureza absoluta de ser. Sendo Deus aquilo que é infinito absolutamente, não precisa de nada mais para ser o que é. Portanto, Deus é o ser em sua máxima intensidade perfectiva.

Pode-se argumentar também, com apoditicidade, que Deus é o ser *a se*, isto é, o ser por si mesmo, que não exige nenhum outro para ser. Consequentemente Deus é, por definição, o primeiro entre os seres. E não pode ser antecedido pelo Nada, pois do nada, nada vem. Sendo Deus o Ser primaríssimo, tudo o que é só pode provir dele, de algum modo. E toda perfeição (ou seja, tudo o que é) só pode provir Dele, em última análise. Isto significa, portanto, que toda perfeição e todo modo de ser tem sua origem e princípio no Ser Supremo, que é Deus⁹⁸.

⁹⁸ De fato, Deus é o Ser em sua máxima intensidade perfectiva.

Ademais, como bem o indicara Sto. Tomás de Aquino: “... sendo Deus a primeira causa eficiente das coisas, é necessário que preexistam nele todas as perfeições de todos os seres de modo mais eminente” (SANTOS, 1960, p. 197). Toda perfeição é uma presença positiva de ser. E em sua Filosofia Concreta enuncia Mario dos Santos (SANTOS, 1964d. 3v. V2, p.65), que: “Perfeição é qualquer realidade ou entidade positiva, constituindo um modo positivo de ser atual ou possível.” Opondo-se à perfeição, porém, está a carência ou ausência de ser, pois a perfeição é sempre presença positiva, já que uma carência de perfeição não é perfeição e uma carência de ser não é ser, mas sua negação.

Nota-se, por outro lado, que há perfeições que são exclusivas de Deus, isto é, são “modos de ser” que não cabem às criaturas e dos quais elas não podem participar direta e propriamente, como sejam: a ipseidade, a eternidade e a imutabilidade absoluta, por exemplo. O Ser Supremo contém tais perfeições formalmente, isto é, a presença destas perfeições no Ser Supremo é formal, pois confunde-se com a própria essência íntima da divindade. Por sua vez, são perfeições *não exclusivas* aquelas das quais podem participar as criaturas. E dentre estas, há perfeições que, em seu conteúdo eidético, implicam concomitante imperfeição no sujeito que as possui, ou seja, trata-se aqui daquelas perfeições relativas, que se caracterizam por sua limitação, por exemplo o fato de algo ser no tempo e no espaço. Estas são as também chamadas perfeições *mistas ou híbridas*, perfeições corruptíveis, que pertencem às criaturas enquanto tais.

Mas como bem o afirma Mario dos Santos (1964d. 3v. V2, p.65): “... o Ser Supremo contém todas as perfeições possíveis, as criáveis e as criadas, pois é ele fonte e origem de todas as positivities, visto que o nada é impossível e não pode criar.” E por isto, é ontologicamente certo dizer com ele, que: o “Ser Supremo contém formalmente todas as perfeições absolutas”, ao passo que as perfeições dos seres finitos, ele as contém “não formalmente, mas intencionalmente, virtualmente e eminentemente.” (SANTOS, 1964d. 3v. V2, p.65) Nas criaturas as perfeições não se encontram realmente do mesmo modo como se encontram no Ser Supremo. Naquelas, cada perfeição dá-se sempre híbrida, contingente, em grau menor e como uma perfeição criada, enquanto em Deus as perfeições encontram-se superlativamente em seu poder (SANTOS, 1964d. 3v. V2, p.67).

Por sua natureza, sabemos que Deus é absolutamente simples e perfeito, e não há nele imperfeição alguma. Mas, assegura Mario dos Santos que, por conter Deus as perfeições eminentemente, nada impede que as contenha também verdadeira e formalmente, embora de outro modo.⁹⁹ E aos que objetassem que esta seria uma tese panteísta, responde-se que seria

⁹⁹ Em outras palavras, no que respeita à contenção formal em Deus é possível dizer que Deus contém as formalidades dos seres criaturais tanto quanto contém a de seus próprios atributos, contudo em sentidos diferentes.

panteísmo caso se afirmasse que Deus as contém física e identicamente às criaturas, o que não é o caso e seria, ademais, ontologicamente falso (SANTOS, 1964d. 3v. V2). Em Deus, a presença das perfeições absolutas dá-se formalmente e em ato. Isto quer dizer que Deus “contém” tais perfeições elas mesmas e em sua completude. As perfeições absolutas fazem “parte” da própria essência (ou forma divina). São elas atributos da própria Divindade. E por isso mesmo são imparticipáveis pelas criaturas quando consideradas em toda a sua pujança. Não há criatura que possa ser absolutamente sábia ou absolutamente boa. Nem há criatura que possa *ser por si mesma*, ou seja, que encontre em si a sua própria razão de ser (SANTOS, 1964d. 3v. V2).

Já as perfeições híbridas ou mistas, se Deus as contivesse formalmente, seria imperfeito. Deus as contém, portanto, *eminente*mente, porque, contendo as perfeições no supremo grau, inclui em seu poder os graus inferiores e *virtualmente* possui-nas por poder reproduzi-las em grau menor nos seres finitos que cria. Mas contém-nas ainda *intencionalmente* porque as conhece, porque as entende (SANTOS, 1964d. 3v. V2). Ademais, conforme entendimento de Tomás de Aquino expressado por Mario dos Santos em O Homem Perante o Infinito (apud 1960, p. 197): “Não se considera como perfeita uma coisa em transe de fazer-se, a não ser quando tenha passado da potência ao ato. Portanto, considera-se como perfeito o que não tem deficiência em seu ser atual.” E, no entanto, em Deus tudo é atualidade, pois é Ele ato puro, o que mais uma vez confirma a perfeição divina.

Mas sendo Deus o Ser Supremo, sua perfeição distingue-se essencialmente da dos demais seres. Não se pode, por conseguinte, atribuir a Deus as perfeições relativas dos seres contingentes. Em Deus há de dar-se a perfeição infinita. Realmente, a ideia da perfeição infinita, encontramos-la em todas as grandes Religiões como sendo um dos atributos de Deus. Está expressa nas Sagradas Escrituras dos cristãos, hindus, egípcios, chineses, e ainda outros, conforme nos assevera Mario Ferreira dos Santos. Todos estes atribuem a Deus a mesma infinitude (SANTOS, 19-). Consequentemente, em Deus têm de estar contidas eminentemente as perfeições máximas e, de certo modo, também as perfeições das criaturas, porque provindo dele as suas perfeições, não são elas senão graus menores da perfeição suprema do Ser (SANTOS, 19-).

Ao dizer que Deus contém “verdadeira e formalmente” as perfeições dos entes criados, quer isto dizer que estes dependem essencialmente de Deus, que os abarca e supera. Ao passo que quando se fala que Deus contém “verdadeira e formalmente” as perfeições absolutas, quer-se dizer que estas são seus atributos e que estas se identificam com o próprio Deus, em última análise e essencialmente.

A ideia de perfeição eminente, por sua vez, reflete a contenção principal das perfeições, e diz-se da posse de uma perfeição maior que supre uma menor. Sendo assim, eminentemente, a perfeição suprema inclui todas as inferiores - por exemplo: a onipotência inclui todas as potências inferiores; a onisciência, todo o saber inferior. Desse modo, as perfeições que se podem atribuir eminentemente ao Ser Supremo, a partir da identificação das nossas próprias perfeições, têm de ser aquelas que não entram em contradição com a noção própria de Divindade. Isto também - Mario dos Santos nos assevera - está de acordo com todos os textos religiosos de todas as Religiões (SANTOS, 19-).

Já as *perfeições formais* são aquelas perfeições que o ser possui segundo o conceito que lhe é próprio. Por exemplo, a animalidade e a racionalidade no homem. Mas decerto que Deus não possui formalmente a animalidade e a racionalidade, porque estas perfeições não poderiam ser em Deus formas subsistentes. Conforme bem nos diz Mario dos Santos, Deus não pode ser um superanimal ou um super-homem. Contudo, o Ser Supremo contém formalmente e em máximo grau as perfeições que lhe podem ser atribuídas diretamente, isto é, as que não repugnam à ideia de Divindade, como por exemplo, a oniperfeição, a onipotência, entre outras (SANTOS, 19-).

Por sua vez, uma **perfeição é virtual** quando existe no sujeito a capacidade de produzir esta perfeição. Por exemplo, diz-se, neste sentido, que a semente contém virtualmente a futura planta. Mas, que conteria virtualmente Deus? De fato, toda a Criação. Todas as perfeições criaturais. Pois a divindade contém em seu poder criador todas as formas inferiores e, eminentemente, o seu modelo exemplar, ou seja, as perfeições absolutas, que podemos traduzir nos *arithmoi arkhai*, nos *panthes logoi*, nas leis eternas, enfim (SANTOS, 19-).

Assim, no Ser Supremo nenhuma perfeição pode estar formalmente do mesmo modo como está na criatura, pois na criatura a perfeição dá-se sempre híbrida, contingente, em grau menor e criada. Consequentemente, **Deus contém a perfeição máxima causal; e, eminentemente, as perfeições inferiores**, podendo produzi-las. Pode-se dizer, ainda, que **Deus contém todas as perfeições atuais e possíveis intencionalmente ou por intelecção**, porque as entende, conhece e ama, conforme o assinala Mario dos Santos (SANTOS, 1964d. 3v. V2).

Adicionalmente, no que concerne às perfeições e à participação que têm as criaturas na perfeição divina, reconhece-se que aí se dá um fator de semelhança entre Deus e as criaturas, pois “o que procede de Deus assemelha-se a ele na medida em que se assemelham os seres ao princípio primeiro e universal de todo ser” (SANTOS, 1964c, V. único, p. 538). Consequentemente, pode-se dizer que todas as coisas são, a um só tempo, semelhantes e dissemelhantes de Deus e, portanto, lhe são análogas. Quanto mais perfeições possuem ou

quanto maior a intensidade de suas perfeições, mais se assemelham os seres a Deus. Nunca, porém, são as criaturas absolutamente perfeitas. Desta feita, são elas semelhantes a Deus porque o imitam em parte e em grau inferior, e dele são dissemelhantes por sua inferioridade a respeito desta que é a sua última causa. E não se dá esta dissemelhança apenas porque a perfeição dos seres criaturais seja mais ou menos elevada, mas, ainda, porque não convêm estes com a sua causa divina nem em espécie nem em gênero, pois Deus está fora e acima dos gêneros de todas as coisas, visto ser de todos os gêneros o princípio. E isto porque Deus é ser por essência, enquanto tudo o mais o é por participação (SANTOS, 1960, p. 198).

E por isto se pode dizer, de certo modo, com Dionísio Pseudo-areopagita - e ainda que isto, à primeira vista, pudesse parecer contraditório -, que: “Se as criaturas são semelhantes a Deus, Deus não é semelhante às criaturas”, no sentido de que a relação de participação é não-mútua entre Deus e as criaturas, pois há verdadeira semelhança entre as coisas que são da mesma ordem, e não neste caso, entre a causa e o efeito, já que as criaturas participam de Deus, e não o contrário. Em outras palavras, não há, assim, uma simetria ou paridade entre ambas as coisas, mas um ponto de contato apenas, isto é, uma analogia (SANTOS, 1962. 3v. V2).

Reconhece-se, desse modo, que as perfeições de todas as coisas são determinadas semelhanças com o ser Divino. E ao buscarem a sua perfeição é para Deus que todas as coisas se dirigem, pois é Deus a fonte e modelo de toda perfeição. Ao completar-se e aperfeiçoarem-se, todas as coisas espelham a Deus e para o Divino se dirigem. O aperfeiçoar-se é, portanto, um tender para Deus, causa final e fim último de todas as coisas, e toda perfeição encerra uma semelhança com a Divindade. Em todo ser contingente nota-se a passagem da potência para o ato. Todo ser busca, portanto a sua completude, a sua perfeição. E, ao fazê-lo, busca assemelhar-se a Deus. Todas as coisas quando buscam a perfeição, é a Deus que estão buscando. Encontra-se aí, portanto, o fundamento existencial e ontológico do universal simbolismo religioso que vê em Deus o que é buscado por todos os seres (SANTOS, 1962. 3v. V2, p.59 ss.).

2.9.2 Do atributo da Eternidade de Deus

Falemos agora do atributo da Eternidade. Mas para falarmos de eternidade precisamos primeiro tratar de duração, pois a eternidade não é senão uma espécie de tal gênero. E **duração** é a permanência da coisa em seu ser, a qual divide-se em: eternidade; eviternidade e tempo. Tempo, por sua vez, é a duração dos seres finitos, que têm um começo e têm - ou podem ter -

um fim no tempo. Já no âmbito da temporalidade, destaca-se especialmente o movimento local sucessivo, que pertence às coisas corporais. Segundo a perspectiva aristotélico-escolástica, tempo é a “medida do movimento segundo o antes e o depois”. E, significa isto, que não é senão no captar nas coisas essa relação entre “o antes e o depois” que se nos indicia a temporalidade. Em outras palavras: é ao perceber as mudanças sucessivas que se dão nos seres que captamos o tempo. **Tempo** é, assim, a sucessão do acontecer, a duração das coisas sucessivas. E, assim como o tempo é o campo de ação da intuição, é o espaço o campo de ação da razão. Para melhor compreender o tempo, a razão humana precisou espacializá-lo e, então, medi-lo. O tempo dá-nos sempre a ideia de sucessão. E a característica que distingue o tempo do espaço é que neste há acumulação e coexistência, ao passo que no tempo um instante não existe com o outro, mas, sim, substitui-se ao outro (SANTOS, 19-, p. 212).

Muitos consideram o tempo uma parte da eternidade, como se a eternidade fosse um tempo contínuo e sem fim. Porém, não! A eternidade é oposição do tempo. É sua negação. A eternidade é uma duração transcendente, e por isso dizia Platão que "o tempo é uma imagem móvel da imóvel eternidade" (SANTOS, 1954, p. 212). Realmente não se pode identificar jamais a eternidade com o tempo, porque - conforme bem o apontara São Tomás de Aquino - a eternidade não tem princípio nem fim, ao passo que o tempo os têm, ou tem necessariamente, pelo menos, um princípio (SANTOS, 19-, p. 176 ss.).

E mesmo que admitamos que o tempo seja sempiterno, tal não implica identificação com a eternidade, porque esta é *tota simul* (toda de uma vez), coisa que não convém ao tempo, por ser este sucessivo. Ademais, a eternidade é a medida do ser permanente, enquanto o tempo é a do movimento. Adicionalmente, o tempo só compreende realmente o que tem princípio e fim no tempo, pois este, por definição, não é uma duração infinita. E no caso de uma duração permanente do tempo não se poderia medi-la temporalmente, porque o que é indefinido ou infinito não pode ser medido.

Mas seria possível medir, nesta duração sempiterna, propriamente o que no tempo tem princípio e fim, por exemplo cada uma das rotações dos astros, pois estas têm um início e um término temporais. Assim, admitindo-se um tempo sem fim (um devir infinito), pode-se medir com o tempo algumas de suas partes, o que não sucede com a eternidade. Todas essas diferenças marcam dialeticamente, segundo Tomás de Aquino (apud 1960, p. 210), a diferença fundamental de que “a eternidade existe toda de uma vez, e o tempo não”. O tempo é uma espécie de duração sucessiva – que é o tipo de duração em que os entes experimentam alterações que se sucedem e neles transcorrem -, mas é especialmente próprio do movimento local sucessivo, em que há o deslocamento, no espaço, dos seres corpóreos. O tempo é medível

quando espacializado, e passa, daí, a servir de medida da duração sucessiva (SANTOS, 1964c, V. único).

Seguindo nesta linha compreende-se que o tempo é fundamentalmente a sucessão do acontecer, enquanto o espaço é a extensão desse mesmo acontecer. Ambos são, assim, inseparáveis no acontecer das coisas corporais, do mesmo modo como são inseparáveis os vetores da “intensidade” e da “extensidade” (conforme a terminologia usada por Mario dos Santos), no plano cósmico em geral¹⁰⁰. E se podemos de fato distinguir, *cum fundamento in re*, tempo e espaço do restante da realidade, essa distinção, processa-se ela apenas em nosso espírito e não realiza, assim, uma separação da realidade, pois trata-se de uma distinção de tipo puramente formal e modal (SANTOS, 1964c).

Assim, quando dizemos que o tempo é irreversível e o movimento espacial é reversível, é porque já chegamos a distingui-los no complexo tempo-espacial. Mas se o movimento é reversível, não se reverte o espaço propriamente, mas apenas o movimento, a moção. E tal moção, apesar de tudo, dá-se no tempo. A moção é, desta feita, irreversível no que ela contém de tempo, pois um movimento de retorno realiza-se sempre *noutro tempo*, e, portanto, sua reversibilidade não é total. Os conceitos de simultaneidade e sucessividade encontram-se, assim, sintetizados no conceito de **perduração sucessiva**. E a **sucessão** é algo que surge da relação que se dá entre ambos esses modos de perdurar. Mas o que perdura é a forma, enquanto lei de proporcionalidade intrínseca do fato, isto é, seu “esquema”, e não o fato em sua singularidade embora, neste, permaneça também a sua *haecceitas*, ou seja, o elemento eidético do que nele há de singular.

Tudo isto leva a perceber que não se pode separar abissalmente tempo e espaço, pois se: “O espaço é a relação de distância entre os corpos, e o tempo a relação da sucessão entre os fenômenos. Sem corpos, não há espaço nem tampouco tempo” (SANTOS, 1964, p. 227). Portanto, ambos encontram-se sempre em indissociável relação. **Para compreender-se o movimento** é necessário reintroduzi-lo na realidade, deixando de lado eventuais excessos racionalistas que hipostasiam e absolutizam tempo e espaço, e levar em consideração **o complexo tempo-espacial**. E assim, já para os realistas modernos, a extensão e a duração (ou melhor, o espaço e o tempo concretos) não seriam então substâncias, mas categorias da relação dos entes. Não à toa, também para a ciência contemporânea, espaço e tempo são relativos. Por

¹⁰⁰ Isto é, na ordem criatural em geral, ou seja, em toda a Criação, pois a distinção entre esses elementos é apenas formal e modal. Mas ambos são inseparáveis como são inseparáveis a intensidade e a extensidade no cósmico, cujo antagonismo nos explica a variância do existir, sem que ambos deixem de se identificar, na unidade cósmica, como modais que são.

isto, disse Hermann Minkowsky que: "Ninguém nunca viu um lugar a não ser num certo tempo; nem um tempo a não ser num certo lugar. O espaço em si e o tempo em si devem descer do reino das sombras; somente sua combinação conserva uma existência independente" (SANTOS, 1964, p. 229).

E como o relativo implica um absoluto, conclui Mario dos Santos (1964, p. 229), que: "A aceitação de um tempo e de um espaço relativos leva, por sua vez, a aceitar dialeticamente o absoluto." Realmente, Sir Arthur Eddington já esclarecia (apud Santos, 1964, p. 229):

É um erro geral acreditar que a teoria da relatividade de Einstein afirme que todas as coisas são relativas. Na realidade, ele diz: 'Há no mundo coisas absolutas: mas é preciso que as procuremos com cuidado.' As coisas que primeiramente se apresentam ao nosso entendimento são, na maior parte, relativas.

Porém, já há milênios a sabedoria antiga prevenia-nos contra excessos como os que iríamos encontrar no racionalismo moderno. Estes que nos fazem deixar de ver a realidade como de fato é, por reduzi-la a meros esquemas abstratos. Mario dos Santos assinala, pois, que já o budismo chegava a proclamar "a inanidade das construções racionais abstratas", afirmando que "a verdade absoluta está além das palavras". (SANTOS, 1964, p. 234)

Em todo caso, a duração divide-se também em **duração criada e incriada**. A duração **criada** é a dos seres que começam a ser e por isso não foram sempre – os seres que têm um princípio. A duração **incriada**, por sua vez, atribui-se ao ser que nunca teve um princípio. Como vimos, **tempo** é a duração das coisas que principiam a ser e que têm um término, deixando de ser. E que são, por isso, as coisas que sucedem. É a duração essencialmente sucessiva e multiforme (SANTOS, 19-).

A **Eviternidade**, por sua vez, é a duração dos seres que começam a ser e poderão nunca mais deixar de ser, ou que serão sempre. Portanto, é a duração dos seres que não se corrompem substancialmente, isto é, das substâncias incorruptíveis e imortais, sem mutações substanciais, mas apenas acidentais (sendo modificáveis, por exemplo, em seu pensamento, afeto ou em sua operação, segundo Muniz). É, portanto, a duração intemporal em que não se dão mutações substanciais. E é, assim, uma duração infinita em sua própria ordem, contínua, uniforme e simultânea, acompanhada de variações de ordem acidental. Esta duração não é eterna, pois não é a *duratio tota simul*. Mas é a duração que se atribui, por exemplo, aos **anjos**. É também a duração da **matéria prima**, segundo a Escolástica, que, enquanto tal, não é sucessiva, não é dotada de uma permanência instantânea, como a temporal, mas sim de uma duração constante. A matéria prima dura permanentemente em si mesma, pois é incorruptível, visto que não é composta de dois ou mais seres separáveis. A essa duração os antigos chamavam *aevum* (Eon).

E, assim, a duração da matéria prima criatural era chamada de *aevum* material. (SANTOS, 19, 1960, 1964c)

Chegamos, finalmente, à eternidade. **Eternidade** é, no âmbito da duração, a afirmação plena de si mesmo, a eterna presença de si. Eternidade é a “posse perfeita e interminável, totalmente simultânea, de seu ser” (SANTOS, 1964 c, p. 581). E é a duração absoluta, infinita, uniforme e simultânea, que, em sentido próprio, só compete a Deus. Duração incriada e transcendente a toda outra forma de duração, a eternidade, que nunca teve um princípio, **deve ser concebida** como uma simultaneidade em si mesma, uma simultaneidade intensiva, e não como um longo presente, à maneira do presente temporal (que perfaria o conceito de sempiterno). **Não** se pode jamais **confundir** a eternidade **com o tempo abstrato** dos excessos racionalistas - um grande vazio que perdura sempre, um grande “nada portentoso” (SANTOS, 1964c, p. 581). Esse tempo nadificado, esvaziado de toda a realidade concreta e preenchido com o conteúdo acósmico de uma pura abstração é uma duração que não tem realidade senão na mente que a concebe, vem de um excesso de abstração e, como o diria Mario dos Santos, não é senão a “última diligência da razão em sua ascese acósmica” (SANTOS, 1964c, p. 214).

A Eternidade expressa a duração de um ser que é puro ato, sempre unívoco e eternamente o mesmo. Um ser que sempre foi, é e sempre será. Se as ideias de desaparecimento, destruição, modificação e transformação implicam sempre o tempo, em oposição a este, que é mutável, corredio, fluente, temos a eternidade, a duração de um ser que é sempre ele mesmo, idêntico a si e que não deixa de ser jamais. Se o tempo carrega em si verdades relativas, porque as coisas temporais mudam, **expressa a Eternidade a própria Verdade Perene**, já que eternidade é **a simultaneidade do próprio Ser** perdurando em toda a sua intensidade perfectiva.

2.9.3 Do atributo da Infinitude de Deus

Falemos agora sobre o atributo da infinidade de Deus. Há, de fato, diversas **maneiras de considerar a noção de infinito**. A primeira e mais óbvia é considerá-la etimologicamente. E, seguindo esta linha, a expressão “infinito” revela a presença do prefixo negativo “in” conjugado ao radical “finito”, indicando, verbalmente, que é infinito aquilo que carece de limite, de um fim. Portanto, **etimologicamente**, infinito é o contrário de finito, e neste caso é o sem limites, o desmesurado. Apresenta o termo infinito, neste sentido, como se vê, certo

conteúdo negativo. Contudo, ser Infinito **em sentido** próprio ou **absoluto** é não ter limitação de espécie alguma. E seu conteúdo concreto só pode ser positivo, pois uma negação infinita seria o Nada absoluto. Trata-se, portanto, **ontologicamente considerado** o Infinito, do Ser em sua forma plena e perfeita, sem carência nem falta, sem ausência de perfeição. É, assim, o Ser infinito o Ser Máximo, o Ser considerado em sua máxima intensidade de perfeição e positividade. Finito, por sua vez, é o que tem determinações limitativas, o que está demarcado pela tensão que há entre suas perfeições presentes e ausentes, misto que é de perfeição e imperfeição. O ser finito é, assim, sempre um “outro”. Outro entre outros, e exclui de si os seus contrários. O ser infinito nada exclui, tudo abarca em seu oceano de ser.

Sendo Deus o primeiro eficiente, não tem ele para além de si nenhum limite ou fronteira. Nada há para além dele que possa demarcá-lo ou limitá-lo. E sendo único é pleno. É infinitamente ser. O Ser infinito exclui **seu contraditório** próprio, o **Nada** absoluto. O qual por ser absolutamente nada, prescinde de qualquer positividade. Nada é, e portanto nada pode opor ao Ser Supremo. Vê-se portanto, que para o Ser não há limites, pois nada há fora do Ser. Por sua vez, Deus é o Ser em sua plenitude ontológica, em sua máxima intensidade perfectiva e onipotencial. Não havendo perfeições que possam vir do Nada, nem podendo o mais vir do menos, contém Ele em sua eminência todas as perfeições possíveis no máximo grau. E não podendo vir do Nada qualquer poder, é Ele a fonte mesma do todo Poder.

“Nas diversas religiões vemos que todas afirmam que **Deus é infinito com infinitude atual e absoluta**.”, assevera Mario dos Santos. Há, porém, os que alegam que Deus não pode ser infinito porque indicaria a infinitude uma imperfeição e sendo este perfeitíssimo a infinitude não lhe poderia ser atribuída. Mas os que assim o afirmam, fazem-no por se prenderem demasiado à etimologia do termo. Creem eles que se algo é infinito, é por isto **indeterminado**. Não notam, entretanto, a sutil distinção que há entre limitação e determinação, desconhecendo que há determinações formais que não implicam, por isso, limitação alguma. Em todo caso, não é o sentido grego de infinitude o mais congruente com o verdadeiro valor ontológico e matético do conceito de infinitude, mas sim o sentido alexandrino, que é o de plenitude ontológica de ser, sentido este verdadeiramente apodítico.

Mas há ainda aqueles que alegam que finito ou infinito são conceitos que convêm apenas à quantidade e, como em Deus não há quantidade, por não ser ele um corpo, não lhe competiria ser finito ou infinito. Mais uma vez, prendem-se estes demasiado à concepção etimológica e atribuem às expressões finitude e infinitude uma acepção particular e meramente quantitativa, onde esta não lhes cabe. Deus é infinito por essência, e não sob um aspecto accidental, como seria o quantitativo. **A infinitude em Deus** é um modo intrínseco deste ser, um

atributo essencial que expressa a sua plenitude absoluta de ser, já que nada há para limitar o seu ser e todo ser dele provém. Portanto, tem ele de ser infinito em sentido verdadeiramente positivo e justo, isto é, em sua glória e pujança de ser. Por conseguinte, Deus é dotado, nos termos da escolástica, da infinidade *simpliciter* absoluta, não se confundindo com um ser infinito apenas numa determinada ordem (infinito *secundum quid*), pois teologicamente indica a infinidade a potência ativa de ser sem limitações de qualquer espécie.

E, por isto, diz Mario dos Santos que: “Pode haver algo infinito até certo ponto; nada, porém, que seja absolutamente infinito, senão Deus” (SANTOS, 1962. 3v. V2, p. 62). Assim, tanto perfeição como imperfeição serão ilimitadas apenas numa determinada ordem, exceto em Deus, onde toda perfeição será absoluta e toda imperfeição está excluída. Portanto, Deus só pode ter como infinidade a **plenitude de ser**, isto é, constituir-se como um ser sem limitações, que é puramente ser, puramente ato na plenitude do que é, livre de qualquer restrição ou limitação, sem qualquer coação ou necessidade extrínseca a ele, e sem começo nem fim extrínsecos. Este o sentido da infinidade e seu conceito, não só na bem fundada Ontologia, mas em todas as grandes Religiões.

2.9.4 Do atributo da Unidade de Deus

É preciso tratar agora do atributo da Unidade de Deus. E para tal, façamos antes um esboço filosófico do que seja a unidade, e consideremos ontologicamente o que ela é, para vermos, depois, como se aplica à Divindade. A **unidade ontológica** é um atributo transcendental¹⁰¹. É a primeira propriedade do ente como ser. Todo ser é unidade. E, por isso, diziam os escolásticos que ser e um se convertem: “*ens et unum convertuntur*”.

Como bem o propõe Mario dos Santos (1964c, p. 1234): “A unidade é o caráter do que é um.” E refere-se, portanto, a tudo aquilo que apresenta unidade. Eideticamente, porém, não se deve confundir esta noção com a de “unicidade”, que é propriamente “o caráter do que é único”, ou seja, o que é “sem segundo idêntico a si” (1964c, p. 1233). Por ser uma **propriedade transcendental**, a unidade se converte com o ente. Todo ser é unidade. As unidades, por sua

¹⁰¹ Os conceitos transcendentais são aqueles que se referem a atributos que convém a todos os seres, não apenas no que eles têm de comum, mas também como algo que é próprio a cada um. Assim, o conceito de unidade pode ser aplicado a todos os entes, bem como os conceitos de: ser; unidade; verdade; bondade (valor); *aliquid* ("alguma coisa"), por exemplo.

vez, não são unívocas, nem equívocas, mas são análogas entre si, pois não se diferenciam nem se identificam completamente, apresentam em verdade pontos de semelhança e de diferença umas em relação às outras. Ademais, a unidade enquanto tal é sempre *indivisa*. Pois do contrário, se dividida uma unidade, as unidades provenientes da divisão já não seriam aquela unidade originária. E a própria unidade, enquanto tal, eideticamente considerada, fosse dividida não seria uma unidade.

Mas se há filósofos (como alguns escolásticos), que consideram que é negativo o conceito de indiviso (pelo prefixo “in”, negativo, no nome), a realidade é que a unidade enquanto tal, eideticamente considerada, **tem positividade** e o caráter de ser indivisa aponta apenas a recusa de que ela seja qualquer coisa que não ela mesma. É, portanto, da recusa da divisibilidade da unidade enquanto tal que se trata, pois dividida a unidade enquanto tal, deixaria ela de ser unidade. Ainda nesta linha, conforme Mario Ferreira dos Santos: “A unidade refere-se ao que é, e o não-ser só pode ser privação de algo real, porque privação de nada é nada de privação” (SANTOS, 1964 c, p. 1233). A Unidade, ademais, é dada sempre pela coerência e pela inteligibilidade do ente. Portanto, **todo ente ôntico é “um”**. E também por esta razão afirma Tomás de Aquino (apud Santos, 1964c, p. 1233), ser: “Um, o que é indiviso em si e distinto de qualquer outro”. Todo ente ôntico é, portanto, enquanto tal, um e único.

Segundo a Escolástica **a unidade pode ser**, em linhas gerais: **de simplicidade** (ou simples); e **de composição**. É unidade simples (ou unidade de simplicidade), a que além de ser indivisa é, ademais indivisível. **O átomo dos filósofos**, por exemplo, é indiviso, pois não tem partes (é *a-tomós*), e também é indivisível porque é simples, não composto. Também um puro espírito será indiviso e indivisível. Os seres compostos, por sua vez, formam uma **unidade de composição**, e constituem, por conta disso, uma totalidade, isto é, um todo. E enquanto todo, um ser composto é individido atualmente, mas não exclui a divisibilidade. Neste sentido, as **unidades** forma-matéria, substância-acidente, que vemos por exemplo **na filosofia aristotélica**, são para muitos unidades de simplicidade, embora apresentem distinções metafisicamente consideradas, pois constituem no ente um todo atualmente indiviso, cujos elementos estruturantes podemos, no entanto, distinguir do ponto de vista inteligível.

Para outros pensadores seriam elas unidades de composição, embora muito mais coerentes do que as unidades de composição física. E assim como no paradigma da **concepção atômica científica** um átomo é considerado uma unidade de composição forte, estas unidades, que são verdadeiras estruturas (como as de origem biológica e as de ordem psicológica e sociológica), também o seriam, embora possam apresentar graus de coerência e coesão, maior ou menor. E o fato de um ser finito ter e não ter algo de positivo, simultaneamente, na sua

constituição, não impede que seja ele uma unidade, contanto que ambos **os vetores** se refiram a aspectos diferentes **do ente**. Ao mesmo tempo, **toda unidade revela valor**. Valor este, no caso das unidades criaturais, sempre condicionado a outro ente (que, portanto, é também outra unidade). E isto se dá, seja em sua interioridade - como o valor das partes que compõem uma tensão, relativamente ao todo da sua unidade tensional -, ou ainda desta unidade face às estruturas maiores em que se insere, ou dela relativamente às estruturas às quais ela se opõe, e com as quais, portanto, ela se antagoniza (SANTOS, 1964 c, p. 1235).

Ademais, como assinala Mario dos Santos (1964c, p. 1235): “Todo ser é um valor na proporção que é, e desejável segundo a sua perfeição.” Pois como algo poderia ser bom, sem primeiro ser? A presença do ser propõe, desde já, que este apresenta necessariamente algum valor, pois sua existência apetece ao menos a si mesmo. E se algo se apresenta como presente na realidade, uma vez que exista é porque a realidade o exige naquelas dadas circunstâncias. Porque reunidos os fatores suficientes para que algo se dê, não é possível que este deixe de dar-se. Em outras palavras, **todo ser, enquanto em ato, é peça inextricável da economia do ser**, sendo por isso **exigido e necessário**. Por outro lado, como esclarece Mario dos Santos (1964c, p. 1235): “... o Ser, como valor supremo, é um valor incondicionado, enquanto os entes são valores condicionados.” Os seres contingentes exigem-se mutuamente e, todos eles, exigem em última análise o Ser Supremo, para atualizar-se e existir. Mas o Ser Supremo nada exige para ser, senão a si mesmo. Como ser independente, não exige outro, mas os seres dependentes exigem-no necessariamente.

Portanto, **Deus como unidade Suprema** é a unidade perfeita e incondicionada, enquanto os entes constituem unidades condicionadas, por serem dependentes da unidade primeira, e também por serem interdependentes, uns em relação aos outros. Como vimos, portanto, todo ser é um valor na proporção que é, e será uma unidade mais perfeita, segundo as perfeições que possua. **As unidades se identificam dialeticamente no ser; distinguem-se, porém**, quanto àquilo que representa cada unidade singularmente. O Ser, como Unidade Suprema, é uma unidade de máxima simplicidade e de valor incondicionado. **O princípio henológico**, por sua vez (do grego *heis*, *henós*, ou seja, um) afirma a primazia da unidade sobre a multiplicidade, pois sendo esta composta de muitos uns, pressupõe a unidade e não poderia surgir sem ela.

Ademais, levada até às suas últimas consequências, **a multiplicidade implica**, como o aponta Mario dos Santos (1961 c, p.118, v2 FC): “**a unidade infinita do Ser infinito**, o Um, do contrário afirmaria o absurdo de que o nada absoluto é a fonte de todas as coisas”. Assim, Deus como Unidade Suprema é a fonte primaríssima de todo ente múltiplo e de toda

multiplicidade. Além disso, vale ressaltar que por não ser constituído de partes, o ser absoluto, **Deus**, não forma uma totalidade, sendo, por conseguinte, uma **unidade absolutamente simples** (1961 c, p.121, v2 FC). Enquanto isso, **a individualidade dos seres contingentes**, conforme revela a concepção tensional de Mario dos Santos e, também, o entendimento de Lorenz Fuetscher a respeito da questão, dá-se “na união entre quantidade e forma, cuja unidade revela propriedades totalmente novas”, em relação às unidades originárias que a compõem (1964c, p. 1386). Por sua originalidade e importância, reproduzimos aqui também a **divisão das unidades feita por Duns Scot** que é, ainda, ontologicamente fundada. A divisão das diversas espécies de unidades é feita por Scot (apud SANTOS, 1964c, p. 1234) da seguinte maneira:

Unitas aggregationis (unidade de conjunto) é a que forma um grupo de objetos simplesmente reunidos.

Unitas ordinis (unidade de ordem). Esta não é uma pura e simples justaposição, mas nela cada parte ocupa um lugar justificável, em virtude de um certo princípio.

Unitas per accidens (unidade por acidente). Não é propriamente uma relação de ordem, mas a unidade de um determinado e de uma forma que o determina. Se a forma é accidental, a unidade é per accidens. Se a forma é substancial, estamos então em face de uma unidade de per si (*unitas per se*).

Unitas per se, uma unidade por si, com surgimento de uma forma. Finalmente a unidade mais alta é a

Unitas simplicitatis, que implica uma perfeita identidade, pois o que está numa unidade de simplicidade, seja o que for, é a mesma coisa que seja o que for nela.

Naturalmente, **a unidade que corresponde a Deus** nesta divisão é a mais elevada, portanto, a *unitas simplicitatis*, pois nele essência e existência se identificam. E nele tudo é uno. Porém, é Deus também, além de uma unidade de absoluta simplicidade, uma unidade *per se* absoluta, em que a forma não “surge” mas é a própria unidade, pois Deus é plenamente a sua própria forma.

Quanto à questão da unicidade de Deus, basta dizer que este é o único ser cuja existência é idêntica à sua essência, e portanto **Deus é absolutamente único**. Em todo caso, Deus é o único ser absolutamente subsistente, o único suficiente em si mesmo, o único que não necessita do auxílio de qualquer outro para ser, nem precisa de nenhum sujeito de sustentação para si, o único ser absolutamente perfeito. Enfim, todos os seus atributos próprios e exclusivos caracterizam-no como o Ser absolutamente único, que ele de fato é (1961 c, p.78, v2 FC).

2.9.5 Do atributo da absoluta Simplicidade de Deus

A respeito do atributo da Simplicidade de Deus, bem se pode dizer o seguinte. Para Mario Ferreira dos Santos (1961 c, p. 96, v2 FC): “A simplicidade absoluta do Ser Supremo decorre necessariamente da impossibilidade de haver um meio termo entre ser e nada absoluto...”. **Por sua vez, a prova da simplicidade absoluta de Deus** é alcançada na Filosofia Concreta de maneira positiva e não negativa, uma vez que nesta a simplicidade de Deus não é considerada apenas a negação da composição, mas a afirmação absoluta de si mesmo, porquanto sendo em Deus a essência a forma da sua existência, conclui-se daí que é ele o único ser existente por essência. Deus é, portanto, puramente ser, sem mescla de não-ser, puro ato sem traço de potência. É total e simplesmente - Ser. Ora, sendo Deus absolutamente simples e inexistindo o Nada Absoluto, compete a composição apenas aos seres dependentes, isto é, à criatura. A este respeito, assim se expressa Mario dos Santos em sua Filosofia Concreta (1961 c, p. 96, v2 FC):

Só a criatura é capaz de composição, porque é essencialmente dependente, e é capaz de adquirir alguma atualidade. E pode essa criatura ser material ou espiritual, porque em ambos casos é composta, no primeiro de matéria e forma e, no segundo, de substância e de suas faculdades. Só ela é capaz de todos os tipos de composição, salvando as diferenças específicas que permitem estas, e não aquelas composições, também capazes não só de composições reais, como também de razão.

Deve-se notar, portanto, que **o ser finito provém de Deus, contudo não constitui** de modo algum **uma parte dele**, e não sendo Deus constituído por partes, não forma uma totalidade, mas uma unidade absolutamente simples. Simultaneamente, o ser finito que dele provém, não o contradiz, por não se tratar de um ser absoluto, mas um ser de outra ordem, meramente relativo, que possui algum grau de perfeição e, que, por conseguinte, não se opõe à absoluta simplicidade de Deus.

O ser participante (criatura) é necessariamente um ser composto, misto de ser e não ser, pois não tendo a plenitude de ser do participado, daquele se distingue sempre por menos; padece, portanto, necessariamente de certa carência de ser. E sendo um ser híbrido, composto, não é absolutamente simples, ao contrário de Deus, o ser que é totalmente íntegro em seu ser e absolutamente eficiente, portanto absolutamente simples - o Ser Supremo (196-, p. 135, v3).

E arremata, Mario dos Santos, a respeito desta questão em seus Métodos Lógicos e Dialéticos, da seguinte forma: “É de simplicidade absoluta o ser que é essencial e

existentemente ele mesmo, como o é o Ser Supremo, Deus para as religiões” (SANTOS, 196-, p. 48, v2). Por sua vez, em *O Homem Perante o Infinito*, ao analisar os argumentos de Santo Tomás de Aquino quanto à simplicidade de Deus, Mario dos Santos exclui de Deus todos os tipos de composição, dizendo: “Deus não tem composição de partes quantitativas, porque não é corpo, nem composição de matéria e forma, nem de natureza e supósito, nem de essência e existência, nem de gênero e diferença específica, nem de sujeito e acidente. Portanto, é absolutamente simples” (SANTOS 1960, p. 118),

Ademais, notamos que o Ser infinito, que é Deus, é absolutamente simples e Um, pois é apenas ato, sem mescla de potência. Deus atua sem sofrer em sua essência nenhuma ação. E não sendo composto de ato e potência é, por isso, absolutamente simples (SANTOS, 1961, p. 118, v2). Alcança também a Escolástica a conclusão de que o Ser Supremo é absolutamente simples. E considera-se, assim, que na Trindade Cristã, não há composição, porquanto as Três Pessoas da Trindade são meras distinções e não partes, constituindo todas e cada uma, algo íntegro em si mesmo. Por não ser constituído de partes, não forma Deus uma totalidade, mas sim uma unidade absolutamente simples. Em Deus, se identificássemos nele uma “parte”, esta seria idêntica ao todo, pois não é ele um ser quantitativo. Enquanto em um ser quantitativo a parte, como quantidade, é menor que o todo, no Ser infinito, que é Deus, não há composição, porque este é absolutamente simples. E, porque Deus é o Ser em sua máxima intensidade infinita não é realmente possível encontrar nele qualquer “parte”, pois esta seria total e absolutamente idêntica ao próprio Um (1961, p. 121, v2).

Resulta de uma deficiência de nossa mente o não podermos compreender sempre a transcendência do Ser Supremo, que está, aliás, acima dos próprios atributos. Identificamos em Deus, por exemplo, a sua Justiça infinita, pois é Deus a fonte de toda Justiça possível (tendo em vista que esta não pode vir do Nada, mas apenas do Ser). Mas notamos desde já que Justiça, quando por nós assim distinguida em Deus, e deste, por nós, mentalmente abstraída, não inclui em si os demais atributos e perfeições, pois se a Justiça Infinita é plenamente justiça, sendo infinita em sua própria ordem, não enxergamos de imediato como incluía outros atributos que não são a própria Justiça. É que em Deus, todas as perfeições e o poder de executá-las devem ser elevados ao infinito, visto que estão incluídas eminentemente em sua infinita onipotencialidade. Os atributos divinos nós os dividimos para melhor compreendê-los, mas em Deus estão todos conjugados e unificados em seu Ser Infinito, que é absolutamente simples e uno¹⁰² (1961, p. 96, v2).

¹⁰² Há aqui duas maneiras de compreender este ponto. De um lado a Justiça, quando elevada ao infinito como atributo de Deus, deixa de poder ser compreendida como uma forma particular qualquer de Justiça para

Portanto, sendo absolutamente simples, o Ser infinito não tem partes. E, como tal, não é uma totalidade. Se o ser finito provém dele, não é ele, mas dele. Não porém como sua parte e, sim, como um ser de ordem diferente e em grau menor, dependente do poder de Deus mas que com aquele não entra em composição. Do contrário, o Ser Infinito seria constituído de partes e não seria absolutamente simples, o que é contraditório com a sua essência (1961, p. 120, v2).

Nas provas da existência de Deus por Santo Tomás, a demonstração da simplicidade divina foi sempre um dos traços fundamentais. Assim, de acordo com Mario dos Santos (1960, p. 155): “A preocupação fundamental de todas as provas de Tomás de Aquino consiste em demonstrar que o Ser Supremo, a Divindade, é um ser, não apenas simples, mas absolutamente simples.” (SANTOS, 1960 p. 155)

Acrescentemos, pois, alguns argumentos de S. Tomás para a prova da simplicidade de Deus. Por exemplo, conforme São Tomás: Deus não entra em composição com outros seres, pois o que é parte de algum composto não pode ser, como tal, primeiro agente, e sendo Deus o primeiro agente absoluto, não pode entrar em composição com outros (SANTOS, 1960, p. 195); E finalmente, com um simples pensamento resume Tomás de Aquino (SANTOS, 1960, p. 195), com brilho característico, o porquê da simplicidade de Deus: “o composto vem depois de seus componentes e deles depende. Ora, Deus é o primeiro ser, logo é simples”, diz ele.

2.9.6 Do atributo da onipresença de Deus

Quanto ao atributo da **onipresença**, podemos dizer que, do ponto de vista Escolástico, refere-se este à imensidade e à ubiquidade de Deus. Antes de mais nada, cabe dizer que “*ubi*”, em latim, diz respeito ao “onde” das coisas. E a “*ubicatio*” ou ubiquação, portanto, diz respeito à localização dos seres (SANTOS, 1964c. 4v).

Por sua vez, na Escolástica, o modo que os seres têm de existir em algum lugar chama-se “*ubietas*”, havendo, neste sentido, três modos de os seres existirem. Em primeiro lugar há o

“confundir-se” com a própria Infinitude. É, portanto, da própria Infinitude que se trata, tomada ela, por nós, em seu aspecto de Justiça. Isto é, representa, então, a própria Divindade enquanto é Infinitamente Justa, porque sendo a própria fonte de toda Justiça, contém esta em si toda a Justiça possível. É simplesmente Deus, enquanto é o ser Infinitamente Justo. Por outro lado, assinala eideticamente o poder de Deus de realizar toda forma de justiça possível. É então o arquétipo da Justiça. O modelo ideal da Justiça, do qual participam em menor grau todos os entes criaturais, porque todos eles, em vista de sua harmonia com o conjunto da criação, trazem a marca de algum grau de Justiça, participando assim, em menor grau e por analogia, de um determinado atributo do Criador.

modo da presença circunscritiva, ou “**modo circunscritivo**”. Este é atribuído aos corpos no espaço, e pode ser pontualmente determinado. **Corpo**, por sua vez, entende-se como “a substância extensa segundo três dimensões” (SANTOS, 1960, p. 291). E só metaforicamente podemos atribuir características corporais a Deus, por não ser ele um ser corpóreo. Só metaforicamente, portanto, podemos falar em algo como as “mãos de Deus”.

Em segundo lugar há o “**modo definitivo**”, que é o modo de existir determinadamente em tal ou qual espaço definido, sem se assinalarem pontos precisos ou lugares específicos para a sua presença, como é o caso da alma no corpo. E o terceiro **modo** de existência é o “**repletivo**”, que “enche”, que é o de Deus, um modo de presença eminentemente superior. Inclusive, por exemplo, ao das almas nos corpos.

Mas para compreender-se este atributo é necessário, ainda, esclarecer o que significam os termos **Imensidade e Ubiquidade**. E, assim, eis que **Imensidade** significa “a aptidão do ser divino para existir em todas as coisas e em todos os lugares” (SANTOS, 1960, P.207). Por sua vez, **Ubiquidade** é “a presença atual de Deus em todas as coisas em todos os lugares” (SANTOS, 1960, P.207). A primeira diz respeito, portanto, conforme o entendemos, mais ao poder e à força que Deus tem para existir em todos os lugares. Ao passo que a **ubiquação** é de fato, a presença atual de Deus em toda parte. É, portanto, propriamente, a onipresença.¹⁰³

O termo **Ubiquidade** tem um **sentido eminentemente teológico**, pois aplica-se precipuamente a Deus, e consiste neste traço característico do Ser que está presente em toda parte. Não se deve confundi-la, porém, com multilocação, que diz respeito a um ser ocupar, ao mesmo tempo, diversos lugares diferentes.

De fato, **um dos atributos que mais suscitaram controvérsias** na Escolástica em torno da ideia de Deus foi este que se refere à sua imensidade e ubiquidade. Ante este atributo propõem-se **questões** tais como: está Deus em todas as coisas? Está Ele em todas as “partes”? Estará Ele em todas as partes por essência, por potência e por presença? Assim como também: estar em todas as partes é próprio de Deus?

Como o ser de Deus é eminentemente superior aos demais entes, seu modo de existir em qualquer parte não é o mesmo daqueles. **Deus não existe como** um mero **corpo** no espaço, circunscrito a um local que pode ser pontualmente determinado, nem está localizado em lugar definido, determinado em tal ou qual espaço em particular, ainda que sem se assinalarem pontos precisos ou lugares próprios que ocupe (conforme ocorreria com as almas situadas nos corpos).

¹⁰³ Por vezes utiliza-se este termo no sentido de Imensidade e no sentido de Ubiquidade. O próprio Mario dos Santos o faz em suas obras. Mas, para maior propriedade no falar, resguarda-se a diferença aqui assinalada.

Mas o **seu modo de existir é o “repletivo”**, isto é, o que enche por completo todos os lugares sem exceção. **Deus está presente em toda parte – é ubíquo** –, e está presente todo inteiro em todas as partes. É, portanto, **onipresente**.

Deus **está em todas as coisas**, na medida em que é Deus que lhes concede o ser e o poder operativo, e também está em todo lugar, dando-lhes o ser e o poder locativo. Além disso, se o localizado ocupa um lugar porque o preenche, é certo também que Deus preenche todos os lugares, não porém como os corpos, pois estes impedem a presença de um outro corpo no mesmo lugar, enquanto a presença de **Deus não obstaculiza a presença** de outras coisas. E como é o próprio Deus que dá o ser a todas as coisas localizadas, encontra-se ele plenamente em todos os lugares (SANTOS, 1960).

A **presença de um ser a se** não é a presença quantitativa, não é a presença local, mas é uma presença que está por inteiro em toda parte e em cada uma das partes. E é este um ser necessariamente único e absolutamente simples. Portanto, todo lugar está repleto de Deus, que nele se encontra em toda sua plenitude.

Sendo Deus um ser absolutamente infinito é próprio de Deus estar em todos os lugares e em todas as partes, pois **nada há que limite a sua presença infinita**. E propriamente **não há uma distância entre ele e coisa alguma que há**, porque sendo Deus o Ser Supremo, que é o sustentáculo de todas as coisas, é ele indistante de qualquer coisa e de todas as coisas que existem. Não há, portanto, uma ação à distância de Deus em relação às criaturas, em sentido absoluto (SANTOS, 1967).

E pode-se dizer, conforme Mario dos Santos, em linha com Tomás de Aquino, que:

Os seres corpóreos ocupam um lugar pela sua quantidade dimensional, mas os incorpóreos, pelo seu poder operativo. Consequentemente, como causa agente, Deus está em todos os seres que criou. Como objeto de uma operação está no que a executa. Está em todos os seres por potência, porque tudo está submetido ao seu poder. Está por presença, porque tudo está patente e desnudado à sua visão (símbolo da ciência de Deus), e está por essência, porque atua em todos como causa do seu ser. (SANTOS, 1960, p. 208)

O termo “potência”, porém, deve ser entendido aqui como potência ativa. Além disso, na visão de Santo Tomás de Aquino:

A onnipresença de Deus deve entender-se dessa tríplice maneira, isto é, por conhecimento, pois todas as coisas estão presentes ao seu olhar imóvel e eterno; pelo poder, dando o seu influxo a todos os seres criados, que estão sempre pendentes da sua ação conservadora e, finalmente, pela substância, pois Deus, em sua mesma substância, está presente em todas as coisas. (SANTOS, 1960, p. 208)

Com isto, responde-se afirmativamente a todas aquelas questões que antes se puseram. E nota-se que **a onipresença** de Deus **funda-se, portanto, na ubiquação intrínseca**. Este como essência atual presente em todos os seres (inclusive em si mesmo) é infinito. Deus é onipresente porque não há ser que não dependa dele e que não o tenha como sustentáculo. É Deus, de fato, o agente atual do qual dependem todos os seres do mundo por ação criadora, conservadora e cooperatriz (1964d. 3v. V2).

Além disso, **a ubiquação é uma perfeição intrínseca de Deus**, pois se fosse extrínseca ele não “conteria”, mas seria contido em outro, no sentido de que este imporá fronteiras à sua presença ao circunscrevê-lo, implicando limitação ao seu ser, o que é absurdo e ontologicamente falso.

E é, ademais, **a ubiquação, uma realidade positiva**, visto que a presença é sempre afirmativa, pois em caso de negação haveria a não-presença e, portanto, a ausência. Consequentemente, conforme já apontamos, a ação de Deus jamais se dá à distância em sentido absoluto, mas só relativamente. Adicionalmente, **a onipresença de Deus não se confunde com uma relação**, pois é na verdade o fundamento das relações que surgem dos seres dependentes.

Sobre essa questão da Onipresença, as inúmeras objeções clássicas criam, sem dúvida, um terreno de disputa, mas na dialética ontológica a resposta surge simples, em vista da forma como é colocada a questão e do modo como se procede para investigá-la e respondê-la. A presença de Deus é uma presença que tudo pervade e tudo transcende. Por isto afirma Mario dos Santos em seu Tratado de Simbólica:

... a plenitude absoluta do ser é presente em todo o ser, mas separada em razão da substancialidade dos seres. A transcendência absoluta do ser não exclui a imanência total, porque todo ser finito, enquanto tal, não é o ser transcendente, mas é ser, e do ser, e a sua finitude não exclui a infinitude, porque desta ele depende. Tudo quanto é, no ser, *é do ser*, e o que é finito participa desse Ser sem que o seja em toda a plenitude (SANTOS, 1959, p. 70).

E explica ainda que: “A dificuldade em poder compreender a não exclusão entre a transcendência e a imanência decorre da nossa esquemática e do processo crítico do nosso espírito...” (SANTOS, 1959, p. 70), visto que a oposição de noções é uma exigência conatural à cognição humana, tornando difícil a compreensão de tudo aquilo que transcende os pares de opostos.

Podemos dizer ainda que **Deus é onipresente pelo seu amor**, pois tendo em vista que o Ser Infinito é difusivo, seu amor também o será, e por isto ele se difunde infinitamente e está presente em toda parte, e em tudo. Ademais, é **Deus o ser “adsente”**, conforme o termo

aproveitado de Francisco Suárez por Mario dos Santos, pois sendo Deus absoluto e transcendente, não está ante outro, mas se põe a si mesmo sem dualidade (SANTOS, 1968).

Portanto, Deus está em todas as coisas por excelência de sua natureza, e como causante dos seus respectivos seres, não sendo, porém, jamais limitado por elas. Assim, Deus é o ser no qual todos os seres subsistem e têm seu ser, ao mesmo tempo que transcende o cosmos que lhe pertence e é sua criatura (SANTOS, 1960).

Por isso falam as religiões nos **vestígios de Deus**, isto é, nas marcas que Ele deixa impressas em todas as coisas, e pelas quais pode o homem reencontrá-lo. Pode o homem perdê-lo pela sua própria inteligência, vontade e mesmo por seu sentimento, mas não o perde, jamais, pela própria existência. Esse é o caminho da Religião, o caminho do reencontro com Deus (SANTOS, 19-).

Assim, para Mario dos Santos, quem reencontra Deus é sempre a pessoa humana enquanto ser inteligente e dotado de vontade, inteligência e amor. E é partindo dos vestígios de Deus que estão em todas as coisas, que pode o homem penetrar nessa busca e procurar encontrá-lo novamente. E o homem pode e deve procurar. Porque por essa presença mesma, total e absoluta de Deus em todas as coisas, sempre temos meios de encontrá-lo.

Na Religião Cristã, Deus é considerado ubíquo e imenso, e está, portanto, presente intimamente e por essência, em todas as coisas. Assim, está presente em todos os lugares e partes por essência, por presença e por potência, como é o pensamento de Santo Tomás. Quanto às outras Religiões podem, com respeito a isto, surgir algumas divergências mas, como regra, todas as Religiões aceitam este mesmo atributo divino (SANTOS, 19-).

Finalmente, é bastante expressivo este trecho de Henri de Lubac, que nos pode ajudar a melhor compreender esta questão da onipresença de Deus: “O universo, através do qual Deus se revela, não é somente sua obra; é sua criatura. Não é somente uma coisa que Deus, em seu poder, fez do nada; é um ser que não é, e que não vive senão da vida e do ser que ele toma incessantemente de seu autor” (apud SANTOS, 1960, p. 173 ss.). Portanto, Deus é o ser absolutamente subsistente, no qual todas as coisas subsistem, mas esse Ser é ao mesmo tempo transcendente, porque todo o Cosmos é dele, sem ser Ele.

2.9.7 Do atributo da imutabilidade de Deus

Imutabilidade é a perduração constante e interminável de um ser em seu modo de ser. É imutável o que não está sujeito a variar, o que permanece sempre o mesmo, de maneira constante. De fato, conforme Ferreira dos Santos: “O ser mutável não é absolutamente infinito, porque carece de alguma coisa que pode adquirir ou admitir. Sendo o Ser Supremo absoluto e essencialmente infinito, nele não pode haver mutabilidade de qualquer espécie” (SANTOS, 1961, p. 135, v.2).

Nota-se, portanto, que a razão fundamental da mutação é a carência de ser, mas sendo Deus absolutamente ser, não se lhe pode atribuir nenhuma carência, de modo que não lhe cabe a mutabilidade, sendo a sua imutabilidade absoluta. De fato, “... é mutável o ser que pode perder algumas das perfeições que atualmente possui ou pode adquirir alguma perfeição de que no momento carece.”, diz Mario dos Santos (1960, p.208).

Mas sendo Deus oniperfeito, não lhe cabem tais limitações e, por conseguinte, é ele imutável. É uma vez que Deus é infinito por essência, possui ele a plenitude da perfeição, de maneira absoluta. Portanto, não se lhe aplica perder nem adquirir perfeições, e como tal é absolutamente imutável. Nota-se, portanto, que **não há qualquer razão de mutabilidade na essência de Deus.**

Ademais, diz Ferreira dos Santos em outra de suas obras, ainda em linha com Santo Tomás: “... como Deus é infinito, e encerra em si a plenitude de toda a sua perfeição, não pode adquirir alguma coisa, nem estender-se a coisas a que antes não alcançava, pelo qual não há modo de atribuir-lhe movimento algum” (sic) (SANTOS, 1960, p. 208).

Portanto, sendo Deus oniperfeito, mais uma vez nota-se que não pode haver nele carência alguma, o que novamente confirma não ter ele razão de mutabilidade, o que implica que é absolutamente imutável. Além disso, Deus é ato puro e por definição exclui toda potência. Sem potência não há mutação, e sendo Deus ato puro, é absolutamente imutável. Realmente, não poderia ser mutável, porque em Deus nada falta, e não havendo falta, não há potência a atualizar. Em Deus tudo é ato, Deus é ato puro.

Ademais, como indica Mario dos Santos: “Uma coisa pode ser mutável de duas maneiras: ou em virtude de uma capacidade de variação que haja nela, ou em virtude de algum poder que reside em outro. Nenhuma dessas formas de mutação se aplica a Deus” (SANTOS, 1960, p. 209). Porque, como vimos, não havendo carência em Deus, não há nele qualquer potencialidade passiva, e portanto não se lhe pode atribuir a contingência de ter de variar para

atualizar uma potencialidade. E não há poder que se oponha ao de Deus, pois ante ele não há poder igual, nem anterior, nem maior. Sendo Deus o poder máximo, primeiro e último na escala do Ser e do qual depende todo outro poder e atualidade, não se lhe pode atribuir a possibilidade de mudar em virtude de poder que resida em outro (SANTOS, 1960, p. 111, 112 e 137).

De resto, como Mario dos Santos o expõe, em sua Filosofia Concreta:

...onde não há corrupção, há imutabilidade da forma ou da substância; onde não há transladação, há imutabilidade quanto ao movimento; onde não há aumento, há imutabilidade quantitativa; onde não há alteração, há imutabilidade accidental. Esta última mutação chama-se também variação, e sua ausência é a invariabilidade. Chama-se *incompactibilidade* a ausência de mutação na forma. (SANTOS, 1961, p. 135, v.2)

Ora, Deus não pode corromper-se, pois neste caso intalar-se-ia o seu oposto, o Nada Absoluto, que, por ser autocontraditório, é impossível. Deus não sofre transladação porque não é corpo. Por ser máximo, não sofre mutabilidade quantitativa, nem sofre alteração por não ter acidentes, já que é ato puro. Assim, Deus é imutável e incorruptível, pois não lhe cabe nenhuma das formas de mutação.

Realmente, nossos esquemas mentais limitados por sua finitude oferecem-nos dificuldades para compreender como se dá a imutabilidade em Deus - ser de uma ordem absolutamente infinita -, por confundi-la com as ideias que fazemos da mobilidade e da imobilidade, ou da passividade e da impassibilidade na ordem finita. Mas em Deus a imutabilidade não é estacionamento nem paralisia mas “plenitude ativa de um poder onipotente e absoluto” (SANTOS, 1961, p. 128, v.2). É a expressão constante da onipotência em toda a sua glória de ser. Portanto, o mais elevado dentre os seres é o Ser Divino, que é absolutamente imutável, em razão de sua própria e íntima essência.

2.9.8 Do atributo da bondade de Deus

Termo laudativo universal dos juízos de apreciação, bem é o que possui valor sob qualquer aspecto. É um dos conceitos normativos fundamentais, ao lado dos valores do verdadeiro e do belo.

Tem o bem, para os Escolásticos, razão de fim. É algo para o qual tende um apetite (oréxis). E apetite não é senão um “pedir para”. Algo a que alguma coisa se inclina naturalmente.

De fato, é bem, segundo Mario dos Santos, tudo que é conveniente à natureza de algo, seja este considerado em sua própria natureza; nas atualizações que esta possa apresentar; ou na interatuação deste ser com outros, de seu ambiente circunstancial. E tudo quanto seja conveniente destes modos, será bom. É bem, desta forma, aquilo para o qual alguma coisa tende, por corresponder, de certo modo, à sua conveniência. E todo ser será sempre um bem sob algum aspecto, visto que todo ser convém pelo menos a si mesmo. Afinal, o ser, porque é, afirma-se. Tende, portanto, a pedir a si mesmo. Todo ser apetece, pois, a si próprio, o que é evidenciado pela sua unidade (ou “tensão”), que por si mesma se afirma. Ademais, todo ser tende a realizar o seu bem e a exprimir seu valor. Bom é, portanto, algo atribuível em certa medida a todos os seres. E por isso diziam os antigos Escolásticos que *ens et bonum convertuntur*, pois como propriedades transcendentais “ser” e “valor” dialeticamente se identificam no Ser. Distinguem-se, porém, porque o valor intrínseco do ser será o próprio ser, ao passo que este valerá ante outro acidentalmente, segundo as características da relação estabelecida entre ambos e a conveniência que nesta ele apresentar para cada um. Todo ser apresenta-se, portanto, como um bem e expressa valores. Não deixa de ser, desta feita, intrinsecamente, um valor que realiza valores. E é por isso, também, que consideravam os Escolásticos ser e bem (valor) como conversíveis.

Não é sem razão, portanto, que modernamente na Filosofia, e mais especialmente no campo Axiológico, tende-se a substituir a noção de bondade pela de valor, que, sendo de certo modo mais ampla, a engloba. E, Deus, sendo o máximo Bem, é supremo Valor. Tomás de Aquino, a seu turno, mostra-nos que Deus é bom por essência, visto que em Deus ser e essência identificam-se. Mostra ademais, que Nele não sobrevêm acidentes de qualquer espécie, pois o que em outros seres é acidental em Deus é essencial, e não está subordinado a nenhuma outra coisa *como* fim, mas apenas a si mesmo, uma vez que Deus é o fim de todas as coisas. Ademais, somente em Deus essência e existência se identificam plenamente, o que confirma que Deus é essencialmente bom.

Ao considerar, por sua vez, o aspecto mais fundamental e rigorosamente ontológico da bondade, tem Mario dos Santos a dizer o seguinte, em sua “Filosofia Concreta”: “Ser é um bem, porque o que é, é uma perfeição, é algo *per factum*. Se a apetibilidade de alguma coisa é um bem, devemos considerá-lo nesse sentido mais rigidamente ontológico” (SANTOS 1964d. 3v.). Consequentemente, o Ser Supremo, que é Deus, por ter toda a perfeição de ser e ser por si

mesmo apetecível tem o bem por bondade absoluta. É Ele necessariamente um bem por essência, bom por si, em si e para si, pois sendo Deus a fonte e origem de todas as perfeições possíveis, não recebe de outros qualquer perfeição, mas é Ele a própria plenitude da Perfeição.

Sendo oniperfeito, Deus é por si mesmo apetecível, por ter em si mesmo a sua razão de ser. Deus é, portanto, a sua própria razão de ser, bem como, em última análise, a de todos os outros seres. E todo ser, porque é, é sob algum aspecto perfeição, e é bom sob algum aspecto. Deus é essencialmente Bem e é um bem essencial, pois é a fonte de todo bem que pode existir. Deus é, portanto, este poder ativo que representa o Bem por excelência, o Bem mais elevado em dignidade. E com muita propriedade se expressa Mario dos Santos, quando diz o seguinte:

Como não é possível admitir-se que o mais venha do menos, pois, então, o nada seria criador do ser, o que é absurdo, todas as perfeições, que são naturalmente presença e não ausência de ser, devem estar contidas, desde todo sempre, no ser, que é o princípio de todos os outros, chamem-no matéria, energia eterna, espírito ou outro nome qualquer. (SANTOS, 1961, p. 135, v.2).

O que importa é que tal ser é possuidor de todas as perfeições atualizadas ontem, atualizadas hoje e atualizáveis para o futuro. Todas elas estão contidas no poder daquele ser, na sua onipotência, porque ele pode tudo quanto pode ser, e é tudo, perfectivamente, todas as perfeições já atualizadas e as atualizáveis, porque, nele, ser, ter, haver e poder se identificam (Santos, 1964). Deus é, por isso, o bem soberano, fonte de todos os outros bens, que são parciais. E é absolutamente essencial, por ser fonte de todas as perfeições que existem.

O mal, a seu turno, não é essencial ao mundo, mas é apenas accidental, pois surge de uma relação. E não é, portanto, um ser em si, visto que é carência, e carência não é ser. O pessimismo, como se vê, não se justifica filosoficamente por faltar-lhe consistência ontológica. É antes uma tendência de raízes e causas psicológicas, não se podendo negar jamais ao gênero humano a esperança, que é a virtude de confiar em valores superiores. Por conseguinte, não se pode pretender tornar o mal, que é relativo, em absoluto, sob pena de, por mero erro, precipitar-se no pessimismo e tombar-se em desespero. Este o grande erro profundo de todo pessimismo filosófico. O erro está em tornar o mal, que é relativo, em absoluto.

Portanto, em linha com tudo o que dissemos, conclui-se, também, que é bom tudo aquilo que apresenta valor desde si mesmo. O bem será assim intrínseco ou extrínseco, conforme o bem seja representado para si ou para outro. É bom para outro o que é conveniente para o ser deste. E é bom para si tudo o que afirma a si mesmo, tudo o que é conveniente para o seu próprio ser. O bem, portanto, representa valor, dignidade, positividade, afirmação, conveniência. E confunde-se com o ser, pois todo ser é bem sob algum aspecto, visto que todo ser convém ao

menos a si mesmo. E como todo ser faz parte da Realidade, todo ser é um bem, pois convém à realidade em algum grau e circunstância. Os valores, ou bens, conseqüentemente, são escalares, apresentam graus que variam de acordo com a situação e os demais entes envolvidos. Têm um aspecto, portanto, relacional, que não pode ser descurado. Mas o bem que é proveniente de uma relação é um bem accidental, e não substancial, em relação a um ser. Como o mal absoluto seria pleno desvalor, não pode ele subsistir, pois seria então nihilificante e equivaleria ao Nada absoluto. E este, sendo plenamente nulo de qualquer positividade, não pode existir de modo algum.

Deus, pelo contrário, é o Bem Soberano, que existe necessariamente e sem dependência de outro, é o Bem por Excelência, o único que é bom por si mesmo e em relação ao qual tudo o mais é bom secundariamente e na medida em que Dele participa. Deus, enquanto Bem, é o fim de toda atividade no mundo. É o Bem final apetecido por todos os seres. É o Bem mais elevado em dignidade.

Bem, neste sentido profundo, só se aplica então ao próprio Deus, pois é o Bem absolutamente perfeito, que não pode ser parte de um todo mais amplo, pois nada há que o ultrapasse e nada tem de parcial. É por isto mesmo o Bem último, o Bem no verdadeiro sentido da palavra: um Bem tal, que satisfaz integralmente. Deus é, assim, o *Summum Bonum* (SANTOS, 1964c, p. 215).

DISCURSO FINAL SOBRE DEUS (À GUIA DE CONCLUSÃO)

Diante de tudo isso, podemos compreender que Deus é precisamente o ser que nunca teve princípio, por ser Ele o próprio princípio, fonte e origem de todas as coisas. É um ser independente e imutável, existindo eternamente e sempre, por si mesmo. O que caracteriza, pois, este Primeiro Ser é ser realmente por si subsistente, possuindo como consequência e em grau máximo todos estes traços que por ser discursiva a nossa razão, Nele distinguimos como seus atributos. Porque todas essas distinções que fazemos em Deus, como vontade, inteligência, infinitude, enfim todos esses seus atributos, são sempre simultâneos, coeternos e coexistentes com a própria Divindade.

Em Deus, a Infinitude é a plenitude da potência do Ser, pois é Ele o Ser Eminentíssimo, o Ser no grau máximo. E Sua sabedoria é o pleno Saber e a plenitude de todas as Leis que regem o Cosmos. Por ser a pureza absoluta de ser, há que se dar em Deus uma perfeição infinita. Por isso, para Duns Scot seria a Infinitude a essência metafísica Divina, que se confundirá então com sua essência física, pois Deus é o Ser por Excelência. Nele, por conseguinte, estão contidas eminentemente as perfeições máximas, e essa contenção das perfeições será também formal, pois o Ser Supremo contém em si formalmente as perfeições de máximo grau, e outras, de grau menor, contém-nas virtualmente, por ter o poder de realizá-las nas criaturas. Por isso temos que distinguir em Deus esses três tipos de perfeição: eminencial, formal e virtual (SANTOS 196-, p. 184).

Sobretudo o que caracteriza este Ser Primeiro é ser Ele realmente subsistente por si mesmo, porque possui todas essas características já mencionadas e porque todas essas distinções que Nele se fizerem assinalando seus atributos não serão jamais, em Deus, princípios de outros atributos divinos, visto que todos estes quando verdadeiramente legítimos, isto é, quando atribuídos a Deus devidamente, serão sempre representações deste na sua integralidade, uma vez que, sendo eles coeternos e coexistentes, e, por conseguinte, simultâneos com a própria Divindade, representam todos o caráter uno do próprio Deus, por não serem senão expressões da absoluta Simplicidade Divina (SANTOS 196-, p. 171).

E como não perceber em toda parte esta força que se chama Deus? Ante todos os seres, pondo cada qual no seu lugar, reconheceremos em todos o efeito e a obra daquele que é o Ser por Excelência. E poderemos sondar, então, a profundidade da Sabedoria Divina, os tesouros de sua Bondade. De fato, proveio da Infinita Bondade de Deus o desígnio de fazer da criatura

partícipe de algumas das suas perfeições. Surgiu assim a débil criatura, que em diferentes graus de intensidade e perfeição recebeu de Deus seu ser, sua organização, sua têmpera.

Apesar, entretanto, da experiência que a cada instante temos das intenções bondosas de Deus, nunca cessa a criatura de ser imperfeita, porque se Deus fizesse só o que é absolutamente perfeito, nada faria, senão afirmar-se a si mesmo. É, fundamentalmente, da percepção desta incompletude, da falta de um provimento de ser, que se ausenta dos seres limitados, que se tem a experiência e o entendimento do mal. Por outra parte, a Justiça Divina, segundo a ideia que dela podemos formar, não pode consistir senão na disposição permanente de dar a cada um o que lhe é devido, por ser esta a Justiça Perfeita (SANTOS 196-).

E, por conseguinte, se nos fosse concedido sondar o que a profunda Sabedoria Divina dispôs em cada recanto do Universo, haveríamos de ver sempre, em cada parte, o maior bem resultar daquilo que chamamos mal. Nada há que duvidar! Deus criou o Todo a partir de si somente, e está continuamente ocupado de sua conservação e felicidade, visto que o criou todo para o Bem, por sua própria Glória, pela superabundância infinita de seu próprio poder. E assim, revela Deus sua Bondade na formosa ordem que pôs no Universo (SANTOS 19-).

Deus é a Causa Universal, e garante o sustento do grande Todo que criou, e de que essencialmente se distingue. É, pois, este ser o Deus também da Natureza: dos Mares, dos Rios, das Montanhas, do Globo e de tudo o mais que vemos no espaço que nos envolve e ao redor do Sol que nos aquece (SANTOS 196-, p. 30). É o agente universal que regula os caminhos e destinos de todas as coisas. Nos diferentes modos de operar de tantos seres dotados de propriedades diversas está a marca do poder infinito da Divindade. E pondo cada qual em seu devido lugar reconheceremos em toda a parte a maravilhosa obra daquele que é o Ser por Excelência. E, por fim, só há um Deus, pois a ideia de Deus ontologicamente fundada só pode ser uma e convergente. “Tudo o que sobe, converge.”, dizia Teilhard de Chardin.

Pelo princípio de causalidade chegamos à prova da Sua existência, pois admiti-lo leva a Deus inevitavelmente, bastando para isso remontar à senda da causalidade sem sucumbir em seus degraus ascendentes. E se a mentira e o erro preconcebido dos sofistas podem frutificar nos ignorantes e nos covardes, nunca o podem nos que procuram com avidez a verdade. Pois todas as armas que esses prestidigitadores levantarem contra a Divindade caíram e cairão, por ineficazes. Reconheçamos, pois, em toda parte a Glória e a Graça do Senhor!

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.
- ANSELMO, Santo. **Monólogo. Proslógio. A verdade**. O gramático. 4. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol I**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol II**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol. III**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol. IV**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol. V**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol. VI**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol. VII**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol. VIII**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma teológica: Vol. IX**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- AQUINO, Santo Tomás de. *Suma de Teología*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1994.
- AQUINO, Tomás de. **Suma contra os Gentios**. Coedição: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes - Universidade de Caxias do Sul: Livaria Sulina Editora, 1990, v. 1.
- ARISTÓTELES. **Aristóteles e as Mutações**: Da Geração e da Corrupção das Coisas Físicas. Tradução e comentário: Mario Ferreira dos Santos. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1955.
- ARISTÓTELES. **Das Categorias (Órganon)**. Tradução, notas e comentários de Mário Ferreira dos Santos. 2. ed. São Paulo: Matese, 1965.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edipro, 2012.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução: Giovanni Reale. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2015, v. 2.
- ARISTÓTELES. **On the heavens**. Chicago: Oxford University Press, 1972a.
- ARISTÓTELES. **On the soul**. Chicago: Oxford University Press, 1972b.
- BERGSON, Henri. **Aulas de Psicologia e de Metafísica**. 10 ed. WMF: Martins Fontes, 2014.
- BOAVENTURA, São. **Itinerário da Mente para Deus**. Teresópolis: Vozes, 2012.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** Tradução: Maria José J. G. de Almeida. 10ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001a.

DESCARTES, René. **Regras para a Direção do Espírito**. São Paulo: Martin Claret, 2001b.

DUCLOS, Charles. **Teses da Existência e da Inexistência de Deus**. São Paulo: Sagitário, 1946.

ELIADE, Mircea. **O Xamanismo E As Técnicas Arcaicas Do Êxtase**. Tradução: Beatriz Perrone Moisé - Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FUMAGALLI, S. **A cura di Pitagora**. Versi aurei: seguiti dalle Vite di Pitagora di Porfirio e Fozio, da testi pitagorici e da lettere di donne pitagoriche. Milano, I.

GALVÃO, Nadiejda Santos Nunes; SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Monografia sobre Mário Ferreira dos Santos**. São Paulo: s.n., 2001.

GARDEIL, H. D. **Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino**. São Paulo: Duas Cidades, 1967, v.4.

GILSON, Étienne. **La philosophie au Moyen Age**: des origines patrietiques a la fin du XIVE siecle. 2e éd. rev. et augm. Paris: Payot, 1947. (a tradução brasileira não manteve as importantíssimas notas ao texto).

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. Curitiba: Criar, 2001.

HEIDEGGER, Martin. **Introducción a la Metafísica**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 15 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, 2V. v1.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 13 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, 2V. v2.

INÁCIO, I. C.; DE LUCA, T. R. **O pensamento medieval**. São Paulo: Ática, 1988.

JAEGER, Werner. **Early Christianity and Greek Paideia**. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1961.

JAEGER, Werner. **Humanism and theology**. The Aquinas Lecture-7. Milwaukee: Marquette University Press, 1943.

JEAUNEAU, E. **A filosofia medieval**. Lisboa: Edições 70, 1980.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

LADUSÃNS, Pe. STANISLAVS (Org.). **Rumos da Filosofia Atual no Brasil em auto-retratos**. São Paulo: Loyola, 1976, 2V. v. 1.

LADUSÃNS, Pe. STANISLAVS (Org.). **Humanismo Pluridimensional**. v.2. Tradução: Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos. São Paulo: Loyola, 1974.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Ensaio de Teodicéia sobre a Bondade de Deus, a liberdade do Homem e a Origem do Mal**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2017.

MARITAIN, Jacques. **Elementos de Filosofia II: a ordem dos conceitos Lógica Menor (Lógica Formal)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1958.

MARITAIN, Jacques. **Elementos de filosofia II: a ordem dos conceitos; lógica menor (lógica formal)**; Tradução: Ilza das Neves; revista por Adriano Kury. 11ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

MÜLLER, Max. **Gifford Lectures**. Delivered before the University Of Glasgow in 1890 – London Longmans, Green, And Co. And New York : 15 East 16th Street, 1891.

MÜLLER, Max. **Physical Religion**. New York: London Longmans, Green and Co., 1891.

PLATÃO. **Diálogos / Platão**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Tradução e notas: José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PLATÃO. **O Um e o Múltiplo em Platão**. Tradução e comentário do *Parmênides*, de Platão. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1958.

PLATÃO. **Protágoras**: Diálogo sobre os Sofistas Gênero Demonstrativo. Tradução, notas e comentários de Mário Ferreira dos Santos. 1ª ed. São Paulo: Matese, 1965.

PLATÃO. **Sofista**. São Paulo: Editora Abril, 1972. (Os Pensadores).

PLATÃO. **Timeu-Crítias**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos de Coimbra, 2011.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: De Freud à Atualidade**. São Paulo: Paulus, 2006, v. 7.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: De Nietzsche à Escola de Frankfurt**. São Paulo: Paulus, 2006, v. 6.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: De Spinoza a Kant**. São Paulo: Paulus, 2005, v. 4.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Romantismo ao Empiriocriticismo**. São Paulo: Paulus, 2005, v. 5.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Humanismo a Descartes**. São Paulo: Paulus, 2003, v. 3.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2005, v. 2.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Filosofia Pagã Antiga**. São Paulo: Paulus, 2003, v. 1.

SALLES, Pedro Paulo e PEREIRA NETO, Andre. **Malba Tahan**: muito além do pseudônimo. 2015, Anais. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao academica/002740646.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

SANTOS, Mário Ferreira dos; SANTOS, Yolanda Burguete. **Dicionário de Pedagogia e Puericultura**. 1ª ed. São Paulo: Matese, 1965, v.3.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **A Casa das Paredes Geladas**. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1958a.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **A Sabedoria dos Princípios**. 2ª ed. São Paulo: Matese, 1967.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **A Sabedoria do Ser e do Nada**. 2ª ed. São Paulo: Matese, 1968. 2v.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **A Sabedoria da Unidade**. 2ª ed. São Paulo: Matese, 1968.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **A Sabedoria das Leis Eternas**. Introdução, edição e notas por Olavo de Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2001.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **A Verdade e o Símbolo**. 1ª ed. São Paulo: Carioca, 1959.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Análise de Temas Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1964, 3V. v.1.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Análise de Temas Sociais**. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1962, 3V.v. 2.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Análise de Temas Sociais**. V3. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1964, 3V.v.3.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Análise Dialética do Marxismo**. São Paulo: Logos, 1953.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Assim Deus Falou aos Homens e apólogos e fábulas**. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1958b.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Assim Falava Zaratustra**. São Paulo: Logos, 1954

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Certas Subtilezas Humanas**: aforismos e pensamentos. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1958c.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Comentário aos “Versos Áureos” de Pitágoras** (com tradução dos Comentários de Hiérocles). Obra não publicada oficialmente. São Paulo:, 20-

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Convite à Estética. Convite à Dança**. 4ª ed. São Paulo: Logos, 1966.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Convite à Filosofia e à História da Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Logos, 1977.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Convite à Psicologia prática**. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1961.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Curso de Integração Pessoal**. 4ª ed. São Paulo: Logos, 1961.

- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Curso de Integração Pessoal**. 6ª ed. São Paulo: Logos, 196-.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Curso de Oratória e Retórica**. 9ª ed. São Paulo: Logos, 1962.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dialética Concreta**. Obra não publicada oficialmente. São Paulo: 196-
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. 4v. 1ª ed. São Paulo: Matese, 1964c.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Matese, 19-, volume único.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Erros na Filosofia da Natureza**. São Paulo: Matese, 1967.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia Concreta: Edição Crítica**. 3ª ed. São Paulo: É Realizações, 2016. Volume único.
- Santos, Mário Ferreira dos. **Filosofia Concreta**. São Paulo: Realizações, 2009. Volume único.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia Concreta**. 3ª ed. São Paulo: Matese, 1964d. 3v. V1: Filosofia Concreta.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia Concreta**. 3ª ed. São Paulo: Matese, 19-. 3v. V3: Filosofia Concreta.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia Concreta**. 3ª ed. São Paulo: Matese, 1961. 3v. V2: Filosofia Concreta.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia da Crise**. 3ª ed. São Paulo: Logos, 1959.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia e Cosmovisão**. 1ª ed. São Paulo: É Realizações, 2014.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia e Cosmovisão**. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1955.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia e História da Cultura**. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1962. v. 3.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofias da Afirmação e da Negação**. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1962.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Grandezas e Misérias da Logística**. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1966a.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Invasão Vertical dos Bárbaros** 1ª ed. São Paulo: É Realizações, 1966b.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Invasão Vertical dos Bárbaros**. 3ª ed. São Paulo: Matese, 1967.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Lógica e Dialética**. 4ª ed. São Paulo: Logos, 1959.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Luta dos Contrários: Ensaaios e Aforismos.** 1ª ed. São Paulo: Logos, 1958.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Métodos Lógicos Dialéticos.** 3ª ed. São Paulo: Logos, 1962, 3V. v. 1.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Métodos Lógicos Dialéticos.** 3ª ed. São Paulo: Logos, 1962, 3V. v. 2.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Métodos Lógicos Dialéticos.** 3ª ed. São Paulo: Logos, 1963, 3V. v. 3.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **O Apocalipse de S. João: A Revelação dos Livros Sagrados.** São Paulo: Cone Sul, 1998.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **O Homem Perante Infinito.** 3ª ed. São Paulo: Logos, 1960.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **O Homem que Nasceu Póstumo.** 2ª ed. São Paulo: Logos, 1958.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **O Problema Social.** 2ª ed. São Paulo: Logos, 1964e.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **O Um e o Múltiplo em Platão - tradução e comentário do *Parmênides*, de Platão.** 1ª ed. São Paulo: Logos, 1958.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Ontologia e Cosmologia.** 2ª ed. São Paulo: Logos, 1954.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Origem dos Grandes Erros Filosóficos.** São Paulo: EDITOR, 19. -

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Páginas Várias.** 5ª ed. São Paulo: Logos, 1966.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Pitágoras e o Tema do Número.** 2ª ed. São Paulo: Logos, 1965.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Pitágoras e o Tema do Número.** São Paulo: Ibrasa, 2000.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Práticas de Oratória.** 3ª ed. São Paulo: Logos, 1961.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Sobre Deus.** [S.l.: s.n., 196-]

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Sociologia Fundamental e Ética Fundamental.** 2ª ed. São Paulo: Matese, 1959.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Técnica do Discurso Moderno.** 1ª ed. São Paulo: [Logos], 1953.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Técnica do Discurso Moderno.** 5ª ed. São Paulo: [Logos], 1960.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Teoria do Conhecimento.** 3ª ed. São Paulo: [Logos], 1956.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Tratado de Economia.** 1ª ed. São Paulo: Logos, 1962. 3v. —

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Tratado de Simbólica**. 3ª ed. São Paulo: Logos, 1959.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Vida não é Argumento**. 1ª ed. São Paulo: Logos, 1958.

URRÁBURU, Juan José. **Institutiones philosophicæ**. 1ª ed. Roma: Vallisoleti: Typis Viduæ ac Filiorum A. Cuesta, 1890.

VIANA, Allyson Bruno. **Anarquismo em papel e tinta: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.